



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

TAYANA HELENA CUNHA SILVA



A CULTURA MATERIAL ESCOLAR DO COLÉGIO PAES DE CARVALHO: entre práticas e símbolos da tradição ginasiana (1930-1950)

BELÉM/PA
2024

TAYANA HELENA CUNHA SILVA

A CULTURA MATERIAL ESCOLAR DO COLÉGIO PAES DE CARVALHO: entre práticas e símbolos da tradição ginasiana (1930-1950)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Castro.

BELÉM/PA
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S586c Silva, Tayana Helena Cunha.
A cultura material escolar do Colégio Paes de Carvalho: : entre
práticas e símbolos da tradição ginasiana (1930-1950) / Tayana
Helena Cunha Silva. — 2024.
183 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Cesar Augusto Castro
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Belém, 2024.

1. Ensino secundário no Pará. 2. Cultura material escolar.
3. Colégio Paes de Carvalho. I. Título.

CDD 370

TAYANA HELENA CUNHA SILVA

A CULTURA MATERIAL ESCOLAR DO COLÉGIO PAES DE CARVALHO: entre
práticas e símbolos da tradição ginasiana (1930-1950)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da
Universidade Federal do Pará, como requisito para a
obtenção do título de Doutora em Educação.

Data de aprovação: ___ / ___ / ___

Banca examinadora:

Orientador

Prof. Dr. Cesar Augusto Castro (PPGED-UFPA)

Membro Interno

Profa. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves (PPGED-UFPA)

Membro Interno

Prof. Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos (PPGED-UFPA)

Membro Externo

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado (PPGE-UEM)

Membro Externo

Profa. Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva (PPGE-UDESC)

Aos meus pais, Hercules e Margarida, meus maiores incentivadores e a quem devo tudo que sou!

AGRADECIMENTOS

“A vida é feita de ciclos”? Sim! E a conclusão de mais este ciclo representa muito mais do que a formação acadêmica, pois posso afirmar que o doutorado me proporcionou aprendizados que levarei para a vida: as amizades construídas, as trocas e os ensinamentos que adquirir foram necessários e importantes para formar a pessoa que sou hoje. E a palavra a qual me define neste momento é GRATIDÃO!

Agradeço, pois acredito que o sucesso também depende, em alguma medida, das contribuições de pessoas que são importantes em nossas vidas, e, durante o curso, não foi diferente. Entretanto, antes de nomeá-las, quero agradecer a Deus e à nossa Senhora de Nazaré por me concederem saúde, coragem e perseverança para trilhar este caminho, e sempre me fortalecer a fé para seguir a jornada sem desistir. Além destes, pessoas tão fundamentais para minha trajetória são meus familiares, especialmente, meus pais, que são meus grandes encorajadores e a quem quero honrar; e ainda agradeço ao meu irmão, sua amizade e parceria também foram peça-chave para a escrita desta tese.

Igualmente, expresso meus agradecimentos aos meus avós pelo incentivo e paciência nos momentos que precisei lhes faltar em razão dos estudos. Registro aqui, de modo especial, a gratidão ao meu avô que, infelizmente, partiu antes do fim de mais este momento emblemático da minha vida, mas sei que, de onde estiver, está feliz por mais essa conquista.

Em tempo, ainda agradeço ao meu namorado Nicholas, pela compreensão e parceria desde o início do curso, sempre procurando colaborar e incentivar minha força neste processo no qual sabemos que é trilhado por êxitos e adversidades.

Ao grupo de pesquisa NEDHEL, externo todo o meu carinho e minha gratidão pelos ensinamentos dos professores e colegas, por me mostrarem novos modos de compreensão e interpretação da História da Educação. Entre os membros do grupo, registro especialmente meu afeto e reconhecimento à amiga Káthia Salomão, pelas trocas acadêmicas e, sobretudo, pela amizade, sua experiência foi fundamental à construção deste texto.

Meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Cesar Augusto Castro, a quem dedico muito carinho e amizade. Agradeço pelas ricas sugestões e trocas durante as orientações, muito grata pela parceria, pela confiança, pelos ensinamentos e pelo cuidado, de coração, MUITO OBRIGADA!

Agradeço grandemente aos professores Samuel Velázquez (especialmente pelo período de formação no NEDHEL, que me proporcionou novas e ricas maneiras de estudar), Laura

Alves, Gizele Souza e Vera Gaspar, pelas valiosas sugestões durante o exame de qualificação, que foram sobremaneira importantes e necessárias à melhoria e produção final deste texto.

À Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, pela oportunidade de cursar o Doutorado em Educação. Agradeço também à CAPES pela bolsa de estudos, que foi imprescindível para me manter durante o curso na instituição.

El acercamiento a los objetos de la cultura material de la escuela se concreta en este juego de silencios y palabras, de hipótesis y lecturas, de interpretaciones compartidas o debatidas (Escolano Benito, 2010, p. 21).

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar a cultura material escolar em uso do Colégio Paes de Carvalho e suas contribuições para as práticas pedagógicas e educativas no ensino secundário no Pará, entre as décadas de 1930 a 1950, e, junto a isso, compreender as práticas pedagógicas efetivadas no ensino via laboratórios (considerados aqui como componente da cultura material) e sua relação com a gramática da escola, bem como investigar a efetividade das práticas educativas exercidas na instituição, em função do uso do uniforme e das premiações. Para tal propósito, foram analisadas fontes relacionadas ao Colégio Paes de Carvalho entre as décadas de 1930 a 1950, período considerado de valor para a literatura, pois a história do ensino secundário indica que este nível de educação foi marcado por um tipo de instrução voltado ao ensino da cultura geral, dos saberes científicos e da exaltação patriótica para formar os jovens, e a cultura material escolar produzida nos domínios da escola contribuiu para os objetivos da instrução secundária, inserindo, no cotidiano formativo, no caso da citada instituição paraense, objetos como uniformes, materiais de laboratórios, troféus e outros condizentes à proposta educativa em curso. Empregando a cultura material escolar como principal categoria de análise, entende-se que investigar os materiais presentes nas práticas formativas viabiliza entender os sentidos delegados a esses objetos como meios que também representam um modo de educar. Como fontes, foram utilizados documentos classificados em quatro categorias: 1) Dispositivos legais, que abrangem ofícios e edições do *Diário Oficial do Estado do Pará*; 2) Documentos da instituição, nos quais estão incluídos os mapas de aulas, boletins e outros documentos afins; 3) Fotografias, que tratam de imagens de objetos da escola, como troféus, uniforme e peças de laboratório; 4) Jornais e revistas escolares, que contemplam notícias pertinentes à rotina do Ginásio. Os estudos realizados no cenário educacional paraense demonstram que os objetos escolares ocuparam lugar de destaque na educação local, especialmente, nas grandes instituições e outros espaços escolares, por remeterem a discursos pedagógicos pertencentes a um período histórico. Portanto, defendemos, nesta tese, que cultura material escolar em uso no Colégio Paes de Carvalho contribuiu para a efetivação das práticas pedagógicas e educativas do ensino secundário público no Pará, por serem meios que conferiram sentidos às atividades exercidas pelos alunos. Sendo expressa nos seus objetos escolares (uniforme, troféus e materiais de laboratórios) e nas ações (premiações), influenciou na forma de organização escolar, nos diferentes tempos de ensino, na escolha dos conteúdos, na padronização de comportamentos e valores, entre outros elementos difundidos nesta instituição. Esta premissa se confirma por meio das práticas que, ao serem concordantes com o ideário educativo da época, têm nos artefatos meios de realização desses objetivos.

Palavras-chave: Ensino secundário no Pará; Cultura material escolar; Colégio Paes de Carvalho.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the school material culture in use at Colégio Paes de Carvalho and its contributions to pedagogical and educational practices in secondary education in Pará between the 1930s and 1950s and, together with this, understand the pedagogical practices carried out in teaching via laboratories (considered here as a component of material culture) and their relationship with school grammar; as well as investigating the effectiveness of educational practices carried out in the institution due to the use of uniforms and awards. For this purpose, sources related to Colégio Paes de Carvalho were analyzed between the 1930s and 1950s, a period considered of value for literature as the history of secondary education indicates that this level of education was marked by a type of instruction focused on teaching of general culture, scientific knowledge and patriotic exaltation to form young people and, the school material culture produced in the school domains contributed to the objectives of secondary education, inserting into the daily training, in the case of the aforementioned institution in Pará, objects such as uniforms, materials of laboratories, trophies and others consistent with the ongoing educational proposal. Using school material culture as the main category of analysis, it is understood that investigating the materials present in training practices makes it possible to understand the meanings delegated to these objects as means that also represent a way of educating. As sources, documents classified into four categories were used: 1) Legal provisions, which cover letters and editions of the Official Gazette of the state of Pará; 2) Institution documents, which include class maps, bulletins and other related documents; 3) Photographs, which are images of school objects such as trophies, laboratory uniforms; 4) School newspapers and magazines that include news relevant to the routine of the aforementioned Gymnasium. Studies carried out in the educational scenario of Pará demonstrate that school objects occupied a prominent place in local education, especially in large institutions and other school spaces, as they refer to pedagogical discourses belonging to a historical period. Therefore, we argue in this thesis that school material culture in use at Colégio Paes de Carvalho contributed to the implementation of pedagogical and educational practices in public secondary education in Pará, as they were means that gave meaning to the activities carried out by students. Being expressed in its school objects (uniform, trophies and laboratory materials) and actions (awards), it influenced the form of school organization, the different teaching times, the choice of content, the standardization of behaviors and values and other elements disseminated in this institution. This premise is confirmed through practices that, when in accordance with the educational ideas of the time, provide artifacts with means of achieving these objectives.

Keywords: Secondary education in Pará; School material culture; Paes de Carvalho College.

RESUMEN

La presente tesis tiene como objetivo analizar la cultura material escolar en uso del Colegio Paes de Carvalho y sus contribuciones en las prácticas pedagógicas y educativas en la enseñanza secundaria en Pará entre las décadas de 1930 a 1950 y, junto a esto comprender las prácticas pedagógicas realizadas en la enseñanza a través de laboratorios, (considerados aquí como componente de la cultura material) y su relación con la gramática de la escuela; así como investigar la efectividad de las prácticas educativas ejercidas en la institución en función del uso del uniforme y de las premiaciones. Para tal propósito, fueron analizadas fuentes relacionadas al Colegio Paes de Carvalho entre las décadas de 1930 a 1950, período considerado de valor para la literatura, ya que la historia de la enseñanza secundaria indica que este nivel de educación estuvo marcado por un tipo de instrucción dirigida a la enseñanza de la cultura general, de los saberes científicos y exaltación patriótica para formar a los jóvenes y, la cultura material escolar producida en los dominios de la escuela contribuyó para los objetivos de la instrucción secundaria, insertando en el cotidiano formativo, en el caso de la citada institución Paraense, objetos como uniformes, materiales de laboratorio, trofeos y otros acordes a la propuesta educativa en curso. Empleando la cultura material escolar como principal categoría de análisis, se entiende que investigar los materiales presentes en las prácticas formativas viabiliza entender los sentidos delegados a esos objetos como medios que también representan un modo de educar. Como fuentes, fueron utilizados documentos clasificados en cuatro categorías: 1) *Dispositivos legales*, que abarcan oficios y ediciones del Diario Oficial del estado de Pará; 2) *Documentos de la Institución*, en los cuales están incluidos los mapas de clases, boletines y otros documentos afines; 3) *Fotografías*, que se tratan de imágenes de objetos de la escuela como trofeos, uniforme piezas de laboratorio; 4) *Periódicos y revistas escolares* que contemplan noticias pertinentes a la rutina del citado Gimnasio. Los estudios realizados en el escenario educacional Paraense demuestran que los objetos escolares ocuparon lugar de destaque en la educación local, especialmente en las grandes instituciones y otros espacios escolares, por remitir a discursos pedagógicos pertenecientes a un período histórico. Por lo tanto, defendemos en esta tesis que cultura material escolar en uso en el Colegio Paes de Carvalho contribuyó para efectivación de las prácticas pedagógicas y educativas de la enseñanza secundaria pública en Pará, por ser medios que confirieron sentidos a las actividades ejercidas por los alumnos. Siendo expresada en sus objetos escolares (uniforme, trofeos y materiales de laboratorios) y acciones (premios) influyó en la forma de organización escolar, en los diferentes tiempos de enseñanza, en la elección de los contenidos, en la estandarización de comportamientos y valores y, otros elementos difundidos en esta institución. Esta premisa se confirma por medio de las prácticas que al ser concordantes con el ideario educativo de la época tiene en los artefactos medios de realización de esos objetivos.

Palabras clave: Enseñanza secundaria en Pará; Cultura material escolar; Colegio Paes de Carvalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Corpus documental da pesquisa	34
Figura 2 – Programa de Português do Ginásio Paes de Carvalho	62
Figura 3 – Mapas de aulas dadas no mês de julho de 1945.....	67
Figura 4 – Certificado de conclusão do curso ginasial – 1947.....	71
Figura 5 – Boletim de médias e trabalhos práticos – Curso Fundamental	73
Figura 6 – Vidraria do laboratório de química	87
Figura 7 – Únicos exemplares de objetos para o ensino de química.....	88
Figura 8 – Miniatura de esqueleto humano	92
Figura 9 – Microscópio do laboratório de (biologia) História Natural.....	94
Figura 10 – Corte frontal de peça anatômica humana.....	96
Figura 11 – Amostra de crescimento dos anfíbios	96
Figura 12 – Peças de órgãos humanos.....	98
Figura 13 – Uniforme ginasiano em 1937.....	103
Figura 14 – 4ª turma de ginasianos de 1936.....	107
Figura 15 – Revista C. E. P. C – Centro Cívico Honorato Filgueiras (1945).....	115
Figura 16 – Troféus esportivos do Colégio Paes de Carvalho (1940).....	124
Figura 17 – Troféus de Handebol e Vôlei – 1948	125
Figura 18 – Troféus do festival de bandas escolares do Pará (déc. 1930).....	128
Figura 19 – Medidas disciplinares aos alunos do Colégio Paes de Carvalho publicadas no Jornal <i>O Liberal</i> (1947).....	137
Figura 20 – Time de Handebol do Ginásio Paes de Carvalho – 1941.....	152
Figura 21 – Alunas do Colégio após exibição pública de educação física – 1945.....	154
Figura 22 – Grupo de professores abrindo o pelotão do Colégio Paes de Carvalho – 1938..	166
Figura 23 – Aluna do Colégio Paes de Carvalho em desfile escolar – 1950.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativo de matrículas por curso e gênero – 1935/1936/1937.....	49
Quadro 2 – Programa de História Geral para a 1ª prova parcial (1945).....	60
Quadro 3 – Horário de prova parcial do 2º ciclo.....	68
Quadro 4 – Tipos de boletins escolares.....	72
Quadro 5 – Programa de química para a 1ª prova parcial da 1ª série do curso científico – 1945	90
Quadro 6 – Programa de ciências da 3ª série ginásial para a 1ª prova parcial – 1944	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Início de um trajeto.....	13
1.2 Problemática da pesquisa.....	21
1.3 Objetivos gerais e específicos da investigação	23
1.4 Hipótese.....	26
1.5 Percorso metodológico.....	27
1.6 Estrutura do trabalho.....	35
2 COLÉGIO PAES DE CARVALHO: MODALIDADE ESCOLAR DO ENSINO SECUNDÁRIO NO PARÁ	38
2.1 Representações do Colégio Paes de Carvalho para o ensino secundário paraense	40
2.2 Organizando a rotina escolar: primeiros indícios da materialidade escolar.....	58
3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCATIVAS: A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO COLÉGIO.....	82
3.1 Materiais visuais, sonoros e táteis: práticas pedagógicas nos laboratórios	83
3.2 Uniforme escolar: objeto de tradição.....	100
3.3 Troféus e premiações: honrarias do ensino secundário	117
4 COTIDIANO FORMATIVO NO COLÉGIO PAES DE CARVALHO: ALGUNS ELEMENTOS DA CULTURA ESCOLAR DO ENSINO SECUNDÁRIO.....	130
4.1 Práticas de disciplinamento e controle: formando jovens ordeiros e disciplinados	131
4.2 Desenvolvendo corpos e mentes: o papel da instrução pré-militar e da educação física.....	144
4.3 Formando sob bases patrióticas e culturais: desfiles escolares e práticas artísticas	156
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS.....	175

1 INTRODUÇÃO

1.1 Início de um trajeto

O Colégio Paes de Carvalho é uma instituição de grande prestígio para a História da Educação no Pará por ter sido o primeiro estabelecimento a ofertar o ensino secundário de forma institucionalizada no estado. Fundada ainda no século XIX, em 1841, a princípio chamada de Liceu Paraense, esta instituição voltava-se à educação dos jovens paraenses, ministrando um ensino alicerçado na perspectiva humanística, a qual estimava pela cultura no espaço escolar. Em certa medida, tal viés manteve-se no período de 1930 a 1950, intervalo temporal em que a instituição foi rebatizada por duas vezes. Inicialmente, ela foi conhecida por Ginásio Paraense e, por volta do fim da década de 40 e início de 50, passou a ser conhecida como Colégio Paes de Carvalho ¹.

Entre 1930 e 1950, este nível de ensino refletia a proposta educativa destinada à formação da juventude para dirigir o país, isto é, instruir as chamadas individualidades para conduzir o Brasil ao caminho do progresso, idealizado no início da República, e, a partir de 1930, ganhava novos direcionamentos, em razão do processo de modernização industrial e econômica nacional (Ghiraldelli Jr., 2008). Esta instituição esteve em conformidade com tal projeto de educação, sendo modelo de escola para os demais estabelecimentos secundaristas do estado que procuravam equiparar suas práticas e estrutura para atender às finalidades propostas: uma educação na perspectiva da cultura geral, do patriotismo, da ordem e disciplina; fatores caracterizantes desta etapa e que são constantemente tratados nesta temática.

O Colégio Paes de Carvalho, sendo historicamente reconhecido como instituição de referência para o estudo do ensino secundário no estado, possui um campo sólido de pesquisas geralmente voltadas ao conhecimento histórico. Entre os estudos que abordaram a fundação e os elementos da instituição, podemos citar as pesquisas de França (1997), que se ocupou em investigar a fundação e evolução do ensino secundário público no Pará a partir do Ginásio Paraense, na segunda metade do século XIX, quando ele era conhecido por Liceu Paraense; e de Araújo e Rocha (2016), quando investigaram as alterações realizadas na disciplina de matemática, ainda denominado Ginásio Paraense, que contribuíram para ampliar o prestígio desta instituição perante a sociedade local.

¹ A dupla denominação se justifica em razão de que, na documentação, foram identificadas as duas nomenclaturas. Contudo, ao longo da tese, adotaremos o nome atual da instituição: Colégio Paes de Carvalho.

As pesquisas mencionadas, no entanto, não privilegiam o debate sobre os elementos históricos, com foco nas suas práticas educativas e pedagógicas por meio dos aspectos materiais. Isto é, ainda necessitamos de investigações voltadas a interpretar o interior da referida escola, os seus sujeitos e objetos que se interrelacionam no processo educativo, bem como as referidas práticas no ambiente escolar.

Portanto, analisando as atividades escolares diárias, notamos que estas produzem saberes e práticas que representam uma cultura material do ensino secundário. Dessa maneira, entender a cultura material escolar presente na referida instituição paraense, com base nas suas práticas e indícios de tradição, é o assunto desta investigação, para que possamos conhecer os seus usos e ações realizados como contributo para o desdobramento das práticas pedagógicas e educativas do ensino secundário no Pará.

Para tanto, fizemos uso de algumas classificações presentes na obra *A escola modelar da República e a escolarização da infância no Brasil: reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional*, organizada pela Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza (2013), fruto de uma pesquisa nacional vinculada ao projeto “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: Investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)”, o qual reuniu 27 pesquisadores doutores ligados a 17 Programas de Pós-Graduação em Educação de diversas instituições do país e com experiência relevante na temática. Nesta obra, eles trataram de assuntos como a cultura escolar, a cultura material e outras questões atinentes à infância e à escola primária no período investigado.

Tendo a cultura material escolar como um dos eixos de investigação comparada entre as instituições educativas, esta pesquisa teve suas investigações sistematizadas e apresentadas na obra *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)*, organizada por Castro (2013), a qual trata das distintas fontes documentais levantadas nos estados assinalados, tipificando, assim, os objetos escolares.

As obras acima nos auxiliam na construção analítica sobre os objetos escolares tratados nestes estudos. Nessa direção, na pesquisa “A Cultura material escolar do Colégio Paes de Carvalho: entre práticas e símbolos da tradição ginásiana (1930 a 1950)”, são propostos, como caminhos principais de investigação, os aspectos da gramática escolar e da cultura material escolar, os quais serão trabalhados a partir de 4 categorias, de um conjunto de 13, sistematizadas pelos estudos realizados no GT2 do citado projeto, que, de acordo com as fontes, definiu as seguintes categorias: indumentária, jogos e brinquedos, livros, material de higiene, material de limpeza, materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino, mobília, organização/escrituração da escola, ornamentos, prédios escolares e utensílios da escrita.

O quarteto de classificações escolhidas para a nossa investigação foram: organização/escrituração da escola, materiais sonoros e táteis, indumentária e honorarias. A escolha se deu em razão de que estes oferecem condições favoráveis ao entendimento das práticas pedagógicas e educativas voltadas ao ensino secundário.

Tais classificações, ainda que ocorram no espaço escolar e, portanto, estejam intimamente vinculadas, possuem aspectos diferenciados no que se refere aos lugares de execução, práticas exercidas dentro e fora da sala de aula que envolvem, mutuamente, os processos educativos e suas finalidades, assim como as práticas que o complementam (Franco, 2016). À vista disso, direcionamos nossas análises aos objetos escolares e às ações que se relacionam com as práticas pedagógicas e educativas no referido Colégio², concebendo que estes elementos caracterizam o contexto educativo e, da mesma forma, indicam informações sobre a cultura material escolar em uso na instituição.

Para que possamos entender como a cultura material escolar desta instituição contribuiu para a execução das práticas pedagógicas e educativas do ensino secundário, faz-se necessário o domínio destas práticas. A respeito da prática pedagógica, fundamentamo-nos, especialmente, em Franco (2016), que a define como aquela direcionada para ordenar e elucidar os propósitos de um determinado projeto educativo; isto é, dar sentido às intenções formativas. Além disso, segundo o autor, caracteriza-se como prática pedagógica quando “[...] busca a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados” (Franco, 2016, p. 536).

Já em relação às práticas educativas, as consideramos como práticas sociais que “[...] atuam e influenciam a vida dos sujeitos de modo amplo, difuso e imprevisível” (Franco, 2016, p. 536). Por isso, elas têm a função de concretizar os processos educacionais mais abrangentes, os quais compreendem práticas de educação que ocorrem em distintos espaços, ou seja, não se restringindo à sala de aula, tampouco ao professor, mas considerando os diferentes sujeitos envolvidos nas atividades escolares (Silva, 2017).

O interesse em investigar esta temática surgiu ainda no Mestrado em Educação, cursado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (2018-2020), quando me concentrei em estudar as práticas educativas das Filhas de Sant’Ana e Irmãs de Santa Doroteia no ensino primário, no período de 1906 a 1927, analisando, de forma comparada, as semelhanças ou diferenças nas atividades exercidas pelas referidas congregações nos campos da educação feminina, religiosa e nacionalista, além de verificar a correspondência

² Nesta pesquisa, utiliza-se a palavra “Colégio”, com inicial maiúscula, para se referir, especificamente, ao Colégio Paes de Carvalho.

daquelas práticas em relação ao contexto educacional daquele período. Durante o levantamento das fontes, observei que as instituições dirigidas por estas religiosas, além de possuírem turmas do ensino primário, também ofertavam o ensino secundário, especialmente, no início da Segunda República.

Embora estes rastros tenham sido um importante indicativo, o corpus documental não se mostrou suficiente para sustentar uma pesquisa de tese, por isso, decidimos averiguar o cenário do ensino secundário no Pará na Segunda República, em que identificamos o Colégio Paes de Carvalho como estabelecimento de referência educacional na área. Com isso, decidimos redimensionar o foco de estudo em outro objeto e período histórico.

Em 2020, ingressamos no Doutorado com o projeto intitulado “O Ensino Secundário no Pará na Segunda República: as práticas educativas do Colégio Paes de Carvalho/Ginásio Paraense (1930-1945)”. Contudo, ao longo das orientações com o Prof. Dr. Cesar Castro, houve a redefinição do objeto, em virtude de que a instituição secundária, por ser referência educativa histórica, tinha sido amplamente estudada, sobretudo no rol de suas práticas, por isso, seria interessante uma nova perspectiva de estudo.

O desejo pela investigação da materialidade escolar no âmbito do Colégio Paes de Carvalho foi despertado durante a pesquisa exploratória de fontes, as quais indiciavam alguns elementos materiais usados no cotidiano da instituição, como livros, uniformes e cadernos, conforme indicam os regimentos internos publicados no *Diário Oficial do Estado* (1933, 1943 e 1946), assim como em algumas fotografias coletadas. Nessa direção, a cultura material da referida instituição, entre as décadas de 1930 e 1950, foi delimitada para esta investigação.

O interesse sobre a cultura material escolar no ensino secundário também foi incentivado por meio do conhecimento do projeto nacional de pesquisa *Ensino Secundário no Brasil em Perspectiva Histórica e Comparada (1942-1961)*, no qual meu orientador integra a equipe coordenada pela Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha. Com o objetivo de estruturar e analisar as fontes sobre o secundário nas diversas regiões do país, esta investigação, de maneira geral, tem como escopo as políticas governamentais, federais, estaduais e municipais voltadas a este nível de ensino.

Em uma perspectiva comparada, as análises foram realizadas a partir de dispositivos legais e dados estatísticos, bem como documentos de instituições escolares, os quais subsidiaram o aprofundamento a respeito. No entanto, ao analisar as políticas governamentais para o ensino secundário, conseqüentemente, surgiram indícios das práticas que necessitavam de objetos para serem materializadas.

Outro fator que impulsionou a curiosidade investigativa pela materialidade escolar foi a participação na disciplina eletiva “História, Escolarização, Cultura Escolar e Cultura material escolar”, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, ministrada pela Profa. Dra. Gizele de Souza. Cursando esta disciplina, foi possível conhecer, de maneira clara e objetiva, os principais conceitos que circundam a cultura escolar, entre eles, a cultura material da escola.

Entre as temáticas trabalhadas no campo da disciplina, tivemos contato tanto com estudos sobre diversos artefatos quanto com práticas escolares, que permitiram compreender as diferentes formas de investigar os elementos que compõem a dimensão material da escola. Logo, forneceram-nos bases teóricas para trabalhar a influência dos objetos escolares nas práticas presentes na rotina formativa do Colégio Paes de Carvalho e suas funções para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e educativas do ensino secundário no Pará.

O delineamento da investigação sobre a cultura material escolar em uso na instituição via práticas pedagógicas e educativas foi definido a partir da inserção, como aluna do Doutorado, nas atividades realizadas no Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (Nedhel), onde participei de sessões de estudos de textos que deram suporte para compreender conceitos como a gramática escolar, a cultura da escola, a forma escolar de socialização e a cultura material da escola (Souza, 2013; Vicent; Lahire; Thin, 2001). A aplicação de tais conceitos, ao longo das análises, permitiu maior aprofundamento, haja vista que estes elucidam aspectos relacionados à cultura material escolar, quais sejam: ordem escolar, materiais pedagógicos, práticas etc.

Nossas motivações profissionais circundam a questão de que o trabalho com diferentes tipos de fontes permite nosso desenvolvimento como professora e pesquisadora, pois, para construir uma investigação – ou, neste caso, da produção da tese –, é necessária a classificação das fontes para organizar e categorizar as informações disponibilizadas pelos documentos, ação que exige um olhar atento do pesquisador na interpretação dos dados. Este movimento de categorização das informações possibilita ao pesquisador elucidar elementos que não seriam percebidos sem o auxílio de um aporte teórico, a fim de compreender os possíveis silêncios dos discursos e os diversos sentidos emitidos pelos documentos.

Essa premissa é corroborada por Castro e Castellanos (2013) quando apontam que os documentos falam apenas no momento em que o pesquisador se apropria deles e os interpreta para identificar o não dito, o vivido em uma determinada época. Por isso, a pesquisa histórica mostra-se relevante para atrair novos estudos, pois, ao mobilizar um grande conjunto de fontes

sobre uma instituição educativa ou outro objeto de caráter histórico, reportamo-nos a um panorama de dados sobre o fazer educativo que precisa ser preservado por nós.

O grupo de pesquisa Nedhel, o qual integramos, já desenvolve estudos sobre a cultura material escolar no ponto de vista das práticas educativas e pedagógicas, de modo que estas produções auxiliaram na compreensão e estruturação das análises. Entre os trabalhos ligados ao grupo, destacamos a dissertação de Mateus Souza (2022), intitulada “A cultura material escolar no Lyceu Maranhense (1838-1889)”, a qual versa sobre a história do estabelecimento, no século XIX, a partir da perspectiva material, investigando os objetos empregados para o ensino e demais aspectos relacionados à dimensão material que organizam a rotina escolar (Souza, 2022).

Neste trabalho, os aspectos e objetos investigados foram classificados em 4 categorias de análise, quais sejam: mobiliário escolar, livros escolares, utensílios de escrita e materiais visuais, sonoros e táteis. Estes foram explorados com base na História cultural, a fim de identificar que as práticas pedagógicas da instituição estavam submetidas ao uso dos objetos escolares. Portanto, ao analisar estes aspectos materiais, apoiado nesta classificação, o autor acredita que estes “[...] tratam mais diretamente dos processos de ensino e possibilitam a apreensão da prática pedagógica” (Souza, 2022, p. 13).

Nessa direção, o autor assinala que a cultura material escolar do Lyceu apresenta ampla relação com a forma escolar de socialização, haja vista que, para compreender as condições materiais presentes na instituição, é imprescindível considerar os elementos participantes da organização da rotina escolar, como, por exemplo, os métodos e disciplinas escolares. Diante disso, Souza (2022) sinaliza, com base nos documentos que trataram sobre o contexto desta instituição, que os objetos escolares e os sujeitos que ali circulavam estabeleceram relações de mútua influência, refletida no cotidiano, seja pelas suas práticas, seja pelas representações do Lyceu Maranhense para a formação da juventude local.

Outros trabalhos também trataram da cultura material escolar no estado do Pará sob outras perspectivas, segundo o levantamento realizado no banco de dissertações e teses da CAPES e no seu Portal de Periódicos, bem como no repositório de produções dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA), para verificar o que já foi produzido sobre o tema em nosso estado no período histórico analisado. Contudo, encontramos apenas trabalhos que voltaram suas análises para os objetos materiais presentes somente no cotidiano do ensino primário.

Deste conjunto de produções acadêmico-científicas, o primeiro trabalho levantado é a dissertação “Instituto Santa Catarina de Sena: Incurções educativas na formação de meninas em

Belém do Pará (1903-1960)”, de autoria de Camilla Oliveira (2017), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, que buscou estudar a rotina desta instituição, levantando questões referentes à cultura escolar do estabelecimento que atendeu à infância pobre da capital paraense, um público que carecia de atendimento educativo na época.

Entre os objetivos de exame das práticas escolares realizadas no âmbito do Instituto Santa Catarina de Sena, Oliveira (2017) destaca que estas compõem a cultura escolar da instituição, evidenciando o uniforme escolar como indumentária reconhecida no texto, sendo representante chave da cultura material escolar, que ocupa lugar de destaque na história do instituto, a vestimenta.

Sendo assim, a autora aponta que eram utilizados 2 uniformes: o primeiro (de tonalidade azul mais clara) era adotado nas ocasiões solenes, como os desfiles e celebrações oficiais da instituição; e o segundo uniforme (de cor azul mais escura) fazia parte da rotina escolar (Oliveira, 2017). Como componente da cultura material escolar daquele espaço, observa-se que a vestimenta estabeleceu uma identidade própria à instituição por se tratar de um “[...] dispositivo de poder que tem a função da representação e organização de um grupo social em particular, que é padronizada através do seu uso” (Oliveira, 2017, p. 112).

Outro trabalho encontrado foi a tese de Rogério Maciel, intitulada “Cultura material escolar e as representações de educação no sistema radiofônico para os caboclos ‘ingênuos’ na Prelazia do Guamá (1957-1980)”, cuja finalidade foi investigar o uso dos objetos escolares e de comunicação no movimento de educação de base (MEB) nacional, na prelazia do Guamá com o seu respectivo clero. De acordo com o autor, os métodos e práticas adotados naquele contexto colaboraram para produzir uma vivência rica em quesitos culturais e educativas de comunicação (Maciel, 2019). Em suas análises, Maciel (2019) emprega como matriz teórica a História Cultural, com ênfase no conceito de representação de Chartier (1990), para compreender as representações sobre os artefatos materiais da escola e da comunicação em suas práticas, sujeitos e produtos gerados.

Em relação ao estudo da materialidade, Maciel (2019) buscou evidenciar que os objetos utilizados no sistema de educação radiofônico de Bragança possibilitaram identificar os objetivos formativos deste modo de oferta do ensino. Entre os objetos problematizados, havia o microfone, o gravador de rolo, o receptor cativo e as cartilhas que, juntos, criaram uma cultura radiofônica que, por meio das práticas, as quais ficaram conhecidas como educomunicação, foram a via de alfabetização e escolarização de jovens e adultos de Bragança-PA.

Os objetos escolares também foram tema da tese de Marlucy Aragão Sousa, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, em 2019, com o título “O mobiliário

escolar na instrução pública primária do Pará na primeira república: entre as vitrines do progresso e o estado de ruínas”, na qual buscou investigar o mobiliário escolar utilizado em instituições de ensino primário. Tendo a História Cultural como base teórica de análise, Sousa (2019) discute o papel da materialidade no contexto do ensino primário, observando sua importância para a consolidação do projeto republicano. Segundo Sousa (2019), o mobiliário escolar como elemento material representa um fator pedagógico que fabrica e possibilita a circulação de ideias condizentes aos preceitos educativos e higienistas, os quais prezavam pela formação de indivíduos ordeiros.

Além disso, a autora enfatiza que o mobiliário também se constituiu em um meio de organização do espaço escolar, o qual vai abrigar práticas culturais e escolares, bem como os discursos materializados nos princípios pedagógicos (Sousa, 2019). Trata-se, assim, de uma análise que restabeleceu a história do mobiliário escolar na instrução primária pública, por meio do estudo dos materiais, dos dispositivos legais, do fluxo desses artefatos presentes nas exposições universais, dos catálogos, da origem e compra desses objetos e de sua pertinência com a concepção de modernidade em alta naquele período (Sousa, 2019).

O mais recente trabalho acadêmico-científico que abordou aspectos da cultura material escolar no Pará é a tese de autoria de Damiana Guimarães Gutierrez, com o título “A Escola Normal do Pará na perspectiva da cultura escolar (1890 a 1926)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA em 2021. Nesta pesquisa, foram tratadas questões relacionadas às práticas escolares, à história dos principais professores da instituição, como também os artefatos materiais do tipo bancos-mesa, os prédios da escola e o uniforme, que foram debatidos à luz da cultura escolar.

Por outro lado, apoiando suas análises na teoria da História Cultural, Gutierrez (2021) apontou que o cenário educacional paraense enfrentava dificuldades diversas e, ao mesmo tempo, estava inserido no processo de mudanças para acompanhar as exigências provindas do advento da República. Nessa direção, os resultados evidenciaram o percurso histórico da evolução dos prédios até sua localização final, ilustrando a cultura da escola. Sobre os objetos escolares, o estudo dos bancos-mesa, articulados ao mobiliário escolar, em geral, revela que a adoção de determinados móveis considerava os pressupostos do higienismo, da moralidade e dos ideários pedagógicos da época. Em relação aos uniformes, Gutierrez (2021) indica que o traje das alunas da Escola Normal representava toda uma identidade da instituição, ou seja, construiu-se como um símbolo estudantil.

A temática da cultura material escolar no Pará também foi discutida em artigos. Entre os trabalhos levantados, identificamos o artigo de Marlucey Sousa e Maria do Socorro Lima,

denominado “Reflexões sobre a materialidade escolar do Instituto Gentil Bittencourt em Belém do Pará: história, artefatos e arquitetura escolar”, que versou sobre a materialidade presente no Instituto Gentil Bittencourt, no início do século XX, em que mudanças históricas, econômicas e culturais influenciaram a materialidade presente no contexto educacional. De acordo com Sousa e Lima (2021), os objetos utilizados no cotidiano da instituição colaboraram para a organização das aulas e na formação dos alunos dentro dos preceitos da época, que prezavam pela moral, pela ciência e pelo civismo. Aliados às práticas, os objetos, em sua disposição e uso, eram orientados pelos princípios pedagógicos regulamentados pela legislação educacional paraense da época.

Outra produção referente é de autoria de Rogério Maciel e Cesar Castro, intitulada “As mobílias escolares nas escolas radiofônicas: uma análise sobre a produção, circulação e os métodos de ensino para os jovens e adultos na Amazônia Bragantina (1961-1968)”. Este artigo objetivou estudar a produção, circulação e os métodos de ensino da mobília utilizada nas escolas radiofônicas de Bragança, em que os artefatos de sala de aula eram constituídos por mesas rústicas e cadeiras de assento e apoio nas costas, os quais, conseqüentemente, eram orientados pelos métodos de ensino dos círculos de cultura e diálogo; premissas freireanas presentes na instrução de jovens e adultos na cidade de Bragança (Maciel; Castro, 2020a). Estes mesmos autores publicaram “Objetos de comunicação e escolares no sistema educativo radiofônico de Bragança- Pará (1957-1977)”, no qual são analisados os objetos de comunicação e educação utilizados no citado sistema educativo, e os resultados apontaram que estes artefatos são ferramentas construtoras de sentidos para a educomunicação naquela conjuntura educativa (Maciel; Castro, 2020b).

1.2 Problemática da pesquisa

Sendo a materialidade uma vertente a ser considerada na investigação da cultura escolar de uma instituição, presume-se identificar os usos destes objetos nos diversos momentos de instrução, pretendendo atender aos objetivos formativos de um dado contexto. Portanto, nossa problemática se ocupa em investigar até que ponto a cultura material escolar em uso no Colégio Paes de Carvalho contribuiu para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e educativas no ensino secundário no Pará, no período de 1930 a 1950? A sua pertinência se justifica em razão de compreender quais sentidos foram dados às práticas pedagógicas e educativas nos distintos espaços escolares.

Dessa forma, compreendemos que a referida instituição possuía uma determinada gramática escolar que presumia a organização de todo o processo educativo neste Colégio, abrangendo o uso de objetos escolares e a adoção de práticas voltadas ao atendimento das finalidades educativas intencionadas pelo estabelecimento (Souza, 2013). Também nos interessa entender a cultura escolar do Colégio partindo da sua dimensão material, tendo em vista que pertence a um ambiente regido por normas e práticas que dirigem o cotidiano da instituição (Julia, 2001).

Identificar os objetos escolares e as ações ligadas à cultura material escolar que permearam a rotina educativa do referendado colégio se faz pertinente, pois estes elementos mediaram o exercício das práticas pedagógicas e educativas neste ensino, assim como colaboraram para tecer representações sobre essa escola para a sociedade local. Perante estas colocações, propomos questões norteadoras que circundam esses aspectos e estão estruturadas a seguir:

Quais as representações do Colégio Paes de Carvalho para o cenário do ensino secundário no Pará a partir dos dispositivos legais no período investigado?

De que forma as práticas pedagógicas efetivadas no ensino via laboratórios (considerados aqui como componente da cultura material) compuseram a gramática da escola?

Como o uniforme e as premiações, considerados como objetos e ações da cultura material escolar em uso na instituição, estão relacionados à prática educativa efetivada no ensino secundário?

O conhecimento das representações do Colégio Paes de Carvalho via dispositivos legais, como regulamentos, ofícios e demais fontes de pesquisa, durante o período, objetiva apreender a identidade conferida a esta instituição a partir de práticas que materializaram o valor desta escola para a educação no Pará. Tal caracterização identitária desta instituição nos permite, de acordo com Chartier (2011), compreender a realidade social em que estava inserida e os indícios que fizeram desta escola o modelo a ser seguido entre 1930 e 1950. Também buscamos identificar, nestas representações, os elementos que inseriram o Colégio nos parâmetros da chamada especificidade de instituição escolar, que distinguiram este estabelecimento de formas anteriores de escolarização (Faria Filho, 2007).

Com a segunda questão norteadora, pretendemos esclarecer que as práticas pedagógicas exercidas nos laboratórios de química e biologia correspondiam à carga horária de aulas práticas realizadas no cotidiano da instituição, as quais representavam parte dos objetivos educativos do ensino secundário: a formação científica, que esteve presente na proposta de ensino do Colégio Paes de Carvalho. Desse modo, entendidas como práticas direcionadas para executar um

determinado projeto educativo (Franco, 2012), as atividades de ensino prático nos laboratórios consistiam em práticas socialmente intencionadas a formar uma geração.

O lugar das práticas pedagógicas trabalhadas nos laboratórios dentro da gramática escolar diz respeito à apreensão das aulas práticas como atividades que constituem os diversos tempos de ensino inseridos na organização escolar deste estabelecimento. Nessa mesma lógica, buscamos identificar o papel destas práticas dentro da organização didático-pedagógica do Colégio para verificar como estas atividades se organizavam na sua gramática do ensino, isto é, em quais dispositivos organizacionais da escola as práticas pedagógicas laboratoriais poderiam ser identificadas (Souza, 2013).

Em relação à última questão, quando consideramos o uniforme e as premiações como elementos da cultura material escolar da instituição, intencionamos tratar do uso do uniforme como símbolo de pertencimento do aluno, que é permeado por agentes históricos e sociais, por isto, acaba atribuindo para esta vestimenta uma função educativa concernente ao ensino secundário (Chervel, 1990). Outro aspecto relacionado ao uniforme no contexto das práticas educativas remete ao seu uso, deste como um artefato que viabiliza a disciplinarização dos corpos, no sentido de que, ao vestir a indumentária escolar, o alunado deveria atender a um padrão comportamental.

Logo, podemos relacionar esse pensamento à premissa trabalhada por Ribeiro e Gaspar da Silva (2012) de que as materialidades educam com base em um certo cenário formativo. No que se refere às premiações escolares, estas despendem como práticas educativas de estímulo ao desempenho escolar e à manutenção da tradição da instituição, que, pela lógica secundarista, deveria trabalhar para que o alunado fosse comprometido com a excelência escolar tanto na rotina escolar quanto nas práticas esportivas (Fiscarelli; Souza, 2007). Nessa direção, tanto o uso do uniforme como as gratificações são entendidas como práticas educativas por serem práticas formativas que ocorreram para além do espaço da sala de aula (Franco, 2012).

1.3 Objetivos gerais e específicos da investigação

Analisar a cultura material escolar em uso no Colégio Paes de Carvalho e suas contribuições nas práticas pedagógicas e educativas no ensino secundário no Pará, entre as décadas de 1930 e 1950, é o objetivo geral desta investigação, com base nos dados mediados por mensagens de governadores, dispositivos legais que abrangem os regimentos internos da instituição, jornais, como *A Folha do Norte* (1930-1950), *A Folha Vespertina* (1941-1948), *A Província do Pará* (1947-1949) e *Liberal* (1946-1951), documentos do próprio Colégio e

fotografias; documentação pela qual será possível captar quais usos eram feitos dos objetos escolares, como materiais de ensino dos laboratórios, uniforme e troféus, tal como os tipos de premiações que efetivaram as tarefas atinentes ao cotidiano do ensino secundário.

Outro aspecto relacionado a este objetivo central se refere à observação destes objetos escolares como patrimônio material da escola, que está correlacionado à cultura empírica deste estabelecimento como instituição educativa, ou seja, é o elemento visível das práticas que estão sintonizadas a dadas finalidades. Portanto, tais práticas vinculam-se a “[...] ‘coisas’ ou materializações físicas que exibem signos e significados que funcionam como atributos representativos da cultura implícita nos objetos-memória” (Escolano Benito, 2018, p. 90).

Analisar as representações do Colégio Paes de Carvalho para o cenário do ensino secundário no Pará via dispositivos legais é o primeiro objetivo específico, já que esta instituição foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário público no estado do Pará, fundado ainda no período provincial. Desse modo, a instituição possui toda uma tradição histórica na instrução/educação da juventude paraense, formando exímios alunos “[...] na política, nas ciências, nas letras, nas artes e no magistério nessa região e fora dela” (França; Alves, 2020, p. 163).

Podemos articular que esta formação praticada estava alinhada às reformas que reorganizaram esta etapa de ensino, em que todas as instituições educativas no país deveriam alinhar suas práticas às legislações nacionais (Dallabrida, 2009). Esta equiparação delegou o título de referência de educação da juventude paraense para a instituição em razão de que as práticas realizadas “[...] apresentavam fundamentos humanísticos ladeados por disciplinas científicas com elementos nacionalistas concernentes ao ideário educacional da Era Vargas” (Cunha Silva; Castro, 2021, p. 19).

A primeira destas reformas que trataram da reordenação do ensino secundário, publicamente conhecida como Reforma Francisco Campos, instaurada em 1931, concentrou suas alterações no currículo para viabilizar a modernização dos conhecimentos, por meio da inclusão de saberes científicos em um programa disciplinar predominantemente clássico-humanista. Tal reestruturação foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 18.890/1931, o qual apresentava uma proposta curricular que objetivava congregar fundamentos científicos e clássicos, com o intuito de reduzir o caráter elitista deste ensino, o que, no entanto, não ocorreu em virtude da maior valorização dos traços propedêuticos (Zotti, 2004).

A Reforma Gustavo Capanema, oficialmente nomeada Lei Orgânica do Ensino Secundário, estabelecida em 1942, foi a sucessora da reorganização anterior e igualmente direcionou suas ações à revisão curricular. Esta nova orientação intencionava formar a

juventude que futuramente estaria liderando o processo de desenvolvimento do país e, para tanto, deveria ser instruída nos mais caros valores patrióticos, bem como na cultura geral (Ghiraldelli Jr., 2008).

Com base nestas organizações do ensino secundário regulamentadas via dispositivos legais, e, neste caso, para a referida instituição educativa paraense, acreditamos que práticas como orientações de exames de admissão, oferta de matrículas, cumprimentos de normativas, entre outras semelhantes, geraram representações que atribuíram diferentes significados a este estabelecimento de ensino para a sociedade. Desse modo, pretendemos identificar, a partir de documentos como decretos, ofícios da instituição etc., se as representações produzidas sobre dito Colégio estavam relacionadas aos interesses sociais naquele período histórico, isto é, às práticas exercidas que “[...] descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (Chartier, 1990, p. 19).

Consideramos também ser interessante abordar, no debate das representações, a questão do poder, pois o pioneirismo e a referência deste estabelecimento refletidos, nos dispositivos legais, caracterizavam uma identidade de poder da instituição (Chartier; Barros, 2011). Nesse sentido, descortinam-se possíveis representações que atribuíam a esta escola o status de instituição escolar, o qual é produzido pela articulação de fatores espaço-temporais e valorativos (Faria Filho, 2007).

Diante disso, compreender as práticas pedagógicas efetivadas no ensino via laboratórios (considerados aqui como componente da cultura material) e sua relação com a gramática da escola é o segundo objetivo específico, e se faz necessário em razão de apreendermos o conceito das práticas de caráter pedagógico como atividades complexas que ocorrem unicamente no âmbito escolar. Em síntese, trata-se de uma categoria de prática voltada exclusivamente ao ensino, que articula professores, alunos, currículo, projeto político pedagógico, espaço escolar e suas condições materiais e organização (Caldeira; Zaidan, 2010).

Assim, procuramos trabalhar as práticas pedagógicas realizadas nos laboratórios de biologia e química do Colégio Paes de Carvalho a partir de seus objetos materiais como práticas inerentes ao objetivo formativo do ensino secundário, bem como sua ligação a um modo de ensino e ao pensamento pedagógico que possa justificar o uso dos objetos como materiais didático-pedagógicos. Quanto à análise da relação destas práticas com a gramática escolar, reside justamente no fato de que as práticas pedagógicas são um dos elementos da organização escolar, correspondendo aos chamados afazeres funcionais da escola. Logo, a gramática escolar, nesta relação, figura como um conceito ou aspecto que orienta como as práticas devem acontecer (Viñao Frago, 2008).

A relação das práticas pedagógicas executadas nos laboratórios da instituição com a gramática também pode ser estabelecida pela ordenação e forma das salas de aula, bem como pela organização da escola para dividir corretamente o tempo e o espaço, resultando em “[...] estruturas institucionais que permitam aos professores cumprir suas funções [...] e lidar com as tarefas diárias” (Viñao Frago, 2008, p. 20, tradução nossa).

Após o entendimento das representações e das práticas pedagógicas captadas nas fontes, avaliar a efetividade das práticas educativas exercidas na instituição, em função do uso do uniforme e das premiações, constitui-se em nosso terceiro objetivo específico, procurando compreender que tais práticas dão sentido à formação humana quando relacionadas às premissas educativas do ensino secundário: formar uma juventude pacífica, culta e patriota (Libâneo, 1994). Dessa forma, objetivamos discutir que as práticas educativas na instituição paraense poderiam ter influenciado os alunos em diversos aspectos, haja vista que “[...] tais influências se manifestam através de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes acumulados por muitas gerações de indivíduos e grupos, transmitidos, assimilados e recriados pelas novas gerações” (Libâneo, 1994, p. 17).

Assim, o uso do uniforme escolar e das premiações concedidas ao alunado representam as condições materiais dessas influências. Por isso, é basilar a compreensão destes objetos e ações como meios de execução das finalidades educativas do secundário, quando, por meio destas práticas, formam jovens secundaristas disciplinados e comprometidos com seu desempenho escolar. Nessa perspectiva, devemos considerar que tanto a indumentária escolar como as gratificações como componentes da cultura material escolar do Colégio podem ser mecanismos de persuasão à medida que “[...] os usuários também são moldados pelo artefato, que pode ter sido projetado para produzir determinados conjuntos de ações” (Lawn, 2018, p. 337).

1.4 Hipótese

Nossa hipótese é de que a cultura material escolar em uso no Colégio Paes de Carvalho contribuiu para a efetivação das práticas pedagógicas e educativas do ensino secundário público no Pará, por serem meios que conferiram sentidos às atividades exercidas pelos alunos. Sendo expressa nos seus objetos escolares (uniforme, troféus e materiais de laboratórios) e nas ações (premiações), influenciou na forma de organização escolar, nos diferentes tempos de ensino, na escolha dos conteúdos, na padronização de comportamentos e valores, entre outros elementos difundidos nesta instituição.

1.5 Percurso metodológico

O estudo do uniforme, dos troféus e dos materiais de laboratórios como objetos escolares e subsídios para o entendimento das práticas pedagógicas e educativas do ensino secundário no Colégio Paes de Carvalho denota apreender sua relevância na dinâmica dos processos educativos e pedagógicos em distintos espaços escolares, instituições, bem como empreender análises mais abrangentes que permitam até mesmo comparar estabelecimentos de ensino (Castro; Castellanos, 2013).

Nessa perspectiva, a pesquisa sobre a materialidade escolar identificada na mencionada instituição, por meio de suas práticas, tem como abordagem teórico-metodológica a História Cultural, que, articulada ao debate da cultura material no contexto escolar, visa compreender as atividades, a organização do espaço escolar, a formação dos sujeitos, os objetos utilizados e as relações fundadas no cotidiano escolar. Partindo do pressuposto de que a História Cultural aponta “[...] o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p. 16), as finalidades destes pressupostos nos auxiliam no estudo dos aspectos materiais escolares do Colégio, a partir da operacionalização de seus três elementos indissociáveis de análise: a história dos objetos na sua materialidade; a história das práticas nas suas diferenças; e a história das configurações sociais, as mudanças nas estruturas psíquicas ou formas de pensar essa cultura material escolar e as armaduras conceituais analisadas nas suas variações (Nunes; Carvalho, 1993; Castellanos, 2022).

O uso desses três elementos de análise da História Cultural, defendida por Chartier (1990), evidencia os movimentos da renovação historiográfica, que direciona suas discussões para a materialidade das práticas e seus objetos culturais que advogam pelas investigações que privilegiam os sentidos e significados. No que se refere ao debate da *história dos objetos na sua materialidade*, nota-se que a História Cultural propõe uma espécie de arqueologia dos artefatos, no sentido de compreendê-los em sua *forma, estrutura, dispositivo e frequência*, observando o fato da indissociabilidade do objeto ao seu discurso.

Aplicando o primeiro eixo ao nosso objeto de investigação, identificamos 5 formas de menção aos objetos escolares e ações ligadas à cultura material escolar: os dispositivos legais, os relatórios, as mensagens de governadores do estado do Pará, os documentos da instituição, os jornais e as fotografias. Os dispositivos legais abrangem decretos, ofícios e portarias que definiam diretrizes para o pleno funcionamento desta instituição paraense, sendo, portanto, estratégias para garantir a realização do projeto de educação secundária (Certeau, 2014). Os documentos institucionais, as notícias de jornais e as fotografias consistiam em explicar as

práticas ocorridas no estabelecimento, tanto aquelas voltadas para a operação funcional quanto as práticas educativas e pedagógicas, configurando-se, segundo Certeau (2014), como as maneiras de fazer.

Quanto à estrutura, os dispositivos legais se apresentam geralmente no formato de artigos que ocupam 1 ou 2 folhas. As mensagens governamentais reservam a seção que era nomeada como educação ou instrução pública, variando de acordo com as décadas do recorte temporal. Nos jornais, as notícias eram curtas, variavelmente ocupando uma coluna ou menos, localizadas na terceira página, sendo intituladas pelo próprio objetivo da notícia, como, por exemplo, exames de admissão, Colégio Paes de Carvalho etc.; já os documentos da instituição eram registrados, em sua maioria, em folha única, titulada pelo assunto a ser tratado; e, por fim, as fotografias registraram os objetos presentes nos laboratórios de química e biologia da instituição, como béquer, pipeta, peças de anatomia humana, e, da mesma forma, temos os registros de alunos utilizando o uniforme escolar na rotina da escola e nas solenidades escolares, como os desfiles cívicos.

Em relação ao dispositivo, enquanto suporte material do objeto de pesquisa, a classificação das fontes descritas nos parágrafos anteriores é o veículo de conhecimento dos elementos e das ações que permitem compreender a relação entre a cultura material escolar e suas práticas pertinentes ao desenvolvimento do nível de ensino em tela. Sobre a frequência, são analisados os indícios da materialidade escolar presentes na documentação da época para acessar as práticas que abrem caminho ao entendimento do cotidiano escolar (Julia, 2001).

Quanto à história das práticas nas suas diferenças, em que se almeja entender como os diferentes sujeitos fazem uso do mesmo objeto que lhes é imposto, corresponderia ao processo de pensar especialmente sobre as práticas: 1) os primeiros indícios materiais que organizam a rotina escolar, determinando os diversos tempos escolares para as práticas e táticas de apropriação de professores e alunos diante destas regras impessoais; 2) o uso de materiais sonoros e táteis como meios para as práticas pedagógicas e em que medida elas se relacionam com a gramática escolar; 3) a indumentária e as honrarias caracterizadas como práticas educativas para atender às finalidades de ensino da instituição e o embate ou não deste uso entre diretores, professores, alunos e familiares; 4) outros tipos de práticas presentes no cotidiano formativo do Colégio Paes de Carvalho.

O que se busca analisar neste segundo eixo são as diferentes práticas como táticas de apropriação dos sujeitos envolvidos que permitem ou não a realização dos objetivos de ensino do Colégio, que, ao serem viabilizadas pelo uso de objetos e ações relacionados à cultura material escolar, traduzem finalidades e discursos pedagógicos ligados a uma determinada

época. Assim, as práticas, no contexto de nosso objeto, são processos organizados “[...] pelo postulado do poder” (Certeau, 2014, p. 101); e, no cenário da discussão desta investigação, o poder é representado pelas normas que regem estas práticas.

No que concerne ao terceiro eixo, que une a história dos objetos em sua materialidade e a história das práticas nas suas diferenças para entender as formações ou configurações sociais, as mudanças nas estruturas psíquicas dos indivíduos ou formas de pensar a cultura material escolar e as respectivas armaduras conceituais vigentes na época, analisadas aqui nas suas variações históricas, abordamos inicialmente as práticas exercidas a partir dos objetos escolares presentes no supracitado Colégio e sua importância na formação da juventude para o contexto da sociedade paraense entre as décadas de 1930 a 1950, tendo em conta as diversas configurações formadas entre diretores, professores, alunos e comunidade.

Em relação às mudanças nas estruturas psíquicas ou nas formas de pensar o Colégio e a relação dos sujeitos envolvidos com a instituição, voltamo-nos a conhecer os modos de pensar daquela época sobre este espaço escolar, analisando especificamente o ensino secundário e a conjuntura política local, pois, ao examinar os textos, podemos tanto ampliar as nossas análises acerca do objeto quanto compreender as diferentes representações sobre este (Pesavento, 2012). Considerando os contextos citados, entender as mudanças das estruturas psíquicas ou formas de pensar a instituição remete ao conhecimento das influências nas formas de fazer e pensar dos alunos, que, em suas práticas, sejam pedagógicas e/ou educativas, aprendem, via objetos escolares, os conteúdos das disciplinas e regras comportamentais, que, conseqüentemente, produzem mudanças nas relações entre professores e alunos, objetos e ordenação escolar. Logo, a cultura material escolar, a partir das práticas pedagógicas e educativas, define uma determinada forma escolar de aprendizagem, que articula saberes e práticas inseridos nas relações pedagógicas (Vicent; Lahire; Thin, 2001).

A respeito das armaduras conceituais, trabalhamos o conceito de cultura material escolar como elemento constituinte das práticas exercidas entre os muros do Colégio Paes de Carvalho, entendendo que os aspectos materiais dizem respeito ao conjunto de “[...] objetos utilizados no cotidiano nos diferentes espaços escolares - salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outros-, que contribuíram no processo de ensino e de aprendizagem e na administração dessas instituições” (Castro; Castellanos, 2013, p. 179).

Nessa lógica, tentamos entender o papel dos objetos escolares (uniforme, materiais de laboratórios e troféus) e das ações (premiações) ao longo do processo escolar, tendo em vista que estes são relacionados às práticas pedagógicas e/ou educativas do ensino secundário, as quais, ainda que apresentassem significados semelhantes, distinguem-se em seu foco de ação

(Franco, 2012). Dessa forma, buscamos identificar a quais finalidades de ensino estes objetos escolares estariam direcionados, considerando que, nas discussões sobre a materialidade escolar, os objetos são providos de sentidos que são conferidos pela atividade humana (Meneses, 1998).

Destarte, para empreender as análises das fontes a partir dos 3 eixos da História cultural, utilizaremos as *representações* como categoria metodológica, que nos propicia suporte para interpretar um objeto como ferramenta mediadora da realidade, que será estudada a partir de suas representações produzidas por meio do conjunto de práticas observadas (Chartier, 1990). Assim, ao nos utilizarmos das representações, pretendemos conhecer uma realidade não vivida e marcada por símbolos e práticas originados em tempos outros. Em síntese, trata-se de conhecer os usos feitos dos objetos escolares no Colégio Paes de Carvalho em um tempo anterior, “[...] que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado” (Pesavento, 2012, p. 23).

Pautar a pesquisa a partir desta categoria nos auxilia a entender que um objeto pode projetar diferentes sentidos em uma determinada sociedade, isto é, a forma como pode ser construído e pensado em uma dada conjuntura (Chartier, 1990). Assim, ao estudar-se um objeto histórico sob a ótica da História Cultural, é preciso estar atento às representações originadas que podem produzir diferentes sentidos.

Estes sentidos diferenciados permitem que a História Cultural aponte novos olhares à interpretação da história social quando se interessa por objetos de estudo em sua totalidade, ou seja, observá-los em sua constituição tanto material quanto simbólica. Desse modo, entende-se que analisar um objeto escolar à luz da História Cultural pressupõe enveredar por

[...] vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante às classes sociais ou aos meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (Chartier, 1990, p. 17).

Segundo Chartier (1990), para que a história seja corretamente falada, é necessário articular as *representações das práticas* e as *práticas das representações*. Diante desta perspectiva, ao utilizar as fontes documentais, a construção histórica trará uma visão aproximada do real, haja vista que, ao ilustrar as representações das práticas, estas trazem características distintas, e identificar essas diferenças define o conhecimento das práticas por meio de suas representações. Este pressuposto é enriquecido por Nunes e Carvalho (1993),

quando embasadas pelas formulações de Chartier, pontuam que as representações se destacam na análise histórica por se caracterizarem “[...] como prática em que se posicionam seus agentes e que constitui o ‘social’ como social ordenado, hierarquizado, classificado a partir de posições de agentes nela articuladas[...]” (Nunes; Carvalho, 1993, p. 48).

Diante das argumentações trabalhadas sobre as representações na ótica da História Cultural, acreditamos que esta categoria metodológica é a mais adequada para compreender a cultura material escolar do Colégio Paes de Carvalho como contributo às práticas educativas e pedagógicas do ensino secundário, pois as representações integram esse processo por meio do discurso pedagógico que estes materiais possam refletir, assim como suas práticas e propósitos atribuídos a eles para justificar os seus usos. Por isso, a representação se relaciona com o mundo social quando se pretende entender os significados de uma dada representação delegada a uma sociedade ou indivíduo e, neste caso, ao objeto material (Chartier, 2011).

A partir do exposto, discorreremos a seguir sobre os tipos de pesquisa adotados: a bibliográfica e a documental, já que foi produzida por fontes documentais e literatura específica. A primeira definida “[...] a partir do registro disponível, [...] em documentos impressos como livros, artigos, teses etc. [...] utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores” (Severino, 2007, p. 122); e a segunda trata de informações inerentes ao cotidiano de um lugar, grupo social ou sujeito que fornece elementos para o seu conhecimento e apreensão via fonte, ou seja, encontrar, reunidas em todo um arquivo, as características e diversidades de dados e personagens que se revelam em cada documento.

Com respeito à pesquisa bibliográfica, utilizamos diferentes linhas de estudo para contemplar as análises: em função da História Cultural, auxiliamo-nos em Roger Chartier (1990), no livro *A História Cultural: entre práticas e representações*, que debate sobre as práticas culturais que atribuem sentido à realidade e, conseqüentemente, produzem representações resultantes da visão de um grupo ou sociedade que a forja, além de trabalhar o conceito de apropriação como forma de apreensão da realidade pelos indivíduos que o fazem, atribuindo diferentes significados. Essas proposições nos auxiliam na compreensão do campo das práticas, mas, sobretudo, das representações, no intuito de identificar quais eram os sentidos verificados aos objetos quando utilizados no contexto de ditas práticas pedagógicas e educativas. Por outro lado, visamos apontar a simbologia do Colégio Paes de Carvalho para a educação da juventude local.

Outra obra pertinente é *Historiografia da educação e fontes*, de Nunes e Carvalho (1993), que abordam os usos feitos de um objeto, texto ou imagem por parte de um indivíduo ou grupo social, bem como as materialidades como fatores importantes na compreensão das

práticas culturais. É assim que nos apropriamos destas premissas para poder observar, analisar e discernir sobre os objetos escolares, a exemplo da indumentária escolar e seus usos realizados pelos alunos.

Quanto à cultura material escolar, utilizamos a obra *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)*, organizada por Castro (2013), que realizou um trabalho de categorização dos objetos escolares, organizados em 13 grupos de classificação. O registro analítico sobre a cultura material escolar é resultado de uma pesquisa conjunta realizada por 5 estados (anteriormente citados) que se utilizaram de diversas fontes para construir uma história comparada, considerando o contexto de cada localidade, tendo como enfoque a investigação dos objetos escolares presentes no cotidiano da escola.

Utilizamos-nos desta referência para estabelecer as classificações dos objetos escolares identificados nas práticas do Colégio Paes de Carvalho, como os materiais visuais, sonoros e táteis, a indumentária e honrarias, os quais fazem parte da dinâmica da instituição, integrando este espaço em sua organização, nas relações estabelecidas em suas normas de funcionamento etc. (Castro, 2013). Ainda sobre a relação entre os objetos escolares e o funcionamento da instituição educativa, Castro (2011), no texto “A presença dos materiais escolares no Maranhão oitocentista”, pontua que a análise dos objetos está para além da sua materialidade e função, em que a cultura material escolar concebe um universo constituído por materiais que contemplam os momentos da rotina educativa. Desse modo, conformamos este ponto de vista no sentido de poder estudar os objetos, “[...] perspectivas e ângulos teóricos e metodológicos diversos, inclusive sob um enfoque mais regionalizado” (Castro, 2011, p. 13).

Castellanos (2020), no artigo “A Cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista”, trabalha a partir de leis, regulamentos, decretos, relatórios de presidentes de províncias e de inspetores da instrução pública as práticas, os sentidos e os significados que orientam as práticas escolares. Este modo de análise nos ajuda tanto na compreensão da cultura material escolar quanto no tratamento das informações nas diferentes fontes. Benito (2017, 2018), por outro lado, nas obras *A Escola como cultura: experiência, memória e arqueologia* e *Etnohistória e cultura material da escola: a educação nas exposições universais*, investiga as diferentes culturas presentes na escola: a empírica, a acadêmica e a política; âmbitos onde a dimensão material pode ser analisada tanto pela ótica antropológica como pela hermenêutica. Assim, estas obras nos ajudam a compreender a cultura empírica como dimensão ligada ao cotidiano do Colégio, que produz sua cultura tanto pelas ações dos sujeitos como pelos objetos que são contemplados pela cultura material da escola.

Para fins de orientação contextual, também incluímos, em nossas referências, o debate sobre o ensino secundário a partir dos trabalhos de França e Alves (2020) e Cunha Silva e Castro (2021), os quais estabelecem discussões voltadas ao Colégio Paes de Carvalho nas primeiras décadas da República. O primeiro, intitulado “Ensino secundário no casarão da praça da bandeira: Ginásio Paraense (1930-1937)”, analisa a organização do ensino secundário público Paraense a partir das práticas identificadas na rotina da instituição por meio de jornais, mensagens de governadores; e o segundo, denominado “O Ensino Secundário no estado do Pará na Segunda República (1930-1945)”, trata dos primeiros indícios de práticas curriculares e educativas deste estabelecimento que conferiram o status de referência neste nível de ensino no estado. O estudo destes dois artigos nos auxiliou tanto no conhecimento das origens da oferta institucionalizada do ensino secundário local quanto nos tipos de práticas, saberes e normas difundidas neste contexto.

Reitera-se que trabalhar com fontes documentais significa encontrar, reunidas em todo um arquivo, as características e diversidade de dados e personagens que se revelam em cada documento/fonte. Isto é, trata-se de informações inerentes do cotidiano de um lugar, grupo social ou sujeito que forneceram elementos para o conhecimento e apreensão da fonte.

Para nos dar suporte no trabalho com as fontes documentais, operamos as análises com base em autores como Barros (2019), na obra *Fontes históricas: Introdução aos seus usos historiográficos*, que nos propiciou informações ou modos para trabalhar com os indícios do passado, pois trata-se de analisar indivíduos ou sociedades que já se esvaíram, mas deixaram sua marca na história. Nesta direção, podemos entender, portanto, que as fontes históricas são produções humanas que carregam “[...] vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano” (Barros, 2019, p. 15).

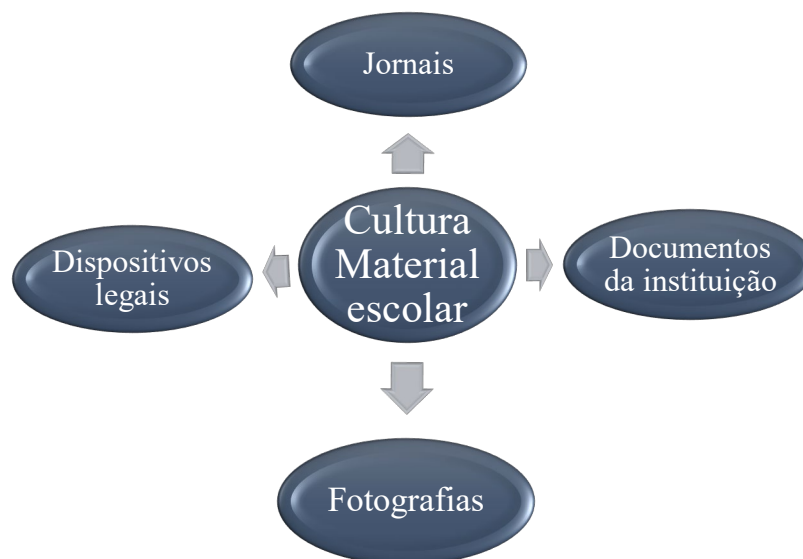
Nesse sentido, Farge (2009) reforça a questão da interpretação da fonte, pois pertence a um determinado arquivo que possibilita caracterizar um determinado local. Assim, a ausência do estudo mais aprofundado pode implicar a coleta de informações superficiais, o que impede a construção de um estudo histórico, haja vista que o sentido histórico atribuído ao documento é dado a partir do trabalho do pesquisador apoiado em seu cabedal teórico.

Perante o exposto, retornamos ao passado, por via das fontes, com o intuito de compreender a história do Colégio Paes de Carvalho, por intermédio de sua cultura material escolar, apurada a partir de suas práticas feitas com objetos de laboratórios, uniforme, programas de disciplinas, regulamentos etc., que dão a dimensão do cotidiano escolar, objetivando entender as representações.

Para a construção do conjunto de informações que sustentaram a investigação, recorreremos à coleta de fontes/dados, durante os meses de setembro de 2020 a maio de 2021, no Arquivo Público do Estado do Pará, no qual localizamos mensagens e relatórios de governadores, dispositivos legais e fragmentos dos jornais *A Folha do Norte* (1930-1950), *A Folha Vespertina* (1941-1948), *A Província do Pará* (1947-1949) e *Liberal* (1946-1951), que foram encontradas no setor de obras raras, por meio de microfimes e jornais da biblioteca pública Arthur Viana. Já no Arquivo Histórico do Colégio Estadual Paes de Carvalho, coletamos documentos da instituição. Ainda que tenhamos um consistente conjunto de fontes, é interessante pontuarmos que o início da coleta dos materiais foi um processo árduo, pois as primeiras visitas aos espaços de pesquisa não surtiram resultados significativos, porém, a curiosidade nos manteve firmes para prosseguir na investigação.

Com o fim de melhor organizar nosso corpus documental de pesquisa, optamos por classificar as fontes a serem analisadas conforme suas características. Desse modo, estes documentos se organizam da seguinte forma:

Figura 1 – Corpus documental da pesquisa



Fonte: Documentos coletados (2022).

a) Dispositivos legais: para identificarmos a situação da educação pública no estado, a representatividade do Colégio Paes de Carvalho, as normas organizativas, bem como as primeiras indicações de aspectos materiais desta instituição, reunindo, neste grupo, os regimentos de 1933 e 1946, publicados no *Diário Oficial do Estado*, as mensagens de governadores e ofícios da instituição endereçados ao poder estadual no período.

b) Documentos da instituição: agrupamos, nesta classificação, os boletins de provas finais, horários de aulas, programas de disciplinas, livros de matrículas, certificados de conclusão de cursos e outros desta natureza que nos ajudaram a conhecer as práticas pedagógicas e educativas, bem como os elementos relacionados à organização da instituição.

c) Jornais: para identificar algumas práticas inerentes ao Colégio, como os desfiles, a divulgação dos resultados das provas, os alunos faltosos e outras afins, consultando pequenas notícias divulgadas nos exemplares dos jornais *A Folha do Norte* (1930-1950), *A Folha Vespertina* (1941-1948), *A Província do Pará* (1947-1949) e *Liberal* (1946-1951).

d) Fotografias: para conhecer os objetos materiais que fizeram parte de algumas das práticas educativas e pedagógicas e da tradição da instituição, que serão tratadas, agrupando, nesta divisão, os registros de objetos encontrados no Colégio: os troféus conquistados em torneios de esportes e concursos de bandas marcial e musical, assim como os materiais utilizados nos laboratórios de química e biologia durante as aulas práticas, como esqueletos, amostras de animais, pipetas.

1.6 Estrutura do trabalho

Esta tese está organizada em cinco seções. Concretamente, a primeira seção constitui a esta introdução, em que abordamos as motivações que nos levaram a escolher tal temática, a problemática definida e seus objetivos. Nela, tratamos ainda da estrutura teórico-metodológica que orientou nosso processo de escrita e nossas expectativas quanto às contribuições deste trabalho tanto para a produção do conhecimento nesta área quanto para a universidade e a sociedade paraense.

Na segunda seção, versa-se sobre as representações do Colégio Paes de Carvalho para o contexto da educação pública no Pará, procurando compreender os fatores que fizeram com que esta instituição educativa recebesse o status de referência do ensino secundário devido à sua equiparação nacional. Na subseção seguinte, apresentam-se os primeiros indícios da cultura material escolar presente no Colégio alusivos à organização do cotidiano do estabelecimento, que ordenaram a vida escolar do alunado a partir de diversas práticas, tais como a determinação do tempo de atividades, a avaliação do desempenho escolar e a sua correspondência com a proposta educativa do secundário.

Na terceira seção, versa-se, de modo mais concretizado, sobre os objetos e ações relacionados à cultura material escolar deste Colégio, utilizados para a execução das práticas educativas e pedagógicas. Na primeira subseção, discutimos o ensino ofertado a partir dos

objetos escolares presentes nos laboratórios de química e biologia, compreendendo estes como ferramentas produtoras de práticas pedagógicas para atender às finalidades de formação científica projetada para esta etapa de ensino; já na segunda subseção, ocupamo-nos em versar sobre o uso do uniforme escolar como mecanismo da prática educativa do ensino secundário, visando disciplinar os corpos dos estudantes quando vestidos pela indumentária. Na terceira subseção, voltamos nosso debate para os troféus e demais premiações, que são entendidos como objetos e ações da cultura material escolar em uso do Colégio, analisados como prática educativa para reforçar valores, como a excelência escolar, e a tradição com a prática esportiva.

Na quarta seção, abordamos o cotidiano formativo do estabelecimento, dando enfoque à apreensão de elementos da cultura escolar do ensino secundário presentes nas fontes documentais. A primeira subseção analisa as práticas de disciplinamento e controle como forma de constituir, por meio de práticas disciplinares, como a ordem, o cumprimento de horários etc., jovens disciplinados; na segunda subseção, abordamos as atividades voltadas ao desenvolvimento físico e mental dos alunos, trabalhadas a partir da educação física e da instrução pré-militar como mecanismos formativos de jovens sadios e disciplinados, bem como apreciadores e zeladores dos valores cívicos, da justiça e do amor à pátria, os quais eram reforçados pela gestão militar da referida disciplina. Na última subseção, discorremos sobre atividades que privilegiavam a essência patriótica e cultural do ensino secundário, que correspondem aos desfiles escolares e práticas artísticas, como o canto orfeônico e as apresentações artísticas que compuseram as solenidades de encerramento do ano letivo.

Na quinta e última seção, as considerações finais, com base na hipótese de que a cultura material escolar em uso no Colégio Paes de Carvalho contribuiu para a efetivação das práticas pedagógicas e educativas do ensino secundário, demonstramos como os objetos escolares e as ações relacionadas à materialidade foram meios de atendimento das finalidades do ensino escolar naquele estabelecimento.

Enfim, esta pesquisa pode contribuir para os pesquisadores da História da Educação e, mais especificamente, da cultura material escolar, tanto no sentido de organização das diferentes naturezas de fontes e na classificação dos objetos, quanto na compreensão dos contextos em que está inserida tal instituição, constituída em suas práticas e objetos escolares como meios de formação dos sujeitos. De modo mais centrado, nossa proposta em investigar a cultura material escolar em uso no Colégio Paes de Carvalho e seu papel no cumprimento das práticas pedagógicas e educativas pode auxiliar na produção de conhecimento, seja no âmbito da cultura material escolar, seja na história das instituições e do ensino secundário.

Outra contribuição centra-se na questão de que a articulação das práticas e da cultura material nos leva a compreender a escola como um espaço holístico, que guarda objetos que precisam ser analisados muito além de sua estrutura física, bem como verificar nas relações em que está presente, mostrando sua função e significação para o ambiente escolar marcado por uma dada proposta educativa.

A relevância deste estudo para a universidade direciona-se mais especificamente para o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, enriquecendo seu conjunto de produções acadêmico-científicas, especialmente da linha de pesquisa “Educação, Cultura e Sociedade”, quando propomos produzir uma História da Educação na Amazônia em uma perspectiva analítica, que se soma às demais tratadas pelos mestrandos e doutorandos da linha.

As contribuições desta investigação para a sociedade local residem na questão de que esta instituição educativa, em certa medida, faz parte da história do estado por ser o primeiro estabelecimento público de ensino secundário do território paraense. Nessa direção, esta tese colabora para a ampliação da escrita da história do Colégio Paes de Carvalho, que já apresenta um sólido conjunto de investigações, em sua maioria, voltadas à gênese e à evolução das práticas pedagógicas e educativas ao longo dos anos, mas, nesta pesquisa, oferece-se à sociedade o conhecimento da cultura material escolar presente no seu cotidiano e suas contribuições para a execução das práticas formativas.

2 COLÉGIO PAES DE CARVALHO: MODALIDADE ESCOLAR DO ENSINO SECUNDÁRIO NO PARÁ

Antes de iniciar a discussão das representações sobre o Colégio Paes de Carvalho, é válido ressaltar uma breve gênese do ensino secundário em terras paraenses, que se reporta ao período colonial, em que os movimentos iniciais indicam a atuação dos Jesuítas da Companhia de Jesus. A atuação destes religiosos no estado data da segunda metade do século XVII, sendo marcada por momentos conturbados por diversas razões, entre elas, a interrupção das atividades devido à falta de alunos ou desentendimentos entre religiosos e colonos (Nunes, 1999).

O ensino secundário, naquele período, caracterizava-se pela cultura letrada, orientada pelo *Ratio Studiorum*, documento norteador da prática educativa jesuítica, a qual basicamente instruía pela via das humanidades aos colonos; já a catequização foi reservada aos povos indígenas (Nunes, 2000). O trabalho da Companhia de Jesus, no Pará, finda no momento de sua expulsão, executada em âmbito nacional, em 1759, quando são adotadas as aulas régias que funcionavam de modo individual por cada professor, que lecionava latim, filosofia, grego e outras lições que demarcavam a essência clássica-humanística que inaugurou as ações deste nível de ensino.

O ensino secundário toma forma mais institucionalizada a partir do regime imperial, ainda tendo como objetivo a instrução desinteressada e marcada pela erudição originada do ensino jesuítico. O marco histórico da institucionalização do ensino secundário foi a fundação do Colégio D. Pedro II, em dezembro de 1837, sendo, portanto, a primeira instituição de ensino secundário público do país legalizada pelo governo. Trata-se, assim, de um estabelecimento nacional de referência (Pessanha; Brito, 2014).

O estado do Pará também acompanhava este processo de reorganização do ensino secundário, e a fundação do Colégio Paes de Carvalho, ainda no período imperial, caracterizou esta regulamentação, tornando a instituição historicamente reconhecida como referência de educação secundária na Província. Inaugurada no momento da instalação dos chamados liceus provinciais, a citada instituição pública paraense foi regulamentada pela Lei n.º 97, de 28 de julho de 1841, e regia tanto o ensino primário quanto o secundário (França, 1997).

Sendo a primeira instituição do estado voltada ao atendimento deste nível de ensino, o Liceu Paraense – como foi inicialmente chamado na Província – foi fundado em momento que, de acordo com França (1997), o cenário educativo local era semelhante à conjuntura nacional do ensino secundário no século XIX, quando ainda não dispunha de uma organização curricular sistematizada, de modo que, neste Liceu, o ensino era ofertado apenas por meio das aulas

avulsas, que se resumiam em “ uma aula de Filosofia Racional e Moral, uma de Retórica, quatro de Latim e uma de Francês [...] estas últimas sem provimento” (França, 1997, p. 120).

Vale lembrar que não é nosso objetivo tratar de modo detalhado sobre a gênese do Colégio ³, no entanto, destacar algumas informações sobre seus primeiros movimentos se torna relevante para compreender a constituição histórica deste estabelecimento quando acompanhava as proposições nacionais e suas alterações voltadas a este nível de ensino. Tal situação perdurou na passagem do Império para a República, conferindo a esta instituição o atributo de padrão a ser seguido pelas demais instituições educativas no estado (Cunha Silva; Castro, 2021).

No que se refere ao período de 1930 a 1950, o Colégio Paes de Carvalho também esteve circunscrito nas modificações postas pelo campo da educação brasileira ⁴; instituição equiparada ao ginásio nacional, desenvolvendo, conseqüentemente, práticas consoantes a esta mesma premissa. Tais práticas atribuíram lugar de destaque para este colégio no cenário da educação local, assim como conferiram toda uma simbologia para a sociedade que visualizava, nesta instituição, os ideais de progresso, educação, nacionalismo e civilidade.

Nessa direção, os ideais educativos, as práticas e as normas regulamentadas pelas autoridades estaduais refletidas nas características de educação se constituem no conjunto de representações que buscamos investigar no contexto desta instituição. Por isso, as características que construíram as representações do Colégio para a sociedade local objetivavam formar ou defender um tipo de aluno, de ensino e estabelecimento correspondentes ao valor da instituição, que eram materializados, por exemplo, em programas de disciplinas, horários de aulas e tudo mais que possa ser um registro material das representações e do fazer educativo da instituição, bem como fonte confirmadora da figura e posição de relevância do Colégio ante a sociedade paraense.

Em vista disso, faz-se necessário investir na análise das representações do Colégio Paes de Carvalho para o ensino secundário no Pará a partir dos dispositivos legais. Desse modo, propomos examiná-las fazendo uso do modelo de representações trabalhado por Chartier (1991), que define este conceito pela via da identificação, análise e interpretação de cinco tipos diferentes: representações das práticas, iconográficas, das habilidades e anseios dos sujeitos e,

³ Para mais aprofundamento sobre a fundação do Colégio, sugerimos a leitura da dissertação “Raízes históricas do ensino secundário público na Província do Grão – Pará: O Liceu Paraense 1840-1889”, de Socorro França (1997), e da obra *Subsídios para a história do Colégio Estadual “Paes de Carvalho”*, de Clóvis Rego (2002).

⁴ Para mais conhecimento do contexto educacional do Pará entre as décadas de 1930 e 1950, ver: DAMASCENO, Alberto. *A 2ª República e a Educação no Pará*. Belém: Ed. Açaí. 2012; DAMASCENO, Alberto. Notas sobre a Educação Paraense na Segunda República. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 62, 2015.

por último, o conhecimento das regras que regem as práticas geradas pelas representações, todas estas considerando, no caso do estudo da instituição, a conjuntura da escola.

2.1 Representações do Colégio Paes de Carvalho para o ensino secundário paraense

As representações sobre o Colégio podem fornecer indícios de valores morais e patrióticos, visões de educação e outras questões atinentes à instituição expressas de modo direto ou indireto nos dispositivos legais que compreendem os decretos publicados no *Diário Oficial* do estado do Pará (1930 a 1940), em que foram divulgadas as edições atualizadas dos regimentos internos do estabelecimento, nas mensagens de governadores (1930 a 1950) que tratavam das ações governamentais para a educação e, por fim, nos documentos deste espaço escolar que informam sobre determinadas atividades correntes na instituição.

Com o propósito de estudar sistematicamente as representações, devemos atentar inicialmente para os tipos de representações utilizadas para articular as discussões referentes. Desse modo, identificamos que o conjunto das representações das práticas e das expectativas e competências dos sujeitos possibilita condições à compreensão do papel deste estabelecimento no cenário da educação local, tendo em vista que estas representações colaboram para compreendermos a construção histórica do Colégio e, da mesma forma, demarcar o seu poder como padrão de instituição naquela dada realidade social (Chartier, 2011).

Uma das primeiras representações sobre o Colégio Paes de Carvalho refere-se justamente à condição atribuída como principal estabelecimento de ensino secundário no Pará, em que sua constituição em organização e práticas tinha como modelo o Colégio Pedro II, o qual, desde a sua fundação ainda no Império, era o padrão de estabelecimento a ser seguido pelas demais regiões do país. Desse modo, em relação à equiparação da instituição paraense, esta manteve a característica de nivelamento no período histórico investigado, como indica o discurso do governador do estado, Dr. José da Gama Malcher, proferido à Assembleia Legislativa, em 1936, quando afirma a consonância deste Colégio — quando ainda era denominado como Ginásio Paraense — com as alterações normativas para o secundário, assinalando que:

Obedecendo a nova orientação do ensino secundário, elaborada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, creamos, por decreto n. 1950, de 3 de março do corrente anno, o Curso Complementar, funcionando no Gymnasio Paraense, com um total de 97 alunos. Convem notar que no Norte do Brasil o Pará é um dos únicos Estados a manter este curso. [...] Anexo ao mesmo estabelecimento funciona o curso de

adaptação, destinado a preparar alumnos para o curso fundamental, constituindo este trabalho obra de valor (Pará, 1936, p. 99).⁵

Esta condição de protagonismo na educação pública paraense também era refletida nos decretos publicados pelo governo do estado, que estabeleceu o seu regimento interno, fixando distintas normas para o seu funcionamento e considerando diversos fatores: a seriação e os exames de admissão; as provas, os programas de ensino e os horários de aula; o disciplinamento, o corpo docente e a administração, entre outros. Todos estes elementos também nos permitem entender a representação do Colégio Paes de Carvalho como padrão de instituição, pois estas diretrizes o configuraram como modalidade de escola, em razão de uma forma de organização escolar própria, como também por ser um modo de expressão da escola secundária (Souza, 2013).

Sendo entendida como uma modalidade de escola, a organização mais sistematizada presente no regimento se assemelha às especificidades da escola graduada, visto que o seu funcionamento estruturado por configurações pedagógicas, como a classificação dos alunos por séries, o conhecimento dividido por matérias, a presença de docentes especializados, além das características arquitetônicas, correspondia à proposta de modernização educacional em curso no país desde os primeiros anos da República (Souza, 2013).

É importante destacar também que, dispondo destes traços característicos de modalidade, o referido Colégio igualmente se insere no debate da forma escolar por ser uma variante do modo escolar de socialização quando traz, nas linhas dos seus dispositivos legais, os aspectos que denotam a relação pedagógica que é tipificada pela submissão de regras e condutas, pelo tempo escolar e os saberes objetivados (Vicent; Lahire; Thin, 2001). Constituída por tais elementos, a relação pedagógica sofreu alterações com a perspectiva da invenção da forma escolar, que, ao estabelecer um modo de socialização peculiar, produziu uma relação hierárquica entre professor e alunos, ambos sujeitos a regras e condutas distintas.

Essa lógica foi notada no contexto do estabelecimento Paraense quando definiu condutas para os sujeitos partícipes do processo educativo naquele espaço, de modo que a hierarquia era notória entre estes quando o regimento interno, viabilizado pelo Decreto n.º 599, de 28 agosto de 1946, regulamentou os comportamentos que professores e alunos deveriam ter em sua passagem pela instituição. Esta temática foi tratada nos capítulos IX e XV do citado dispositivo legal, que denominou o assunto como “Dos deveres do aluno” e “Dos direitos, deveres e penas do pessoal docente e administrativo”, os quais sugeriam o distanciamento na

⁵ Para preservar as características históricas das fontes, manteremos a escrita original presente nos documentos analisados ao longo do texto.

relação pedagógica produzido pela forma escolar de socialização imposta, como nos apontam alguns incisos referentes aos deveres dos alunos:

Art. 40 - São deveres do aluno:

[...]

3) Cumprir as recomendações dos professores e seus auxiliares em tudo quanto disser respeito à boa ordem e eficiência de ensino; [...]

15) Não promover nem incitar ou tomar parte em desordens[...]nem desacatar qualquer membro do corpo docente ou administrativo, dentro ou fora do estabelecimento

(*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 3).

Além de expressar os direitos e deveres dos professores, a legislação interna da instituição também evidenciou as características do quadro docente ao dedicar capítulos específicos. De acordo com as normativas publicadas no *Diário Oficial* do estado, existiam 5 categorias de professores que conduziam as atividades escolares conforme as suas atribuições, as quais foram se modificando no decorrer das alterações regimentais sofridas.

De modo geral, as categorias de professores compreendiam os professores catedráticos e seus auxiliares, contudo, entre os regulamentos de 1933, 1943 (publicado somente em 1944) e 1946, as 3 classes restantes distinguiram-se em termos de disciplina ou vínculo institucional. No que se refere ao primeiro dispositivo legal, além das classes padrão, havia docentes direcionados às habilidades específicas de refinamento: música, desenho e ginástica (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933); já nos regimentos seguintes, a questão da vinculação foi mais explícita nos seguintes artigos:

Art. 133 - O corpo docente do Colégio Estadual Pais de Carvalho será constituído de professores catedráticos, docentes livres, preparadores, contratados e regentes de turmas contratados (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 8).

[...]

Art. 51 - O corpo docente do Colégio compor-se-á de professores catedráticos, interinos, substitutos, auxiliares e preparadores (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 3).

Outro item que se evidencia nos capítulos sobre os professores da instituição remete às funções e até mesmo às vantagens dirigidas aos catedráticos, em virtude de serem a primeira e mais conceituada classe funcional da vida escolar. Estes docentes ocupavam as principais cadeiras: línguas, humanidades, desenho, música, instrução moral e cívica, ciências e outras semelhantes, enquanto as disciplinas mais pautadas na prática, como a química, física e biologia, eram reservadas aos auxiliares de ensino (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933).

No que tange à carga horária, os ditos professores deveriam cumprir um período mínimo de trabalho que variava entre 6 e 9 horas semanais, conforme os dois primeiros regimentos.

Contudo, o documento de 1933 ainda orientava que o catedrático poderia extrapolar sua carga horária em até “[...] duas turmas suplementares da própria cadeira, se assim for designado” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 2).

Além da designação da carga de trabalho, os dispositivos subsequentes também trataram das tarefas ordinárias dos docentes, de modo que, dos catedráticos, era esperado que cumprissem seu horário de trabalho, o programa oficial de ensino, participassem das sessões da congregação e dos futuros concursos públicos. A expectativa sobre a prática pedagógica também era sinalizada entre os incisos do art. 54, os quais ensejavam dos professores:

- [...] 4) Propor aos alunos todos os exercícios que lhe possam desenvolver a inteligência, nortear o caráter e fortalecer os conhecimentos adquiridos; [...]
 8) Fiscalizar o ensino de sua disciplina nas turmas sob a regência dos auxiliares, exigindo dos mesmos a execução rigorosa dos programas;
 9) Corrigir, com o devido cuidado, os trabalhos escolares dos respectivos alunos, dentro dos prazos estabelecidos pelas exigências regulamentares (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 4).

Os preparadores e auxiliares de ensino são a segunda classe docente com mais incumbências no estabelecimento, as quais foram organizadas em artigos próprios nos dispositivos publicados na década de 1940, que, em sua maioria, estavam relacionados à instrumentalização das disciplinas, ou seja, ao desenvolvimento das aulas práticas. Estes profissionais podiam ser nomeados ou contratados pelo poder estadual desde que fossem devidamente registrados e habilitados a ministrar as lições, especialmente, nos laboratórios da instituição. Nesse sentido, do conjunto de funções delegadas aos preparadores, destacam-se o zelo pelos materiais do gabinete do professor, seguir as orientações de seus superiores, assim como “[...] c) cumprir o que pelo catedrático lhe for ordenado relativamente as demonstrações e experiências, realizando as aulas práticas de acordo com a orientação daquele” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 9).

Além da disposição do tempo de trabalho e competências de cada classe docente, de modo geral, os regimentos também estabeleciam outras tratativas importantes ao exercício da profissão nos domínios do Colégio, como as possíveis penalidades aplicadas a estes, os vencimentos e gratificações designados de acordo com a classe, que poderiam ser revogados quando do não cumprimento de suas obrigações, da mesma forma, as causas para uma eventual exoneração ou justificativa de faltas (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944).

No mais, os assuntos tratados nos capítulos sobre o corpo docente do Colégio Paes de Carvalho nos conduzem a refletir que o exercício deste cargo gerava uma determinada postura do profissional nomeado, englobando desde as práticas pedagógicas até o cumprimento das

deliberações escolares, disciplinares e das suas funções. Estes elementos produziam um modelo de professor completo, isto é, preparado para executar as aspirações do ensino secundário.

As diretrizes para os docentes podem ser correlacionadas similarmente ao conceito de mestres-escola introduzido pelo debate da forma escolar, o qual posiciona o professor como figura de destaque no contexto da escola. Tais prescrições sugerem a sua superioridade na relação pedagógica. Em outras palavras, a nova configuração histórica da escola conferiu-lhe autoridade pedagógica em uma relação que é hegemônica por ser pautada pelas práticas dos mestres, pelo tempo e espaços específicos, quando comparada às demais relações sociais (Vicent; Lahire; Thin, 2001).

À vista disso, é possível compreender também que os dispositivos regimentais do Colégio, mais do que constituir um código de postura para os docentes, também indica, de modo implícito (ou não), uma relação de autoridade tanto com o discente, por meio de suas práticas pedagógicas, quanto da instituição, no momento em que acatam as normas gerais propostas para o pleno exercício do seu cargo. Isso se justifica em razão de que, na escola, “[...] não se obedece mais a uma pessoa, mas a regras supra-pessoais que se impõem tanto aos alunos quanto aos mestres” (Vicent; Lahire; Thin, 2001, p. 30).

A subordinação dos lecionadores às regras gerais nos levou a identificar a existência de mais um aparelho regulador do funcionamento do Colégio: a Congregação, que definia os regimentos internos, aprovava os programas de ensino, definia concursos, bem como auxiliava o diretor na manutenção da rotina da instituição. O detalhamento de suas funções foi expresso nos regimentos de 1943 e 1946, os quais apontaram uma singela ampliação das tarefas a serem cumpridas por este grupo deliberativo de uma edição para outra.

Um exemplo dessa expansão se refere às competências outorgadas à congregação que inicialmente tratavam mais diretamente de questões concernentes ao ensino e recrutamento dos futuros professores, as quais foram somadas a outros deveres publicados no texto regimental de 1946, que agregou deveres relativos à dinâmica institucional:

Art. 90 - [...]

- b) organizar e modificar o Regimento Interno, dentro dos preceitos da lei geral, submetendo-o à aprovação do Chefe do Poder Executivo, para que possa ter execução;
- c) conferir os prêmios instituídos pelo Governo ou por particulares e os que julgar convenientes criar;
- d) realizar sessões solenes para receber professores eminentes ou celebridades literárias ou científicas;
- e) auxiliar o Diretor na manutenção da ordem e da disciplina;
- f) tratar dos concursos para provimento de professor catedrático de acordo com a legislação federal (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 5).

Sendo constituída pelos docentes catedráticos e presidida pelo diretor do estabelecimento, a congregação reunia-se periodicamente e o julgamento das pautas existentes estava sujeito à presença da maioria dos seus membros ou pelo menos à frequência de 2 terços de seus integrantes para garantir a decisão majoritária. Quando não fosse possível alcançar a quantidade mínima estipulada, deveria ser adotado o rito apresentado no capítulo XXV do regimento de 1943, que versa sobre a congregação e elucida, nos artigos 159 a 163:

Art. 159 - Se, em 30 minutos depois da hora marcada, não se reunir a maioria da Congregação, o diretor mandará lavrar uma ata do ocorrido.

Art. 160 - Não havendo “quórum” na primeira convocação, na segunda se deliberará com qualquer número.

Art. 161 - Verificada a presença de número legal de membros da Congregação, dar-se-á início aos trabalhos da sessão com a leitura feita pelo secretário, da ata da sessão anterior, a qual será posta em discussão e submetida a votos.

[...]

Art. 163 - Aprovada a ata e lido o expediente, o Diretor exporá os assuntos a serem resolvidos, concedendo em seguida a palavra aos professores que pedirem (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 9).

As decisões tomadas pela congregação igualmente seguiam um rito ou lógica de produção quanto à temática abordada, haja vista que cada assunto era tratado por comissões específicas criadas para este fim. As normas internas orientavam que estas comissões deveriam ser formadas anualmente, na sessão inaugural da congregação, em que eram estruturados 3 grupos, dos quais funcionariam permanentemente ao longo do ano letivo, que, no dispositivo de 1943, eram nomeadas: comissão de ensino, de legislação e de Anuário. A primeira tratava de fatores alusivos ao ensino, como horários, prêmios e programas de ensino, enquanto a segunda comissão voltava suas análises às questões normativas da instituição, compreendendo concursos, textos legais, reformas, exames etc. (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944).

A última comissão basicamente se concentrava em organizar e registrar a história do Colégio ano a ano, por meio dos dados históricos disponibilizados, bem como por meio das produções científicas e/ou literárias da instituição publicadas em nível nacional e internacional. Na constituição do anuário, seria inserida: “[...] a memória histórica do ano anterior, sobre o ensino no período, tanto no Colégio como em geral, incumbindo a respectiva redação ao catedrático mais recente” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 10).

O regimento de 1946 também estabelecia a criação destas mesmas comissões citadas, contudo, apresentando nomenclaturas diferentes, mas tratando igualmente das mesmas temáticas. A terceira comissão permanente no atual documento legal foi denominada de Publicações, que, além de tratar das produções docentes e do Anuário do Colégio, ainda era responsável por “[...] redigir os projetos de reforma do Regimento, fazer a revisão da última

prova tipográfica dos programas de ensino [...]” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 5).

A disposição das funções e comissões contidas na congregação do Colégio Paes de Carvalho verificam a este grupo de trabalho a característica definida por Souza (2022) como dispositivo institucional, que basicamente era responsável pela construção dos regimentos da instituição educativa, contemplando todos os fatores significativos para o desenvolvimento da rotina na escola: o ensino, a organização de atividades e as competências dos sujeitos envolvidos do processo educativo. Ademais, a congregação também pode ser compreendida como um meio de exercício de poder dentro da relação de autoridade citada anteriormente, em razão de se tratar de um espaço deliberativo e definidor das normas daquele estabelecimento (Vicent; Lahire; Thin, 2001).

A particularidade de determinador das regras a serem obedecidas também agrega ao dito dispositivo institucional o traço de se constituir como um modo de dominação, em virtude de que as resoluções produzidas pela congregação tinham peso legal ímpar para o funcionamento do Colégio (Vicent; Lahire; Thin, 2001). Como componentes da forma escolar, estes conceitos, em certa medida, também fundamentam as informações sobre os docentes da instituição, haja vista que estes compuseram majoritariamente a congregação e, portanto, eram mais uma figura de autoridade da escola.

Reiterando a lógica da relação pedagógica inaugurada pela forma escolar, os docentes, na realização de suas atividades, expressam uma forma de poder, seja por meio dos saberes que dispõem, seja pelo exercício de sua autoridade para garantir o cumprimento das condutas esperadas. Assim, a forma escolar promoveu “[...] a integração da vigilância e do controle na relação pedagógica. [...] modificou as relações dos mestres com os alunos instaurando uma distância pedagógica” (Souza, 2013, p. 26).

Nesse sentido, os docentes e a congregação igualmente são contributos para a construção das representações do Colégio Paes de Carvalho, tendo em vista que estes dois elementos agregaram valor à instituição a partir de suas determinações para satisfazer o pensamento educacional da época, produzindo, assim, o reconhecimento e a validação social. Logo, interpretar as competências e o valor dos professores e do referido dispositivo regulador, no ponto de vista das representações, remete ao entendimento dos modos de como estes indivíduos viam o mundo, os valores que defendiam e queriam transmitir em seus discursos ou práticas (Pesavento, 2012).

A descrição dos papéis dos docentes e da congregação ainda se articula à feitura das representações desta instituição, em razão de serem uma das referências do poder do Colégio

perante o cenário educacional paraense. Além disso, também se inserem na questão das práticas emanadas por estes dois grupos que caracterizam a sua própria identidade social como integrantes daquele estabelecimento de ensino, por isso, as linhas dos regimentos que versaram sobre estes componentes oficiais simbolizam: as “[...] formas institucionalizadas pelas quais uns ‘representantes’ (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, ‘presentificam’ a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder” (Chartier, 2011, p. 30).

Outro elemento presente entre os artigos regimentais corresponde ao conhecimento da finalidade educativa da escola, a qual objetivava formar integralmente os alunos, estimulando o desenvolvimento de sentimentos e habilidades que resultassem no melhoramento do indivíduo como um todo. Portanto, como meio de prosseguimento dos princípios formativos do ensino primário, o artigo 1º do Decreto s/n, de 15 de dezembro de 1943, em mais uma edição atualizada do regimento interno do Colégio, explanava que este estabelecimento tinha por fim formar:

[...] a personalidade integral dos adolescentes, acentuar e elevar, na formação espiritual dos mesmos, a consciência patriótica e a consciência humanística e dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 1).

As intenções formativas presentes neste artigo nos indicam os valores a serem alcançados no ensino da juventude secundarista, portanto, levam-nos a compreender a visão de educação daquela época, entendida para formar de maneira mais ampla, indicando, assim, os conhecimentos e princípios pretendidos por aqueles que formularam e regulamentaram o ensino oficial. Nesse sentido, como fator relacionado às representações do Colégio como modalidade de escola secundária a ser seguida no estado, expressas nas linhas deste regimento como objetivo formativo, conduz à compreensão de que as autoridades competentes dispuseram os modos de funcionamento, de acordo com os “[...] ideais específicos impostos como condição à modernidade” (Souza, 2022, p. 57).

A definição do escopo educativo também possibilita especular que o supracitado Colégio contemplava os aspectos escolares que definem as especificidades da instituição escolar, quando aponta para o desenvolvimento integral contido na categoria valor, evidenciando a sua centralidade na construção da sociedade (Faria Filho, 2007). Além deste aspecto, podemos notar, também, a presença de outras particularidades, como os conhecimentos que correspondem à adoção de programas e currículos, bem como o tempo de diálogo com

outros momentos formativos indicados na instituição, os quais se originam na “[...] relação entre escolarização de conhecimentos e tempos escolares” (Faria Filho, 2007, p. 148).

Com base nestes argumentos, podemos inferir ainda que a presença destes aspectos escolares na constituição do Colégio relaciona o papel da escola com a ideia defendida por Faria Filho (2007), segundo a qual, com a maior presença do estado na administração da educação pública ao longo do Império e na passagem para a República, fortaleceu-se a centralidade da função das instituições educativas no processo de civilização, o qual, no contexto da Segunda República, corresponde à formação dos indivíduos capacitados a colaborar com o desenvolvimento nacional.

Esse papel formativo também era notado no Colégio, que, sendo titulado como instituição modelo, tinha como missão de ensino formar jovens civilizados e promissores para conduzir o progresso do estado. Tal cenário foi indicado no relatório do governador Zacarias de Assunção, destinado à Assembleia Legislativa no ano de 1953, em que exalta a centralidade desta escola quando evidencia que era:

[...] um dos melhores estabelecimentos de ensino. A nossa geração de homens públicos que preponderam na vida do Estado, [...] dali é que saiu, ali é que faz sua preparação cultural C.E.P.C é um título de desvanecimento para o nosso ensino secundário, e ele continua a honrar sua tradição (Pará, 1953, p. 19).

As ordenações previstas nos dispositivos legais tratados até o momento sugerem que estes instrumentos de controle, entendidos por Souza (2022) como as leis e regimentos, estabeleceram uma espécie de padrão escolar, o qual compreende um exemplo de aluno, escola e ensino que correspondesse ao valor definido por esta instituição. Nessa lógica, podemos entender que as intenções implícitas nestes documentos oficiais presumem que o seu papel também estava relacionado a ser uma ferramenta “[...] modeladora de mentes e corpos. Estas normas dão indícios das práticas educativas da instituição, dando-nos a perceber como era pensado o projeto educativo” (Souza, 2022, p. 60).

Destarte, infere-se que tais normas ou regras refletem não somente os modos como esta instituição era posicionada naquela realidade social, mas também de como simbolizam os interesses de um determinado propósito de educação. Em suma, os dispositivos legais que coordenam esta instituição educativa reproduzem discursos de quem a construiu, logo, as linhas destes documentos não podem ser entendidas como orientações plenamente imparciais, pois as prescrições dispostas dizem respeito às “representações do mundo social [, que] assim construídas, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí o

necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de que os utiliza” (Chartier 1990, p. 17).

As representações do Colégio Paes de Carvalho como padrão de escola secundária do estado também são reforçadas pelo quantitativo de matrículas ao longo do período investigado, que evidenciam o alto conceito atribuído ao estabelecimento pela sociedade paraense. Os valores relatados nos relatórios dos gestores estaduais demonstram um movimento de ampliação das matrículas entre as décadas de 1930 e 1950, conforme se organiza na seguinte tabela:

Tabela 1 – Total de matrículas no Colégio Paes de Carvalho por ano

1930	534
1935	516
1936	851
1937	1.150
1944	1.464
1953	1.222

Fonte: Relatórios e mensagens de governadores do Pará (1930 a 1953).

Estes montantes correspondem ao somatório total dos registros presentes nos dispositivos supracitados. No entanto, observamos que, entre os anos de 1935 e 1937, houve um detalhamento maior do quantitativo de matrículas, o qual definia o número de alunos matriculados por curso ofertado, bem como o público atendido em cada ano. Tais números foram apresentados pelo governador e interventor José da Gama Malcher ao poder legislativo, em seu relatório de 1937, em que procurou confrontar as matrículas de 1935, 1936 e 1937.

Quadro 1 – Quantitativo de matrículas por curso e gênero – 1935/1936/1937

	1935			1936			1937		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Curso Fundamental	320	130	450	457	188	645	542	244	786
Curso complementar	-	-	-	87	10	97	192	26	218
C. Anexo	47	19	66	90	19	109	97	49	146
Total	367	149	516	634	217	851	831	319	1.150

Fonte: Mensagem do governo do Pará (1937).

Analisando os dados expostos, podemos notar primeiramente que a oferta de matrícula começa a se expandir ainda nos anos de 1930 e este fato pode estar relacionado ao momento vivenciado na conjuntura educacional brasileira, a qual estava envolvida em uma atmosfera de

mudanças ansiadas pelo desenvolvimento nacional, que exigiu a colaboração da educação para alavancar esse movimento, necessitando-se, portanto, de mudanças significativas na organização do ensino, pautada em reformas que tentaram acompanhar as condições produzidas pelo crescimento da industrialização no país (Romanelli, 2014).

Tal cenário também se refletiu no ensino secundário, que apresentou um quadro especial de expansão no período, e uma das possíveis razões para isso aponta a proposta curricular de formação de mão de obra qualificada para impulsionar o progresso brasileiro; considerável período de ampliação da oferta deste nível, experimentado entre os anos de 1933 e 1953, em que os índices da demanda escolar estavam positivamente elevados (Nunes, 1979). Nessa lógica, os dados apontam para um crescimento no número de matrículas neste mesmo período, fato que pode ser justificado pelo compartilhamento, por parte do governo estadual, da noção de relevância da educação à construção nacional, de modo que a gestão estadual, segundo Damasceno (2012, p. 60), manifestava ter “[...] afinada sincronia com as decisões relativas ao aspecto quantitativo da instrução”.

Ainda que tenha apresentado uma breve oscilação negativa nos dados da década de 1940, o crescimento de matrículas na instituição paraense, entre os anos estudados, foi predominante, acompanhando também o crescente fluxo da demanda escolar produzida pelo crescimento populacional da época. Todavia, para Romanelli (2014) e Nunes (1979), em esfera nacional, houve um certo desequilíbrio na oferta de vagas para a educação, ocasionado por razões ligadas à falta de estrutura satisfatória para o andamento das atividades.

No que se refere ao contexto do Colégio Paes de Carvalho, esta situação também foi vista, mas sob outra perspectiva: o desequilíbrio na disponibilidade de vagas ocorreu, contudo, o número de requerentes a cada ano expandia-se para além do que o colégio poderia suportar, o que levou a direção do estabelecimento a limitar este quantitativo, como informou a diretora, Profa. Maria Amélia Ferro de Souza, ao governo do estado, em 1953, sobre a situação da instituição:

Como é de prever ante o crescimento normal da população, de ano para ano ascende o número de pretendentes à matrícula neste estabelecimento, dadas as condições de inteira gratuidade e eficiência do ensino. [...] a direção enfrenta com angústia o problema de recusar numerosos candidatos que excedem o cálculo de vagas estabelecido por cada série. Estas dependem, não só de verbas a serem votadas nos orçamentos anuais do Estado, mas sobretudo, da capacidade do edifício (Pará, 1953, p. 35).

As palavras desta professora evidenciam que o aumento das matrículas estava mais relacionado ao valor que o estabelecimento possuía para a educação do estado, haja vista que

as condições materiais e de manutenção estavam sob os cuidados do poder público (Damasceno, 2012). Outro ponto que nos chama a atenção, a partir dos dados das matrículas, que, em certa medida, também se relaciona com a fala da direção desta escola, diz respeito ao crescimento do número de alunas; fator que pode estar relacionado à maior presença feminina no mundo do trabalho, especialmente para exercer a função docente que historicamente foi-lhe atribuída. Ainda que não fosse uma instituição voltada à formação no magistério, a ampliação das matrículas femininas no Colégio Paes de Carvalho pode representar o zelo por parte das alunas por sua “[...] formação técnica e científica das jovens que se dispusessem a assumir a profissão de mestras” (Damasceno, 2012, p. 77).

Podemos depreender que estas primeiras representações expressas sobre o Colégio são elementos que posteriormente irão originar práticas específicas. Entretanto, segundo Chartier (1990), não existe uma relação direta entre práticas e representações, mas estas últimas comandam determinadas práticas que vão caracterizar uma dada realidade e sua identidade, neste caso, a expectativa de ensino gerada pelos documentos oficiais, ações que alcancem esses objetivos, assim como conhecer a realidade social do estabelecimento.

Por outro lado, estas representações das práticas presentes nos dispositivos legais evidenciam elementos que caracterizam, de forma mais concreta, a especificidade do Colégio enquanto instituição educativa. Algumas destas práticas são evidenciadas no Decreto estadual n.º 991, de 21 de junho de 1933, que reforma o Colégio Paes de Carvalho, visando atender às orientações nacionais definidas após a promulgação da Reforma Francisco Campos.

Nesta reforma estadual, foram englobadas tratativas que orientavam desde as práticas educativas e pedagógicas até o currículo do secundário, compreendendo também os critérios para o exame de admissão a este nível, pois, historicamente, o ingresso a este ensino se configurara em um momento de grande importância para a juventude e a sociedade. Na referida reforma do estabelecimento, foram listadas algumas exigências para inscrição nesse exame, como apontam os artigos a seguir:

[...] § 1º - Dos requerimentos constarão a idade, filiação, naturalidade e residência do candidato.

§ 2º - Os requerimentos virão acompanhados de atestado de vacinação anti-variólica recente e do recibo de pagamento da taxa de inscrição.

Art. 22 - O candidato a exame de admissão deverá provar, por certidão do registro civil, ter a idade de 11 anos ou que a completará até dia 30 de junho em que requerer inscrição (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 1).

Outra questão destacada é a validade da matrícula dos aprovados no exame de admissão, já que os alunos contemplados teriam direito à inscrição no Colégio Pedro II e outras

instituições secundárias que fossem equiparadas ao primeiro. Nunes (2000) destaca que os exames de admissão eram um momento expressivo para a educação dos jovens por representar a passagem entre o ensino primário e secundário, bem como figurava como fator de promoção social àqueles candidatos exitosos, de modo que a época dos exames movimentava não somente pais e alunos, mas também a sociedade de modo geral.

O valor social agregado aos exames de admissão é reforçado por Minhoto (2008) quando ressalta que ditos exames figuravam como uma espécie de dispositivo gerador de ascensão social, enfatizando o ideário da educação como caminho para o melhoramento do homem brasileiro em alta no início do século XX e, no período deste estudo, mantendo sua relevância. Desse modo, configura-se não somente um momento de mudança de status social, mas o meio de verificação das “[...] habilidades, conhecimentos e atitudes dos aspirantes” (Minhoto, 2008, p. 454).

Assim, verifica-se o caráter seletivo dos exames de admissão ao secundário, como destacam Pessanha e Daniel (2002), a prática admissional como fator eliminatório para os jovens provindos de famílias mais humildes que desejavam ingressar nesta etapa educacional, os quais, por razões diversas, não poderiam se preparar devidamente para as provas que tinham a finalidade de medir o nível científico dos candidatos.

A respeito dos exames aplicados entre os muros do Colégio Paes de Carvalho, a mensuração do nível de conhecimento dos candidatos era rigorosamente realizada pelos professores catedráticos a partir de conhecimentos basilares, indicados no artigo 26 do regimento de 1932, o qual definira que sua realização se subdividiria em “[...] provas escritas, uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar) e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 2).

Toda esta condição que circundava os exames também foi notada na sociedade paraense e, especificamente, na comunidade escolar do Colégio Paes de Carvalho, que aguardava a divulgação dos resultados da referida prova, como ilustra uma notícia veiculada pelo *Jornal A Folha do Norte*, no ano de 1930, o qual informa que:

Pedem-nos alguns interessados que chamemos a atenção do director do Gymnasio Paes de Carvalho para a necessidade de ser publicado de um modo completo o resultado dos exames de admissão[...] no dia 22 os jornaes iniciaram a publicação dos nomes, em ordem alphabetica [...] os paes dos alumnos que prestaram exame estão assim, sem saber do resultado dos mesmos (*A Folha do Norte*, 1930, p. 2).

Outros exames aplicados no secundário e, portanto, presentes no cotidiano da instituição são as provas parciais e finais, as quais ocorriam, respectivamente, no início do segundo semestre e no fim do ano. Estas totalizavam 4 exames que geravam a média final de cada aluno, arranjo regulamentado pelo já apontado decreto de 1933, que, da mesma forma, formulou outras orientações pertinentes ao assunto.

Entre as orientações a respeito, é importante destacar os trâmites de avaliação das provas parciais, que, além do julgamento, também estavam submetidas às vistas dos inspetores federais, figuras emblemáticas da narrativa do ensino secundário. Essa realidade foi registrada no artigo 79, o qual elucidava o fato da seguinte maneira:

Art.79 - As provas parciais depois de julgadas pelos professores, serão encerradas por disciplina e série, em envólucro será lacrado e assinado pelo Inspetor Federal e pelo diretor.

§ 1º - As provas assim acondicionadas serão entregues ao Inspetor Federal, o qual fará a revisão das mesmas e em seguida, a identificação dos respectivos autores.

§ 2º - A nota de cada prova parcial será a média aritmética das notas conferidas pelos professores e revistas pelo Inspetor Federal (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 1).

Segundo Minhoto (2008), a presença do governo na figura dos inspetores federais representava a credibilidade que tais exames possuíam tanto pela rigorosa fiscalização quanto pela certificação atribuída aos alunos exitosos. Assim, a aliança entre os dirigentes educacionais e a inspeção federal confirmava a seriedade que caracterizava os exames no ensino secundário, que aprovavam os melhores desempenhos entre os alunos. Em relação às provas finais, eram realizadas com uma logística mais elaborada: os testes ocorriam diante de uma banca examinadora composta por 3 docentes do Ginásio Paraense, que eram nomeados pelo diretor. As notas atribuídas pelos docentes produziam a nota final de aprovação à série seguinte e, em cada disciplina, não poderiam ser menores que: “art. 91 [...] trinta e a média arithmethica igual ou superior de cincoenta no conjunto das disciplinas obrigatorias da série” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 1).

Além dos aspectos citados, França e Alves (2020) apontam que as provas finais também eram compostas por testes orais distribuídos entre as disciplinas, assim como nas disciplinas de laboratório. Entretanto, em relação ao conteúdo abordado, diferentemente das provas parciais, as finais recordavam todo o programa trabalhado durante o ano letivo. Outro fator que chama a atenção diz respeito às normas disciplinares empregadas tanto nos exames parciais quanto finais.

Entre tais regras, havia a reprovação do aluno que se ausentasse da sala de aula depois da escolha do tema; a comunicação entre alunos durante as provas também configurava desaprovação, assim como o uso de materiais para consulta. Todos estes pontos eram rigorosamente respeitados, no intuito de manter-se a ordem nas provas, e aqueles alunos que as transgredissem seriam punidos com expulsão, sem direito de realizar os exames (França; Alves, 2020).

Tanto os exames parciais quanto finais poderiam ser aplicados em períodos diferentes ao estipulado; a chamada segunda época era reservada aos estudantes que apresentassem justificativa plausível, como em casos de doença ou por desempenho insuficiente na primeira prova. As novas datas geralmente eram divulgadas pela imprensa, que foi um veículo de suma importância na divulgação das atividades do Colégio Paes de Carvalho.

Juntamente com a divulgação das datas das provas, a convocação dos alunos também era feita via imprensa, como, por exemplo, pela *Folha do Norte* (1940), que realizava tal chamada 1 dia antes dos exames (França; Alves, 2020). Além das provas agendadas, outros momentos da rotina desta instituição educativa eram divulgados pelos jornais à sociedade, como o funcionamento das aulas em determinados dias, a frequência dos alunos e, especialmente, o resultado das provas com suas respectivas notas. Um exemplo disso foi a divulgação da lista de alunos aprovados na seção “Nosso Ensino”, no Jornal *A Folha do Norte*, que noticiou o seguinte excerto sobre as provas do Colégio Paes de Carvalho:

[...] – Alunos da 1ª série, 3ª turma, que foram aprovados: Antonio F. Coutinho Filho, português 39, frances 54, mathematica 50, hist. da civilização 52, geografia 37, ciencias 53, desenho 63, media geral 50; Armando A. de Moura Palha, 42,58,53,65, 76, 73,76,64; [...] Darlindo T. de Moraes, 49,37,57, 41,72, 76,85, 58 (*A Folha do Norte*, 1940, p. 3).

Os exames de suficiência são mais um tipo de prova regimentada pelo Colégio e tratam de uma avaliação classificatória para o prosseguimento às séries e ciclos subsequentes do ensino secundário. Normatizada pelo regimento interno de 1943, esta avaliação era organizada por disciplina e constituía-se pelas provas parciais e finais. No caso da habilitação, eram ministradas duas provas parciais e uma prova final, as quais eram produzidas pelo professor catedrático com base no programa da disciplina que definia: “[...] 10 pontos para a primeira prova e 20 para a segunda, conservados em sigilo até a realização das provas” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 5).

De modo semelhante às demais práticas avaliativas da instituição, os exames de suficiência visavam promover o aluno à etapa seguinte por meio de rigorosa organização para

garantir a lisura deste processo, haja vista que a participação dos estudantes era automatizada a partir dos exames parciais e finais. Por isso, a realização desta avaliação era regida tanto por normas disciplinares como curriculares que correspondiam desde a postura de professores e discentes, o tempo de realização, até a escolha dos conteúdos a serem cobrados e seu valor na atribuição da nota final, tal qual elucidada o §1º do artigo 99 a seguir:

§1º - As provas parciais realizar-se-ão nos meses de Junho e Outubro, tendo um valor ponderado, respectivamente de dois (2) e quatro (4) pesos e versarão sobre a matéria ensinada até uma semana antes da realização de cada uma, e a prova final sobre toda a matéria ensinada na série (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 5).

O aluno considerado aprovado neste exame deveria atender a duas condições importantes: obtenção da nota global mínima de 5 no conjunto de disciplinas, e a nota final mínima de 4 em cada disciplina, de modo individual. Além disso, a aprovação também estava condicionada à frequência mínima de 30% nas aulas teóricas e práticas de educação física e instrução pré-militar. O cumprimento destas exigências resultava na habilitação do aluno para prestar os chamados exames de licença, última instância de avaliações específicas do ensino secundário e exercidas na instituição paraense em análise.

Esta categoria de exame conferia a conclusão dos estudos secundários aos alunos exitosos nos exames anteriores e sua aplicação era feita de acordo com os ciclos em vigor, resultando, portanto, em licenças específicas: ginásial, clássica ou científica. Desta feita, os programas de provas eram constituídos por disciplinas inerentes ao tipo de formação e os pontos abordados tratavam de matérias essenciais de cada disciplina, como indicavam os artigos 109 a 111:

[...] Os exames de licença ginásial versarão sobre as seguintes disciplinas: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História Geral e do Brasil. 8) Geografia geral e do Brasil. 9) Desenho.

Art. 110- Os exames de licença clássica versarão sobre as seguintes disciplinas: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4 e 5) Duas línguas vivas estrangeiras escolhidas dentre o Francês, o Inglês e o Espanhol. 6) Matemática. 7) Física, Química e Biologia. 8) História Geral e do Brasil. 9) Geografia Geral e do Brasil. 10) Filosofia.

[...] Art. 111- Os exames de licença científica versarão sobre as seguintes disciplinas: 1) Português. 2 e 3) Duas línguas vivas estrangeiras dentre o Francês, o Inglês e o Espanhol. 4) Matemática. 5) Física, Química e Biologia. 6) História Geral e do Brasil. 7) Geografia Geral e do Brasil. 8) Filosofia. 9) Desenho (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 6).

Além das características citadas, a dita prática avaliativa era dotada de aspectos semelhantes aos exames predecessores no que diz respeito à aplicação de provas orais e práticas; as línguas e a disciplina de matemática seriam avaliadas mediante prova oral e escrita;

para a Filosofia e as ciências, apenas uma prova oral, enquanto as habilidades de desenho eram examinadas via prova prática. A proximidade desta prova com os testes anteriores também se converge na questão da execução, pois, como nas provas finais, os candidatos eram avaliados por bancas examinadoras compostas tanto por membros do Colégio como do Ministério da Educação (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944).

Ainda que tenham a mesma finalidade, os exames de licença ginásial, clássica e científica distinguiam-se quanto à sua validade, visto que o regimento do Colégio Paes de Carvalho autorizava o aluno a submeter-se ao teste de licença ginásial em outro estabelecimento federal. Em relação à atribuição das licenças clássica e científica, o processo deveria ser concentrado na própria instituição, uma vez que “[...] revestir-se-ão de caráter oficial. Serão prestados perante bancas examinadoras, compostas, [...], de elementos do magistério oficial e designados pelo Ministro da Educação” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 6).

Sendo componentes do sistema avaliativo do ensino secundário e, portanto, do citado Colégio, os exames de suficiência e de licença também traziam consigo um determinado valor social por significar o fim deste ciclo de formação, que era sinônimo de elevação social. Pessanha e Daniel (2002) destacam que todos os tipos de exames relacionados ao secundário apresentam uma dupla função: prover o conhecimento e o estabelecimento da ordem que define o lugar dos sujeitos na instituição.

Dallabrida, Trevizoli e Vieira (2013) reforçam esta ideia e ainda acrescentam que os 3 principais exames, de admissão, suficiência e licença, simbolizam a marca social atribuída ao secundário, reforçando as aspirações da Lei Orgânica de 1942, que produziu um sistema de ensino “[...] favorável à reprodução das classes sociais, na medida em que favorecia o acesso de grande parcela da sociedade a níveis de ensino que poderiam acarretar em ascensão social” (Dallabrida; Trevizoli; Vieira, 2013, p. 4).

Devemos considerar que este conjunto de exames também agregava valor à representação deste Colégio perante a educação local, no sentido de gerar expectativas quanto aos sujeitos a serem formados, como da mesma maneira correspondem às representações das práticas próprias do cotidiano escolar do ensino secundário, permitindo, portanto, acrescentar mais elementos à construção da identidade desta escola para a sociedade paraense (Chartier, 1991).

Outro fator constituinte das representações do Colégio Paes de Carvalho foram os concursos para a construção do quadro de docentes, os quais eram organizados por diferentes etapas, e as tratativas, em função do certame, foram publicadas nos regimentos de 1933 e 1943, que, de modo geral, não apresentaram mudanças significativas de uma edição para outra. O

recrutamento dos professores catedráticos era realizado via provas e títulos avaliados pela congregação da instituição, a qual encaminhava os aprovados para a nomeação, a ser feita pelo governo do estado.

De acordo com o regimento de 1933, o tempo de serviço do docente após a nomeação teria duração de 10 anos, que, ao serem concluídos, colocaria o cargo em vacância, sendo possível haver recondução ao cargo daquele que o ocupava anteriormente. No entanto, isso só poderia ocorrer por meio de novo concurso de títulos, que permitirão a ampla concorrência entre o antigo professor e os demais professores que já tenham trabalhado em outras instituições por via de concurso (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933).

Para ser catedrático deste estabelecimento, eram exigidos requisitos referentes à situação de saúde do candidato, aos antecedentes criminais, à formação acadêmica e à nacionalidade, dos quais seriam essenciais para corroborar a credibilidade do docente. O requisito acadêmico figurava como um ponto fundamental para os concursos nesta instituição, em razão das determinações estabelecidas nos dispositivos reguladores, as quais solicitavam aos candidatos, em um dos incisos do artigo 194, na etapa de avaliação de títulos: “[...] § 2º- O concurso de títulos constará da apreciação de publicações originais ou didáticas e quaisquer outros trabalhos científicos ou literários apresentados pelos candidatos” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 2).

Esta condição também foi observada no regimento posterior, o qual ampliou a categoria de títulos a serem contabilizados, quando também passou a se considerar experiências de ensino pregressas, além de honorarias recebidas, certificados ou diplomações obtidas pelos requerentes durante a passagem, seja no curso secundário ou superior. Todas estas condicionantes de estudo esperadas de um candidato deveriam ter ligação direta com a disciplina em que este se inscrevia no concurso, em virtude de que o corpo docente do Colégio deveria ser de catedráticos, isto é, de especialistas, para que dispusessem de capital de conhecimento suficiente para ministrar as lições científicas e da cultura geral nesta instituição paraense (França; Alves, 2020).

Acompanhada das provas escrita, prática e didática, a defesa de tese era evidenciada como uma etapa basilar do certame por reforçar a exigência de professores especializados em uma determinada disciplina. Por isso, o artigo 200, do regulamento de 1943, definia que estas defesas tinham o claro objetivo de “[...] verificar a erudição do candidato e suas qualidades dialéticas [...] perante a comissão julgadora e a congregação sendo chamados os candidatos pela ordem de inscrição” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 11).

A verificação das habilidades dos requerentes era tratada em ambos os regimentos no momento da arguição sobre o conteúdo da tese, que se mostrava como uma fase minuciosa do

processo seletivo, em que a comissão julgadora visava contestar ou confirmar as informações prestadas. Este detalhamento foi registrado pelo dispositivo legal de 1933, o qual elucidou, no inciso único do artigo 202, que o papel da comissão julgadora se concentrava em apresentar:

[...]§ único - [...] os erros, os plágios e senões por ventura cometidos pelo candidato, para que se defenda, pedirá explicações sobre pontos, obscuramente tratados, e fará sobressair as contribuições originais, novas ou simplesmente bem expostas, quer da tese, quer dos trabalhos que apresentar, de modo que o candidato possa demonstrar inteligência e preparo especializados (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 1).

Posto isto, podemos cotejar também que a oferta dos concursos docentes intencionava aferir os modos de conhecimento dos aspirantes ao ensino, isto é, dimensionar o nível de conhecimento escritural destes e sua correspondência com a categoria de professor catedrático. Da mesma maneira, é possível compreender que o julgamento das habilidades docentes perpassava pelo entendimento da forma de condução da sua prática pedagógica, a qual era produto do chamado saber incorporado, introjetado ao longo de sua formação profissional (Vicent; Lahire; Thin, 2001).

Assim, mais do que instrumentos de controle e regulamentação institucional, e como fonte de identificação das representações do Colégio Paes de Carvalho para o cenário da educação local, os dispositivos legais também se configuraram como aparelhos que viabilizam o conhecimento da dinâmica escolar, isto é, fornecem-nos indícios do funcionamento da escola, que, por muitas vezes, podem ser confrontados com aquilo que está disposto na legislação oficial (Souza, 2022). Em síntese, o uso destes instrumentos normativos reside no fato de que os ordenamentos propostos propiciam um conjunto de “[...] práticas e representações que, sem dúvida, uma vez constituídas como objeto de investigações históricas, poderiam muito contribuir para o entendimento do fenômeno educativo em várias de suas dimensões” (Faria Filho, 1998, p. 124).

Faria Filho (1998) endossa esta reflexão quando indica que estas legislações internas possuem uma significação pedagógica implícita, pois, ao determinar condutas, ordenar práticas aos sujeitos envolvidos nas atividades escolares, acaba moldando os indivíduos, direcionando suas relações na escola e, na mesma perspectiva, formando o “[...]o caráter de cada pessoa, pelo império da lei” (Faria Filho, 1998, p. 113).

2.2 Organizando a rotina escolar: primeiros indícios da materialidade escolar

Todas as representações abordadas constituem um panorama que referencia o Colégio Paes de Carvalho como modalidade de escola secundária no estado do Pará, quando analisada

na perspectiva do tipo de escola por nível de ensino e exemplo de instituição a ser seguida, seja pelas práticas, normas ou valores educativos e patrióticos tratados nos dispositivos legais, seja pela sua simbologia para a sociedade local. Além destas representações das práticas e sobre as habilidades e expectativas dos sujeitos, também é interessante analisar a materialidade da rotina escolar como mais uma forma de representação da realidade social em que o Colégio estava inserido.

Entre os aspectos que contemplam o estudo dos primeiros indicativos da dimensão material desta instituição, elencamos como dados importantes aqueles alusivos à organização da rotina escolar, quais sejam, aqueles que nos revelam elementos investigados pela cultura material escolar, que estão presentes nas práticas que ordenavam a vida escolar do estabelecimento. Nesse sentido, ao introduzir o estudo da materialidade do Colégio Paes de Carvalho, desejamos evidenciar que investigar seus aspectos materiais é uma operação fundamental para o conhecimento da história da escolarização e da escola (Peres; Souza, 2013).

Nossa proposição em assinalar os primeiros indícios da materialidade escolar na rotina da instituição baseia-se a partir da organização documental proposta pela pesquisa nacional, orientada pelo projeto “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)”, desenvolvido nos estados do Acre, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que desenvolveram em quatro grupos de trabalho, em que o GT2 (*Exame da materialidade da escola primária graduada pelo estudo da cultura material escolar*) se ocupou em estudar a cultura material escolar da escola primária graduada.

Este grupo classificou os objetos escolares identificados em 13 categorias, entre as quais, para o escopo da tese, utilizamos a categoria específica *organização/escrituração da escola*, para entender, a partir dos programas de ensino, os horários de aulas e as provas, pontos de disciplinas ou programas de provas que determinavam os conteúdos a serem abordados, além de artigos dos regimentos internos, a fim de entendermos como eram organizadas as atividades por meio dos aspectos materiais identificados ao longo da investigação.

Antes de adentrar nos estudos sobre os aspectos materiais desta instituição, é interessante situar o conceito de escrituração da escola, com o intuito de assimilar o sentido atribuído tanto para a pesquisa supracitada como para estas análises. Desse modo, conceitualmente, a escrituração escolar diz respeito ao “[...] registro sistemático dos fatos e dados relativos à vida escolar do aluno e da unidade escolar” (Seduc, 2013, p. 8); registro que

permite conhecer itens como o funcionamento e as normas da escola, a vida escolar dos discentes como constituintes da divisão escolar.

Com base neste conceito, podemos incluir os programas ou pontos de provas e disciplinas, os horários das atividades (provas e aulas), as atas de exames, os certificados de conclusão de curso e outros documentos semelhantes que, além de representarem os indícios materiais da organização das atividades correntes do Colégio, também são integrantes da escrituração desta escola por igualmente registrarem a vida escolar dos estudantes.

Portanto, a realização das provas, independentemente da natureza, era fundamentada pelos chamados programas ou pontos de disciplinas. Estes consistiam em temas específicos que eram cobrados nos exames, os quais eram selecionados pelos professores e divulgados até 24 horas antes da prova, na qual apenas um assunto entre os listados era cobrado após o sorteio. Estes pontos geralmente eram organizados em 10 assuntos listados para até 3 turmas, seja do curso ginásial, seja do colegial, e tal disposição foi observada na listagem de temas, elaborada para a primeira prova parcial sobre História Geral, que fora destinada a 3 turmas da 1ª série do curso ginásial, como destacamos no quadro a seguir:

Quadro 2 – Programa de História Geral para a 1ª prova parcial (1945)

1ª Série Ginásial – 1ª, 2ª e 3ª turmas
1ª) Divisão da História. A Assíria. Salomão
2ª) Os Egípcios. Moisés
3ª) A importância do Rio Nilo na civilização Egípcia. A Idade dos metais
4ª) A navegação dos Fenícios. A religião dos Hebreus
5ª) O Êxodo dos Hebreus. A Idade da Pedra

Fonte: Arquivo Histórico do Colégio Paes de Carvalho.

As temáticas dos pontos destacados reforçam o caráter enciclopédico do secundário: efetivo formador da cultura geral, com base nas humanidades modernas e tradicionais, seguindo o modelo francês de ensino secundário que orientava as práticas referentes ao secundário desde os primórdios coloniais (Nunes, 2000). Assim, os pontos da prova de História Geral ilustrados abordaram questões que mediriam o conhecimento dos alunos ginásianos a respeito da história e do desenvolvimento da humanidade, seus personagens e feitos que marcaram a história (França; Alves, 2020).

A produção e a utilização destes programas de provas nos reforçam a adoção das finalidades da escola secundária por parte da instituição paraense, haja vista que,

compreendidos como um dos instrumentos de organização das atividades ginásianas, assim como os aspectos relacionados à cultura material da escolar, permitem entrever o projeto pedagógico da época e as intenções educativas por trás deste documento, isto é, a correlação dos objetivos sociais e culturais da escola no período (Peres; Souza, 2013).

Compreendendo este programa de provas como item da organização escolar, podemos inscrevê-lo no campo da cultura material escolar por ser uma prática contida em um conjunto de ações relacionadas a diversos aspectos, como: o tipo de escola, a organização dos alunos, os métodos, entre outros. Nesse sentido, ao entendermos que os saberes dispostos se constituem como indícios materiais deste colégio, em razão de que, para Castro e Castellanos (2013, p. 179), estes compunham um conjunto de saberes e práticas que, “[...] para serem compreendidas nas suas múltiplas dimensões, deve[-se] considerar alguns aspectos como as disciplinas escolares, [...] que devem estar relacionadas ao tipo de escola, à graduação dos alunos, ao método de ensino e ao gênero a que se destinavam”.

Juntamente a estes pontos/programas de provas como fatores importantes da linha do tempo do ensino secundário, também destacamos os programas de ensino adotados no estabelecimento de educação paraense em estudo. De acordo com a já citada reforma regimental de 1933, o ensino na instituição deveria seguir as orientações providas do Ministério da Educação e cada professor deveria inseri-las em seus planejamentos disciplinares, de modo que tal sintonia com as premissas federais era condição para o cumprimento do objetivo formativo desta etapa naquele período, abordando-se as disciplinas humanísticas e científicas, as quais, na rotina do Colégio Paes de Carvalho, eram divididas em parte teórica e prática, ordenadas pelos professores responsáveis.

De acordo com Nunes (1999), ao seguir as orientações federais vigentes pela Reforma Francisco Campos, os programas dos ginásios deveriam caracterizar-se pela prevalência do ensino científico sobre o humanista, a fim de preparar os alunos para que, além de cultura geral, também fossem preparados para contribuir para o desenvolvimento econômico do país. A autora ainda complementa que, no contexto desta mesma reforma, o ensino de línguas estava em segundo plano, sendo o Latim a língua de destaque devido à tradição livresca, advinda de períodos anteriores (Nunes, 1999). No entanto, a história do ensino secundário aponta que dita reforma não cumpriu plenamente seus objetivos e, na prática, o ensino das humanidades e línguas era dominante, reforçando o seu traço enciclopédico.

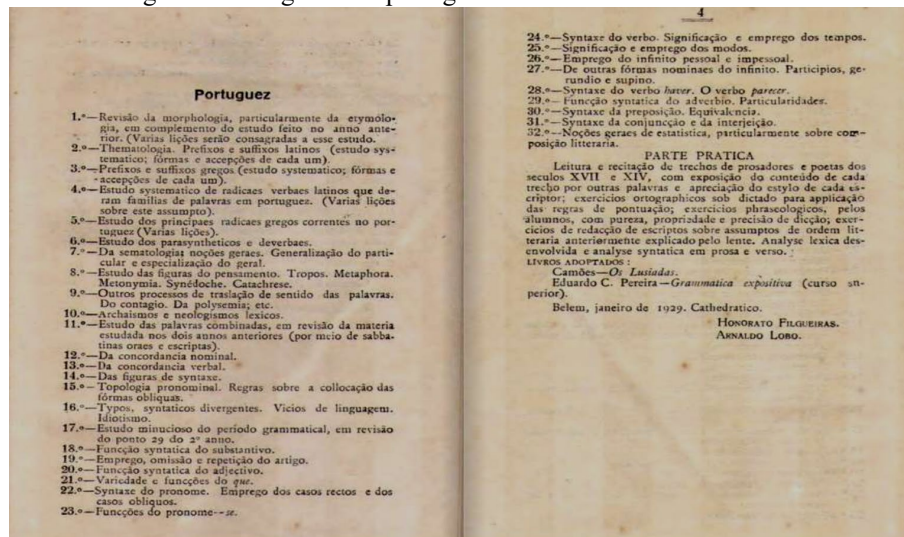
A predominância dos saberes humanísticos no currículo se justifica devido ao modelo de ensino secundário em vigor no Brasil que acompanhava os moldes franceses de educação, o qual esteve voltado à formação refinada e igualmente restrita às classes elitizadas. O domínio

das disciplinas consideradas humanas demonstrava a vantagem destas matérias na histórica disputa entre os conhecimentos humanistas e científicos (Pessanha, 2015); a força desta área de conhecimento também se fez presente no conjunto de disciplinas do Colégio, quando privilegiou a carga horária para as aulas de humanidades, neste caso, o ensino de línguas.

Com a redução do ensino de Latim na proposta formativa do secundário em vigor, na década de 1930, Dallabrida (2009) ressalta que as suas lições se restringiram a momentos específicos deste nível: às séries finais do ciclo fundamental e aos dois anos do ciclo complementar. A sua tímida participação no currículo ainda era prevista em virtude de que o ensino de línguas caracterizava a essência da chamada instrução mais erudita (Cunha Silva; Castro, 2021).

Situação semelhante também foi notada no cenário do Colégio Paes de Carvalho, que, em relação ao estudo de idiomas, tinha maior carga horária destinada à Língua Portuguesa, e ao atender aos princípios da reforma nacional de 1931, compunha o currículo do secundário em conjunto com saberes mais utilitários, no intuito de equilibrar-se a instrução em bases científicas e ilustradas (França; Alves, 2020). Essa carga horária mais extensa foi notada no capítulo de Português, subdividido em parte teórica e prática, o qual foi construído pelo professor Antônio Filgueiras, que assinou o planejamento do 3º ano, ilustrado a seguir:

Figura 2 – Programa de português do Ginásio Paes de Carvalho



Fonte: Programas de ensino do Ginásio Paes de Carvalho (1930) – Centur.

Além da forma de estruturação dos saberes, também fica explícito, neste programa, o modo de trabalho de cada professor, haja vista que alguns docentes já deixavam registrados os objetivos de determinada disciplina, as partes especiais dos conteúdos ou até mesmo indicavam os livros didáticos a serem trabalhados no período. Para além da indicação de livros didáticos,

também havia o estímulo da leitura de outras obras para solidificar o propósito formativo propedêutico. Tendo a leitura como uma das vertentes formativas nesta instituição secundária, a Língua Portuguesa tinha como uma de suas finalidades:

[...] habilitar os alunos a se expressarem corretamente, despertando neles o interesse pela leitura dos bons escritores, devendo adquirir um cabedal de conhecimentos indispensáveis à formação de seu espírito e de sua educação literária (França; Alves, 2020, p. 167).

Tais finalidades podem esclarecer a fixação de maior carga horária para as lições de Língua Portuguesa, pois, segundo França, Alves e França (2021), o ensino do idioma nacional no Colégio Paes de Carvalho objetivava reforçar o patriotismo e o amor pela língua materna. Sob esta mesma premissa, a valorização do ensino deste idioma representava: “Cuidar da língua nacional, significa defender a cultura do seu país. [...] Esse patriotismo deveria ser trabalhado em todas as disciplinas do curso ginásial. Os alunos do curso ginásial deveriam aprender as línguas nacional e estrangeira” (França; Alves; França, 2021, p. 76).

A compreensão da relevância do ensino da Língua Portuguesa nesta instituição também é endossada pelas colocações de Dallabrida, Trevizoli e Vieira (2013), quando elucidam que havia uma preocupação pelo ensino correto da escrita e da fala, e isso se colocava como uma das razões do destaque desta disciplina para o denominado por estes autores como projeto de nacionalização do ensino, endossado pelas ideias nacionalistas persuadidas pelo clima do Estado Novo.

O favorecimento do ensino das línguas e, no caso do Colégio Paes de Carvalho, a instrução do Português ainda pode reportar-se ao conceito de valor de conteúdo, o qual, segundo Chervel (1990), constitui a chamada categoria componentes da disciplina escolar, que trata de questões relativas aos modos de ensino e à origem histórica de uma área do conhecimento, caracterizando sua relevância no processo de aprendizagem, por meio da “[...] exposição pelo professor ou pelo manual de conteúdos de conhecimentos” (Chervel, 1990, p. 202).

A presença dos livros didáticos nestes programas, além de se configurarem como mais um indício da materialidade neste estabelecimento, também nos permitem agrupá-lo no que Vidal e Gaspar da Silva (2013) definiram como a base material de ensino, que era igualmente composta por cadernos, lápis, mapas e outros elementos que permitiram compreender as práticas exercidas, bem como o funcionamento do Colégio como padrão de escola secundária, tendo em vista que, para descortinar a história da escola, é indispensável considerar a sua dimensão material.

Outro ponto relevante remete ao planejamento das disciplinas e diz respeito ao programa de desenho do 4º ano, que detalhou a estratégia de ensino aos discentes, evidenciando, assim, diversos elementos, entre eles, o processo pedagógico, juntamente com o programa:

1ª parte - Desenho de projeções.

Objectivo - Instrução theorica e practica da representação projectiva dos principaes solidos geometricos e de alguns objectos de conformação simples.

Processo pedagógico- Utilização das projecções orthogonaes, com o abandono da minucias e de questões complexas. O assumpto deve ser tratado generalizadamente com a fixação, porém das regras e methodos de projecção.

[...] 2ª parte - Desenho de perspectiva e de sombra

Objectivo - Conhecimento elemental das principaes regras de perspectiva linear e da theorica das sombras, applicaveis a copia singela dos principaes corpos geometricos e de outros de uso commum (Programa de Ensino do Gymnasio Paes de Carvalho, 1930, p. 19).

Compondo o programa de ensino do secundário, a instrução de desenho pretendia capacitar o aluno a se apropriar “[...] da representação gráfica como meio de aquisição e de expressão de cultura” (Brasil, 1931, p. 12123). De acordo com o documento, as lições de desenho eram subdividas em 4 etapas, correlacionadas ao nível de complexidade: Desenho natural, Desenho decorativo, Desenho convencional, Desenho projetivo e natural; todos ministrados ao longo do curso fundamental. Os pontos trabalhados no programa desta disciplina deveriam ser executados a fim de atender às demandas para o desenvolvimento dos conteúdos de disciplinas como História, Ciências Naturais, entre outras, que necessitassem de habilidades exercitadas a partir do desenho, conforme destaca o excerto acima do programa do Colégio em estudo.

A forma de organização de cada programa das disciplinas contemplava todos os pontos a serem abordados no transcorrer do período letivo por cada professor, que, ao registrar seu nome no fim daquele arranjo de saberes, tornava-se responsável na sua operacionalização/período. Quando um docente não disponibilizava o programa de sua autoria, deveria adotar o projeto do Colégio Pedro II, o qual também seria utilizado quando uma disciplina estivesse sob a regência de mais de um professor. Tais observações foram regulamentadas pelo decreto de 1933, que, a respeito dos programas de ensino, também recomendava a indicação de obras didáticas a serem adotadas nas disciplinas.

Nessa perspectiva, tanto os programas de ensino como os pontos de provas tratados compõem o que Dussel (2014) conceitua como gramática da escola, a qual corresponde à estruturação básica da escolarização, que se constitui por 4 normas: divisão do tempo e espaço; classificação dos alunos; e a organização dos saberes pelas disciplinas escolares. Estas regras

pouco sofreram alterações no decorrer do tempo, mesmo diante das tentativas de reforma, o que as caracteriza como o “[...] ‘núcleo’ ou coração das escolas” (Dussel, 2014, p. 255).

Destarte, podemos considerar também que estes instrumentos, como representantes da organização do citado Colégio, explicitam, de forma mais abrangente, as chamadas práticas técnicas do cotidiano escolar. Da mesma forma, estas práticas podem ser interpretadas como afazeres funcionais da escola, os quais, segundo Frago (2008), coincidem com a prática regular da escola, que se estabelece por padrões organizativos que, no caso destes programas, orientam os professores no cumprimento de suas tarefas de acordo com o proposto.

Outro conceito semelhante que nos ajuda a pensar os usos destes materiais orientadores da vida escolar do Colégio diz respeito à gramática do ensino, a qual, de acordo com Souza (2013), trata mais diretamente dos dispositivos organizacionais da escola, ou seja, dos recursos que remetem à regularidade organizacional das instituições educativas. Entre estes recursos, localizam-se os programas de provas e de disciplinas ilustrados, anteriormente entendidos por este conceito, como a divisão curricular e as práticas avaliativas.

Nessa lógica, estes dispositivos integram a gramática do ensino do Colégio Paes de Carvalho, que, da mesma forma, relacionam-se à nova forma de organização da escola, inaugurada pela modernização da escola graduada, instituída no início da República, que aperfeiçoou o modelo graduado de escola, dotando-o de especificidades organizacionais (Souza, 2013). Assim, foi estabelecida uma elaborada sistematização didático-pedagógica, que, além de abranger a classificação dos alunos por nível de conhecimento, também englobava os programas, os quais, no contexto desta instituição paraense, eram sistematicamente divididos pelos cursos do secundário e suas classes correlatas, sendo considerados elementos marcantes de sua gramática.

Acerca da classificação dos alunos por níveis, esta diz respeito ao conceito de graduação do ensino, o qual, conforme Souza (2013), concerne à segmentação da organização escolar, que estratifica a prática da escola em seus cursos, graus de conhecimento, distribuição das matérias ou disciplinas. Na situação do Colégio Paes de Carvalho, o regimento interno de 1933 confere a seriação estabelecida em dois grandes cursos pertencentes ao ensino secundário: o fundamental e o complementar. O primeiro constituído por 5 séries, com algumas variações de disciplinas:

[...] 1ª série - Português, Francês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências físicas e naturais, Desenho, Música (canto orfeônico);
2ª série - Português, Francês, Inglês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências físicas e naturais, Desenho, Música (canto orfeônico);

3ª série - Português, Francês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Física, Química, História natural, Desenho, Música (canto orfeônico);

4ª série - Português, Francês, Inglês, Latim, Alemão (facultativo), História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências físicas e naturais, Desenho, Música (canto orfeônico);

5ª série - Português, Latim, Alemão (facultativo) História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências físicas e naturais, Desenho (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 1).

Esta graduação de ensino do estabelecimento paraense foi submetida a pequenas alterações no regimento de 1943, quando foi reestruturado o ensino secundário pela Lei Orgânica, promulgada um ano antes, que modificou a referida segmentação escolar. A partir do novo regulamento, os cursos ofertados agora denominavam-se: ginásial e clássico e científico. O primeiro, composto por 4 séries, que basicamente comportavam as disciplinas presentes no regimento anterior; já o segundo, o curso clássico, constituído por 3 séries, que ministravam as disciplinas básicas e privilegiavam o estudo de línguas, como Latim e Grego, em todas as etapas.

No tocante ao curso científico, também apresentava duração de 3 séries, compostas por quase todas as disciplinas no curso anterior. Contudo, o científico se destacava pelo ensino de desenho e pelo beneficiamento de disciplinas voltadas ao ensino da ciência da natureza, como elucidado o artigo 12 do referido regimento, o qual resolve que:

[...] As disciplinas comuns aos cursos clássico e científico serão ensinadas de acordo com um mesmo programa, salvo a Matemática, Física, Química e Biologia cujos programas terão maior amplitude no curso científico do que no clássico e a filosofia, que terá neste mais amplo programa do que naquele (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1943, p. 2).

A articulação dos aspectos tratados com a materialidade reside no fato do conhecimento e registro de algumas práticas correntes na rotina escolar do estabelecimento. Ainda que estas práticas também se caracterizem como orientações de práticas, para a cultura material escolar, estes programas de ensino e de provas, da mesma forma, podem ser analisados como elementos pertencentes à:

[...] materialidade que circunscreve a atividade educativa das edificações ao mobiliário, [...] dos materiais auxiliares do ensino aos objetos de uso dos alunos, das tecnologias de som e imagem aos objetos produzidos para o registro das informações escolares (Souza, 2007, p. 181).

Como componentes da escrituração escolar, tanto os programas de provas quanto de disciplinas também podem ser classificados como fontes que oportunizam o conhecimento dos aspectos internos da escola, os quais tornam compreensível a constituição material do Colégio

Paes de Carvalho, pois refletem uma dada cultura escolar presente na instituição, a qual, segundo Souza (2007), compreende diversos fatores, tais como o currículo, os espaços e tempos e as práticas escolares.

Espaços e tempos destacam-se como outra categoria da materialidade presente na organização escolar da referida instituição paraense, que demarcava criteriosamente as suas atividades para atender satisfatoriamente à proposta do ensino secundário em vigor. Tratando-se especificamente da ordenação do tempo, a composição dos horários de aula era sistematizada pela direção da escola antes mesmo do início das aulas, sendo divulgada no regimento interno do Colégio, como indica o artigo 16 do citado decreto de 1933, que designava o tempo máximo de 23 horas de trabalho por disciplina a cada semana, para cada turma, excetuando “[...] os exercícios de Educação física, as aulas de Música, e das cadeiras facultativas” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 1).

Além do documento regulamentar, outra via de organização e divulgação dos horários de aula ficou conhecida como mapas de aulas, os quais detalhavam o número de aulas dadas aos cursos ofertados, procurando atestar a possível correspondência entre o quantitativo de aulas ministradas com o número daquelas estipuladas por meio de decreto. Considerando o total de horas delimitadas, observou-se que as chamadas aulas de humanidades preencheram uma parte considerável do tempo de estudos, como indica a imagem a seguir sobre o quantitativo mensal de aulas do curso ginásial.

Figura 3 – Mapas de aulas dadas no mês de julho de 1945

MAPA DAS AULAS DADAS
Mês de JULHO de 1945
CURSO GINÁSIAL

		DISCIPLINAS													
		Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	C. Naturais	Hist. Geral	Hist. Brasil	Geog. Geral	Geog. Brasil	H. Manuais	Desenho	Conto. contáb.	Ec. Domést.
N	n	8 16	6 12	6 12	5 10	7 14	5 10	5 10	5 10	4 8	3 6	3 6	4 8	4 8	4 8
N	n	8 16	6 12	9 18	5 10	7 14	5 10	5 10	5 10	5 10	6 12	10 20	4 8	4 8	4 8
N	n	8 16	8 16	9 18	7 14	7 14	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10
N	n	7 14	9 18	7 14	8 16	8 16	7 14	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10
N	n	6 12	12 24	9 18	9 18	3 6	8 16	5 10	5 10	5 10	4 8	5 10	4 8	4 8	4 8
N	n	6 12	12 24	6 12	9 18	9 18	8 16	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	4 8	4 8	4 8
N	n	9 18	12 24	5 10	9 18	9 18	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	4 8	4 8	4 8
N	n	9 18	11 22	5 10	9 18	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	5 10	4 8	4 8	4 8

N - Número total de aulas mensais, segundo horario.
n - Números de aulas dadas.

(DIRETOR)

Jose Silveira
(INSPECTOR)
(José da Silva Chuva)

Fonte: Arquivo Histórico do Colégio Paes de Carvalho.

O beneficiamento de disciplinas como História Geral, Geografia do Brasil e Latim ratifica a premissa formativa do ensino secundário brasileiro no período investigado: instruir na perspectiva da cultura geral, em que as aulas de Latim eram tidas como fortes representantes desta ideia. No ano de 1945, sobre o qual foi produzido o mapa de aulas ilustrado (ver imagem 3), o nível secundário já estava sob regência da Lei Orgânica do Ensino Secundário, que consolidou o papel do ensino de línguas – especialmente o Latim – como cultivador da cultura geral e, ao mesmo tempo, sinônimo de civilidade, da formação intelectual e de valor histórico (Souza, 2009a).

A disciplina de Geografia também cumpriria o mesmo propósito de dar subsídios aos jovens estudantes para conhecer as riquezas naturais e, assim, despertar-lhes o sentimento nacionalista. Esta finalidade da Geografia e História do Brasil e da Civilização também era executada por atividades práticas que compunham o currículo da instituição e complementavam a carga teórica: “[...] sem prejuízo das aulas, com excursões a estabelecimentos científicos” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 1).

Além das informações sobre os horários de aulas, a disposição do tempo escolar do estabelecimento paraense de ensino se materializava nas provas aplicadas, as quais eram distribuídas em blocos de horas que agrupavam disciplinas de áreas afins ou não, de acordo com o ciclo e série correspondentes, a disciplina e o docente responsável, como exemplifica o horário de provas de 1944 demonstrado no seguinte quadro:

Quadro 3 – Horário de prova parcial do 2º ciclo

2º ciclo – dia 14				
Hora	Disciplina	Série	Turma	Professor
1	Física	1ª	1º Cl	Moreira Júnior
	Geografia geral	1ª	2º Cl	Mª Amélia Sousa
	Português	2ª	Cls	Aulomar Costa
2	Francês	2ª	3Cl	Emiliana Sarmiento
	Latim	1ª	Cls	Remijo Fernandez
3	História Geral	2ª	2º Cl	Bolivar Bordalo
	Latim	3ª	Cls	Remijo Fernandez
4	Espanhol	1ª	3º Cl	Helena Valdes
	Francês	2ª	1º Cl	Emiliana Sarmiento
	Português	2ª	3º Cl	Antônio Gondin Lins
	Geografia	2ª	Cls	Mª Amélia Sousa

Fonte: Horário da 2ª prova parcial de outubro de 1944.

A distribuição do tempo de atividades também foi tratada no regimento de 1943, que reforçava a responsabilidade de organização dos horários por parte do diretor que sistematizava a quantidade de aulas semanais em conformidade com os programas, bem como a duração das aulas regulares em 50 minutos. Além da padronização dos horários de aula regulares registradas no regimento de 1943, a formação dos jovens secundaristas também era composta por outros tempos que visavam atender dita finalidade educativa.

Estes tempos de atividades subdividiram-se nas lições de ensino religioso, de educação moral e cívica, da educação física e da instrução pré-militar, as quais eram previamente organizadas de acordo com o indicado no artigo 14 do citado regulamento, que orientou o tempo para as referidas disciplinas, “[...] observadas as determinações dos programas quanto ao número de aulas semanais de cada disciplina, de sessões semanais de educação física e instrução pré-militar, podendo ser modificado de acordo com as necessidades de ensino” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 2).

Observados na perspectiva da cultura material escolar, os dados sobre os horários das atividades executadas remetem à compreensão da categoria tempo escolar debatida por Viñao Frago (2000), fator constituinte de todo processo de escolarização, sendo um item fundamental da organização escolar. Outra atribuição importante do tempo escolar destacada diz respeito à sua qualidade educativa, haja vista que condiciona a execução de distintas disciplinas, assim como “[...] *permiten o impiden la realización de unas o otras actividades. En síntesis [...] los tiempos escolares no sólo conforman el clima y cultura de las instituciones educativas, sino que también educan*” (Viñao Frago, 2000, p. 99).

Sendo uma via de educação, podemos entender que o tempo escolar não é neutro, pois a estruturação dos diferentes tempos presentes na rotina educativa intencionava incutir princípios, atendendo a uma dada concepção formativa (Viñao Frago, 2000). Isso pode ser constatado na organização temporal do estabelecimento paraense, quando privilegia, em parte, a presença de disciplinas como história geral, português, latim e outras com maior quantitativo de aulas ou no período de provas. Por outro lado, a sua sistematização está relacionada à discussão da gramática da escola, contudo, a subdivisão dos períodos de aula presente no regimento de 1943, que estabelecia o tempo e as condutas a serem aplicadas nas aulas de educação religiosa e instrução pré-militar, educação moral e cívica, educação física e educação feminina, avança na articulação desta temática com o tempo escolar, por formar, de modo mais específico, os chamados tempos de ensino, propondo atender às finalidades por trás da gramática escolar desta instituição (Chervel, 1990).

A definição de horários ou tempos específicos na organização do Colégio Paes de Carvalho também se articula com a discussão da forma escolar, porque esta tem no tempo escolar mais do que um agente de organização da escola em um dado tempo histórico, mas identicamente se trata de um fator que estrutura as relações sociais e, no tocante ao contexto escolar, possibilita a autonomia da relação pedagógica quando comparada a outros tipos de relações, uma vez que “[...] a autonomia da relação pedagógica instaura um lugar específico, distinto dos lugares onde se realizam as atividades sociais: a escola. [...] Da mesma maneira aparece um tempo específico, o tempo escolar” (Vicent; Lahire; Thin, 2001, p. 13).

A menção sobre o lugar específico também posiciona o espaço como indício da materialidade na organização da rotina da nomeada instituição educativa, em razão de que o espaço é a materialização do tempo e, da mesma maneira, pode ser trabalhado como elemento de construção histórica (Viñao Frago, 2000). Nessa lógica, a estruturação física das atividades escolares no estabelecimento paraense, determinada via regimento, era constituída por distintos espaços, que, além de atenderem às finalidades formativas do secundário, também buscavam evidenciar as tradições ginásianas. Nesse sentido, o regimento interno de 1946 determinara a existência de distintos espaços para compor o Colégio: espaços administrativos, como a secretaria, a diretoria e a inspetoria. No entanto, além destes, havia o salão nobre, que sediava as reuniões da congregação e as solenidades correntes ao longo do ano, assim como os laboratórios para as aulas práticas de química, física e biologia, para além das salas de aula devidamente identificadas. Todos esses espaços procuravam revelar, de certo modo, a sua história em sua ornamentação, como mostram os artigos do capítulo XVI do citado regimento:

[...] Art. 133- Na sala da Diretoria haverá, em tela a óleo, de dimensões condignas, retrato do Dr. Pais de Carvalho, patrono do Colégio, bem como o dos antigos diretores do estabelecimento.

Art. 134 - No salão nobre haverá o retrato do Dr. Sousa Franco, fundador do Colégio, bem como o dos catedráticos falecidos. [...]

Art. 139 - As salas de aula serão numeradas e terão, cada uma o nome de um professor catedrático falecido (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 7).

Estes detalhes revelam a função do espaço, que, assim como o tempo, é meio de inculcação de princípios e valores, ou seja, também educa a partir das concepções de educação em vigor naquele período. Além disto, havia uma estreita relação entre os espaços e suas funções, de modo que o espaço escolar é dotado por uma “[...] *variedad de usos y funciones de índole a la vez productiva, simbólica y disciplinaria*” (Viñao Frago, 2000, p. 102).

A escrituração escolar da instituição também foi construída pelos certificados de conclusão de curso conferidos aos estudantes ginásianos, os quais eram diplomados conforme

o nível de estudos a que foram submetidos. Estas certificações eram concedidas após os chamados exames de licença e comprovavam que: “Art. 120 - Aos alunos que concluírem o curso ginásial conferir-se-á certificado de licença ginásial; aos que concluírem o curso clássico ou o curso científico conferir-se-á, respectivamente, o certificado de licença científica” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 7).

Por ser uma instituição equiparada e executante da proposta nacional do ensino secundário, os certificados emitidos neste estabelecimento cumpriam as tratativas da Lei Orgânica em vigor, devendo aprovar o aluno nas duas etapas de provas prestadas naquele período, oral e escrita, como indica um exemplar deste documento a seguir:

Figura 4 – Certificado de conclusão do curso ginásial – 1947

Recebido a 25 de Novembro de 1947
do certificado de conclusão do curso ginásial
Belém, 20/11/47
Maria de Nazari da Silva Besar

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

COLÉGIO ESTADUAL PAES DE CARVALHO
BELEM . PARA

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO GINÁSIAL
N.º... 84...

Certificamos que Maria de Nazari da Silva Besar
filho de Carlos Besar e de Uzina Ramos da Silva Besar natural de Belém - Pará
nascido em 1 de Agosto de 1927, foi considerado
aprovado nos EXAMES DO ARTIGO 91 da LEI ORGÂNICA DO ENSINO
SECUNDÁRIO (Decretos-leis n. 2.244, de 9 de Abril de 1942 e 8.347,
de 10 de Dezembro de 1945, com os seguintes resultados, no ano letivo
de 1947...

Português :	prova escrita...	4	prova oral...	7	Média...	5,5
Latim :	prova escrita...	9	prova oral...	7,5	Média...	8,3
Francês :	prova escrita...	6	prova oral...	6	Média...	6
Inglês :	prova escrita...	3	prova oral...	5,5	Média...	4,3
Matemática :	prova escrita...	6	prova oral...	5,5	Média...	5,8
Ciências :	prova escrita...	4,5	prova oral...	5	Média...	5
Geografia Geral e do Brasil :	prova escrita...	5	prova oral...	6,5	Média...	5,7
Média geral... cinco e sete décimos (5,7)						
Belém, 19 de Janeiro de 1947						
[Assinatura]			[Assinatura]			
(Diretor)			(Inspetor)			

Fonte: Arquivo Histórico do Colégio Paes de Carvalho.

Outras categorias de certificados também compuseram a organização desta instituição, correspondendo às demais etapas respectivas a este nível de ensino: os exames finais e de promoção, dos quais tinham texto semelhante ao modelo da imagem acima. No caso dos testes finais, eram registradas as aprovações em primeira ou segunda época e sua média final, enquanto as certificações de promoção assinalavam todas as notas obtidas. Portanto, além de

figurarem como registros conclusivos, os certificados também funcionavam como forma de gratificação pelo cumprimento das lições pré-militares, as quais igualmente concediam este reconhecimento na área para os estudantes ginásianos (França; Alves; França, 2021).

Estes documentos ilustram o desfecho de todo um processo avaliativo, que, antes de gerar a certificação, da mesma forma, registrava as atividades e as notas atribuídas via boletins, os quais fichavam as informações de acordo com a categoria das atividades indicadas no quadro a seguir:

Quadro 4 – Tipos de boletins escolares

TIPOS DE BOLETINS DE NOTAS
Boletins de exame de admissão
Boletins de exames finais
Boletins de exercícios
Boletins de frequência
Boletins de médias de arguições e trabalhos práticos
Boletins de preparatórios

Fonte: Arquivo Histórico do Colégio Paes de Carvalho.

A classificação dos boletins escolares por atividades como mais uma parte da escrituração do Colégio reporta-se à questão da ordenação dos dados referentes ao trabalho da instituição; e as informações presentes em cada tipo de boletim diziam respeito aos resultados das avaliações, contudo, estas distinguiam-se em suas finalidades, pois cada uma ponderava habilidades e conhecimentos diferentes. A exemplo disso, os boletins de exames finais, promoção e preparatórios, respectivamente, das décadas de 1930 e 1940, lançavam os desempenhos individuais em uma única disciplina, enquanto o exame de admissão divulgava as notas de acordo com os conhecimentos orais e escritos em Português, Aritmética e outros conhecimentos da área de humanidades e ciências (Colégio Paes de Carvalho, 1939).

Já os boletins de frequência e trabalhos práticos lançavam as notas gerais, isto é, de todas as disciplinas cursadas por turma em um dado período ou semestre, obedecendo a classificação serial e o tipo de ciclo cursado. Outra característica pertinente a essas categorias de boletim concerne a periodicidade destes documentos, os quais eram divulgados mensalmente permitindo, portanto, maior regularidade no acompanhamento da performance discente, como disposto no boletim de 1939:

Figura 5 – Boletim de médias e trabalhos práticos – Curso Fundamental

GINASIO PARAENSE							
— BELEM ESTADO DO PARÁ —							
Boletim de Médias de Arguições e Trabalhos Práticos							
Relativo ao mês de <u>J U N H O</u> de 193 <u>9</u>							
1.ª SÉRIE do Curso Fundamental							
NOME DO ALUNO	Português	Francês	Matemática	Média de UTILIZAÇÃO	Geografia	Ensaios Físicos e Naturais	Desenho
Alice Pereira	70	70	70	50	60	70	60
Almira Bahia Manito	60	55	20	65	60	30	40
Arakinea Martins Lemos	80	75	=0	85	70	60	80
Aurea Dêa Coimbra Tabosa	70	40	100	100	60	70	40
Adelia Beltrão Spindola	60	43	20	40	70	45	40
Amelia Catharina de Barros Lobo	70	35	80	60	80	70	40
Beatriz Fernandes Bellard	80	70	40	40	90	70	70
Consolação Ophelia de Almeida	80	50	40	70	30	30	60
Celina Maria Machado	50	60	50	90	60	85	30
Cleuza Cordeiro	90	80	100	100	60	100	60
Celma Maria de Almeida	60	55	20	30	40	40	50
Clementina Ramos Soares da Fonseca	50	75	10	65	50	=0	60
Doracy Belem de Nazareth	35	=5	10	60	60	30	60
Delma Arabela dos Santos Egues	60	70	100	50	60	90	50
Doly Mamann	70	35	80	40	30	40	30
Dulcila Jhomar Ferreira Lima	50	43	40	50	60	85	30
Eunice Gabriel Domingues	75	80	100	70	70	50	80
Edmá Braziliza Cardoso	=0	=0	=0	=0	=0	=0	=0
Estellita Freire de Miranda	80	80	10	70	100	85	30
Esmeralda Serra Sanches	75	50	20	65	40	60	60
Edith Faria de Araujo	45	45	100	65	10	40	20
Elza Campos de Oliveira	60	45	100	60	50	65	70
Elba da Costa Barbosa	40	35	100	45	80	30	50
Elisabeth de Lacerda Monteiro	=0	40	=0	30	40	=0	=0
Fujie Maseunaga	70	60	20	50	60	30	70
Hilka Pedrosa Amanajás	50	30	20	45	40	50	60
Hilda Maria de Silva <i>Silva</i>	80	50	40	80	60	100	80
Hilma Candida Ceiras Alves	65	40	40	95	20	30	10
Heliacy Negrão da Silva	40	40	10	40	20	85	50
Hilma Chaves de Oliveira	50	60	100	80	50	30	40

Fonte: Arquivo histórico do Colégio Paes de Carvalho.

Além de serem instrumentos de registros de dados da vida escolar, estes certificados e boletins ainda podem ser anexados como elementos formantes da economia moral de ensino, conceito oriundo das características da escola graduada, que remete a questões organizativas do trabalho interno da escola. Em uma de suas frentes, tal conceito pretende revisar critérios econômicos e éticos para o funcionamento satisfatório da escola, e os produtos dessas ações seriam: classificação seriada, divisão por salas e sua correspondência por série. Isso permitiria, portanto, otimizar a escolarização (Souza, 2013).

Nesse sentido, os referidos documentos, em certa medida, propiciam este modo de divisão e classificação dos alunos secundaristas, pois ordenaram o desempenho destes conforme sua série, e, no caso do ensino secundário, ainda determinava a correspondência com o ciclo específico, materializando, portanto, a adoção de critérios atinentes à construção de uma economia moral do ensino própria desta etapa de educação a ser executada no Colégio Paes de Carvalho.

O estudo destas fontes e, no caso especial, dos boletins escolares também pode ser sustentado pelo conceito de moralização da infância, ainda que parcialmente, em razão de que, do mesmo modo, referencia os fatores organizacionais da rotina escolar do estabelecimento, no entanto, converge mais para a questão da própria educação (Souza, 2013). Diante disso, as informações presentes em cada tipo de boletim emitido no Colégio Paes de Carvalho são efeito da forma de condução da instrução dos alunos deste estabelecimento, haja vista que sua estruturação de trabalho previa a racionalização, o controle e a eficiência que caracterizavam a organização didático-pedagógica do Colégio.

Outra categoria de documento correlata ao ordenamento da escola são os relatórios da inspetoria federal, os quais foram elementos importantes na constituição organizativa da instituição. Basicamente, o conteúdo destes tratava-se do detalhamento das atividades ordinárias relatadas pelos inspetores para a diretoria da divisão de ensino secundário, órgão ligado ao governo federal que deliberava assuntos específicos deste nível de ensino. Nos relatórios coletados, entre os assuntos registrados, estavam os resultados da performance estudantil, analisados a partir dos boletins de exames parciais, de médias condicionadas, orais e de frequências.

Destarte, o relatório produzido pelo inspetor federal Emílio Uchôa Lopes Martins, enviado à diretoria em janeiro de 1944, mas referendando informações do último bimestre (novembro e dezembro) do ano letivo de 1943, narra o quantitativo de visitas ao Colégio Paes de Carvalho naquele período, as quais geravam os chamados termos de visita para comprovar sua passagem pelo estabelecimento. Entre estas inspeções, foram registrados os desfechos da época de aplicação das provas para as séries 2^a, 3^a e 4^a do curso ginásial, registrando as ocorrências dos exames orais e de licença ginásial:

Exames orais

De 1 a 17 de Dezembro processaram-se os exames orais, tendo os trabalhos decorrido normalmente.

Exames de licença Ginásial

De 20 a 30 de Dezembro realizaram-se os exames de licença ginásial dentro das normas da legislação vigente. Dos alunos matriculados na 4^a série ginásial 10 não

obtiveram média condicional, 8 estão convocados para o Exército e 6 não requereram exame. Em resumo, o resultado dos exames foi o seguinte:

Faltaram - 3 alunos

Aprovados - 48

Reprovados - 69 [...]

É o que me cumpre relatar a V.S sobre os serviços de inspeção das 2ª, 3ª e 4ª séries do curso ginásial do Colégio Estadual Pais de Carvalho, nos meses de Novembro e Dezembro de 1943 (Inspetoria Federal, Colégio Paes de Carvalho, 1944).

Este mesmo inspetor versou em um relatório anterior sobre o cumprimento da legislação federal do secundário por parte da instituição paraense, em que verificou a inobservância destas normas, no entanto, não elucidou quais seriam os erros constatados em suas visitas. De todo modo, notificou a direção do Colégio para que se adequasse à lei federal até as próximas inspeções, sob pena da comunicação do caso à diretoria superior para a tomada de providências cabíveis (Inspetoria Federal, Colégio Paes de Carvalho, 1943).

Em outro momento deste relato, o inspetor informou que as correções exigidas foram brevemente atrasadas em razão da troca de direção do estabelecimento, contudo, segundo o fiscal, a nova gestão se comprometeu em corrigir as irregularidades e o fez em tempo mais breve possível, como indica a passagem de sua exposição ao departamento:

[...] assumiu a direção do estabelecimento o Dr. Miguel Chicre Bitar, [...], que logo providenciou para fazer desaparecer as irregularidades apontadas, já tendo, inegavelmente, conseguido o máximo dentro de tão pouco tempo. Em breve, estou certo, o atual Diretor terá completado definitivamente o seu trabalho de reorganização do Colégio (Inspetoria Federal, Colégio Paes de Carvalho, 1943).

As portarias expedidas neste Colégio também se somam aos registros materiais da rotina institucional por efeito de compilar dados importantes que determinariam alterações em outras normativas exercidas na trivialidade da escola. As modificações observadas nesta categoria de fontes incidiram primeiramente na validação das atividades promovidas pelo Grêmio Estudantil Centro Cívico “Honorato Filgueiras”, o qual tinha sólida organização e possuía como membro principal o diretor da instituição, que, por meio dos referidos documentos, podia aprovar ou impugnar as decisões ou ações deste grupo discente; fato constatado na Portaria n.º 240/1948, que suspendeu as sessões de trabalho do conselho de representantes do Centro Cívico, devido à falta de produção e divulgação das atas das reuniões anteriores:

O Diretor do Colégio Estadual ‘PAIS DE CARVALHO’, usando de suas atribuições, considerando que o serviço de escrituração das atas do Conselho de Representantes do Centro Cívico não está em dia; [...]

Considerando que é dever desta Diretoria orientar, fiscalizar e exigir o cumprimento dos Estatutos,

Resolve

- 1º - suspender as reuniões do Conselho de Representantes do Centro Cívico, até que seja posto em dia o serviço de lançamento das atas das sessões realizadas;
- 2º - o responsável pelo lançamento das atas deverá apresenta-las à Diretoria, a fim de que seja revogada a presente portaria e o Conselho volte a reunir legalmente (Portaria Administrativa, Colégio Paes de Carvalho, 1948, p. 1).

Outras modificações tratadas nestas portarias dizem respeito a assuntos educacionais propriamente ditos, como as diretrizes docentes para a realização das provas, o estabelecimento dos horários de aplicação destas e sua divulgação à classe estudantil ginásiana. Datada de junho do mesmo ano e assinada pelo diretor, Sr. Antônio Gomes Moreira Júnior, a Portaria n.º 264 é um modelo de abordagem destes temas por detalhar cuidadosamente os procedimentos a serem seguidos durante o período avaliativo, entre os quais, eventualmente, poderiam ser fiscalizados em suas etapas, segundo indica o artigo 7º, que define: “[...] o sorteio de mais de um ponto, na prova de uma disciplina, sempre que a eficiência da fiscalização o exigir, tendo-se em vista o número de alunos e a capacidade da sala” (Portaria Administrativa, Colégio Paes de Carvalho, 1948, p. 1).

Outro ponto notificado por esta mesma portaria corresponde à recomendação feita ao professor para que voltasse sua total atenção para exercer vigilância no andamento dos 60 minutos de aplicação dos exames, em que não deveria se ocupar com mais nenhuma tarefa atinente ao seu cargo, ou seja: “[...] não devendo estar lendo, corrigindo trabalhos ou efetuando quaisquer outros serviços que não lhe permitam exercer a fiscalização requerida” (Portaria Administrativa, Colégio Paes de Carvalho, 1948, p. 2).

Podemos correlacionar as informações presentes nestas portarias, ainda que parcialmente, com o conceito de ordem escolar procedente das discussões sobre a invenção da forma escolar, haja vista que as decisões divulgadas nestes documentos visavam instituir a organização de setores e assuntos essenciais à rotina do Colégio Paes de Carvalho a partir de determinações, as quais seriam componentes da: “[...] ordem escolar, que se impõem a todos” (Vicent; Lahire; Thin, 2001, p. 14).

A organização/escrituração também foi formada por estatutos e regulamentos que normalizaram órgãos específicos e internos da própria instituição. Mesmo sendo categorizados como dispositivos legais, acreditamos que estes documentos estejam mais relacionados à sistematização das atividades cotidianas da escola, que definiam as condutas a serem adotadas pelos componentes dos chamados departamentos internos.

Os setores ou órgãos e suas normas existentes no Colégio eram: estatuto da caixa escolar “Silvio Nascimento”, regulamento do departamento artístico, regulamento do departamento desportivo e estatutos do Centro Cívico “Honorato Filgueiras”; dispositivos que deveriam estar

sincronizados com as atividades regulares da instituição e, em alguns casos, com o regimento interno em vigor. Como exemplo disso, podemos pontuar o código da caixa escolar instituída pelo dispositivo legal de 1946, que definiu o seu funcionamento por tempo indeterminado e a possibilidade de incorporação de sócios para sua manutenção.

Em síntese, o documento regulador desta caixa explanava os 3 tipos de sócios: beneméritos, protetores e fundadores. Os membros de sua administração, a composição do fundo de recursos, do perfil de alunos beneficiados pelas ações deste departamento e, por fim, mas não menos importante, as finalidades da caixa determinadas nos incisos do art. 2º:

- a) desenvolver a instrução, por meio de assistência aos alunos pobres;
- b) dar vestuário e calçado aos alunos cujos pais lutem com dificuldades para os mandar ao Colégio;
- c) facultar o tratamento médico e respectiva dieta aos alunos que se acharem doentes em suas residências;
- d) auxiliar as iniciativas dos alunos que visem a elevar o nome do Colégio;
- e) concorrer para o Fundo de Assistência da Cooperativa Escolar (Caixa Escolar, Colégio Estadual Paes de Carvalho, 1947, p. 1).

O atendimento dos alunos carentes era garantido por um fundo social composto por distintas fontes de recursos provindas de doações, contribuições de pessoas que apoiavam a educação, proventos descontados de professores e funcionários do Colégio e outros recursos que poderiam surgir. A administração destes recursos estava a cargo do próprio corpo funcional do Colégio, que constituía uma diretoria específica para este fim, tendo como integrantes: o diretor do estabelecimento, um secretário e um tesoureiro eleitos entre os professores e demais funcionários, os quais seriam nomeados via portaria para o referido mandato, que anualmente: “[...] apresentará um relatório à Congregação, referente às atividades do ano anterior” (Caixa Escolar, Colégio Paes de Carvalho, 1947, p. 3).

O departamento artístico do Colégio Paes de Carvalho e seu regulamento tinha a função de estimular as habilidades mais eruditas por meio das atividades artísticas de teatro, canto orfeônico e ballet, determinadas pelo gestor da instituição e pelos órgãos constantes dentro do referido departamento: conselho cultural artístico, direção artística, dirigente artístico, assistentes técnicos, auxiliares, organização e redator; todos promovendo práticas de arte voltadas ao civismo, à disciplina, ao incentivo à harmonia social e o que mais fosse pertinente ao progresso cultural dos jovens secundaristas (Departamento Artístico, Colégio Paes de Carvalho, 1947).

Outras atribuições pertencentes a este órgão institucional correspondiam ao fomento de momentos artísticos para contribuir com a caixa escolar, celebração de datas comemorativas

históricas do país e as solenidades do Colégio. Neste mesmo regulamento, também eram previstos os critérios de admissão dos estudantes nas atividades culturais, conforme suas habilidades, assim como as competências dos membros e a aplicação de penalidades quando cabíveis. Em síntese, todas estas ações eram organizadas pelo conselho cultural artístico, o qual, devido à sua função na dinâmica do departamento, era formado por: “[...] professores de História, Desenho, Canto Orfeônico, Educação Física e pelo Diretor da Comissão Artística do Centro Cívico ‘Honorato Filgueiras’” (Departamento Artístico, Colégio Paes de Carvalho, 1947, p. 2).

Mais um integrante da organização do Colégio é o departamento desportivo, que, nas linhas de suas normas, orientava e estimulava a prática esportiva no ambiente escolar; departamento que ainda era responsável pelo recrutamento de alunos para torneios e campeonatos escolares, os quais eram frequentes no recorte histórico em tela, além de definir as atividades por gênero, conceber jogos internos e suas regras para o pleno desenvolvimento da atividade esportiva na instituição.

Igualmente aos departamentos anteriores, a divisão desportiva contava com órgãos específicos que concentravam todas as jurisdições pertinentes ao desporto no estabelecimento, sendo conhecidos como: conselho técnico, diretor esportivo e encarregados de seção. Cada um destes detinha suas tarefas para assegurar o bom funcionamento da vida esportiva da instituição, compreendendo desde a busca pela excelência dos alunos nos eventos esportivos até a garantia de boas condições estruturais à realização das atividades na área.

Entre estes órgãos dirigentes, o conselho técnico se apresentava como pilar das deliberações sobre o tema, sendo composto pelo diretor do Colégio, um vice-presidente e um secretário, cumprindo as seguintes finalidades:

Art. 4º - O Conselho Técnico será formado pelos professores de Educação Física, pelos assistentes médicos, pelo Diretor esportivo e pelo Diretor da Comissão Esportiva do Centro Cívico “Honorato Filgueiras” e tem por finalidades:

- 1) decidir sobre os gêneros de desportos a serem praticados, fixando-lhes a época, o local e demais condições convenientes.
- 2) autorizar a participação dos quadros desportivos do Colégio em campeonatos, torneios e jogos amistosos.
- 3) sugerir as medidas que lhe parecerem convenientes ao fomento da vida desportiva do Colégio.
- 4) deliberar sobre os jogos e competições internas, quer quanto a parte técnica quer quanto a disciplinar.
- 5) regulamentar os campeonatos e torneios.
- 6) aplicar as penas disciplinares de sua alçada (Departamento Desportivo, Colégio Paes de Carvalho, 1947, p. 1).

O Centro Cívico “Honorato Filgueiras” e seu estatuto encerram o conjunto de instrumentos normativos de organização da instituição paraense. De acordo com os excertos anteriores, que revelaram a participação deste departamento na estruturação das ações de outros setores, observa-se a relevância deste órgão perante os demais apontados. Legalizado pelo regimento interno do Colégio, este Centro Cívico figura como: “[...] órgão de representação e expansão cultural dos alunos do Colégio Estadual Paes de Carvalho (C.E.P.C.) ” (Centro Cívico, Colégio Paes de Carvalho, 1947, p. 1).

A estruturação deste centro contava com 4 frentes: o conselho de representantes, a diretoria, as comissões e os estudantes matriculados, todos estes considerados associados, conforme resolvia o regimento interno de 1946. Como órgão de representatividade estudantil, de modo geral, concentrava suas finalidades para atender aos objetivos do ensino secundário, quais sejam, a boa socialização entre toda a comunidade escolar interna e externa, o estímulo à participação nas atividades científicas e esportivas, a cooperação social, a valorização da pátria e outras práticas que visavam ao harmonioso funcionamento do estabelecimento na proposta de educação vigente (Centro Cívico, Colégio Paes de Carvalho, 1947).

Os amplos fins relacionados ao Centro Cívico eram executados pelas comissões, que podiam ser permanentes ou temporárias, as quais tinham poder de decisão, dividindo-se em 7 grupos: cultura, social, assistência, esportiva, artística, imprensa e legislação. Todos estes grupos voltados a atender às demandas dos discentes, uma vez que este órgão estudantil era: “[...] filiado à União dos Estudantes do Curso Secundário do Pará[...]” (Centro Cívico, Colégio Paes de Carvalho, 1947, p. 18).

Considerar os certificados, boletins e demais documentos como integrantes da organização escolar e concomitantemente como evidências da materialidade das práticas deste Colégio reside no fato de que estes registros foram ferramentas que viabilizaram o processo de educação (Escolano Benito, 2010 *apud* Castellanos, 2020). Basicamente, estas categorias documentais constituem a cultura material escolar deste estabelecimento por definirem a sistematização da escola em distintas perspectivas, como a determinação de regras, espaços e tempos como aspectos materiais do universo escolar (Castellanos, 2020).

Representando os indícios da materialidade desta instituição, os tipos de documentos supracitados, na condição de elementos da escrituração escolar ou da estruturação das informações sobre o Colégio, acabam por expressar a obtenção (ou não) dos fins educativos e sociais do estabelecimento de ensino e, da mesma maneira, apontar, nas linhas destes dispositivos, as posturas e os lugares de atuação no contexto escolar (Souza, 2013). Tal cenário nos indica, portanto, que os aspectos materiais da escola participam de uma complexa realidade

ou contexto que inscreve o referido Colégio no conjunto das “[...] instituições sociais e culturais” (Souza, 2013, p. 17). Estes documentos são classificados na perspectiva da cultura material escolar e, por conseguinte, como vestígios da materialidade no Colégio, uma vez que estes registros, no âmbito de suas funções, são instrumentos de controle e acompanhamento do desempenho escolar, compondo, assim, uma sólida organização institucional (Castro, 2013).

Enfim, todos os aspectos analisados também podem ser arrolados como parte da cultura empírica da escola, haja vista que estes pontos de organização das práticas escolares neste Colégio aludem às vivências experienciadas em uma dada época; indícios da materialidade que são de grande relevância para conhecer o passado deste estabelecimento em suas características práticas e discursivas, tendo em consideração que tanto a empiria quanto os fazeres docentes estão efetivados nestes indícios materiais presentes em suas normas (Escolano Benito, 2010). Outro modo semelhante de compreender estes vestígios da dimensão material como elementos constitutivos da vida escolar do estabelecimento diz respeito, também, ao que Escolano Benito (2017) define como os *modos de governo escolar*, os quais subordinam a prática cotidiana em função da experiência e das perspectivas teóricas.

Como constituintes da cultura empírica da escola, o conjunto de documentos organizativos deste Colégio também pode ser vinculado aos debates da cultura acadêmica e política, levando em conta que as supracitadas formas de governar a escola não estão desassociadas da construção e ordenação dos saberes (cultura acadêmica) executados na adoção e utilização dos programas de ensino e de provas, assim como da produção de dispositivos legais de estruturação das normas exemplificados pelos estatutos de órgãos internos, como o Centro Cívico. Estes indicadores materiais de organização da instituição paraense, na mesma ótica, podem ser entendidos como códigos que “[...] regulam muitos processos internos da prática escolar, configuram-se como tradição transmissível e informam os hábitos dos atores que a professam” (Escolano Benito, 2017, p. 119).

Outra justificativa para agregar estes documentos de escrituração do Colégio ao conceito de cultura empírica refere-se ao fato de que esta categoria de cultura também é formada pelo aspecto material da escola, o qual, no contexto em análise, abrange os boletins, os programas de ensino e provas, os certificados, as portarias e outros documentos que materializaram as estratégias de trabalho escolar de professores e alunos para cumprir as formas de administrar as práticas orientadas por um dado projeto educativo (Escolano Benito, 2017).

No mais, é importante compreendermos que, sendo componentes da cultura material escolar do Colégio Paes de Carvalho, estes documentos, em seus usos e funções, da mesma maneira, fazem parte da cultura escolar deste estabelecimento (Julia, 2001), que, junto a outros

aspectos materiais, serão aprofundados nas seções posteriores, no sentido de perceber os possíveis significados conferidos pelos sujeitos envolvidos nas práticas pedagógicas e educativas desta instituição. Ademais, o enfoque na materialidade também permite tal ação e igualmente viabiliza o entendimento do sentido dado à cultura material escolar neste contexto (Castellanos, 2020).

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCATIVAS: A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO COLÉGIO

A materialidade escolar do Colégio Paes de Carvalho registrou-se para além das questões organizacionais da instituição e marcou seu lugar no âmbito das práticas educativas e pedagógicas, as quais, naquele contexto, necessitavam do suporte para o cumprimento dos objetivos. Com esta reflexão, intencionamos apontar o papel dos objetos da cultura material escolar nos processos formativos da instituição, indicando que os materiais em uso colaboraram não só para a efetivação das referidas práticas, como também imprimiram sentidos às atividades exercidas pelos alunos.

Neste sentido, procuramos entender as práticas pedagógicas exercidas nos espaços dos laboratórios de química e biologia partindo dos objetos escolares presentes nestes locais e que, para o desenvolvimento deste estudo, foram considerados como componentes da cultura material. Ao lado disso, também se faz necessário compreender a relação dos materiais utilizados nos laboratórios com a gramática desta escola, haja vista que estes foram elementos que compuseram a organização do ensino neste Colégio em termos do tempo, por exemplo.

A análise dos objetos identificados nas fontes, sob a ótica da cultura material escolar, ainda permite compreender que dita presença na constituição da chamada cultura empírica da escola é elemento integrante de uma forma de ensino. Esta mesma perspectiva investigativa também se relaciona com mais um item debatido: o uniforme escolar. Ele foi fator essencial para a caracterização da tradição ginásiana ao longo dos anos, como também se configura um dos objetos mais emblemáticos da cultura material escolar.

Desse modo, o uso do uniforme escolar não pode ser entendido como uma mera identificação do estudante, mas sim como um artefato capaz de induzir no usuário a adoção de uma postura de respeito e pertencimento ao estabelecimento. Tal compreensão aponta para o duplo sentido presente no uniforme, o qual, de acordo com Corazza (2003), refere-se primeiramente ao entendimento de algo que apresenta forma única e, na questão da vestimenta, diz respeito à padronização da identificação de uma classe ou instituição, o que é tipificado como uma característica paradoxal do uniforme.

Nesse seguimento, objetivamos examinar a eficiência das práticas educativas do ensino secundário no Colégio a partir do emprego do uniforme como identificação do estudante ginásiano, tendo em vista que os regimentos internos regulamentavam seu uso como sinônimo de disciplina e ordem (Colégio Paes de Carvalho, 1933, 1943). A expectativa de formar um jovem sob estas virtudes, quando em uso da vestimenta, acaba por referir a uma prática

educativa, uma vez que também é dotada de caráter instrutivo que ultrapassa os limites da sala de aula.

Além dos objetos que marcaram a tradição ginásiana desta instituição, a sua cultura material escolar foi igualmente definida por ações colaborativas no processo formativo pensado para o ensino secundário: concessão de gratificações à comunidade estudantil, com fins a estimular o compromisso e a dedicação dos alunos em sua trajetória escolar. Nesse sentido, compreendemos que estas ações desenham mais uma categoria de prática educativa presente na rotina escolar do Colégio Paes de Carvalho, por comporem processos educacionais que ocorrem para além dos limites físicos da sala de aula.

Diante disso, pretendemos entender como estas premiações, materializadas em troféus e outros tipos de recompensas, estiveram correlacionadas às práticas educativas empreendidas no ensino secundário, que ainda resultavam em práticas de fomento ao desempenho estudantil satisfatório. Majoritariamente, estas gratificações eram concedidas por meio de concursos, celebrações públicas e competições esportivas, conforme registrado em algumas fontes oficiais, como os regimentos internos da escola e portarias da própria instituição, que demonstraram a variedade de condecorações ofertadas na conjuntura escolar daquele período.

3.1 Materiais visuais, sonoros e táteis: práticas pedagógicas nos laboratórios

As práticas pedagógicas viabilizadas pelo ensino nos laboratórios podem estar relacionadas a um conjunto de finalidades e sentidos que estavam submetidos ao projeto educativo do secundário, os quais, em certa medida, representaram a modernização do ensino no período; proposta de formação científica dos alunos ginásianos, haja vista que os saberes científicos estavam inseridos na sugestão de educação secundária: formar nos parâmetros da ciência e da cultura geral, com o propósito de produzir uma juventude que contribua para o desenvolvimento do país.

Esta modernização do ensino refere-se ao contexto dos anos de 1930, que fixou um amplo conjunto de mudanças na estrutura da educação brasileira, fato que poderia justificar a adoção do ensino para além da tradicional sala de aula. Esta realidade foi viabilizada pelas reformas nacionais do secundário que pretendiam formar os jovens utilizando-se de métodos e programas de ensino instituídos no território nacional, os quais integraram uma rígida estrutura escolar, caracterizada pela adesão às mesmas orientações pedagógicas, independentemente da conjuntura de cada estado (Romanelli, 2014).

O ensino nos laboratórios via objetos igualmente pode estar associado aos ideais defendidos pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que, centrado no movimento de reconstrução nacional, advogava pela implantação de um novo modo de ensino que correspondesse ao cenário republicano da Era Vargas, que ganhava cada vez mais forma. Assim, o movimento renovador entendia que a concepção educacional deveria ser aperfeiçoada, adotando uma característica sistemática e direcionada quando confrontada com a antiga forma de organização da educação. Por isso, na conjuntura de alterações que impactaram toda a sociedade, no que tange aos assuntos educacionais, Romanelli (2014, p. 149) elucida que:

[...] Urgia que a educação escolar refletisse essas mudanças. Cada época se caracteriza por sua concepção própria de vida, por um ideal próprio, que exerce, através da ação pedagógica, uma pressão constante sobre o educando. Segundo o autor do Manifesto ‘o exame, num longo olhar para o passado, da evolução da educação através das diferentes civilizações, nos ensina que o conteúdo real desse ideal variou sempre de acordo com a estrutura e as tendências sociais da época’.

Além de evidenciar as questões que inseriram a educação como um problema social inscrito nas modificações sociais impostas à população, o Manifesto também intencionava evoluir, de modo mais assertivo, a questão pedagógica, no que diz respeito à defesa de um novo pensamento educacional, o qual coloca o aluno como centro do processo formativo e como sujeito provido de habilidades a serem trabalhadas; questão que demandava o uso de novos métodos pedagógicos (Romanelli, 2014).

Esta ideia pode ser refletida no plano de reconstrução educacional produzido pelo manifesto, o qual sugeriu a introdução de um novo sistema de educação, de característica unificada, que, grosso modo, estava organizado em: ensino primário, secundário e superior. Nesse cenário, os dois primeiros níveis de ensino deveriam estar articulados, em que as bases de instrução do secundário deveriam ofertar uma espécie de ensino diversificado, que contemplaria atividades manuais voltadas ao manejo de materiais, bem como as tarefas de essência intelectual, correspondentes ao estudo das humanidades, ciências físicas, químicas e biológicas (Romanelli, 2014); ensino prático desenvolvido nos laboratórios do Colégio Paes de Carvalho, que se caracteriza como resultado destas reivindicações do movimento renovador quando propôs maior participação discente na ação pedagógica.

Podemos inferir ainda que o ensino prático neste Colégio esteve igualmente relacionado à tentativa de superação dos antigos métodos de ensino fundamentados pela repetição e memorização e que, nas defesas do Manifesto, deveriam ceder lugar ao estímulo da autonomia

discente (Napolitano, 2018). Isso pode ser associado ao caráter prático das atividades que necessitavam da participação destes para cumprir seus objetivos.

No contexto local, esta proposta de educação foi concretizada a partir de materiais científicos, como peças de órgãos humanos, pipetas, amostras de animais e outros presentes nas aulas práticas do currículo desta instituição secundária⁶, e igualmente registrada nos respectivos documentos e programas de ensino. A associação destes materiais e suas práticas correspondentes também foi baseada na classificação de objetos escolares proposta pelo projeto de pesquisa “Por uma teoria e uma História da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)”, o qual examinou o ensino primário em distintos aspectos, compreendendo desde o funcionamento das instituições até os materiais presentes no cotidiano escolar.

O estudo destas características foi disposto em quatro grupos de trabalho, que se dedicaram a estudar mais detalhadamente um aspecto identificado durante as pesquisas. Desse modo, fundamentamos nossa investigação pela organização prevista no GT2 – exame da materialidade da escola primária graduada pelo estudo da cultura material escolar –, que estabeleceu um conjunto de classificações para organizar as fontes encontradas sobre os artefatos utilizados naquelas instituições no período delimitado.

Das 13 classificações delimitadas, para cumprir este objetivo de análise, selecionamos a categoria *Materiais visuais, sonoros e táteis* para compreender, com base em fotografias dos objetos utilizados nos laboratórios de química e biologia e pela menção destes nos programas de disciplinas, como o ensino era ofertado nas salas específicas a partir do uso dos referidos objetos, e, da mesma forma, apreender o valor desses objetos escolares na gramática escolar do Colégio Paes de Carvalho.

Correspondendo às atividades práticas previstas no currículo desta instituição, o ensino nos laboratórios era normatizado pelos regimentos internos, que definiam estes espaços como gabinetes próprios onde as tarefas das disciplinas de Química, Biologia e Física eram aplicadas pelos chamados preparadores, classe docente que atuava exclusivamente naqueles espaços (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1943). A determinação da prática de ensino foi igualmente registrada nos programas de ensino, que subdividiram os conhecimentos em teóricos e práticos, estruturados em lições com objetivos definidos conforme o assunto abordado.

⁶ Alguns dos materiais registrados nos laboratórios da instituição, embora não sejam originados do recorte histórico deste estudo, ainda representam parte da proposta educativa do ensino secundário: formação científica por meio de materiais utilizados nas disciplinas de química e história natural, por exemplo.

Esta forma de sistematização dos conteúdos nos programas traduz as práticas pedagógicas que foram orientadas por fins, objetivos e saberes plenamente definidos por uma dada conjuntura referente ao ensino secundário. Segundo Veiga (1989), esse conceito de prática pedagógica ainda sugere a intrínseca relação entre teoria-prática, a qual aponta que ambas possuem particularidades, mas são interdependentes, de modo que também representam os lados “teórico” e “objetivo” que tratam respectivamente das ideias e atividades.

Observamos este modo de organização nas atividades do laboratório de química que compuseram o programa de ensino da disciplina, sendo listadas como trabalhos práticos que indicam tarefas voltadas ao reconhecimento e manuseio de substâncias químicas, como ácidos, bases e gases, e demais elementos que constituem os fenômenos químicos. Assim, o ensino prático desta disciplina se organizava por 12 lições, como as elaboradas para a 4ª série do curso fundamental, direcionadas ao preparo, à caracterização e à identificação dos componentes:

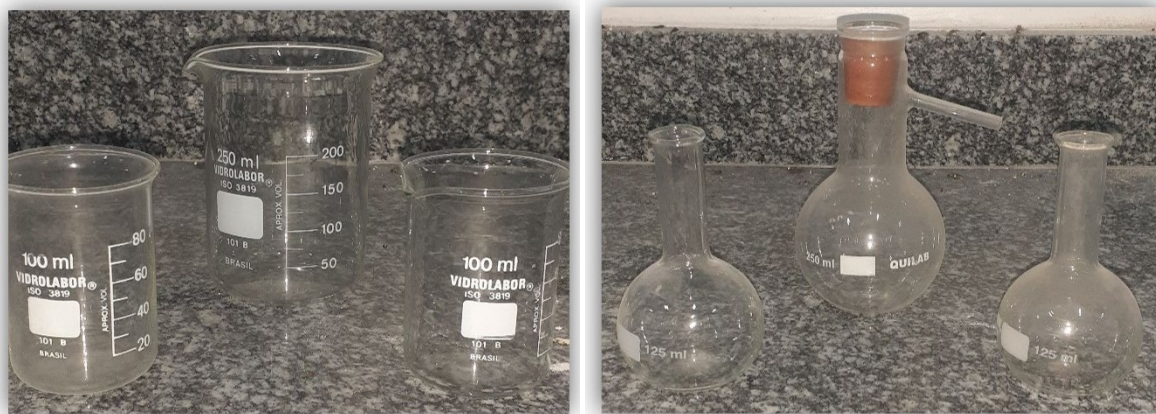
TRABALHOS PRÁTICOS

Preparar e caracterizar o hydrogênio.
Preparar e caracterizar o chloro e o ácido chlorhydrico, reconhecer o chloretos.[...]
Preparar o oxygenio e verificar as suas propriedades características.
Analysar a água pelo voltmetro e caracterizar os seus componentes.
Caracterizar as águas potáveis. [...]
Caracterizar o anhydrido carbonico e os carbonatos.
Caracterizar o ácido azótico e azotatos
Caracterizar os phosphatos (Programa de Ensino do Gymnasio Paes de Carvalho, 1930, p. 14).

O excerto revela que as atividades práticas no referido espaço se concentravam no trabalho de exploração das substâncias em suas propriedades, a partir de instrumentos específicos da área. Popularmente conhecidos como vidraria de laboratório, entre os objetos presentes no laboratório de química do Colégio, encontramos: balões de fundo chato, de destilação, béquero e outros materiais que auxiliariam os alunos no reconhecimento, na mistura ou na separação de elementos.

Como exemplo disso, foram propostas práticas de identificação, caracterização e separação dos componentes de fosfatos e cloro, os quais eram estudados com o uso dos exemplares de balões e béquero abaixo:

Figura 6 – Vidraria do laboratório de química



Fonte: Acervo do laboratório de química do Colégio Paes de Carvalho.

Como peças integrantes do currículo do Colégio Paes de Carvalho, ferramentas de execução da proposta curricular, os exemplares dos objetos científicos escolares exibidos foram suportes para compreender os pontos das áreas de conhecimento estudadas, que, no ambiente prático dos laboratórios, potencializaram a prática pedagógica, bem como fomentaram, de certa forma, a relação de estudo dos conteúdos com o cotidiano (Pessanha; Silva, 2018). Ainda sobre o currículo, vale destacar que, sendo um dispositivo consolidador dos objetivos sociais da educação escolar, realizada via conteúdos que o constituem, teria a incumbência de proporcionar o “[...] desenvolvimento intelectual e social dos alunos aos quais passam a ser oferecidos” (Pessanha; Silva, 2018, p. 403), tal como se almejava com o conjunto de temas ensinados no secundário e neste Colégio.

A respeito da presença ou utilização dos objetos científicos escolares como constitutivos do aparelhamento escolar desta instituição, procurava-se seguir as normas legais nacionais, especialmente aquelas determinadas pelo Decreto n.º 21.241, de 04 de abril de 1932, que, nas suas linhas, consolida a organização do ensino secundário e coloca as condições materiais como requisitos essenciais na inspeção escolar (Brasil, 1932). Ademais, a utilização destes objetos nas lições dos laboratórios, da mesma forma, contribuiu para a construção da identidade do Colégio Paes de Carvalho enquanto instituição equiparada na lógica organizativa do secundário (Pessanha; Silva, 2018).

Sendo um estabelecimento nacionalmente equiparado, o referido Colégio consequentemente teria que adotar o caráter experimental nas práticas realizadas no laboratório de química, de acordo com a legislação, que, entre suas recomendações, sinalizava o trabalho individual dos alunos na manipulação dos objetos e substâncias necessárias para um determinado assunto. Para tanto, precisaria dispor de quantitativo adequado para cumprir as

atividades. No entanto, da vidraria utilizada no referido espaço, alguns objetos encontravam-se em quantidade reduzida, o que pode nos levar a deduzir que as práticas pedagógicas podem ter sido ligeiramente prejudicadas.

Figura 7 – Únicos exemplares de objetos para o ensino de química



Fonte: Acervo do laboratório de química do Colégio Paes de Carvalho.

Outra questão apontada pelas autoras diz respeito ao fato de os objetos científicos constituírem o aparelhamento escolar deste estabelecimento e, conseqüentemente, de sua cultura material escolar, imprimindo sentido às práticas realizadas nos laboratórios. Essa ideia se articula aos pressupostos da prática pedagógica quando tem suas finalidades efetivadas por meio do uso dos referidos materiais para cumprir determinados propósitos educativos.

A intencionalidade como uma das definições do referido conceito também é compartilhada por Franco (2016), que ainda avança em suas interpretações, quando enfatiza os diferentes sentidos deste tipo de prática e, em uma de suas frentes, discorre sobre a realização das atividades escolares. Em vista disso, a prática pedagógica está ligada a um modo de aula e à demanda por um local específico para o seu exercício, tal como se assemelha à pertinência do ensino das disciplinas científicas de exigir espaços propícios para o cumprimento dos conteúdos, como os laboratórios.

Nessa direção, as práticas pedagógicas realizadas nestes espaços são formas de concretização dos processos pedagógicos nomeados por Franco (2012) como momento pedagógico do aluno, em que sua aprendizagem é construída por meio de distintas fontes de

conhecimento, que compõem os chamados ingredientes do ensino na escola, isto é, a fonte teórica e prática do saber. Estas diversificações de fontes de ensino justificam a complexidade e a amplitude das práticas pedagógicas (Franco, 2012).

A abrangência das práticas pedagógicas é reforçada pela autora quando observa que estas devem ser compreendidas em sua dimensão de totalidade, no sentido de serem formadas por elementos estruturantes, como decisões, princípios, ideologias, estratégias e outros que, na maioria das circunstâncias, incidem no universo escolar de modo exterior para o interior das instituições (Franco, 2012). Um exemplo disso toma forma nas decisões curriculares que o ensino secundário e, mais especificamente, o Colégio Paes de Carvalho estavam submetidos e deveriam adotar práticas direcionadas a garantir o ensino embasado nas finalidades científicas, que ganharam mais espaço na formação dos jovens secundaristas.

Os objetivos deste ensino podem identicamente ser relacionados ao conceito de finalidade do ensino escolar discutida por Chervel (1990), quando aponta as práticas pedagógicas como um dos fatores fundamentais para determinar plenamente um dado fim formativo. Trata-se de práticas que constituem a história tradicional do ensino, que condiciona as operações das práticas pedagógicas tanto a fatores de instrução, como os conteúdos e métodos, quanto às condições materiais relativas ao mobiliário e objetos pedagógicos.

Estes requisitos materiais, de certa forma, coincidem com as atividades práticas do currículo do Colégio relatadas anteriormente, haja vista que estas exigiam instrumentos específicos para o desenvolvimento dos assuntos. Observados na perspectiva da cultura material escolar, os materiais científicos presentes nos laboratórios são considerados via de execução das práticas pedagógicas, pois correspondem ao nomeado aparelhamento escolar desta instituição educativa (Pessanha; Silva, 2018); êxito deste tipo de prática, que foi influenciado pela materialidade.

Articulando as compreensões sobre as práticas pedagógicas e o aparelhamento escolar do estabelecimento, as autoras ainda ressaltam que a presença dos objetos nas aulas realizadas no laboratório conforma uma questão destacada no estudo da materialidade escolar, que se trata da compreensão dos ideais pedagógicos praticados no ambiente escolar. Outro ponto importante nesta discussão é o uso dos materiais científicos e, de modo mais conceitual, a própria cultura material escolar, que podem igualmente ser analisados à luz da história curricular, especificamente, do ensino secundário (Pessanha; Silva, 2018).

Com base nestas afirmações, podemos retornar ao programa da citada disciplina descrito anteriormente, que indica a presença de objetos no ensino prático e, portanto, fornece subsídios para examinar a correspondência das lições do supracitado Colégio com a proposta curricular.

Em vista disso, da lista de trabalhos práticos foi possível identificar que os materiais referentes ao laboratório de química otimizaram a compreensão dos conteúdos por meio do manuseio destes objetos.

Podemos considerar ainda que os objetos pertencentes ao referido laboratório contribuíram também para a fixação dos conhecimentos a serem cobrados nas provas, que, na organização didática do Colégio, eram dispostos em programas de assuntos que foram subdivididos em pontos especificados por temas. A existência de um espaço de ensino prático ainda nos permite pressupor que as avaliações poderiam ocorrer de forma teórica e prática, em que esta última necessitaria de materiais próprios para examinar o nível de aprendizado, por exemplo, do programa de química da 1ª prova parcial do curso científico de 1945, descrito no quadro a seguir:

Quadro 5 – Programa de química para a 1ª prova parcial da 1ª série do curso científico – 1945

1º Ponto	a) Classificação dos elementos b) Corpos e substâncias c) Problemas
2º Ponto	a) Classificação dos ácidos b) Substâncias puras e misturas c) Problemas
3º Ponto	a) Oxi-ácidos b) Propriedades gerais, especiais, específicas e funcionais c) Problemas
4º Ponto	a) Nomenclatura e notação dos elementos e substâncias b) Diferenciação prática entre os principais ácidos c) Problemas
5º Ponto	a) Processos gerais de obtenção dos ácidos b) Sistema uni e poli-fásicos c) Problemas
6º Ponto	a) Processos gerais de obtenção das bases b) Conceito de reações c) Problemas

Fonte: Programa de química do Colégio Paes de Carvalho (1945).

A disposição dos respectivos assuntos reforça a suposição de segmentação dos conhecimentos em etapas de teoria e aplicação, em que esta última pode ser associada à análise da prática pedagógica tratada por Veiga (1989), quando indica o momento prático como

representante da parte mais realista do aprendizado e, para tanto, necessita de suporte material; questão expressa nos objetos científicos encontrados no laboratório de química.

A disciplina de História natural, que atualmente equivale à Biologia, foi mais uma área de conhecimento estruturada por trabalhos práticos, a fim de consolidar os temas estudados em sala. No programa de 1930, as temáticas foram organizadas de acordo com os reinos da natureza (animal, vegetal e mineral), ministrando lições que abrangiam desde o conhecimento das células, da anatomia humana e dos seus órgãos, até a classificação dos seres vivos, tecidos vegetais e densidade mineral, entre outros assuntos inerentes que foram uniformemente beneficiados nas atividades de aplicação, a partir das habilidades de manuseio e reconhecimento, conforme orienta a listagem a seguir:

PONTOS PRÁTICOS

- Reconhecer no esfolado qualquer órgão, precisando suas relações.
- Reconhecer qualquer osso solto do esqueleto humano.
- Manejar o microscópio.
- Estudo pratico da cellula e dos tecidos.
- Reconhecer as partes componentes de uma folha.[...]
- Reconhecer as partes componentes de uma flor.
- Determinar a densidade e a dureza de um mineral (Programa de Ensino do Gymnasio Paes de Carvalho, 1930, p. 16).

Podemos articular a presença de atividades práticas listadas nesta disciplina, assim como para o ensino de química no currículo do Colégio, com as interpretações sobre o conceito de prática pedagógica, pois o ensino prático e os objetos utilizados para tanto estão inscritos no lado objetivo do citado conceito e são para o docente os “[...] instrumentos com que se exerce a ação, e de seu resultado ou produto. Sua finalidade é a transformação real, objetiva, de modo natural ou social, satisfazer determinada necessidade humana” (Veiga, 1989, p. 17).

Os programas de provas parciais são mais uma fonte que corrobora a utilidade dos objetos na prática pedagógica do Colégio, em razão de as temáticas abordadas naqueles exames escolares exigirem conhecimento prático, que seria avaliado oportunamente, conforme a programação estabelecida, que certamente seguiu a lógica organizativa observada na disciplina anterior: lições teóricas e práticas examinadas em momentos e espaços específicos. Um exemplo disso pode ser identificado na lista de pontos especiais da referida área, que, no ano de 1944, foi nomeada como Ciências e definiu, para as turmas da 3ª série do curso ginasial, conteúdos referentes ao ser humano, de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 6 – Programa de ciências da 3ª série ginásial para a 1ª prova parcial – 1944

1º	O corpo humano, Locomoção, Intestinos
2º	Raças humanas, Insalivação, Pulmões
3º	Biotipos, Coração, Funções
4º	Grande circulação, Aparelho respiratório, Alimentos
5º	Aparelho digestivo, Músculos, Sangue
6º	Aparelho urinário, Os sentidos, Caracteres raciais

Fonte: Programa de provas de ciências do curso ginásial (1944).

A listagem dos temas reforça a compreensão de que, nas propostas de ensino prático do programa de História Natural, tinha-se o objetivo de lecionar determinado conteúdo para o atendimento de quesitos reais e básicos, tais como a tarefa de identificação de sistemas e seu funcionamento, assim como de partes ósseas que compunham o tópico sobre ossos e anatomia humana. Para o cumprimento desta atividade, entre os objetos científicos, encontramos um esqueleto humano em escala reduzida, que favoreceria o manuseio e o reconhecimento das diferentes estruturas esqueléticas, conforme ilustra a imagem a seguir:

Figura 8 – Miniatura de esqueleto humano



Fonte: Acervo do laboratório de História Natural (biologia) do Colégio Paes de Carvalho.

Concomitantemente ao ponto de vista pedagógico, o sentido dado pelos objetos presentes neste laboratório também deve ser analisado na perspectiva da cultura material escolar, uma vez que, sob esta interpretação, os objetos ganham valor por serem observados como instrumentos que possibilitam conhecer as novidades tecnológicas na área da educação, que também formaram o patrimônio material da escola e, de forma mais particular, ainda podem

ser categorizados como patrimônio científico educativo (Barboza; Meloni, 2018). A questão do sentido emanado pelos objetos também foi reiterada por Mogarro e Namora (2015), quando apontam que a significação dos materiais é produto da intrínseca relação entre os objetos escolares e as práticas pedagógicas, em que aqueles só transmitem sentido a estas e às atividades triviais quando mirados em seus contextos de uso, os quais se fizeram importantes materiais para a concretização das referidas práticas.

Escolano Benito (2018) enriquece o debate sobre o valor dos objetos escolares utilizados nestes laboratórios, em razão de estes formarem parte da cultura empírica da escola, uma vez que estes materiais são o modo mais aparente das práticas na instituição e, nesta mesma esteira, firmam o que o autor denomina de gramática da escola, ou seja, a organização da escola a qual conta com os indícios materiais, no caso da instituição, para ser compreendida. Desse modo, os objetos manipulados nas aulas de ciências configuraram-se como sinais que permitem elucidar os modos de disposição da gramática e, da mesma forma, como invenção da modernidade. Logo, isso demonstra que “[...] a materialidade da educação é um componente essencial na configuração da cultura da escola como campo intelectual” (Escolano Benito, 2018, p. 95).

Assim, os objetos de laboratórios são materialidades que representam a tradição de um tempo que orientou sentidos, a (re)construção das práticas e discursos que só foram possíveis por meio da memória, por isso, a materialidade da escola também é produto da memória (Escolano Benito, 2015). Estabelecendo uma relação de influência com a memória, a materialidade é estruturada por distintos parâmetros, como os aspectos materiais que inspiram diretamente o erguimento das práticas pedagógicas; traços de práticas realizadas com estes objetos que, mais do que formarem parte do patrimônio da escola, igualmente caracterizam a tradição pedagógica da instituição.

Além de investigação sob a ótica da cultura material escolar, o ensino nos laboratórios, realizado via objetos que efetivaram as práticas pedagógicas neste Colégio, pode ser interpretado pelo ponto de vista dos sentidos e da experiência como meios de formação. A promoção da experiência visava à execução da proposta de educação dos sentidos, que, no ensino secundário, foi materializada pelas disciplinas científicas, que dispunham de reserva, de parte da carga horária às atividades de experimentação (Bocchi, 2013).

Segundo Bocchi (2013), junto ao estabelecimento dos horários para o ensino prático, as aulas nos laboratórios deveriam ocorrer em espaços apropriados para garantir a manutenção dos materiais de ensino. Isso porque a presença destes objetos científicos era fundamental para a concretização da proposta de educação pelos sentidos, que objetivava o aprendizado pela prática

para proporcionar maior aproximação do aluno à realidade de um conteúdo via observação e experimentação (Bocchi, 2013).

Tal ideia nos permite inferir que as práticas pedagógicas desenvolvidas nos laboratórios do Colégio também seguiam esta linha de atuação, pois muitos dos objetos utilizados naqueles espaços corporificavam nomenclaturas, organismos e substâncias, entre outros elementos que, sem a assistência de materiais específicos, poderiam não ser plenamente compreendidos pelos estudantes.

Entendendo que, de modo geral, os objetos científicos escolares presentes na instituição local são potencialmente capazes de enriquecer as práticas pedagógicas e as temáticas, podemos destacar o uso do microscópio na disciplina de História Natural, que tinha a forma correta de utilizá-lo como primeira lição. Trata-se de concretização do conteúdo via objeto que possibilitava o conhecimento e a visualização de células animais e vegetais, bem como o desenvolvimento de microorganismos, que teoricamente eram uma mera representação presente no programa de ensino e nos livros didáticos.

Do acervo material disponível no Colégio, identificamos apenas uma unidade do objeto, que, embora não indicasse o ano de fabricação, ainda sim simboliza os objetivos formativos do período.

Figura 9 – Microscópio do laboratório de (biologia) História Natural



Fonte: Acervo do laboratório de química e biologia do Colégio Paes de Carvalho.

Como material científico, este microscópio representa rastro de ensino e aprendizagem de uma nova perspectiva de ensino defendida pelo movimento renovador, que tinha objetivos formativos muito bem definidos, os quais careciam de espaços laboratoriais para serem

executados. Estes mesmos fins formativos, além de sintonizados às ideias de educação em vigor na época, deveriam seguir as prescrições oficiais (Bocchi, 2020).

Muitas dessas prescrições feitas pela esfera federal eram referentes à expedição dos programas de ensino a serem adotados pelos estabelecimentos equiparados e que, conseqüentemente, implicaria o possível uso de objetos nas práticas pedagógicas dos laboratórios. A portaria ministerial vinculada ao Decreto n.º 19.890/1931, publicada em junho do mesmo ano, definiu os programas do curso fundamental e ainda estabeleceu as orientações de ensino conforme o pensamento pedagógico do período (Brasil, 1931).

Em relação às práticas pedagógicas nas disciplinas científicas, eram fixadas de orientações de como o ensino destas áreas deveria ocorrer, ao mesmo tempo, os conteúdos a serem ministrados em cada série dos respectivos cursos. Assim, era recomendado ao docente que organizasse sua prática para beneficiar os conteúdos mais importantes, bem como utilizar o método experimental para o aprimoramento do conhecimento destes temas, indicação que igualmente gerou encaminhamentos sobre o ensino prático:

Além das demonstrações realizadas em aula pelo professor, cabe-lhe ainda organizar um programa reduzido de exercícios práticos, que serão executados pelos alunos, em trabalho individual[...]Compete ao professor, na realização de tais exercícios, acostumar os alunos a proceder sem precipitação, ao manejo cuidadoso dos utensílios do laboratório, [...] e, sobretudo, estimulando-lhes as iniciativas pessoais, a despertar o seu entusiasmo pela investigação experimental (Brasil, 1931, p. 12119).

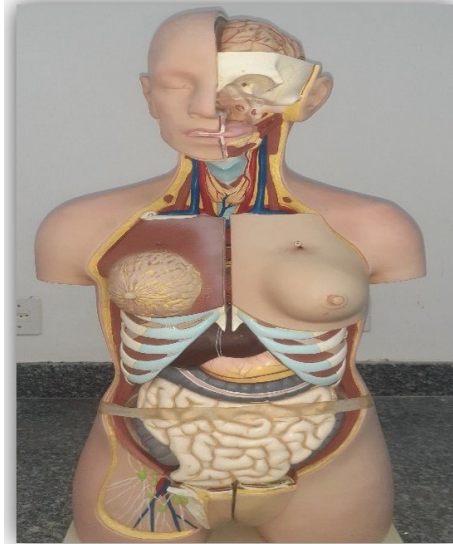
A disciplina de História Natural também foi submetida aos critérios do ensino prático, ao favorecer a experimentação como método para trabalhar e desenvolver a atenção reflexiva, a “[...] perspicácia do raciocínio, a faculdade das generalizações e o senso crítico e estético, indispensáveis a apreciação consciente das belezas e da harmonia da natureza” (Brasil, 1931, p. 12120). Contudo, o programa alerta que a prática pedagógica desta disciplina, no ambiente laboratorial, pode enfrentar certa dificuldade, em virtude da complexidade de algumas temáticas da área.

Nessa direção, era aconselhado ao docente que procurasse organizar os trabalhos de modo a proporcionar o maior contato possível do aluno com o mundo objetivo, ou seja, com o conjunto de saberes que possibilitavam a aprendizagem de forma prática, concernentes à botânica, à zoologia e à mineralogia, os quais, após as lições teóricas, seriam aplicados em um programa prático elaborado pelo professor para ser realizado pela turma, em que serão “[...] revistas as noções de maior interesse didático” (Brasil, 1931, p. 12121).

Observamos o seguimento destas orientações legais no contexto do Colégio, especialmente no trato da área de zoologia, em que o laboratório de História Natural contava

com um variado conjunto de exemplares para as práticas de estudo sobre a espécie humana e todos os seus componentes estruturais internos e externos, os animais em suas classificações e características. Dos objetos científicos, encontramos peças anatômicas humanas em corte frontal e lateral, que possibilitam trabalhar desde os conteúdos sobre os diferentes sistemas até a constituição física e neural, como ilustra a peça a seguir:

Figura 10 – Corte frontal de peça anatômica humana



Fonte: Acervo do laboratório de História Natural (biologia) do Colégio Paes de Carvalho.

As práticas pedagógicas voltadas ao ensino dos animais foram igualmente privilegiadas por objetos capazes de materializar as fases de desenvolvimento das espécies como os anfíbios, os quais tinham, naquele laboratório, suas amostras preservadas em um recipiente de vidro e mergulhadas em álcool. Neste exemplar, foram aplicados os conhecimentos das características da espécie desde a fase larval até a conclusão do crescimento, como podemos notar na figura 11:

Figura 11 – Amostra de crescimento dos anfíbios



Fonte: Acervo do laboratório de História Natural (biologia) do Colégio Paes de Carvalho.

Braghini (2017) ressalta que a inclusão dos objetos nas atividades educativas e sua classificação como objetos pedagógicos advêm do século XIX, em virtude do surgimento dos projetos de modernização que contemplavam a educação. Por essa razão, as lições de coisas ganharam relevância devido à adoção da prática, ou seja, do conhecimento da realidade possibilitado pelos objetos que se provaram eficientes às práticas pedagógicas, neste caso, das disciplinas científicas.

Além da questão da obrigatoriedade, a adoção do ensino nos laboratórios foi mais evidente no contexto republicano getulista, em razão da introdução das novas concepções pedagógicas no cenário da educação brasileira, que, conforme pontuamos no início da seção, foram defendidas pelo movimento escolanovista. Entre tais ideias, destaca-se o método intuitivo, que, entre suas premissas, tratava da experiência/vivência como meio educativo. Em vista disso,

Na década de 30 do século XX, o movimento escolanovista, inspirado no pragmatismo de John Dewey, propôs metodologias que estimulavam os estudantes a exercerem atividades práticas, além da observação dos fenômenos. Nesse sentido, as práticas pedagógicas exigiam materiais adequados à capacidade operatória dos estudantes, pois não bastava que os estudantes vissem a demonstração do fenômeno. Era necessário que eles próprios realizassem os experimentos (Barboza; Meloni, 2018, p. 37).

Embora tenha sido uma metodologia majoritariamente executada no ensino primário, o método intuitivo, de certo modo, influenciou a organização das disciplinas científicas do ensino secundário, uma vez que a realização destes estudos era condicionada ao uso dos objetos de ensino (Barboza; Meloni, 2018) para a plena efetuação das práticas pedagógicas voltadas para ensinar, seja pela via da experimentação, seja pela via da observação, como indicado nas prescrições legais discutidas anteriormente. Desta feita, as práticas pedagógicas concentravam, portanto, as estratégias para que fossem capazes de replicar “[...]os procedimentos da ciência nos laboratórios escolares” (Barboza; Meloni, 2018, p. 38).

O beneficiamento da experiência nas práticas pedagógicas da instituição paraense também pode estar associado à chamada pedagogia dos sentidos, que evidencia o uso dos objetos, neste caso, os objetos científicos como suportes para promover um ensino mais concreto, isto é, materializar as noções discutidas teoricamente nas aulas teóricas e materiais de leitura. Nesse sentido, as disciplinas científicas eram campo fértil para o desenvolvimento desta proposta pedagógica, por favorecer o uso dos sentidos humanos, os quais seriam caminhos para compreender satisfatoriamente os conteúdos da área (Braghini, 2017).

Tal pedagogia produziu, portanto, práticas pedagógicas que prezavam estimular os sentidos para ensinar a partir dos instrumentos científicos, que serviam tanto para objetivar os fenômenos da ciência quanto igualmente representar as condições de ensino, sendo componente de uma tríade completada pelo experimento e o professor como primeiro executor das atividades práticas, que foram nomeadas de educação científica (Braghini, 2017). Estando a promoção dos sentidos inscrita em uma pedagogia própria, a educação científica ainda trabalhava buscando desvendar o conhecimento empírico, o qual era obtido pelos sentidos e “[...] se realizava por todos os pontos de contato e de percepção entre a coisa e o docente, na forma de uma memorização motriz, às vezes, pelo olfato, tato (mãos, dedos, toques), audição, visão, percepção gravitacional por meio do ouvido interno, apropriação neuromuscular etc” (Braghini, 2017, p. 84).

Nesse sentido, o conjunto de materiais disponíveis nos laboratórios do Colégio oferecia condições para tal forma de ensino, especialmente na disciplina de História Natural, que, no estudo dos órgãos humanos, dispunha de peças anatômicas, com desenho correspondendo à realidade estrutural destes, de modo que a visualização e a manipulação destes objetos possibilitavam maior conhecimento da formação destes elementos, resultando no bom desempenho das práticas pedagógicas.

Figura 12 – Peças de órgãos humanos



Fonte: Acervo do laboratório de química e biologia do Colégio Paes de Carvalho.

Utilizados nos propósitos definidos pela pedagogia dos sentidos, estes objetos científicos foram mediadores destes tipos de conhecimentos, os quais, na perspectiva do início do século passado, instruíam o “espírito na ciência”, semelhante à ideia difundida no ensino

das humanidades no ensino secundário (Braghini, 2017). Em vista disso, o uso dos sentidos no manuseio dos instrumentos científicos colaborou para dar veracidade às informações coletadas em outro momento de ensino e, assim, agregar valor ao capital de conhecimento do alunado.

Portanto, é possível inferir ainda que estas práticas, baseadas na referida pedagogia, produziram uma educação dos sentidos, a qual, a partir da utilização dos objetos de laboratório, poderia ser persuasiva por justamente caracterizar-se pela investigação e alcance do verdadeiro conhecimento científico, viabilizado inicialmente pela observação; ação que imediatamente poderia instigar o interesse por esta forma prática de aprendizado (Braghini, 2017). Nessa perspectiva, os materiais científicos do Colégio Paes de Carvalho podem ser considerados a representação do ensino prático e utilitarista e, além disso, estes mesmos objetos também são a materialização da pedagogia científica, a qual, pautada na observação, atribuiu significado aos experimentos e teorias (Braghini, 2017).

Além das questões já levantadas sobre as práticas pedagógicas realizadas nos laboratórios de Química e Biologia desta instituição e do valor dos suportes materiais para tal, é importante demarcar também que tais práticas igualmente estabelecem relação com a gramática escolar, em razão de serem uma parcela da organização da escola e por se referirem à funcionalidade cotidiana do estabelecimento. Com o uso dos objetos científicos, as práticas constituíram, portanto, uma forma de organização que rege a instrução, isto é, a organização da educação, que, por sua particularidade de ordenação, refere-se a um conceito invariante perante os diversos contextos (Souza, 2013).

O debate sobre a forma escolar contribui para compreender tal relação, no sentido de que as práticas pedagógicas, nos citados espaços, reportam-se às chamadas situações particulares de uso, as quais exigem práticas de aprendizagem próprias, condicionadas a determinados ambientes e períodos singulares, contidas na organização daquela instituição. Na lógica deste conceito, a aprendizagem majoritariamente ocorre: “[...] na e pela prática, de situação em situação, de geração em geração; aprendizagem pelo fazer, pelo ver fazer” (Vicent; Lahire; Thin, 2001, p. 23).

Em questões mais específicas, o vínculo entre as práticas pedagógicas no ensino dos laboratórios e a gramática também pode ser compreendido a partir do binômio espaço e tempo, pois diz respeito ao ordenamento e à estrutura das salas de aula, uma vez que as lições práticas exigiam espaços estruturados para a aplicabilidade dos conteúdos, bem como para o manuseio dos materiais científicos necessários, e, da mesma forma, correspondiam a um tempo escolar próprio na rotina da instituição como complemento das lições teóricas.

Também podemos analisar tal relação pelas contribuições de Chervel (1990), o qual, além de tratar do tempo como aspecto atinente à gramática da escola, igualmente associa questões pedagógicas envolvidas na organização da escola. Entre estas, evidencia o projeto pedagógico como constituinte desta gramática, haja vista que toda prática pedagógica deste Colégio estava sintonizada com as ideias de renovação em voga naquele período e, conseqüentemente, conduziu o ensino em uma única direção, conforme indicamos em outros momentos neste texto.

Os métodos pedagógicos foram mais um fator considerado pelo autor na definição da gramática escolar, em razão de caracterizarem as formas de aprendizagem pensadas para atender a determinadas finalidades pedagógicas (Chervel, 1990). No caso das atividades dos laboratórios do Colégio Paes de Carvalho, com a indicação do uso do método intuitivo, que considerava a observação do aluno como um dos seus pressupostos e, ao mesmo tempo, atendia aos objetivos da pedagogia dos sentidos, que via no uso dos sentidos humanos, neste caso, a visão, um mecanismo de ensino e aprendizagem.

No mais, as práticas pedagógicas exercidas nos laboratórios do Colégio firmam uma relação intrínseca com a gramática da escola por ser parte de um sistema escolar que, para funcionar plenamente, precisa conter diferentes tempos de ensino, elementos pedagógicos e suas práticas (Chervel, 1990). No entanto, vale lembrar que a organização escolar não se constitui apenas pelo ensino, por meio das práticas pedagógicas, mas também pela formação mais abrangente, buscando formar o aluno em aspectos sociais, os quais são conceitualmente estruturados pelas práticas educativas, que serão discutidas a seguir.

3.2 Uniforme escolar: objeto de tradição

Conceitualmente, o uniforme pode ser entendido como um elemento impregnado de condutas, sensações e outros fatores que geram no indivíduo o sentimento de ser parte importante de um grupo ou comunidade quando usa esta vestimenta (Corazza, 2003). Este pensamento também é válido para o contexto escolar, haja vista que a exigência da utilização do uniforme escolar produz no aluno a sensação de pertencimento e ainda se configura como uma prática educativa, uma vez que o artefato poderia colaborar para a execução da concepção de educação em curso.

Franco (2012, 2016) reforça esta característica da prática educativa e ainda aponta que, mesmo demonstrando semelhança conceitual com as práticas pedagógicas em relação à correspondência das práticas sociais, a primeira é mais fortemente marcada pelos objetivos

sociais como componentes do processo de ensino. A referida afinidade com a prática pedagógica ainda nos permite compreender que a caracterização dos alunos ginásianos pela indumentária se configura como uma forma de consolidação dos processos pedagógicos iniciados pelo ensino dos conteúdos atinentes ao contexto patriótico e nacionalista em alta na Era Vargas por todo o país. Daí, portanto, o amplo entendimento do uniforme como um objeto que não apenas ensina, no sentido mais restrito, mas também educa, considerando tanto os conhecimentos pertinentes ao ensino secundário quanto a conjuntura social do período investigado.

Assim, podemos considerar a questão da obrigatoriedade do uso da vestimenta escolar como um dos atributos da prática educativa na instituição paraense, em razão de sua imposição se fazer presente desde os primeiros dias do ano letivo, o qual geralmente iniciava em março. Desta feita, por razões como os custos para aquisição do uniforme, por exemplo, a direção do Colégio Paes de Carvalho expedia um curto período para que todos os estudantes comparecessem devidamente vestidos, conforme informa o anúncio do Jornal *A Província*, de 1947, definindo orientações para o início das aulas, entre as quais estava o uniforme, que era mencionado da seguinte maneira: “[...] A diretoria concedeu prazo até 30 de abril para todos os alunos se apresentarem uniformizados” (*A Província*, 1947, p. 3).

A quase imediata requisição da indumentária para toda comunidade estudantil pode estar relacionada a fatores como o respeito à tradição institucional materializada neste vestuário, tendo em vista que a obrigatoriedade do uniforme escolar contribuiu para a história do estabelecimento, visto que a identificação do estudante era medida de segurança, pois evitaria “[...] constrangimentos vigentes do contexto político e social do período” (Carvalho, 2022, p. 18). Sendo determinado desde a entrada no Colégio e regimentado por suas normas internas, o uniforme e sua imposição simbolizam a normatização do trabalho na instituição, em virtude de este constituir o sistema de regras, comportamentos e indicações a serem seguidas por toda a passagem dos alunos na instituição (Carvalho, 2022).

Carvalho (2022) sinaliza que a determinação do uso do uniforme está inscrita em um conjunto de vantagens e desvantagens que o elucidam, compreendendo desde questões econômicas de vestimenta, de possível redução de diferenças, até a questão da postura e disciplina discente, as quais vão influenciar diretamente o “[...] funcionamento da escola pela responsabilização do aluno ao cumprimento de expectativas normativas escolares” (Carvalho, 2022, p. 61). Além dos primeiros traços de uso escolar, o uniforme também poderia ser ou ter atribuição política, porque a imposição do uso traduzia a expressão do Estado como instância

de poder que fixa, nesta vestimenta, representações de ideias, programas e condutas (Carvalho, 2022).

A questão da obrigatoriedade do uniforme permite ainda outra leitura: no que se refere à questão da materialidade escolar, este objeto compõe a imagem da instituição e, portanto, também faz parte da cultura escolar do local, que caracterizava uma dada postura esperada do aluno secundarista, o qual, pelo caminho dos estudos, elevava sua imagem social (Carvalho, 2022). Nesse sentido, a exigência desta indumentária se coloca como parte relevante da cultura escolar do ensino secundário e, por conseguinte, influencia a construção da história deste objeto no período da Era Vargas, pois esteve presente na formação escolar de grupos sociais que “dentro de suas especificidades, montam o cenário político, cultural, econômico e histórico que reconhecemos aqui como escola” (Carvalho, 2022, p. 111).

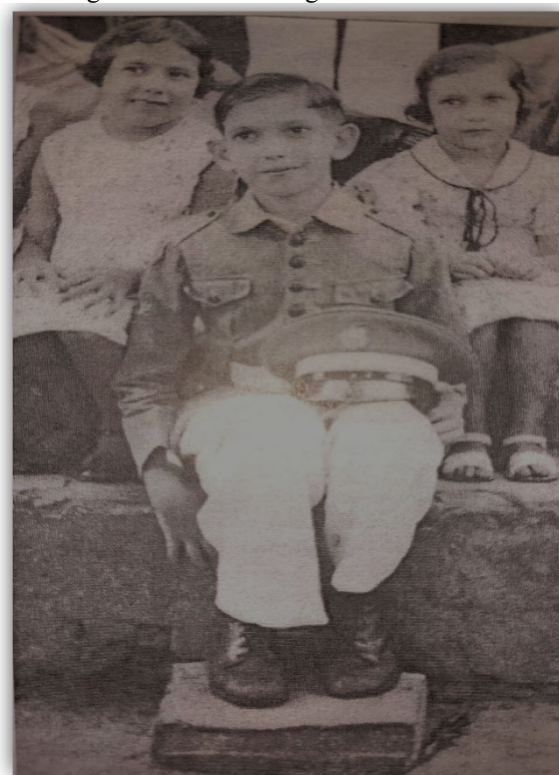
A abordagem das origens históricas do uniforme escolar é necessária para este debate, tendo em vista que, neste percurso de adoção, determinação e uso, este objeto foi ganhando cada vez mais importância no cotidiano das instituições educativas. Dessa forma, os primórdios do traje escolar, no Brasil, remetem ao surgimento da Escola Normal ainda no século XIX. Contudo, o uso mais frequente foi evidenciado somente no século seguinte, especificamente nas primeiras décadas. Marcon (2010) aponta que a utilização da indumentária indiretamente refletia uma espécie de mensagem subliminar que instigava o aluno a assumir um porte irrepreensível, visando preservar a figura ou a história do estabelecimento de ensino que frequentavam, “[...] sem importar se estão dentro ou fora da escola” (Marcon, 2010, p. 18).

Sendo originadas no século XIX, no início do regime republicano brasileiro, as indumentárias escolares foram inspiradas nos modelos militares do exército nacional, que, além de indicar a organização, disciplina e identificação segura dos alunos, igualmente eram artefatos que possibilitavam a preservação dos ideais republicanos de ordem e progresso. O destaque a estes princípios foi mais evidenciado a partir da década de 1930, quando a obrigatoriedade do uso deste traje foi regulamentada, coincidindo com o início da Era Vargas, a qual reforçou a essência patriótica depositada no uniforme escolar, e uma razão plausível seria a proximidade da Segunda Guerra Mundial, contexto que enfatizou a característica militar da indumentária escolar (Marcon, 2010).

A adoção do modelo de vestimenta militar também foi feita na instituição paraense. Conseguimos verificar isso a partir da obra *Subsídios para a História do Colégio Estadual Paes de Carvalho*, produzida por Clóvis Moraes Rego, a qual dispõe de informações importantes sobre o cotidiano da instituição, uma vez que o próprio autor foi aluno na época ginásial e relata

com riqueza de detalhes sua passagem pelo Colégio. Como ginásiano ⁷, Rego (2002) iniciou seus estudos em 1937 e se apresentava na instituição trajado de forma semelhante a um soldado, como mostra a imagem a seguir:

Figura 13 – Uniforme ginásiano em 1937



Fonte: Clóvis Moraes Rego (2002).

O uso do traje completo reforça a questão da obrigatoriedade sinalizada anteriormente, em que o aluno deveria apresentar-se uniformizado o mais breve possível, e, além disso, aponta a essência militar da utilização do uniforme na escola sob as questões de padronização e disciplinamento, tônicas recorrentes nesta temática (Ribeiro, 2012). Em vista disso, Ribeiro (2012) reforça a funcionalidade desta vestimenta como indutora de comportamento exemplar, bem como representante de discursos, ordens, decretos e prescrições de várias categorias no contexto internacional. Com isso “essas prescrições produziram mudanças no comportamento do soldado, pois os homens, habituados a inspeções e exames regulares, juntamente com a disciplina coletiva, necessitavam mudar seus hábitos e também porque [...] era preciso saber como cuidar desta vestimenta” (Ribeiro, 2012, p. 55).

A figura 13 sugere esse tipo de conduta ao ilustrar o zelo pelo uniforme, apresentando-o em bom estado e alinhamento dos seus componentes, o que confirma a forte influência das

⁷ Termo utilizado pelo próprio autor.

caracterizações militares no universo escolar, lideradas pela adoção das indumentárias nas instituições educativas. Confeccionadas à semelhança da farda militar, continham itens bem específicos dos oficiais, como as chamadas divisas (Ribeiro, 2012). Tal característica constituiu o uniforme masculino do Colégio Paes de Carvalho, no entanto, o registro dessas divisas era condicionado ao desempenho discente.

Na supracitada obra, Rego (2002) explicou que o processo de aquisição destas divisas seria árduo e prolongado durante os estudos naquele estabelecimento. Além disso, também demonstrou, em sua narrativa, o valor dado ao uniforme e a sua comparação com a linguagem militar desde quando ingressou neste Colégio:

[...] Ingressei como “soldado raso”, ginasião sem patente mas fardado por obrigatoriedade regimental, ostentando uniforme de tecido cinza, rigorosamente composto por botões negros esculpido em livro entreaberto nas páginas e com largo cinto de couro branco afivelado por outro livro, este metálico- farda garbosa mas sem uma divisa sequer sob o monograma do Colégio, [...] que só após o primeiro ano do curso secundário, então denominado “curso fundamental” seriam penosamente conquistados, um após o outro, ano a ano, ao longo do tirocínio discente (Rego, 2002, p. 67).

Vale lembrar que ambas as fontes correspondem à conjuntura do ano de 1937, momento da instalação do Estado Novo no governo Vargas, em que os preceitos militares foram mais realçados, de modo que a presença dos alunos uniformizados nas manifestações públicas de nacionalismo reforçaria estes sentimentos em toda a população. Por isso, em muitas ocasiões, os estudantes também eram “comparados a soldados. Havia a exigência de que comparecessem às paradas escolares e aos festejos públicos, uniformizados, carregando flâmulas como se integrassem o exército” (Ribeiro, 2012, p. 57).

O destaque dado ao uniforme na época de nosso estudo é igualmente elucidado por Rocha (2020), quando aponta que a República possibilitou a mudança de perspectiva de uso da indumentária escolar, passando a ser um artefato de forte simbolismo para a valorização patriótica e a manifestação disso partia da semelhança desta vestimenta com os trajes militares. Ao lado disso, o autor acrescenta que, ao longo da ditadura varguista, além do reconhecimento patriótico e militar associado ao uniforme, também representava a disciplina, igualdade e homogeneidade, princípios caros àquele regime ditatorial (Rocha, 2020).

Entendendo que a presença destes valores deveria circular entre a sociedade e a escola como parte desta, no contexto paraense, um dos momentos de expressão ocorria nos desfiles de celebração da Semana da Pátria, quando era exigida aos estudantes a devida caracterização escolar/militar, conforme informa a notícia veiculada no Jornal *Folha Vespertina* sobre a

determinação da diretoria do Colégio Paes de Carvalho (quando ainda era Ginásio) ao uso obrigatório do uniforme na parada escolar do ano de 1942:

A diretoria deste Ginasio encarece o comparecimento de todos os seus alunos, devidamente uniformizados, no próximo dia 5 do corrente, as 6,30 horas da manhã, para tomarem parte na grande parada civico-escolar que será levada a efeito em homenagem à Semana da Patria.

Tratando do cumprimento de um dever patriotico, é obrigatório a formatura, só sendo relevadas as faltas dos que provarem força maior (*Folha Vespertina*, 1942, p. 2).

Chama atenção o uso do termo “formatura” no excerto acima. Com base na ocasião relatada, pode ser referendada a exigência do uso completo do uniforme escolar como sinônimo de respeito e obediência aos valores exaltados pelo governo de Vargas. Tal entendimento sinaliza, dessa maneira, a essência educativa do uniforme escolar, por ser um potente transmissor destes princípios e, em razão disso, não pode ser abreviado a “[...] uma mera materialidade, pois eles também educam e escolarizam os corpos que transitam pelo espaço escolar” (Rocha, 2020, p. 49).

Sendo compreendido como um objeto que educa, a adoção e o uso da vestimenta escolar estão inseridos em um processo marcado por propósitos direcionados ao corpo e ao atendimento de planos governamentais. Esta ideia igualmente corrobora a vertente educativa inscrita no uniforme tanto pela sua história e tradição quanto por sua capacidade transmissora, isto é, vai além de suas funções materiais. Logo, este vestuário precisa ser observado como um mecanismo “[...] inventado para comunicar, sendo aquilo que se quer comunicar intrinsecamente relacionado aos aspectos culturais da sociedade em que se insere” (Ribeiro; Gaspar da Silva, 2012, p. 578).

A relação do uniforme escolar e esses aspectos culturais referenciam a ideia levantada por Ribeiro (2012), quando explicita que a adoção e a utilização de um traje oficial para a escola estão envolvidas por discursos de diversas ordens, como a estética e a moral, a disciplinar e a higienista etc., que atribuem ao uniforme a especificidade de um objeto que pode comunicar ideias ou contextos provindos de uma época. Entre tais discursos, a autora destaca o higienismo e as premissas da área que discorreram sobre o uso do uniforme, incluindo desde a escolha do tecido correto para confecção até a instrução do modo correto de vesti-lo, especialmente em relação às mulheres. Ademais, as prescrições higienistas voltadas às indumentárias ainda objetivavam indicar as medidas para preservar a peça, uma vez que este era seu símbolo de pertencimento (Ribeiro, 2012).

Outro aspecto importante do higienismo levantado por Ribeiro (2012) a respeito do uniforme escolar se justifica pelo papel essencial da escola, que, ao exigir o uso desta

vestimenta para acessar a instrução, outorga a esta peça a função da “[...] preservação da saúde e do pudor e como critério para a adoção de uma estética, interveio de modo profundo sobre os corpos dos alunos, disciplinando-os de modo a torná-los adequados a viver em uma ‘nova sociedade’” (Ribeiro, 2012, p. 33).

As normas higienistas sobre a vestimenta escolar foram identicamente tratadas por Ribeiro e Gaspar da Silva (2012), no sentido de que estas diretrizes se fizeram presentes na organização das instituições educativas, contemplando fatores como o espaço bem estruturado, a saúde física e alimentar dos alunos, a higiene pessoal e as vestimentas corretas para aquele contexto. A respeito do uniforme, nessa discussão, os preceitos higienistas dispuseram de diferentes focos de atenção quanto às recomendações, fazendo suas observações conforme o gênero: para os meninos/jovens, havia a regra quanto ao tipo de uniforme em sua constituição tecidual mais apropriada e, para as meninas/moças, as indumentárias estavam sujeitas à regulação no que diz respeito a não transgredir as normas morais.

Dessa maneira, a escola, ao assumir os princípios higienistas, fez da vestimenta escolar uma tática de mediação corporal nos alunos para moldá-los e discipliná-los, de modo a tornar estes adequadamente trajados para transitar ou conviver na desejada sociedade civilizada, uma vez que parte do estabelecimento de ensino teria sua organização devidamente sinalizada por tal peça (Ribeiro; Gaspar da Silva, 2012).

Outro importante discurso agregado ao uniforme incide sobre a questão da moralidade, o qual dedicava suas justificativas a definir a forma ideal e respeitosa de vestir, sobretudo, para as alunas, que deveriam utilizar modelos que não vulgarizassem seus corpos (Ribeiro, 2012). Essa ocorrência foi notada nas alunas da instituição paraense em estudo, as quais tinham suas saias estendidas até o joelho e outras áreas do corpo, como braços e colo, estariam cobertas, reforçando a maneira “comportada” que deveriam se vestir, como comprova o retrato da turma de 1936 a seguir:

Figura 14 – 4ª turma de ginásianos de 1936



Fonte: Arquivo histórico do Colégio Paes de Carvalho.

Além do discurso moral, a figura acima nos permite identificar, ainda que indiretamente, a existência do discurso estético, especialmente porque, do ponto de vista da materialidade, os uniformes foram elementos formadores da estética escolar (Ribeiro; Gaspar da Silva, 2012), a qual era cuidadosamente preservada, sobretudo na época investigada. Esse pensamento estava relacionado aos sentidos de padronização e pertencimento como princípios e argumentos defendidos pelas instituições educativas quando efetivamente impuseram a utilização desta única vestimenta em seus espaços (Marcon, 2010).

A questão do uniforme como objeto gerador de pertencimento também é enriquecida pelas contribuições de Souza (2009b), a qual relata que as fotografias das turmas, a exemplo da ilustrada acima, foram muito frequentes no século XX, sendo uma prática fundada ainda no ensino primário, que, por sua ampla circulação, configurou-se como a representação emblemática da vida escolar, e ainda sinalizava a questão identitária dos discentes, dado que, naquele cenário, “[...] ser aluno é ser integrante de uma classe. Assim, a identidade individual projeta-se na identidade do grupo” (Souza, 2009b, p. 317).

A figura 14 ainda nos fornece indícios para identificar a presença do discurso social, haja vista que, historicamente, o uniforme escolar consistiu, sobretudo, no período estudado, em um tipo de marcador sociocultural incutido de noções que conduziam à compreensão da ordem social, da igualdade entre os estudantes e da afirmação da importância em compor esta comunidade escolar, que, investida do uniforme, deveria reproduzir uma postura definida por Inês Dussel (2005) como aparência republicana.

Aliado a estes sentidos, podemos assinalar ainda a questão do disciplinamento, tema significativo ao estudo do uniforme escolar no Brasil, tendo em vista que, a partir da admissão de um traje único, é igualmente possível correlacionar este objeto ao pensamento de Dussel (2007), quando o aponta como um elemento integrante das políticas do corpo, presentes no contexto educativo dos países latino-americanos, as quais, pela natureza, configuraram-se, portanto, como políticas educativas que trataram de regulamentar os alunos uniformizados em “corpos escolares”.

Ainda seguindo esta lógica reguladora, a autora assinala que os uniformes, na referida política, também são classificados como uma tecnologia do corpo, em virtude de produzirem, em primeiro local, as práticas corporais que regulam a estrutura física humana, que posteriormente deveria corresponder a uma “[...] inscripción corporal ritualizada” (Dussel, 2007, p. 134). Pode-se verificar os indícios dessa postura corporal ritualizada no porte formal e de seriedade da turma, especialmente das alunas, demonstrando que, quando estavam vestidos da indumentária da instituição, tinham seus corpos controlados e disciplinados em respeito à conjuntura e às normas escolares do tempo.

Souza (2009b) endossa a presença do fator disciplinamento nos alunos uniformizados e registrados na citada fotografia, considerando que, quando devidamente trajados para a foto da turma, deveriam expressar as condutas ensinadas na escola: silêncio, disciplina, obediência etc., de modo que a rotina escolar poderia ser resumida nestas imagens em componentes comportamentais agrupados nas “[...] lições, as sociabilidades, os castigos. [...] Tal desempenho correspondia certamente, a uma estratégia de eficácia técnica empregada pelos fotógrafos, legitimada pelo gosto popular” (Souza, 2009b, p. 319).

Outro fator importante de ressaltar no debate teórico do uniforme, assim como também na imagem analisada, diz respeito ao fato de a padronização do vestuário escolar estar inscrita no chamado código de vestimenta, que, de acordo com Dussel (2007), é composto pelas tecnologias de ensino que viabilizam o plano de disciplinamento do corpo nos padrões sociais e de comportamento. Os uniformes escolares também trilham esta lógica, pois representam tais tecnologias ao funcionar como modeladores humanos que promovem uma forma de regulação social, conferindo a estes corpos escolares uniformizados a particularidade de “[...] signos legibles permitindo que el observador reconozca patrones de docilidad y transgresión, y posicionamientos sociales” (Dussel, 2007, p. 136).

O conceito de posicionamento social destacado pela autora se mostra como outra temática de grande interesse para nossas análises sobre a indumentária do Colégio Paes de Carvalho, porque a história do uniforme escolar, no Brasil, infere que esta vestimenta se

configurou como um elemento de distinção social, visto que a cronologia desta peça registrou a existência de modelos de uniformes que sinalizavam o baixo poder aquisitivo dos alunos, a exemplo dos guarda-pós brancos (Marcon, 2010).

Em relação à instituição paraense, as fontes não apontaram tal situação, mas apenas a diferenciação da indumentária quanto ao tipo de atividade escolar. Todavia, se algum aluno ginasião enfrentasse dificuldades em dispor do traje escolar, este era assistido por políticas que assegurassem o acesso e permanência dos alunos na escola, haja vista que estes, além de serem emblemáticos para esta instituição, simbolizavam a padronização da educação. Iniciativas que foram executadas em razão de que, na prática, havia diferença de posição social de subsistência que poderia comprometer, em algum grau, a formação escolar.

Com a função de estampar o maior acesso à educação, a indumentária escolar pode igualmente ser atribuída como um elemento fundamental e constituidor da educação como suporte material da organização social, anunciada desde o início do regime republicano brasileiro. Assim, com as proposições de instalar uma nova sociedade e de conseqüentemente formar um indivíduo que correspondesse aos pressupostos socioeconômicos da época, foi definida a estruturação de um sistema nacional de ensino, que deveria contemplar toda a população em termos de escolarização (Ribeiro, 2012).

Neste sistema de ensino, conformado por modelos de educação e métodos pedagógicos mais atualizados, o uniforme também figurou como um representante da igualdade de situação monetária entre os estudantes pobres e mais bem condicionados; estes, então, integraram-se como padronizadores e componentes de um “[...] sistema de educação que postulava uma educação igual para todos, ainda que em contextos distintos” (Ribeiro, 2012, p. 35).

Diante disso, foram instituídas as caixas escolares, fundações, seções de orientação e assistência escolar que tinham a função de prover condições positivas aos alunos menos favorecidos, e, entre estas, estava o fornecimento de uniformes (Ribeiro, 2012). Em relação ao Colégio, identificamos a presença da caixa escolar “Silvio Nascimento”, a qual, via regulamento, reservou artigos que tratavam do fornecimento de “[...] vestuário e calçado aos alunos cujos pais lutem com dificuldades para os mandar ao Colégio” (Colégio Paes de Carvalho, 1947, p. 1).

Uma das maneiras da caixa escolar garantir o provimento desse benefício aos estudantes era a promoção de eventos de natureza esportiva ou não, que atraía o público para prestigiar o trabalho da instituição. Ocasões que eram divulgadas pela imprensa não somente para garantir a publicidade das atividades, mas também com o intuito de poder garantir uma boa arrecadação de recursos financeiros. Um exemplo disso foi a realização de um festival esportivo promovido

pelo departamento desportivo do Colégio, em benefício da citada subunidade filantrópica escolar, onde ocorreram jogos entre o time do Colégio Paes de Carvalho e outros estabelecimentos de ensino, anunciado no Jornal *A Província do Pará*, em 1947, conforme indica o excerto da notícia abaixo:

Hoje, pela manhã, na quadra de voleibol do Colégio haverá um festival esportivo promovido pelo Departamento Desportivo, em benefício da Caixa Escolar “Silvio Nascimento”.

O programa de jogos é o seguinte:

Primeiro Jogo- Fênix Caixeiral X Escola industrial

Segundo Jogo- C.E.P.C X Faculdade de Medicina (segundo)

Terceiro Jogo- Colégio Moderno X Faculdade de Medicina (primeiro) (*A Província do Pará*, 1947, p. 4).

O trecho regimental reforça a ideia do uniforme como ferramenta promotora da igualdade, que, no contexto em tela, era uma proposição meramente abstrata, pois “os marcadores sociais não desaparecem com seu uso, visto que as diferenças permanecem nos detalhes: na linguagem, no consumo” (Ribeiro, 2012, p. 40). Nessa lógica, o uniforme exercia um papel de nivelamento importante, tendo em vista que, além de caracterizar individualmente os estudantes, transmitia uma aparente ideia de democratização do ensino e ainda proporcionava a ampliação da visibilidade e do valor da escola como instituição social.

Sendo uma instituição educativa de referência para o estado no Pará, podemos associar a inserção do Colégio Paes de Carvalho em todo este movimento de ideias educacionais em vigor na Segunda República, especialmente em referência à indumentária escolar. Por isso, sendo historicamente um objeto promotor de visibilidade e prestígio social para a escola e seus estudantes, o uniforme dos alunos ginásianos perfilados na figura 14 pode igualmente ser analisado sob o chamado regime de aparências discutido por Dussel (2005), que inclui o uso deste traje como a expressão de uma estética particular da escola, que “[...] contribuyó a delimitar los limites de la escuela con el fuera” (Dussel, 2005, p. 66).

Além disso, podemos estabelecer conexões entre o estudo deste uniforme e o percurso tracejado pela autora, quanto à posição da indumentária no cenário argentino, pois este regime de aparências fez do uso desta vestimenta uma reflexão de ideias sobre melhoramento físico, mental e social, as quais correspondiam às lógicas higienistas e disciplinadoras também presentes no debate brasileiro. Estas inferências produziram um conceito de aparências escolares, tratado por Dussel (2005, p. 67) como fatores que se aproximam do cotidiano escolar e possibilitam análises “[...] de las identidades educativas que se conformaron, y los efectos que produjo la escolarización em nuestras sociedades”.

Outra perspectiva de cotejamento da vestimenta escolar do estabelecimento, paraense do ponto de vista das aparências, reside nas contribuições de Roche (2007), pois, tendo em consideração a origem militar da indumentária, esta acabou impondo a disciplina generalizada das aparências, uma vez que o uniforme se colocava como contributo para o treinamento de corpos e mentes, gerando no indivíduo uma postura de obediência e docilidade. Nesse curso, a indumentária se configurou como um recurso que também teve fundo instrutivo, haja vista que “[...] ele cria por meio da educação, esculpe uma personagem e afirma um projeto político pela demonstração de onipotência” (Roche, 2007, p. 234).

Ribeiro e Gaspar da Silva (2012) também endossam a ideia de o uniforme escolar estar inserido na lógica do regime das aparências, quando sinalizam que este visava regular as formas como os indivíduos se portam em suas práticas e, no cenário em questão, quando usam o uniforme. No que se refere ao campo da escola, as aparências são traduzidas em questões materiais e práticas, entre as quais estava o traje escolar como um elemento escolar, com funções determinadas perante a sociedade.

Associada às características discutidas, a fotografia da turma de 1936 (figura 14) nos possibilita ainda vislumbrar que os uniformes são ferramentas potencialmente comunicativas. Tal capacidade comunicativa/informativa liga-se ao que Roche (2000) define como vocabulário do vestuário, uma vez que estes objetos são utilizados pelos alunos em obediência às determinações estabelecidas e defendidas pela população, as quais estão correlacionadas às incumbências primárias destas peças: a proteção, o pudor e o adorno, que foram socialmente significados como fator de vestuário.

Outras razões igualmente emblemáticas podem sustentar o caráter comunicativo da vestimenta escolar, quais sejam, a questão da vinculação ao gênero, pois havia a designação do traje apropriado e o descumprimento disso geraria desordenação desde as sociedades antigas; a conexão com uma comunidade, neste caso, a comunidade escolar, da mesma forma, atribui poder informativo a esta roupa. Além disso, a ligação com um estado, uma profissão ou posição social encerra o conjunto de qualidades que colaboram para entender a multiplicidade de sentidos envolvidos no vestuário, o qual produz uma linguagem geral que “[...] deveria ser compreendida por todos, apesar de suas variações [...] dos modos de vida do avanço da idade, da evolução da mobilidade social das famílias” (Roche, 2000, p. 258).

Ademais, é válido observar ainda que o uniforme está contido na chamada civilização material, a qual, por meio de seus artefatos, acompanhava as transformações locais, auxiliando para a evolução da tríade: valorizando as topografias sociais e os seus consumos, assim como a diferenciação dos eventos ordinários e extraordinários, isto é, as festas ou a trivialidade

(Roche, 2000). Em vista disso, ao ser classificado como componente da referida categoria civilizacional, o uniforme, no ambiente escolar em foco, também constitui a cultura material das instituições educativas, pois inscreve-se em questões culturais, econômicas e sociais correspondentes a um dado período permeado por “[...] valores do imaginário social e as normas da realidade vivida; é o campo de batalha obrigatório do confronto entre mudança e tradição” (Roche, 2000, p. 262).

Logo, todos os cotejamentos tratados até então colaboraram para construir a ideia do uniforme como um elemento que educa de modo amplo e social, gerando sentidos de pertencimento, disciplina e normatização. Contudo, vale lembrar que o estudo do uniforme escolar, em especial, aquele utilizado no Colégio Paes de Carvalho, também produz mais uma significação para a história da cultura material desta instituição: a tradição da indumentária escolar como representante do legado de um estabelecimento de ensino, isto é, da formação da sua identidade histórica (Ribeiro, 2012).

Esta questão da tradição escolar materializada nos uniformes se articula às fontes referentes ao Colégio quando este é compreendido como um objeto de tradição ginásiana. A vestimenta estudantil produz uma prática educativa no sentido de revelar o ato de vesti-la como uma ação incutida de significado tanto para o usuário quanto para a sociedade, ou seja, ser identificado como um aluno desta instituição era motivo de grande valor para aqueles indivíduos por integrarem um grupo distinto quanto aos parâmetros sociais e educacionais daquele tempo.

Nessa direção, Humberto Eco (1982) explana que o vestuário não se restringe ao mero ocultamento e proteção corporal, ocupando-se parcialmente por essa finalidade, tendo como outro objetivo o entendimento das razões sociais/científicas ou pessoais para a elaboração e cores destas peças. O referido autor ainda aponta que, do ponto de vista da semiologia, o vestuário comunica por estar inserido no corpo social, neste caso, o uniforme, portanto, “[...] a vida em sociedade [...] compõe-se por um lado de actos de comunicação, de entidades gestuais ou sonoras que ‘dizem que’, e por outro de coisas que ‘funcionam’, isto é, que ‘servem para’” (Eco, 1982, p. 13).

Na esteira desse pensamento, o vestuário se encaixaria no termo “serve para”, em virtude da sua particularidade comunicativa, porque a vestimenta conforma códigos e práticas que, por vezes, são historicamente enraizados; caracterizando as chamadas convenções vestimentárias, as quais são fortemente consolidadas, de modo que não permite a construção de outros sentidos para além do que se propõe a manifestar. No entanto, além das referidas

convenções, ainda existiram os códigos de vestuário, que estavam associados a formas corretas de vesti-lo, por exemplo.

Nesse sentido, o uniforme escolar, assim como do Colégio Paes de Carvalho, encaixa-se no termo supracitado, visto que a prescrição e o uso deste objeto revelam-se como uma ferramenta para corresponder a determinadas finalidades e acatar um código de vestuário em nível comportamental, estético e, neste caso particular, educativo. Outra especificidade a ser considerada na investigação sobre a tradição da vestimenta escolar ginásiana fundamenta-se na questão da perenidade do valor desta no transcorrer do tempo, reforçando que a narrativa sobre o uniforme escolar foi um eixo basilar da história da escola no Brasil (Rocha, 2020).

À vista disso, a história do uniforme foi permeada por continuidades e rupturas que atingiram ambos os sexos, ocorrendo, principalmente, entre os séculos XIX e XX, coincidindo com os processos de institucionalização da escola no Brasil. Com o passar dos anos, este objeto sofreu alterações tanto materiais quanto de sentido, interferindo sobre sua “[...] simbologia, seus métodos e formas de uso e atribuição de significados” (Rocha, 2020, p. 30). Segundo Rocha (2020), uma das causas justificáveis para investigar o uniforme escolar em sua constância e ruptura seria atentar para o fato de que a investidura desta peça era especificamente definida conforme a época.

Este traço é notório nas figuras 13 e 14 quando ilustram o modelo de uniforme completamente alinhado ao pensamento concomitantemente nacionalista e conservador do período varguista, estampado nas vestimentas escolares masculinas e femininas. O conhecimento das razões de uso deste tipo de vestuário, no século XX, em certa medida, depende da conjuntura precedente, justamente por observar uma possível linearidade do processo de sua instauração e aplicação (Rocha, 2020).

Tal conjuntura remete ao século XIX, no momento das primeiras iniciativas de uniformização escolar no país, em que o estabelecimento de um código de vestuário para a escola estava associado à ideia de civilidade, moralidade e religião para manter os estudantes em comportamento de respeito, pudor e desvio das tentações mundanas. Tal pensamento era igualmente refletido nas indumentárias estudantis que cobriam boa parte do corpo, o que gerava, portanto, sua individualidade educativa de formação moral e religiosa.

Mesmo sendo aplicado a rapazes e moças, este aspecto ganhou maior significado no uso feminino em razão do ideário que circundava as mulheres naquele período: pureza, virtude e dedicação, os quais eram traduzidos nos longos uniformes que cobriam todo o corpo das alunas (Rocha, 2020). Tal concepção ainda cruzou o século seguinte, como podemos identificar no modelo de uniforme utilizado pelas alunas do Colégio Paes de Carvalho: saias abaixo dos

joelhos, mangas compridas e o cobrimento do colo; informações que confirmam a continuidade histórica deste objeto em outro contexto.

Em que pese as alterações materiais, a indumentária masculina desta instituição foi submetida a modificações estéticas, possivelmente tentando tornar esta peça mais barata devido à dificuldade de alguns alunos em adquirir a sua composição completa. Tratava-se da extinção de um dos acessórios do uniforme ginásiano conhecido como “perneira”, como indica o relato de Clóvis Rego (2002, p. 67):

Nessa farda da minha época já havia sido abolido, como componente, o uso das perneiras, mas persistia o do quepe e o da bota “Tank”, aquele adquirido no “Centro Militar”, especializada casa comercial, e esta na sapataria “Boa Fama”.

Podemos inferir que a supressão deste item posiciona o uniforme ginásiano tanto no campo de rupturas quanto das permanências, haja vista que, segundo Roche (2000), o vestuário possui certa flexibilidade em suas formas de uso que estão condicionadas à passagem dos tempos, potencialidade que colabora para submeter a história da vestimenta a variações conjunturais externas. Em síntese, diz respeito a entender que “[...] as maneiras de se vestir evoluíram segundo seus ritmos próprios, e suas variações não dependeram apenas da história das modas [...]” (Roche, 2000, p. 256-257).

A questão das continuidades reflete justamente no ponto de que a retirada do referido acessório não comprometeu o caráter militar desta indumentária, tendo em vista que foram mantidos os usos das botas e quepe, peças que conferiram o caráter militarista aos alunos durante os anos de governo de Vargas, especialmente no Estado Novo, onde eram comparados a soldados e, por isso, deveriam estar devidamente trajados e prontos, “[...] como se fizessem parte de um exército” (Da Silva, 2006, p. 82).

Outro ponto interessante levantado por Da Silva (2006), no campo de continuidades e descontinuidades, refere-se à constituição dos detalhes da indumentária escolar, entre os quais teria de se fazer presente, de alguma forma, o sentimento de valorização patriótica, que, estimulado desde o fim do século XIX, permaneceu e se fortaleceu entre os anos de 1930 e 1950. Ao analisar as orientações de composição material desta vestimenta no estado de São Paulo, Da Silva (2006) aponta a consideração deste fato quando analisa que a adoção das tonalidades do uniforme deveria aludir ao enaltecimento da soberania nacional.

Por isso, ao examinar o regimento interno dos estabelecimentos de ensino secundário e normal do estado de São Paulo, em 1949, esta autora sinaliza que, na determinação do uso indispensável do uniforme, também estava contida a definição de suas cores: a vestimenta

feminina seria formada por blusa branca e saia azul marinho, remetendo às cores da bandeira brasileira (Da Silva, 2006). Quanto ao traje masculino, foi fixado o uso de camisa e bermuda ou calça feitas de brim na cor cáqui, como demonstra o registro da 4ª turma de ginásianos (figura 14), utilizando modelo idêntico ao relatado no estado Paulista.

A semelhança entre modelo e cor nos indica a qualidade do uniforme escolar como um objeto dotado de intenções educativas para reforçar a identidade nacional desde as suas características materiais. Ainda que fosse um cuidado direcionado ao uniforme ordinário, o seguimento das decisões sobre a confecção desta peça também se prolongou ao uso do uniforme de Educação Física, e os contextos paraense e paulista novamente compartilharam o padrão de roupa, como consta na capa da edição de outubro de 1945 da revista C. E. P. C, ligada ao grêmio estudantil do Colégio Paes de Carvalho:

Figura 15 – Revista C. E. P. C. – Centro Cívico Honorato Filgueiras (1945)



Fonte: Acervo digital da Fundação Cultural do Pará.

Além de seguir o padrão de roupa própria para as aulas de educação física – camiseta, short curto e tênis –, podemos igualmente relacionar as características materiais deste traje no Colégio Paes de Carvalho ao processo de modificações sofridas pelo uniforme escolar ao longo dos anos, as quais, segundo Da Silva (2006), foram devidamente regimentadas, obedecendo elementos como as concepções higiênicas e também a adoção da cor branca presente na bandeira nacional.

Todos os fatores tratados até aqui conformam o uniforme como um elemento basilar da cultura material escolar deste estabelecimento, em virtude de ser um objeto viabilizador de

práticas originadas de um determinado período histórico, representando ideias, projetos e gerando comportamentos atinentes ao valor social atribuído a um estudante ginásiano daquele tempo. Estes aspectos qualificam, portanto, o vestuário escolar como um artefato produtor de práticas educativas voltadas ao ensino secundário, que, para Zabala (2014), podem corresponder às chamadas situações de ensino que estão condicionadas a fatores como aspectos materiais da situação, que podem ser conectados, nesta pesquisa, à exigência e ao uso da indumentária escolar para inspirar o respeito e o apreço à educação e à instituição.

Estas práticas educativas também podem ser referenciadas como uma função social do ensino relativa ao que o autor define como modelos educativos organizados conforme seus objetivos. Em síntese, alguns desses modelos ensinam determinados assuntos e outros ensinam temáticas completamente distintas. Quando visualizamos o uniforme do Colégio Paes de Carvalho sob essa perspectiva, podemos inferir que o traje estudantil tem sua função educativa, ou seja, tem a competência de atender, dentro do contexto formativo, a um determinado conjunto de finalidades correspondentes que não estavam ligadas somente aos conteúdos instrutivos (Chervel, 1990).

No que se refere à indumentária escolar, as finalidades correlatas precisamente se reportam à formação da identidade social, à valorização nacional, ao disciplinamento dos corpos e ao pertencimento institucional que traduzem os fins do ensino escolar deste objeto, que também foi se modificando no transcorrer do tempo a partir da definição dos seus propósitos, haja vista que as grandes finalidades educacionais “[...] que emanam da sociedade global não deixaram de evoluir com as épocas e os séculos, e que os comanditários sociais da escola conduzem permanentemente os principais objetivos da instrução e da educação” (Chervel, 1990, p. 187).

Sem perder de vista que a categoria de prática trabalhada compreende uma formação simultaneamente social e educacional, conforme discutido a partir do uniforme deste Colégio, este estilo formativo difundiu-se para além dos processos educativos ocorrentes em sala de aula, estando presente na concessão de premiações para os melhores desempenhos estudantis, seja no campo do esporte ou em outras atividades relacionadas ao cotidiano escolar, a fim de estimular a melhor atuação dos jovens secundaristas. Essas ações, conseqüentemente, também se revelam como práticas educativas, que serão discutidas no item seguinte.

3.3 Troféus e premiações: honrarias do ensino secundário

A interpretação destas bonificações como práticas educativas se justifica em razão de que, quando esta categoria de prática é considerada do ponto de vista ontológico, está relacionada a práticas sociais que “[...] atuam e influenciam a vida dos sujeitos, de modo amplo, difuso e imprevisível” (Franco, 2016, p. 536). Logo, esta característica de abrangência classifica estas práticas mais direcionadas à educação, em uma perspectiva ampla e complementar, quando comparadas às atividades pedagógicas, visando atender a um determinado currículo.

Tal argumento se encaixa ao debate proposto neste item, pois muitas dessas premiações eram a culminância de atividades ou comportamentos iniciados nas práticas de ensino que, de maneira direta ou indireta, persuadiam o cotidiano dos estudantes ginásianos a cumprir suas obrigações naquele espaço, para que eventualmente alcançassem o devido reconhecimento. Esse raciocínio sugere que a bonificação como prática educativa influenciava os alunos de maneira importante não apenas nas formas de agir, mas também por meio dos valores, costumes e experiências preservados por muitas gerações, que concomitantemente são difundidos, apropriados e reformulados por grupos posteriores (Libâneo, 1994).

Deste modo, podemos inferir que as práticas educativas conferiram sentido à educação por ter finalidades educacionais bem demarcadas, que extrapolaram o ensino e objetivaram formar os indivíduos para, em alguma medida, serem agentes transformadores da sociedade, uma vez que existe uma relação de dependência direta entre a sociedade e a prática educativa, de maneira que esta última “[...] não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social” (Libâneo, 1994, p. 17).

Nessa perspectiva, a entrega de prêmios reforçava essa ideia, tendo em conta que, entre os pontos da lógica formativa do secundário, havia a promoção da cultura e da civilidade, para justamente prover os jovens estudantes de noções e vivências que lhes habilitassem a viver sob os princípios republicanos defendidos pelo governo getulista e, ao mesmo tempo, no âmbito escolar, alcançassem bons resultados, que certamente marcariam suas trajetórias educativas. Vale lembrar que esta prática de premiação era originária do período provincial, visto que tal ação era fortemente realizada por povos mais cultos, os quais zelavam pelo aprimoramento intelectual. Essa justificativa seria um fator importante para o projeto brasileiro de desenvolvimento e refinamento cultural (Castanha, 2009).

O ato de premiar os alunos prosseguiu por todo o regime governamental, contemplando desde o ensino primário, em que as melhores performances eram gratificadas durante a vida

escolar, as quais ocorriam em ocasiões solenes, como as cerimônias de fim do ano letivo, especialmente na Primeira República (Cunha Silva; Castro, 2021). No contexto da escola secundária, essas bonificações estavam inseridas em celebrações constituídas por discursos de autoridades, presença de familiares, refeições de grau etc. Ao lado dessas, não era desprezada a valorização do nacionalismo e da civilidade, máximas presentes tanto no cenário da instrução primária quanto na secundária, sobretudo no período histórico delimitado, haja vista que, na Era Vargas, o fator nacionalismo era fortemente instigado (Souza, 2008).

Em relação à rotina do Colégio Paes de Carvalho, esta atividade também possuía destaque confirmado por meio dos registros fotográficos dos troféus conquistados nas décadas de 1930 e 1940, oriundos de competições esportivas ou concursos de banda escolares, atividades presentes no dia a dia ginasiano que renderam numerosas premiações para este estabelecimento. Os regimentos internos da instituição, bem como os ofícios ou portarias, foram outras categorias de fonte que registraram as gratificações disponibilizadas aos alunos nas festas de encerramento do ano escolar. Entre estas condecorações, havia aquelas dadas aos discentes considerados mais “distintos” por apresentarem excelente performance escolar ao longo do período letivo.

Esta forma de premiação foi registrada no regimento interno de 1933, no capítulo X a respeito da distribuição de prêmios e certificados, em que, dos artigos 99 a 102, discorreu sobre o processo de eleição dos alunos mais destacados desta instituição, iniciado pela chamada comissão de ensino, composta pela direção do colégio e congregação, que escolhia os 3 estudantes mais aplicados dos diversos anos para gratificar seus desempenhos a partir das médias alcançadas, como apontam os artigos abaixo:

[...]§ Único - Os prêmios só poderão caber a alunos que tenham obtido média geral igual ou superior a 90, sem nenhuma nota de 0 a 50.
Art.100 - A Congregação a vista do parecer da comissão designará em votação os três alunos mais distintos de cada ano para serem premiados (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 1).

Outra espécie de prêmio identificada refere-se ao incentivo ao bom comportamento dos jovens ginasianos, uma vez que ordem e postura eram ideais fortemente difundidos no período varguista. Por isso, os alunos que demonstrassem boas condutas no ambiente escolar seriam recompensados pela congregação, tanto com o reconhecimento diante da comunidade quanto com prêmios materiais que estimulassem o gosto pelo estudo e pela preservação desse modo de agir. Logo, os artigos 101 e 102 definiram que:

[...] A Congregação poderá conceder Menção Honrosa áqueles alunos que por sua aplicação e exemplar comportamento fizeram jus a tal distinção. Os prêmios consistirão em livros de impressão e encadernação de luxo, distribuídos aos alunos em sessão solene da Congregação (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 1).

O abono dado ao bom comportamento pode ser identicamente compreendido pela via histórica, pois, como sinalizamos anteriormente sobre a procedência provincial das premiações, segundo Castanha (2009), os modos de se comportar no ambiente escolar também eram positivamente recompensados em tempo anterior à República. Estas gratificações representaram uma das frentes das práticas disciplinares que objetivaram premiar os bons para fazê-los melhores e cumpridores da ordem, argumento que fortalece nossa máxima de que o ato de reconhecer os estudantes se revelava uma prática educativa de porte.

A referência sobre premiações foi novamente observada no regimento de 1946, que não diferiu muito das condições e classificações expedidas no documento anterior, apenas acrescentando incentivos àqueles estudantes que participaram e foram exitosos em concursos realizados pelo estabelecimento. Em síntese, o regulamento interno da década de 1940 propunha três tipos de recompensas, a saber:

Art. 39 - Os prêmios terão em vista incentivar o amor ao estudo, a dedicação aos livros e, o respeito as disposições regimentais.
 §1º. Os primeiros serão de ESTUDOS, aos primeiros colocados em suas séries e cursos, e de TRABALHO aos que obtiverem classificação nos primeiros lugares nas exposições realizadas pelo Colégio [...].
 §5º. Aos alunos que não obtiverem prêmios de estudos poderão ser concedidas MENÇÕES HONROSAS pelo seu aproveitamento e comportamento (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 3).

É interessante verificar que os ganhos estabelecidos em ambos os regimentos conduziram ao encorajamento dos alunos à adoção de boas condutas e do cumprimento exemplar das atividades escolares, indicando que estas atitudes resultariam em jovens distintos e dignos de receberem honrarias escolares. Entende-se este reconhecimento como uma honraria, já que era fruto da produção humana em palavras e ações que ficariam inscritas na vida social daquele estudante marcado por uma “[...] concepção de prudência e êxito específica na experimentação e prática social demarcada pelo corte de [...] época, instituição e nação” (Teixeira; Souza, 2017, p. 222).

Outra questão levantada por Teixeira e Souza (2017), e igualmente relevante a este debate, remete à tipificação da honra estar associada a valores históricos constituídos por figuras heroicas, que geravam hábitos e costumes tomados como modelo por uma sociedade que fazia destes verdadeiros dispositivos reguladores do indivíduo, em um sistema social que agia sobre

as práticas designadas aos sujeitos que, em suas respectivas atuações, contribuíssem para o funcionamento da comunidade ou do grupo ao qual pertencia. Assim, a honra é a consequência por “[...] uma conduta considerada digna e desejada, recebe-se [...] o respeito, o prêmio, a homenagem, ou seja, alguma forma de consagração social” (Teixeira; Souza, 2017, p. 223).

São tais características que equiparam as premiações ou honrarias escolares do Colégio como práticas educativas, em razão de incitarem a produção de um *éthos* que influencia tanto aqueles jovens estudantes agraciados quanto os demais colegas para que buscassem seu melhor desempenho escolar e, posteriormente, alcançassem o merecimento de receber as honras. Para Teixeira e Souza (2017), a obtenção destas honrarias ilustrava o reconhecimento estudantil e o reforço pelo cumprimento do *éthos* institucional.

Ou seja, as honrarias escolares estão condicionadas ao tempo histórico, no sentido de que os prêmios podem mudar de significado segundo o período, o tipo e a outorga, elementos que definem a chamada modelação de honra. Na realidade do estabelecimento paraense, observa-se uma singela modelação destas gratificações quando mais uma categoria de prêmio semelhante aos demais foi acrescentada, contudo, mantendo a aclamação pelo empenho escolar e bom comportamento, como indicam as edições dos regimentos trabalhadas anteriormente.

Este caráter modelador da honra escolar revela sua particularidade histórica advinda desde o período jesuítico, quando o uso de bonificações também era regulamentado por códigos gerais (*Ratio Studiorum*), os quais elucidavam que o estudante seria premiado devido à honra perante a divindade, a qual seguia a mesma lógica de punições, em razão de serem consagradoras (Teixeira; Souza, 2017). No entanto, em relação ao ensino secundário, este quadro aponta mais especificamente para sua cultura escolar.

Correspondendo de um modo geral tanto à instituição paraense quanto ao secundário, esta cultura de premiar os alunos mais distintos produziu uma espécie de hierarquia, que, ao protagonizar estas práticas de honrarias, materializava o conceito da excelência escolar, o qual era formado a partir de parâmetros escolares históricos, como a imagem do aluno ginasião exemplar naquele período. Isso revela que estas chamadas honrarias do secundário ofertadas no Colégio Paes de Carvalho representam o aspecto variável desses privilégios, que, ao dispor de suas características próprias, diferem “[...] conforme o tipo de instituição, sua época e materialidade [...] Também a estima criada por meio da honra, envolve por vezes eficiência do indivíduo sobre uma atividade ou um reconhecimento” (Teixeira; Souza, 2017, p. 227).

Podemos considerar que as gratificações trabalhadas até o momento eram categorizadas como “prêmios intelectuais e de distinção”, por evidenciarem habilidades e posturas esperadas para aquela conjuntura. Junto a este tipo de honras, havia premiações concedidas nas cerimônias

de início do ano letivo, as quais faziam homenagens a figuras ilustres do Pará, entre políticos e personalidades da educação no estado. A solenidade de reabertura do ano letivo de 1945 do citado Colégio contou com recompensas desta ordem, como indica o seguinte convite:

Realiza-se hoje às 9 horas, a sessão solene de reabertura das aulas do ano letivo de 1945 [...] Serão distribuídos os seguintes prêmios de acordo com a Portaria da Diretoria:

- I- Coronel “Magalhães Barata” – aluna Maria Clementina Pena Frota de Almeida
 - II- “Bernardino de Sousa Franco” – aluno Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckman
 - III- “Dr. Pais de Carvalho” – aluno Paulo Cesar de Oliveira
 - IV- “Dr. Amazonas Figueiredo” – aluna Dea da Silva Lira
 - V- “Dr. Honorato Filgueiras” – Beatriz de Araujo Santos e Lúcia de Araujo Santos
- (Colégio Paes de Carvalho, 1945, p. 1).

Além das premiações concedidas nesta instituição, os alunos também eram bonificados pela famosa exposição anual de desenho, organizada pelo governo do estado, na qual se reconheciam os melhores trabalhos dos alunos de escolas públicas e privadas. Os alunos do Colégio Paes de Carvalho sempre estavam presentes entre os trabalhos mais destacados e, neste caso, as bonificações eram conferidas em dinheiro, que variavam conforme a colocação. No caso do jovem estudante da supracitada instituição, este foi premiado com o terceiro lugar, segundo informou o governador do Pará em sua mensagem anual ao poder legislativo, descrevendo que a tradicional exposição contou com:

[...] 2.274 o número de trabalhos apresentados por esses estabelecimentos e aceitos pela comissão de admissão previamente nomeada para esse fim. [...] Os prêmios em dinheiro foram conferidos aos expositores seguintes. Primeiro prêmio 100\$, Victor Soeiro, do Instituto Lauro Sodré; Segundo prêmio - 50\$, Maria Vianna Paiva do grupo escolar Barão do Rio Branco [...] terceiro prêmio - 10\$, Armando Menezes, Gymnasio “Paes de Carvalho” (Pará, 1930, p. 90).

Para além do beneficiamento desta habilidade manual, as gratificações dos trabalhos de desenho também evidenciam a importância dessa aptidão para o contexto educativo republicano, que, ainda nos seus primeiros anos, já considerava as lições de desenho como uma matéria fundamental desde o ensino primário, e assim continuou na etapa subsequente. Souza (2009b) elucida o destaque deste tema em razão de que Rui Barbosa, um dos grandes reformadores da educação brasileira, ressaltava que a aprendizagem da prática de desenho era essencial para o sucesso do trabalho no futuro, por isso advogava a “[...] potencialidade da escolarização desse saber profissional para o desenvolvimento econômico” (Souza, 2009b, p. 78); argumento que fundamenta o incentivo e a premiação de tal competência e, ao mesmo tempo, permite compreendê-la como uma prática potencialmente educativa.

Chervel (1990) contribui para a temática das premiações quando pontua que estas atividades simbolizam as grandes finalidades educativas que são impostas de maneira coletiva para gerar as chamadas práticas de estímulo, pois sendo um conceito pertinente à história das disciplinas nos auxilia a pensar estas honrarias/prêmios como práticas capazes de despertar no estudante o desejo em se “[...] engajar espontaneamente nos exercícios nos quais ele poderá expressar sua personalidade” (Chervel, 1990, p. 205). Outro ponto importante é o de aculturação, que trata de educar os alunos em um determinado contexto para fornecê-los uma sólida cultura; fixar nos alunos o valor do seu desempenho acadêmico igualmente como presumiam as atividades de premiação.

Além das classes de honrarias trabalhadas até então, também identificamos outras categorias existentes na rotina do Colégio e que estavam direcionadas a um objetivo específico, como o esporte, as competições esportivas frequentes e recompensadas na mesma lógica das gratificações anteriores realizadas no cotidiano da instituição, isto é, animar a busca pela melhor atuação estudantil e, neste caso específico, a esportiva. Sendo eventos importantes no calendário institucional, estas disputas eram cobertas pela imprensa paraense, que divulgava os torneios dos quais dito estabelecimento de ensino participaria ou promoveria, a exemplo da competição de vôlei interna realizada entre os alunos do curso noturno e diurno, em que o primeiro saiu vitorioso e foi laureado por medalhas, conforme indica a notícia no Jornal *A Folha Vespertina*, de 1945:

[...] Tomando parte nos festejos promovidos pelo grêmio esportivo deste estabelecimento de ensino secundário o rapazes do Turno da noite conseguiram levantar, ontem pela manhã, as competições internas de voleibol.[...]
Final- Classico e Noturno.

Esse foi o melhor jogo da manhã, pois os jogadores de ambos os sextetos, entraram com disposição, mas os da noite, num supremo esforço, conseguiram marcar dois pontos seguidos, quando a luta estava empatada por 13 a 13 e, dessa maneira, levar os louros do torneio e as seis medalhas de prata que cabia ao vencedor do mesmo (*A Folha Vespertina*, 1945, p. 3).

A vitoriosa participação dos alunos ginasianos foi igualmente noticiada em eventos externos, como o torneio de basquetebol, formado pelos times do Colégio Nazaré, Escola Industrial, Colégio Moderno e Colégio Paes de Carvalho, em que este classificou-se para a final do campeonato contra o primeiro e acabou conquistando mais medalhas para sua vasta coleção de competições. Tal disputa foi realizada no campo oponente e contou com a presença de grande público, segundo revelou a edição de agosto do Jornal *A Província do Pará*:

[...] Grande foi a assistência que aferiu à quadra do colégio marista, notando-se figuras das mais representativas da nossa sociedade, estudantes e senhorinhas.

[...] Finalmente os dois vencedores foram à quadra para a partida final do torneio. Após a peleja cheia de entusiasmo em que ficou patenteado o equilíbrio das equipes preliantes o “five” do Pais de Carvalho conseguiu abater o seu antagonista pelo escore de 10X8 pontos. Após a peleja o Colégio Nazaré, em significativa cerimônia, a entrega de medalhas ao quinteto vencedor do empolgante torneio (*A Província do Pará*, 1948, p. 8).

Parte dessas honras/prêmios era concedida em outras celebrações fixas no calendário escolar, como o aniversário do estabelecimento, que tinha, em sua programação, a disputa de diversas modalidades do atletismo e outros desportos. Algumas dessas competições foram identificadas no programa do 104º aniversário deste Colégio, registrado na revista C. E. P. C, produzida pelo seu grêmio estudantil, as quais formavam os pódios do atletismo a partir do curso em que o aluno pertencia:

[...] No campo do Colégio realizaram várias competições esportivas cujos vencedores foram:

- 1) Salto em altura – 1º lugar - Justiniano Martins Fonseca, do Curso Clássico; 2º lugar - Sebastião Oliveira da Paz, do Curso Científico.
- 2) Corrida em resistência – 900 metros – 1º lugar – Mario Vieira Cativo, do Curso Ginásial; 2º lugar – Justiniano Martins Fonseca, do Curso Clássico.
- 3) Corrida em resistência – 300 metros – 1º lugar – Glaucia Magno Camarão, do Curso científico; 2º lugar – Déa Lira, do Curso Ginásial (*Revista C. E. P. C., Centro Cívico*, 1945, p. 9-10).

As competições de modalidades desportivas específicas também eram outra via de premiação deste evento, como o torneio intercolegial de voleibol, que teve o time do Colégio Paes de Carvalho como vencedor, sendo gratificado com um troféu do tipo taça, como relata o excerto a seguir:

[...] O jogo final foi efetuado entre o C. E. P. C. e o Colégio Nazaré, tendo havido o seguinte resultado: primeira partida venceu o C. E. P. C. por 15 a 7; a segunda venceu o Nazaré por 15 a 5; e a terceira venceu o Colégio Estadual por 15 a 13. [...] Ao vencedor foi entregue pelo representante do Reitor do Colégio Nazaré a taça PÊGO e ao capitão do time do Nazaré pelo diretor do Colégio Estadual, a taça ÂNCORA (*Revista C. E. P. C., Centro Cívico*, 1945, p. 11).

Este modelo de troféu era concedido exclusivamente nas bonificações esportivas, que também eram consideradas honorarias do ensino secundário tanto para o Colégio Paes de Carvalho quanto para seus alunos. Ademais, este artefato é um símbolo de tradição desta instituição que foi assídua participante de competições desportivas, sempre obtendo resultados expressivos, os quais reuniram, ao longo dos anos, uma coleção de troféus, que concretizaram parte da história do estabelecimento, assim como representam o valor dessas gratificações como práticas educativas.

Parte desta coleção de conquistas esportivas foi mantida no acervo histórico do Colégio, conservada na sala da diretoria, por ser a comprovação das primeiras vitórias da instituição. Composto por 14 troféus, este conjunto possivelmente é originado das décadas de 1930 e 1940, pois alguns apresentam data e símbolos, como a honra ao mérito e a águia, elementos identificadores da honra e da vitória. Desta coleção, podemos destacar dois exemplares que refletem tais características:

Figura 16 – Troféus esportivos do Colégio Paes de Carvalho (1940)



Fonte: Acervo histórico do Colégio Paes de Carvalho.

Assim como as primeiras gratificações trabalhadas anteriormente, estes objetos também estão inclusos no debate da honra escolar, em razão de simbolizarem a grandeza do aluno na execução de uma determinada tarefa e o seu respeito para com o nome da instituição. Dessa maneira, com base nos argumentos de Teixeira e Souza (2017), é possível inferir que estes troféus eram produtos de um trio de elementos que o caracterizaram como uma honraria escolar: eficiência, produtividade e reconhecimento. Estes elementos, articulados, demonstravam o sentido educativo das premiações, que poderiam ser expressas em distintas formas materiais, como nos modelos acima (figura 16).

A compreensão destes objetos como um tipo de honra reside nas incursões propostas pela cultura material escolar que trata de práticas marcadas de sentido. Este pensamento combina com o tema em tela, uma vez que é a expressão resultante da dedicação e do disciplinamento do aluno, que produziria para as futuras gerações uma narrativa de sucesso

desta instituição educativa (Teixeira; Souza, 2017). Nessa perspectiva, a prática de condecorar os estudantes com tais objetos implica entender que a cultura material, sendo produtora de sentidos, faz da honra uma manifestação desta, bem como da cultura escolar que concebe os “[...] sujeitos escolares que experienciam uma relação com essa materialidade” (Teixeira; Souza, 2017, p. 229).

No supracitado conjunto de troféus, identificamos outros modelos referenciando o esporte e a tradição do Colégio no campo desportivo, destacando o êxito do time estudantil nas modalidades de handebol e vôlei, as quais renderam um troféu para cada categoria. A constituição de ambos se assemelha nos símbolos inerentes ao triunfo e na fixação da imagem de disputa da bola, detalhes trabalhados em madeira, ouro e prata, os quais, segundo alguns sinais ainda preservados, sugerem sua fabricação no ano de 1948.

Figura 17 – Troféus de Handebol e Vôlei – 1948



Fonte: Acervo histórico do Colégio Paes de Carvalho.

Podemos igualmente definir esses troféus como objetos de distinção, conceito atribuído por Gaspar da Silva, Rugoni e Kinchenski (2018) à materialidade de ditas práticas de destaque que concretizaram as ideias de formação estudantil presentes nos discursos escolares daquela época, que apreciava e premiava os estudantes exitosos; contexto que transformou esta etapa das cerimônias de encerramento escolar em verdadeiros rituais meritocráticos. A questão da meritocracia era um princípio em evidência no período, pois representava as aspirações dos sistemas de ensino das sociedades democráticas as quais zelavam por esta máxima no cotidiano

formativo, que poderiam influenciar “[...] o sucesso ou fracasso escolar” (Gaspar da Silva; Rugoni; Kincheski, 2018, p. 85).

Esses autores, ao investirem estudos sobre as práticas de distinção exercidas no ensino primário em Santa Catarina, proporcionam noções que nos auxiliam no entendimento de que as gratificações concedidas à comunidade estudantil do estabelecimento paraense são uma espécie de componente meritocrático contido na organização institucional, constituída por multifatores de ordem global, mas que, ao mesmo tempo, sinaliza a particularidade de cada escola (Gaspar da Silva; Rugoni; Kincheski, 2018).

Este raciocínio refere-se ainda à questão de que as premiações estariam relacionadas à circulação de ideias e modelos pedagógicos eventualmente difundidos em âmbito mundial, conduzindo a um modelo escolar composto por características universais que justificavam a noção da difusão mundial da escola defendida por Nóvoa (2000 *apud* Gaspar da Silva; Rugoni; Kincheski, 2018), que, baseado na história das exposições universais, tinha estas como grandes veiculadoras de um padrão de escola que poderia ser mimetizado sem desprezar as especificidades de cada contexto, entre os quais tinham a meritocracia como um dos pilares organizacionais.

A presença desse fundamento organizativo no modelo institucional visava, portanto, incentivar o espírito meritocrático presente nessas práticas premiadoras, conceituando tanto os troféus quanto as gratificações como “armadilhas de sedução”, pois, sob a lógica de privilegiar com objetos ou menções honrosas, culminaria no alcance de comportamentos discentes almejados, os quais também eram esperados pelos docentes, já que a expectativa de incutir um tipo de conduta por meio das condecorações está inclusa no conjunto de relações que podem ser tanto autoritárias quanto democráticas (Gaspar da Silva; Rugoni; Kincheski, 2018).

Destarte, esse modelo escolar era pautado nos méritos estudantis justamente avaliados com base em ações e desempenhos, os quais, naquele contexto, produziam o que foi conceituado como uma cultura escolar idealizada, definida a partir da “[...] validação de certas atitudes em detrimento de outras [...] avaliadas a partir de um modelo escolar específico e eram premiadas ou sofriam sanções de acordo com esses valores” (Gaspar da Silva; Rugoni; Kincheski, 2018, p. 87). Essas ações, assim, geravam comportamentos pertencentes a uma compreensão de cultura marcada por um discurso meritocrático, que foi materializado no cenário escolar a partir de objetos que representavam um determinado projeto escolar, neste caso, do ensino secundário (Gaspar da Silva; Rugoni; Kincheski, 2018).

Nesse sentido, além de estarem sujeitos ao programa da instituição, os troféus, como parte da materialidade escolar do Colégio, exerciam funções específicas relacionadas

simultaneamente às práticas educativas e de distinção. Estando ligados a este tipo de atividade, os referidos objetos, bem como as outras premiações de honra, estão similarmente conectados aos chamados “fazeres escolares”. Por isso, o aspecto material identificado no espaço escolar e suas atividades, “[...] em sua presença ou ausência, pode contribuir para a efetivação de distintos rituais” (Gaspar da Silva; Rugoni; Kincheski, 2018, p. 88).

Vale ressaltar ainda que, sendo agentes materiais das práticas educativas e, neste curso, também da distinção, tais objetos e as demais bonificações fazem parte da cultura escolar, que, analisada sob a perspectiva das ideias meritocráticas, estabelece um conceito mais particular neste campo de estudo: a cultura meritocrática da escola, a qual objetivava endossar nos estudantes e demais membros da comunidade escolar ações e comportamentos dignos de destaque (Gaspar da Silva; Rugoni; Kincheski, 2018).

A essência meritocrática presente nas referidas práticas também foi alvo de discussão de Fiscarelli e Souza (2007), quando enfatizam que os troféus são o símbolo da excelência escolar, tal como os exemplares conquistados pelo Colégio em estudo. Examinados pelo ponto de vista da cultura material escolar, esses objetos são uma parcela da memória institucional do Colégio e, da mesma forma, são o reflexo da história de sucesso do local para a comunidade estudantil de gerações posteriores.

Por outro lado, os troféus são a mais clara expressão da distinção de um grupo de estudantes que, por meio de sua atuação, evidenciou a qualidade do ensino ofertado a uma determinada geração. Mesmo sendo a recordação de um período de grandes feitos, estes objetos são polissêmicos no sentido de informar outros significados além do valor do estabelecimento (Fiscarelli; Souza, 2007). Diante de tal característica, podemos associar os troféus ginásianos ao conceito de vitrine da memória, o qual contribui para formar a identidade institucional do Colégio Paes de Carvalho.

A pertinência dessas atribuições aos troféus esportivos do referido Colégio igualmente se justifica em razão de as competições significarem, segundo Fiscarelli e Souza (2007), práticas culturais, haja vista que o esporte era enaltecido como tal naquele período e mais intensamente no anos de 1960. Em virtude disso, desde as práticas de educação física, as atividades esportivas eram declaradas como meio de atendimento a “[...] finalidades políticas implementadas pela educação física, dentro e fora das escolas, com o intuito de conformar a juventude aos ideais nacionalistas” (Fiscarelli; Souza, 2007, p. 104).

Ainda identificamos no acervo geral de troféus do estabelecimento (o qual possui objetos de vários anos) honrarias materiais conquistadas em concursos de bandas escolares e marciais, prática marcante para a história da instituição devido ao numeroso quantitativo de

objetos oriundos dessas competições. O festival de bandas escolares do Pará (FBEP) foi o certame que mais concedeu premiações ao Colégio nesta área, conforme apontam as inscrições de alguns modelos registrados.

Figura 18 – Troféus do festival de bandas escolares do Pará (déc. 1930)



Fonte: Acervo histórico do Colégio Paes de Carvalho.

Com base nesses dados, observamos que a atuação do Colégio sempre foi exitosa, de modo que a banda escolar sempre ocupava os lugares de destaque do pódio nas edições em que estiveram presentes, traduzindo sua excelência escolar nas atividades intra e extraclasse. Ademais, sob a luz da materialidade escolar, outro ponto importante neste debate concerne à composição física destes troféus, pois os detalhes presentes nestes sugerem mensagens estéticas e simbólicas inerentes a uma época específica na qual circulava valores e ideias de triunfo e vitória (Fiscarelli; Souza, 2007).

Sem embargo, além de serem considerados honrarias, estes troféus são igualmente conceituados como objetos culturais que estiveram vinculados a uma conjuntura, no caso escolar, circundada por princípios de excelência que colaboraram para entender o uso escolar destes. A questão da constituição material detalhada nestes objetos incorre em mais uma via de interpretação relacionada a aspectos econômicos, sociais e culturais, ou seja, com o passar dos anos, a produção desses artefatos foi sendo modificada em seus elementos para consolidar uma certa padronização dos troféus de acordo com a atividade, segundo podemos observar nos

exemplares do Colégio obtidos nos certames esportivos, os quais adotavam modelos muito semelhantes em sua forma, diferindo apenas na sinalização das modalidades. Quanto aos troféus dos concursos de bandas, foi notada a mesma recorrência, em que o símbolo da honra ao mérito se manteve ao longo do tempo.

Todos estes fatores tratados até o momento são pertinentes para entender que estas premiações, tanto no âmbito do esporte quanto nas menções honrosas, integraram o conjunto de gratificações concedidas pela instituição como atividades que efetivaram as práticas educativas concernentes ao nível secundário, enquanto formas de educar os jovens estudantes no contexto social e educativo investigado.

A noção de cultura material escolar tratada por Kincheski, Gaspar da Silva e Valle (2017) reforça o caráter educacional dessas práticas de premiação, visto que os artefatos utilizados nestes momentos também educam, representados pelos objetos ou ações que “[...] trazem indicativos de como os artefatos podem servir para ensinar” (Kincheski; Gaspar da Silva; Valle, 2017, p. 870). Em síntese, neste momento de formação, a materialidade dessas gratificações confere a elas o papel de portadoras de ensinamentos, entre os quais destaca-se o mérito estudantil, sobretudo, nas atividades esportivas, contribuindo, portanto, para a consolidação da mencionada cultura meritocrática, que se assemelha à lógica seletiva do ensino secundário.

Também podemos correlacionar, neste debate, o conceito de cultura escolar tratado por Souza (2013), quando aponta o interior da escola como um local dotado de práticas educativas, como as honrarias presentes no Colégio, assim como um espaço de “[...] transmissão dos valores e das práticas simbólicas como as festas e comemorações cívicas [...] e as solenidades de encerramento do ano letivo” (Souza, 2013, p. 27). Estas mesmas práticas se efetivaram a partir de objetos e ações constituintes da cultura material escolar deste estabelecimento, neste caso, relacionados aos troféus e menções honrosas.

No mais, não se pode perder de vista que as práticas discutidas referenciam uma compreensão mais ampla da cultura da escola, uma vez que as atividades de premiação estavam reunidas a outros conjuntos de ações direcionadas a formar os jovens ginásianos em distintas frentes, gerando indivíduos eruditos, ordeiros e patriotas. Todos esses elementos, em certa medida, compuseram a categoria de práticas educativas, porém sob uma perspectiva mais específica. Na próxima seção, outras vertentes dessas práticas serão analisadas.

4 COTIDIANO FORMATIVO NO COLÉGIO PAES DE CARVALHO: ALGUNS ELEMENTOS DA CULTURA ESCOLAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

A construção da análise da cultura material escolar em uso no Colégio Paes de Carvalho e suas implicações no projeto educativo do ensino secundário no estado do Pará remetem igualmente ao estudo da sua cultura escolar, uma vez que a dimensão material é uma categoria desta que pode demonstrar características e/ou práticas importantes a partir de objetos e espaços utilizados que poderiam refletir as ideias e finalidades educativas de um dado tempo histórico. Dessa forma, ao observar o cotidiano formativo do estabelecimento, constatamos que este foi construído por práticas consideradas históricas e particulares a este nível de ensino, entre as quais destacam-se os exames de admissão, práticas cívicas, premiações e outras atividades que integraram toda uma esfera educativa e que produziram hábitos inerentes à etapa, podendo assim ser classificada como a cultura escolar do ensino secundário.

Todas as práticas apresentadas nessa seção tinham a finalidade de cultivar o espírito do nacionalismo, da cultura erudita, da civilidade, do disciplinamento e outros elementos que deveriam resultar em uma juventude comprometida com o desenvolvimento do país e, no caso específico, do Pará. Estes objetivos são pertinentes ao que Julia (2001) define como cultura escolar, em que são definidas normas que estabelecem os conhecimentos a serem ministrados e os comportamentos a serem internalizados e, da mesma forma, compreendidos como o conjunto de práticas que viabilizam a difusão dos saberes e a incorporação de determinados costumes; normas e práticas que materializam a cultura escolar e sofrem variações de acordo com seus propósitos.

Diante disso, a questão do disciplinamento dos alunos figura como um dos primeiros elementos marcantes da cultura deste Colégio e, conseqüentemente, para o contexto do ensino secundário. Na rotina da referida instituição, este fator foi valorizado em momentos como a obediência ao horário de entrada, à autoridade dos inspetores, dos professores, da direção do ginásio, bem como dos funcionários, diretrizes que foram rigorosamente definidas pelos regimentos internos publicados nas edições do *Diário Oficial* do estado do Pará ao longo dos anos analisados.

Outra questão a ser tratada sobre a rotina educativa do estabelecimento, que também está relacionada ao disciplinamento, diz respeito à formação dos alunos em futuros cidadãos ordeiros, comprometidos, praticantes da civilidade e do patriotismo. As atividades voltadas para tal fim igualmente cumpririam o objetivo de prosperar o estudante ginásiano não somente em

valores comportamentais e morais, mas buscava constituí-lo forte e saudável, pois tais elementos também eram relevantes na tônica daquele período.

As frentes responsáveis por trabalhar esses aspectos foram a instrução pré-militar e a educação física. Esta última foi oficialmente regulamentada no contexto do secundário a partir da reforma Francisco Campos, que tornou obrigatória a oferta desta disciplina, que tinha por finalidade desenvolver harmonicamente corpo e mente, buscando igualmente formar “[...] o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico de seu valor e das suas responsabilidades” (Brasil, 1931, p. 12126). Deste modo, a organização da educação física, a partir de 1930, ocorreria a partir da diretriz militar, no sentido de que a “[...] orientação e o controle da educação física no país caberiam ao Exército; o Ministério da Educação deveria ocupar-se da educação física nas escolas, guiando-se pelo que estava sendo feito no Exército e agindo de acordo com ele” (Horta, 2012, p. 72).

Nessa direção, a presença de militares do Exército na educação secundária representava uma espécie de escola de civismo e amor à pátria, por isso o oficial seria o educador que teria a missão de disseminar o civismo, o apreço à justiça e à reverência ao patriotismo, pois, no período investigado, o Exército era tido como um prolongamento da escola, no sentido de possuir a função ideológica de difundir os princípios da ordem e disciplina, princípios importantes à época (Horta, 2012).

A valorização da pátria também era tônica presente na rotina educativa do Colégio Paes de Carvalho, sobretudo durante o período do governo Vargas, em que o incentivo à civilidade e ao patriotismo estava em alta, princípios concretizados nas práticas cívicas, esportivas e artístico-culturais, que, inseridas no contexto educativo, reforçavam a premissa de “glorificar a pátria” por meio da educação; argumento corrente no governo Vargas, que acreditava que o auge da pátria brasileira seria possível a partir de um povo bem instruído e eruditamente formado (Horta, 2012).

4.1 Práticas de disciplinamento e controle: formando jovens ordeiros e disciplinados

O regimento interno de 1933 dispôs de uma seção a respeito das normas de disciplinamento, denominada “Da disciplina e penalidades”, que discorria sobre as regras atinentes ao cotidiano na instituição, como a exigência do comportamento exemplar dos alunos, desde o momento de sua entrada e durante a permanência no Ginásio. Entre as determinações estabelecidas no documento, podemos destacar o rigor no cumprimento do horário de entrada e de recreio, se apresentar devidamente uniformizado, permanecer em silêncio durante as aulas,

sem promover desordem, entre outros pontos semelhantes que prezavam pela construção do indivíduo educado e ordeiro, conforme sugeria o artigo abaixo:

Art. 116 - O aluno procurará conformar com os preceitos gerais da boa educação o seus hábitos, gestos, atitudes e palavras, tendo especial cuidado em obedecer as regras abaixo indicadas que visem a ordem e a disciplina:

- a) Acatar a autoridade em geral, na pessoa de seus depositarios, em especial do diretor do Ginásio, os professores e funcionários administrativos.
- b) Obedecer por si mesmo, sem esperar ordens, as determinações gerais do Regimento, do diretor, dos professores, dos funcionários investidos de autoridade; e prontamente sem recalcitrar, às que lhe sejam diretamente impostas pelas autoridades do estabelecimento.
- c) Ser pontual e assíduo, não somente no comparecimento às aulas, mas também no cumprimento de todos os requisitos (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 2).

Vale lembrar ainda que este regimento determinava a quem lhe cabia a responsabilidade de fiscalização da conduta dos alunos; inspetores federais que eram os agentes disciplinares em todos os espaços da instituição e a figura de maior autoridade na ausência do docente. O olhar destes inspetores estava atento aos modos de comportamento da comunidade discente de forma geral, contemplando desde o zelo pelas instalações físicas até a postura nos locais de convivência e ensino do Colégio, fatores importantes para a construção do indivíduo.

Desse modo, uma das atribuições específicas do corpo fiscalizador do Colégio incidia em verificar a obediência dos estudantes em seguir as orientações quando ingressassem em sala de aula e naquele espaço, ocupar o lugar definido pelo inspetor ou professor sendo responsável pela conservação de seu lugar de estudo, onde qualquer problema estrutural que não tenha sido causado pelo estudante deveria ser informado ao citado fiscal para que este não imprimisse penalidades eventualmente indevidas. Além da inspeção da preservação patrimonial por parte do aluno, a questão comportamental igualmente figurava entre as tarefas inspetoriais, em que era observado o cumprimento dos alunos quanto às determinações regimentadas que estabeleciam a estes sujeitos:

- [...] i) Entrar para as aulas e delas sair em ordem e silêncio;
- j) Manter durante as aulas o silêncio, o socego e a atenção[...]
- k) Portar-se nos pátios do recreio com a moderação convenientes a meninos e moços de boa educação, evitando as manifestações ruidosas, com gritos e aglomerações.
- [...] m) Erguer-se de seu lugar, em atitude correta, quando levantar ou sair o professor, ou quando entrando ou saindo qualquer pessoa (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 2).

Perante a determinação destes modos de se portar, também foram fixados comportamentos considerados proibidos e interpretados como atos de desobediência à ordem na instituição. Entre esses, destacam-se a saída do aluno de sala sem autorização do professor

ou inspetor, transitar pelas dependências do Colégio fora do horário permitido e sem a permissão da direção, promover manifestações coletivas sem o consentimento da autoridade escolar, além disso, proceder em condutas desrespeitosas para com os colegas ou o próprio prédio institucional, como classificam alguns itens do seu regulamento:

- [...]p) Ultrapassar, no pátio de recreio e nas imediações do estabelecimento, os limites da boa educação, assobiando, gritando, vaiando, jogando pedras, danificando o edifício e o material, bem como os livros próprios e os dos colegas.
- [...]u) Formar grupo ou produzir algazarra às portas e nas imediações do estabelecimento (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 2).

Ainda de acordo com o regimento em tela, o descumprimento das prescrições supracitadas e outras infrações cometidas estavam sujeitas a penalidades aplicadas segundo a gravidade das ocorrências, incluindo repreensão, suspensões e, em casos mais extremos, a expulsão. Considerando a dimensão das faltas, o artigo 118 definia que as punições poderiam ser impostas dentro ou fora da sala de aula, em público ou acentuadas em caso de recidiva, procedendo conforme os incisos abaixo:

- [...] a) Repreensão ou exclusão da sala de aula; [...]
- c) Repreensão em particular ou perante os alunos reunidos na série ou de todo o estabelecimento;
- d) Exclusão do Ginásio por três a oito dias.
- [...]f) Suspensão dos estudos por um ou dois anos ou eliminação do Ginásio, nos casos de insubordinação ou prática de atos imorais (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 2).

O artigo seguinte elucidava os motivos específicos que incorriam na aplicação das penas acima, os quais relacionavam-se ao baixo desempenho escolar, ao comportamento inadequado ou ao desrespeito aos colegas. A punição a essas atitudes demonstra quão valorosos eram os preceitos disciplinares e da ordem, que deveriam ser refletidos no comportamento e nas atitudes entre os alunos, destes com os docentes e demais funcionários, assim como com as instalações da instituição. Dessa forma, algumas das razões passíveis de repreensão estabelecidas pelo artigo 119 tratavam de punir os ginásianos que:

- [...] b) Por faltarem ao respeito que devem ao diretor ou a qualquer membro da corporação docente;
- c) Por desobediência da às prescrições feitas pelo diretor ou por qualquer membro da corporação docente;
- d) Por perturbação da ordem, procedimentos desonestos na aulas, no recinto do Ginásio e suas instalações; [...]
- f) Por inscrição de qualquer espécie nas paredes do edifício do Ginásio ou destruição dos anúncios neles afixados (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933, p. 2).

As edições regimentais de 1943 e 1946, de modo geral, reproduziram as normas disciplinares tratadas pelo dispositivo legal anterior, fixando as proibições, permissões e penalidades cabíveis, visando, de maneira holística, garantir o bom comportamento do estudante ginasiano. O cultivo desta característica também seria válido para além do Colégio, pois a exigência de disciplina dos estudantes estipulada em caráter regimental também era partilhada com a família dos alunos, que, em alguma ocorrência, era comunicada pela escola, segundo indicava o artigo 46 da última edição regimental, o qual informava: “[...] Aos pais, tutores ou responsáveis do aluno será sempre dado conhecimento, em carta especial do Diretor das penas que ao mesmo hajam impostas” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1946, p. 3).

Sendo uma construção iniciada nos muros da instituição escolar, a determinação de um aluno de condutas corretas não admitia certos comportamentos considerados proibidos na rotina do estabelecimento, logo, estes foram classificados de tal forma no dispositivo legal de 1943, que manteve algumas ações definidas como ilegais desde o documento anterior, ampliando o conjunto de atitudes impróprias quanto ao modo individual do aluno, ao convívio e respeito deste com os demais colegas, professores e o corpo administrativo da instituição. Assim, do conjunto de modos categorizados como irregulares, podemos destacar:

- [...] e) utilizar-se de livros e objetos dos colegas, sem o devido consentimento;
- f) promover conscientemente, não estando em recreio, a hilaridade dos colegas;
- g) permanecer desatento á explicação ou perturbar a atenção de seus colegas;
- [...] j) permanecer fora da sala de aula de sua turma, quando em funcionamento;
- k) perturbar o silêncio e as aulas (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 7).

Embora os regimentos da década de 1940 apresentem confluência na temática disciplinar, a edição de 1943 apresenta maior detalhamento em algumas pautas inerentes a essa questão, a exemplo da instauração de um inquérito disciplinar como mais um dispositivo de correção de condutas para a instituição. Devidamente caracterizado como um processo, era presidido pelo diretor, responsável por sua organização no tocante às partes envolvidas e possíveis provas que justificassem a investigação mais profunda das responsabilidades entre os alunos ou entre discentes e outros membros do grupo escolar envolvidos na situação.

Sendo a medida disciplinar mais rígida do Colégio, o inquérito dispunha de todo um ritual processual disposto pelo referido regimento, que definiu os passos a serem seguidos, como ilustram os artigos 129 a 131 sobre as funções dos envolvidos:

- Art. 129 - Se o Diretor julgar que o fato merece as penas indicadas [...] mandará abrir inquérito, arrolando as testemunhas do fato, sobre o qual será ouvido o acusado.
 § 1º. A convocação para o inquérito disciplinar será feita pelo Diretor, e por escrito.

§ 2º. Durante o andamento do processo, o acusado não poderá ausentar-se, nem lhe será permitido transferir para outro instituto.

§ 3º. Das decisões disciplinares do Diretor, só caberá recurso ao chefe do Poder Executivo.

Art. 130 - O Diretor aplicará as penas que julgar necessárias quando o aluno cometer quaisquer faltas não previstas neste Regimento.

Art. 131 - O professor comunicará à Diretoria todo castigo imposto ao aluno [...] (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 8).

Entre os fatos sujeitos a este tipo de investigação, podemos elencar: desordem durante as aulas, casos de insubordinação com professores, indisciplina e outras razões, que a depender das autoridades escolares, poderiam culminar em medidas repressivas, que conseqüentemente prejudicariam a jornada formativa dos estudantes do Colégio Paes de Carvalho. Assim, durante o levantamento das fontes, identificamos um volume intitulado de *inquéritos escolares*, os quais registraram detalhadamente as ocorrências mais graves verificadas no estabelecimento entre os anos de 1940 e 1947.

Do conjunto desses materiais, destacamos um inquérito que investigou um incidente definido como um caso de tumulto em sala de aula, ocorrido em um grupo de alunos da 4ª turma do referido Colégio, provocado por brincadeiras constrangedoras denunciadas por outro estudante. O caso foi detalhadamente investigado e se estendeu por alguns dias, gerando muitas páginas que apresentavam um padrão de descrição e a indicação dos envolvidos.

O fato gerador do tumulto tratava-se de ofensas proferidas ao jovem Floro, estudante da quarta turma da 3ª série ginásial, o qual denunciou à direção do Colégio estar sofrendo provocações de colegas quanto à honra de sua namorada. Tal situação acabou por desencadear intensas discussões entre o referido aluno e um colega, até alcançar as vias de fato, em virtude dos insultos verbais e da produção e troca de bilhetes com conteúdos obscenos em relação à moça, razão final que levou à queixa do aluno:

[...] Floro Alexandre Bastos por injúrias escritas em pedaços de papel, pilheiras de mal gosto, atribuídas aos peticionários, V. Excía., mui criteriosamente, ordenou a abertura de rigoroso inquérito no qual o digno professor José Alves Vêras, com justiça, concluiu pela responsabilidade de uns e conivência de outros (*Ginásio Paes de Carvalho*, 1940, p. 1).

Após as investigações e comprovação das responsabilidades, o grupo de estudantes foi suspenso pela congregação da instituição por 30 dias. Para poder participar da última prova parcial, o grupo comprometeu-se diante do diretor do ginásio:

[...] que jamais se envolverão em casos semelhantes ou em quaisquer outros proibidos pelo regulamento em vigor; e do mesmo passo se comprometem a dar exemplo de disciplina, ordem, compostura e amôr ao estudo, em prol do bom nome

desse Ginásio. [...] sem constrangimento pedem, por equidade, se digne V. Excia. fazer reunir a Congregação, afim de relevar o resto da pena de suspensão em que se encontram (Ginásio Paes de Carvalho, 1940, p. 1).

Outro inquérito interessante tratou sobre a insubordinação de outro grupo de alunos ginásianos com o porteiro do Colégio, que foi considerado pela direção como um fato grave, que acusara 3 alunos da classe didática de medicina. Contudo, atribuiu-se a pena máxima de desligamento institucional apenas a um estudante por apresentar comportamento de total desrespeito para com o corpo funcional do estabelecimento. Tal medida foi tomada em razão do depoimento do porteiro em relação a Alvaro de Souza, aluno que, no dia 13 de maio de 1941, entrou naquela instituição:

[...] em avançado estado de embriaguez [...] proferiu no momento (textuais) ‘vim aqui para dar um murro no Carlito, querendo referir-se ao professor de desenho, Carlos de Azevedo; que o declarante convidou o referido aluno a retirar-se, a que a princípio não se opôs ao convite, mas, ao chegar a porta [...] convidou o respondente para com ele lutar na rua; que nesse momento, o respondente o pegou pelo braço e o acompanhou até a esquina da rua João Diogo, mandando que fosse embora; que foi nessa ocasião que viu muitos estudantes aglomerados nas cercanias do Ginásio, e também um poste atravessado sobre as linhas do bonde (Colégio Paes de Carvalho, 1941, p. 1-2).

Neste inquérito, ainda foram arrolados mais dois alunos, Silvio Teixeira e Pedro Bentes, apontados como componentes do grupo de alunos que causou tumulto na rua, quando o estudante Alvaro foi conduzido para fora do Colégio. Por terem sua participação indireta apontada pela investigação da citada situação, a dupla de alunos afirmou veementemente que não estiveram envolvidos no fato. Essa declaração, de certa forma, foi corroborado por algumas das testemunhas, como aponta o depoimento do funcionário Mário Melo:

[...] na tarde de treze do corrente, achava-se o respondente em serviço na aula de química, quando teve sua atenção voltada para certo barulho que se fazia na rua; [...] que viu nesse momento, para o lado da rua João Diogo, muitos estudantes colocando um poste de ferro sobre os trilhos. Que assistiu quando um bonde da linha Batista Campos, parou deante do poste, impossibilitado de progredir a viagem; que do lugar onde se achava o respondente não pode distinguir se havia chefe desses desatinos; que não conhece os estudantes Silvio Teixeira e Pedro Bentes, e nada soube a respeito de suas condutas (Colégio Paes de Carvalho, 1941, p. 4).

Além do registro via inquéritos escolares, as medidas de disciplinamento também eram publicadas pela imprensa, reforçando, assim, a relevância do indivíduo ordeiro e obediente no período. Geralmente, a divulgação destas ações se constituía por uma listagem de alunos e a correspondência de classe, detalhando o tempo de suspensão, que poderia variar conforme o grau de participação do aluno em determinada situação ou também do quantitativo de

envolvidos, de acordo com o exemplificado na nota produzida pela secretaria da instituição e que seria encaminhada para publicação na imprensa em abril de 1944:

[...] Por medida disciplinar encontram-se suspensos os seguintes alunos: por quatro dias- Antônio Areas Filho, Reinaldo Ver-Valen e Emilio Fernandes Corrêa. – Por cinco dias- Todos os alunos da 3ª série, 1ª turma do curso Científico e os da 2ª série do curso Clássico, bem assim, os da 3ª série, 2ª turma do curso Científico, com exceção de Isaac Soares, Joaquim Menezes, Wadi Charone, Orlando Cardoso de Brito e Elias Azulai (Colégio Paes de Carvalho, 1944, p. 1).

Quando divulgadas nos jornais, estas notas eram anunciadas na sessão *estabelecimento de ensino*, com o título de “medidas disciplinares”, e da mesma forma como recebiam do Colégio, apresentavam a relação de estudantes suspensos e a duração de suas penalidades expedidas pelo diretor. A edição do Jornal *O Liberal*, de 1947, na página 2, ilustra essas informações, e um fato nos chama atenção nesta publicação: a extensa listagem de discentes designados a cumprir as punições.

Figura 19 – Medidas disciplinares aos alunos do Colégio Paes de Carvalho publicadas no Jornal *O Liberal* (1947)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Também observamos o mesmo formato de notícia no Jornal *A Província do Pará*, no ano de 1947, quando a direção do Colégio aplicou medida de suspensão para um grupo de alunos, diferenciando quanto ao período de sua vigência. Contudo, observamos que a severidade das medidas foi direcionada aos rapazes que foram afastados por tempo maior, quando comparada à aplicação da penalidade destinada às moças, que eram impedidas por um curto período. Como informou o jornal, naquela turma, estavam:

[...] suspensas por 3 dias as alunas Terezinha Leitão, Terezinha Maciel, Oneide Paulala, série ginásial; por 5 dias os alunos Célio Nazareno Valente Ataíde e Joaquim Rodrigues Porto, da primeira série do Curso Clássico; [...] por 5 dias, os alunos Armando Silva, Antonio Torrinhos, Agenor Rodrigues Antônio Castro, Alvaro Silva, Aloisio Amorim e Aluisio Pinto (*A Província do Pará*, 1947, p. 4).

Este conjunto de penalidades regulamentadas confere com a reflexão feita por Castanha (2009) quando sinaliza que as punições constituem a outra face das chamadas práticas disciplinares, as quais são completadas pelas premiações. Assim, tais práticas conformam-se em componentes essenciais da proposta educativa. Nesta mesma direção, a realização destas ações corretivas se mostrava como meio eficaz de edificar “[...] determinados valores na população escolar e, por meio dela, na sociedade” (Castanha, 2009, p. 256).

As características destas práticas de disciplinamento revelam ainda uma espécie de aperfeiçoamento deste conceito quando compreendido como um mecanismo punitivo àqueles que, em alguma medida, transgrediram o objetivo de composição de uma comunidade escolar pacata e civilizada, pois, na realidade da Era Vargas, as ações, visando ao disciplinamento, pretendiam reforçar as questões morais, uma vez que, na passagem do século XIX para o XX, acompanhando a evolução dos métodos de ensino, concepções pedagógicas e científicas, as punições praticadas no ambiente escolar desenvolveram suas estratégias de execução, dando foco para as responsabilizações morais e desprezando as físicas (Castanha, 2009).

Estas estratégias morais, além de serem evidenciadas pelas práticas de suspender ou repreender, podem ser demonstradas por outras formas que incitavam a adoção do bom comportamento estudantil, materializado, por exemplo, em sua frequência na instituição, pois, assim como a direção do Colégio Paes de Carvalho divulgava nos jornais a relação de alunos suspensos, os alunos faltosos tinham seus nomes encaminhados para veiculação na mídia local. Observamos o registro de tal prática na coluna *Vida Escolar* do Jornal *A Província do Pará*, de 1949, o qual listou este grupo de estudantes por não apresentar “motivo justificado”, após indicar os alunos penalizados, apontando turno e série correspondentes:

[...] Faltaram sem motivo justificado os alunos do 1º e 2º Gi. Terezinha S. Silva, da 1ª e 3ª Gi, Carlos Viana de Almeida, da 1ª Gi, Isaura Vidal Corrêa, da 2ª e 3ª Gi, Arlindo da Silva Lopes, Carlos Alberto A. Vinagre e Flaviano F. de Oliveira [...].

TURNO DA TARDE

Faltaram sem motivo justificado os seguintes alunos: Carlos C. da Rocha, Carlos G. Kalume, [...] Fernando P. Monte, Geraldo Cavalero de Macedo, Antonio Barros, Angelo da Paz, Eloy Cardoso [...] (*A Província do Pará*, 1949, p. 2).

Ainda nesta mesma notícia, foram divulgados os nomes de alunos que não compareceram à aula por motivo de doença ou que se retiraram antes do fim das aulas com a autorização da direção do Colégio. Tanto este grupo de alunos quanto aqueles ausentes sem justificativa plausível representavam o peso da vida escolar para a sociedade, porém, a indicação da falta sem razão na citada matéria poderia sugerir o descuido dos alunos classificados nestes termos para com sua formação escolar e, por isso, a exposição de seus nomes via imprensa podia ser entendida como mais uma forma de penalidade moral, para que a prática de falta injustificada não fosse repetida.

Essa articulação de técnicas morais se justifica por conta de que o controle disciplinar dos alunos teve origem em tempos predecessores, contudo, manteve-se, no século XX, com especificidades voltadas a moldar o comportamento exemplar do estudante, a partir de práticas morais observadas nas fontes regimentais do Colégio, que circulavam entre repreensão, retenção e desligamento. Tais atitudes, segundo Castanha (2009), eram historicamente legalizadas. Isso elucida a adoção pela instituição paraense, haja vista que a tradição de imposições comportamentais era presente nos “[...] regulamentos, com pequenas diferenças de redação do texto” (Castanha, 2009, p. 248).

O cenário de disciplinamento observado nesta instituição paraense demonstrou a sua correspondência ao panorama nacional, que valorizava a formação de indivíduos ordeiros e disciplinados; e o incentivo à disciplina, especialmente no período deste estudo, era direcionado à juventude inserida no cotidiano do ensino secundário, como indicaram as fontes nos parágrafos anteriores. Uma das razões que podem explicar a importância do disciplinamento para a formação dos jovens ginasianos provém da própria legislação nacional, a qual previa a adoção de um regime disciplinar nas instituições educativas secundárias.

Tal previsão foi mais claramente tratada nas linhas da Lei Orgânica do secundário, que postulava a elaboração de um regulamento para ordenar a rotina escolar a partir de diversos mecanismos de organização e, neste caso, as práticas disciplinares. Por isso, o artigo 85 desta lei delibera que os estabelecimentos de ensino secundário deveriam produzir um regimento para “[...] definir de modo especial a sua organização e a sua vida escolar, e bem assim o seu regime

disciplinar, claramente definido para os respectivos corpos docente, discente e administrativo” (Brasil, 1942, p. 15).

Nessa direção, a implantação destas práticas disciplinares no período em tela traduziu a questão do controle dos indivíduos que, durante o governo de Vargas, intencionava sintonizar a mentalidade da juventude para o seu crescimento integral, incentivando o seu pertencimento ao país. Essa estratégia política e cultural seria materializada por meio do ensino secundário, que se configurou como a perfeita ferramenta para socializar os valores que se almejava (Bomeny, 1999).

Em vista disso, o papel do ensino secundário era formar a mentalidade da juventude, pois seria importante que o homem novo se constituísse na adolescência, observando o mundo e encontrando seu lugar neste a partir do convívio com outros jovens no cotidiano educativo do secundário (Bomeny, 1999). Por isso, a questão da disciplina era ponto nevrálgico também no Colégio Paes de Carvalho, visto que qualquer desvio de conduta do jovem aluno prejudicaria as finalidades formativas previstas por este nível de ensino e sua contribuição ao crescimento local/nacional.

Deste modo, a questão da disciplina, segundo Horta (2012), em certa medida, estava relacionada à formação moral e cívica, no sentido de que a juventude deveria ser instruída para formar seu caráter e despertar a consciência patriótica, política, da responsabilidade de defender e colaborar no desenvolvimento do país. Ainda de acordo com este autor, ao estimular a disciplina nos alunos ginasianos, desejava-se despertar neles o compromisso e o empenho ao que realmente era importante naquele período: ideais patrióticos (Horta, 2012).

O regimento interno de 1943 tratava, em seu capítulo IX, sobre a instrução moral e cívica e das questões concernentes levantadas nos parágrafos acima, ressaltando desde as finalidades desta área até o estímulo de valores morais, patrióticos, dignidade e responsabilidade. As linhas desse documento sinalizavam ainda que o docente, ao ministrar essas lições, deveria ter esmero em sua prática, de modo a usufruir satisfatoriamente do tempo para corroborar a importância do ensino desta disciplina como caminho para entender o poder da “[...] continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios e de sua missão em meio a outros povos” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 2).

Para o alcance destes fins, o trabalho pedagógico deveria articular junto aos objetivos do ensino secundário de formar as individualidades condutoras dotadas de vontade, iniciativa e senso de decisão, criar nos alunos ginasianos os elementos fundamentais da moralidade especificados na passagem do artigo 28, que eram importantes à constituição de cidadãos

pacíficos, quais sejam: “[...] o espírito da disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 2).

A questão da formação moral e cívica foi pontuada por França, Alves e França (2021), quando versam que esta instrução deveria se fazer presente em todo o curso secundário, o ensino e a aprendizagem deveriam ser permeados pelo espírito patriota de pertencimento e responsabilidade com a pátria. Tais argumentos condizem com as orientações presentes no citado dispositivo legal, uma vez que este aponta não haver a existência de um programa de ensino para a disciplina, porém, esta deveria habitar por todas as lições tratadas na instituição, sem delimitação de carga horária, característica que endossa o valor desta formação a qual:

Art. 29 - [...] resultará a cada momento, da forma de execução de todos os programas que deem ensejo a esse objetivo, e de um modo geral do próprio processo da vida escolar, que em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 2).

Diante deste propósito, esperava-se formar a chamada consciência patriótica nos estudantes por meio dos estudos históricos e geográficos em todas as classes e cursos ofertados no Colégio Paes de Carvalho, os quais procuravam trabalhar os problemas essenciais do Brasil. Por isso, o § 3º do artigo supramencionado resolvia que “formar-se-á a consciência patriótica de modo especial pela fiel execução do serviço cívico próprio de juventude brasileira, na conformidade de suas prescrições” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 2).

Helena Bomeny (1999) reforça a lógica do disciplinamento no ensino secundário ligada à consciência patriótica, mas ainda acrescenta que a questão da formação de um indivíduo responsável e dedicado ao país foi mais notável na vigência do Estado Novo, quando os objetivos para educação da juventude indicados anteriormente almejavam, naquele contexto, construir o homem novo para o regime de Vargas.

A educação moral e cívica figurou como mais uma vertente de controle, pois, desde as suas origens no currículo do secundário, havia o intuito de ensinar retamente os indivíduos em seus deveres cidadãos na família, escola e sociedade. No entanto, nos anos de 1930, as lições desta área foram suspensas de certa forma porque os objetivos de tal moralização não atendiam às finalidades políticas getulistas que, segundo Horta (2012), eram ligadas a mudanças na organização política brasileira, e a proposta de educação cívica em vigor antes da instauração da Segunda República estava voltada ao reconhecimento dos direitos dos sujeitos em todas as esferas, fato que seria um problema para as aspirações políticas do governo.

Assim, a exclusão desta disciplina do programa por ordem do então ministro Francisco Campos não encontrou resistências, e o ensino dessa matéria já no governo provisório, do ponto

de vista da gestão federal, deveria ser alcançado por outras vias, como os conteúdos do cinema, do rádio e do desporto (Horta, 2012). O protagonismo da formação moral e, sobretudo, cívica ampliou-se a partir de 1934, quando, em seus diversos discursos em defesa do país, visando afastar a “ameaça comunista”, promoveu uma campanha de saneamento moral, tendo o ministério da educação e cultura como uma das frentes, que, em sua política de civismo e moralidade, objetivava o melhoramento físico, moral e intelectual da juventude. Portanto, “[...] Getúlio Vargas afirma ser urgente e necessário que ‘na obra educacional o estado democrático assuma a sua posição defensiva’” (Horta, 2012, p. 133).

Nessa direção, educar, naquele contexto, também era sinônimo da manutenção da ordem, e a reinserção das lições de moral e cívica seria fundamental. Logo, como trilha para o disciplinamento, o ensino desta área do conhecimento seria inscrito em um tipo de pedagogia cívica, a qual, segundo Horta (2012), se ocuparia em tratar da moral dos atos humanos, que, no parecer das autoridades políticas da época, deveria integrar o Plano Nacional de Educação pensado e declarado por Vargas.

Destarte, Horta (2012) ainda ressalta que a presença dos estudos da moral e cívica, como meio de instrução disciplinar constituidora do caráter humano, seria tão valiosa no programa do secundário quanto a formação intelectual e física. Por isso, a educação moral, na perspectiva do ministério competente, deveria dispor de considerável carga horária nas atividades escolares das instituições educativas em todo território nacional. Isso ficou evidente na rotina do estabelecimento paraense, que, nas suas linhas regimentais, orientava a grande frequência dos estudos desta área do conhecimento no seu programa curricular sobre humanidades.

Desse modo, a aplicação destes dois grandes conteúdos no secundário estaria inscrita nos trabalhos da disciplina de História do Brasil e, em relação às lições sobre moral, seriam distribuídas em parte teórica e prática, em que a primeira dizia respeito ao estudo da ética geral, compreendendo estudos sobre o homem e suas atitudes, regras morais, virtudes, leis e outras questões inerentes; e a segunda consistia no conhecimento da vida dos grandes homens e seus feitos para o país ou o mundo, bem como do trabalho das instituições de recolhimento e apoio para incentivar a prática de boas ações (Horta, 2012); temáticas que podemos relacionar aos chamados problemas primários do Brasil, assinalados nos artigos do regulamento do Colégio Paes de Carvalho trabalhados anteriormente.

Em relação à educação cívica, o ensino precisaria corresponder ao informe dos deveres do indivíduo como cidadão, buscando cotejar suas ações com o ambiente patriótico para reforçar o compromisso da população em quesitos políticos, econômicos, fiscais, educativos, etc., coincidindo no ensino teórico. Quanto às lições práticas, Horta (2012) definiu que a

“educação cívica prática” trataria da inserção dos alunos na vida pública, na visitação a prédios públicos e militares, assim como na prática de hinos nacionalistas e contato com obras que privilegiassem temas e feitos históricos para o Brasil.

Tanto as medidas disciplinares quanto as ações de ensino voltadas a este mesmo fim podem ser cotejadas ao conceito de cultura escolar discutido por Souza (2013), uma vez que tais ações aplicadas aos alunos ginásianos se caracterizaram como dispositivos disciplinares que estavam contidos nos chamados aspectos internos da escola, que, para funcionarem devidamente, estavam sujeitos a regras de atuação, as quais, sendo cumpridas ou desviadas, conseqüentemente, seriam punidas ou gratificadas. Compondo os traços internos da escola, estas práticas de disciplinamento podem igualmente ser relacionadas à cultura escolar do Colégio, em razão de representarem as chamadas regularidades institucionais, fator que, segundo Souza (2009b), está incluso no referido conceito e que seria sinônimo do pleno funcionamento do cotidiano da instituição.

Também é possível considerar as especificidades das práticas de disciplinamento do Colégio Paes de Carvalho sob a perspectiva analítica de Julia (2001), pois, como elementos da cultura escolar, neste caso, do secundário e, conseqüentemente, do estabelecimento paraense, tratam justamente da questão da imposição de comportamentos correspondentes a um determinado fim, que seriam empregados a partir de mecanismos produzidos para este objetivo, tais como as suspensões ou expulsões. Ainda com base neste autor, conhecer as práticas de controle estudantil nos permite desvendar parte da “caixa-preta” da instituição por constituírem-se em um dos atributos do cotidiano escolar com potencial efetividade de cumprimento da formação pacífica dos jovens ginásianos.

Viñao Frago (1995) também contribui para o entendimento destes atos de disciplinamento no contexto da cultura escolar quando sinaliza que este conceito comporta a vida escolar de um modo geral, em que as citadas práticas estão relacionadas a atividades ocorrentes entre os professores, o corpo administrativo e os alunos, reforçando, mais uma vez, a importância do valor e estudo das práticas cotidianas escolares, as quais são marcadas por “[...] *prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos - la historia cotidiana del hacer escolar -, objetos materiales -función, uso, distribución en el espacio, materialidad física [...] y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas*” (Viñao Frago, 1995, p. 68-69).

Podemos articular ainda que a execução dessas medidas corretoras tem relação com o debate de *culturas escolares* tratado pelo mesmo autor, de modo que o ato de punir, instruir em valores morais e cívicos corresponde a uma cultura mais particular, a do disciplinamento, inscrita na cultura escolar entendida por Frago (1995) como um termo amplo no qual atinge

além das normas escolares, considerando os hábitos e demais fatores que compõem o fazer educativo. Assim, para Viñao Frago (2008), o comportamento compunha as formas de fazer e pensar presentes em sua definição conceitual de cultura escolar, a qual disserta sobre:

un conjunto de teorías, ideas, principios, normas, pautas, rituales, inercias, hábitos y prácticas (formas de hacer y de pensar, mentalidades y comportamientos) sedimentadas a lo largo del tiempo en forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas en entredicho, y compartidas por sus actores, en el seno de las instituciones educativas (Viñao Frago, 2008, p. 22).

Além de integrar a cultura da escola, estas providências disciplinares podem ser vistas como práticas educativas, porque as ações de controle realizadas no âmbito deste Colégio referem-se a atividades que proporcionaram uma formação mais abrangente e capaz de intervir de maneira importante nos modos de ser de cada estudante, ou seja, contribuem para a “[...] formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social, das virtudes morais e dos valores cívicos-patrióticos” (Souza, 2009b, p. 83).

Outra razão para classificar estas práticas de moderação como educativas reside no fato de que tanto as medidas quanto as lições de moral e cívica tinham a função de complementar os objetivos pedagógicos traçados pela proposta do ensino secundário no período em tela, os quais foram acompanhados por outras atividades disciplinares, cívicas e de fundo artístico, que foram importantes para a lógica secundarista e serão analisadas no item seguinte.

4.2 Desenvolvendo corpos e mentes: o papel da instrução pré-militar e da educação física

De acordo com a legislação federal, as atividades da educação física deveriam ser ministradas diariamente, em um período de 30 a 45 minutos, e os exercícios eram direcionados por meio de prescrições provindas do Centro de Educação Física do Exército. É importante lembrar que, em relação à normalização da educação física, mesmo tendo sido atribuída ao Ministério da Educação, os fundamentos a serem trabalhados foram produzidos pelos militares por meio do supracitado centro militar, o qual, entre suas funções, poderia formar instrutores civis/professores de educação física (Horta, 2012). Além de formar professores civis, este centro ainda incluía, em suas lições, o ensinamento sobre moral e cívica, habilitando, portanto, estes novos docentes a serem difusores do espírito da ordem e disciplina para os alunos, neste caso específico, dos jovens ginásianos (Castro, 1997).

O ensino desta matéria para o exército estava articulado à ideia de defesa nacional e uma das razões para isso se justificava pelo fato de que, nas primeiras décadas do século XX, “[...]”

a educação física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar” (Castro, 1997, p. 3). Além disso, outra questão pertinente diz respeito à estreita relação entre a dita disciplina e o exército, que foi influenciada, mesmo antes do período que analisamos, pela experiência francesa, a qual também sistematizou suas atividades físicas junto às forças militares (Castro, 1997).

A presença militar na liderança dessa disciplina também foi notada no Colégio Paes de Carvalho, a partir das lições de instrução militar, que estava sob a responsabilidade do Ministério da Guerra. No cotidiano da instituição paraense, o governador do Pará, Dr. Eurico de Freitas Vale, informou, em sua mensagem à Assembleia Legislativa, que o ensino pré-militar “[...] foi regularmente dada sob a direção de um inferior do Exército, tendo a 24 de Junho prestado juramento à Bandeira uma grande turma” (Pará, 1930, p. 95).

A incorporação da essência militar nas lições de educação física do estabelecimento paraense também foi registrada em seu regimento interno de 1943, que trazia, no capítulo VII, intitulado *Instrução pré-militar*, as diretrizes que tornavam sua prática aliada à referida disciplina, que era obrigatória a todos os alunos do sexo masculino de idade entre 12 e 16 anos, dos quais estariam dispensados apenas os casos comprovados de inaptidão física. Quanto à organização pedagógica, o referido dispositivo legal resolvia que:

[...] Parágrafo único- As diretrizes pedagógicas da instrução pré-militar serão fixadas pelo Ministério da Guerra.

Art. 21 - É obrigatória a frequência aos exercícios de instrução pré-militar, nos mesmo termos e sob sanções em que o é a Educação Física. Só será justificada, a juízo do instrutor, a falta verificada por motivo de moléstia, ou de nojo em consequência de falecimento de pessoa da família (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 2).

A obrigatoriedade da frequência nesta atividade era prevista desse o ensino primário, uma vez que, para o governo do estado, as lições militares, aliadas às demais práticas de educação física, simbolizavam uma nação civilizada, endossando as raízes europeias de concepções e organização das atividades desta área, adotadas ainda no século XIX, de modo nacional e local (Da Silva, 2015).

Os artigos seguintes reforçam a liderança militar desta disciplina quando indicam que a frequência estudantil obrigatória também seria controlada pelos militares, que o fariam a partir da relação de alunos inscritos, entregue pelo diretor do Colégio ao comandante da Região Militar no início do ano letivo, contendo as informações básicas de cada um. Aos alunos matriculados só seria conferida a conclusão do curso secundário quando obtivessem êxito na instrução pré-militar (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1943).

Sob a liderança do Exército, a educação física era vista pelos militares como meio de introdução desta instituição no cenário educacional e social brasileiro, e a consolidação da disciplina, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência, permitiu às forças militares controlar o que Castro (1997) definiu como “corpo da nação”, por meio das práticas estabelecidas na citada área de conhecimento. Assim, o curso dessa disciplina seguia suas atividades com o intuito de garantir o chamado “adestramento físico”, o qual, por meio do método de ensino Francês, objetivava preparar os jovens para cumprir seus compromissos perante a economia e a defesa do país. Ainda de acordo com este mesmo autor, a adoção deste método de ensino seguiu a lógica da origem europeia de sistematização desta disciplina no Brasil, privilegiando a prática de exercícios de ginástica, que foram massivamente utilizados nos estabelecimentos de ensino secundário (Castro, 1997).

Além do caráter militarista presente nas atividades de educação física desta instituição, sua organização também foi marcada por práticas que buscavam evidenciar a premissa do corpo forte e sadio, que foi materializada na realização de exames médicos realizados no início de cada semestre para averiguar as capacidades físicas dos alunos, conforme aponta o trecho do relatório da disciplina enviado ao inspetor federal em 1949:

Foram realizados 2 exames, sendo que o primeiro no 1º semestre, para classificação de turmas homogêneas e isolamento de alunos incapazes para a prática de exercícios físicos, outro no 2º semestre com a finalidade de apurar resultados obtidos com os exercícios e separar aqueles que não deveriam fazer provas práticas (Colégio Paes de Carvalho, 1949, p. 1).

Oficialmente denominados de exames biométricos, as condutas médicas aplicadas na rotina escolar deste estabelecimento podem ser relacionadas, de certa forma, às inspeções médicas efetuadas no ensino primário no Pará, haja vista que igualmente se tratava de uma perícia ampla, que procurava possíveis doenças físicas ou contagiosas (Da Silva, 2015).

A adoção da conduta descrita no excerto estava amparada pelo regimento interno, o qual, além de definir a obrigatoriedade deste curso, determinava alternativas para os estudantes considerados incapacitados de executar as atividades práticas ordinárias, que seriam avaliados por meio de exercícios adaptados, uma vez que esta disciplina “[...] far-se-á com permanente assistência médica” (*Diário Oficial do Estado do Pará*, 1944, p. 2). Outra prática descrita neste relatório e legalmente fundamentada consistia na divisão por sexo, a qual definia os grupos em seções masculinas e femininas, que, na realidade, funcionavam apenas por questão organizacional, pois os procedimentos eram indiferentes quanto ao gênero.

Além da disposição das atividades inerentes à disciplina, neste relatório, também foram registradas as condições de realização das práticas de educação física, as quais, segundo o docente responsável, no ano de 1949, enfrentava dificuldades por falta de espaço e material necessário; fato que contrasta com a relevância deste tópico para a formação nos parâmetros do ensino secundário no período. Em um destes documentos, foi informado que os programas de trabalho foram organizados conforme a lei, mas que só puderam ser executados após o início do período escolar por falta de infraestrutura:

[...] levando em conta a área disponível e a quase ausência de aparelhagem fixa necessária, sendo de notar que ditos programas foram feitos somente para o 2º semestre, quando realmente começaram nossos trabalhos[...].

PROVAS PRÁTICAS

Deixaram de se realizar em virtude de dois fatos que honestamente cito: 1) o número reduzido de sessões havidas e a falta de frequência às mesmas; 2º) área exígua e completamente desaparelhada. [...]É tão desconfortável a área que sugerimos ao Diretor que desloque a prática de educação física para outro local onde, pelo menos, tenhamos espaço suficiente para desenvolver uma lição completa com turmas de 50 alunos (Colégio Paes de Carvalho, 1949, p. 1).

Neste mesmo relatório, o professor regente ainda responsabiliza o governo estadual pelas precárias condições de execução desta disciplina, apontando a falta de empenho do poder público para estruturar o estabelecimento. Esta situação perdurou nas atividades, conforme demonstrado em outro relato enviado à inspetoria federal, postulando, mais uma vez, a carência de materiais necessários ao bom funcionamento destas atividades e de incentivo ao desporto, tais como: “[...] campo, trave, pista, bolas para arremesso, fardos e etc., para que possamos dar mais eficiências às sessões de Educação Física, e a realização das provas práticas” (Colégio Paes de Carvalho, 1949, p. 1).

O uso e a solicitação dos materiais citados reforçam os princípios fundamentais das aulas desta disciplina no período em tela: o privilégio de exercícios ginásticos, visando ao fortalecimento do corpo, haja vista que esse era o foco das discussões que centravam seus esforços nas questões referentes ao higienismo, tendo em vista que:

[...] As exigências com base nos cuidados higiênicos da formação física, moral e intelectual dos alunos[...] eram coevas com os discursos em torno da afirmação na nação. Logo é preciso é preciso pensar a valorização da educação física como parte de um projeto de reestruturação da cultura nacional (Oliveira; Chaves Júnior, 2009, p. 43).

Além do ponto de vista estrutural, a precariedade de recursos materiais e a disponibilidade de espaço apropriado comprometiam as atividades do Colégio na área por prejudicar as contribuições da educação física para a realização da chamada “educação da

modernidade”, a qual, segundo Oliveira e Chaves Junior (2009), remete, por exemplo, à expansão das possibilidades de escolarização e das condições saudáveis.

As complicadas condições estruturais do Colégio, em certa medida, interferiam nos propósitos militares incutidos na educação física, pois a falta do espaço adequado e recursos materiais limitava o trabalho docente, que, na perspectiva do exército, deveria atuar “[...] com o fim de tornar o Brasil de nossos filhos e netos mais forte que o dos nossos pais e avós” (Castro, 1997, p. 12). A falta de recursos para o pleno andamento da disciplina igualmente comprometia o seguimento do método francês, também chamado de ginástica francesa, a qual prezava pelo desenvolvimento físico e moral, fatores importantes à formação civil e militar, com base na ideia de constituir o cidadão-soldado. Logo, “[...] o Método Francês, [...] correspondia não apenas a um modelo ginástico, mas a um sistema de ensino, disseminador de um conjunto de princípios e procedimentos para o desenvolvimento da Educação Física nos estabelecimentos de ensino militares e civis” (Corrêa, 2009, p. 65).

Diante disso, o método francês basicamente consistia em um conjunto de exercícios que trabalhavam habilidades de corrida, força física dos membros inferiores e superiores, de modo que o desenvolvimento destas habilidades objetivava trabalhar os sistemas do corpo humano de forma geral, buscando fortalecê-lo, e não mudanças meramente estéticas (Da Silva, 2015). Por isso, as aulas deveriam ser organizadas de forma a contemplar lições introdutórias até as finais, assim a “[...] diferença da lição destinada para cada grau seria o número de elementos selecionados para cada parte da lição, a intensidade de cada um deles, além dos objetivos que se desejava alcançar com a aplicação de cada exercício” (Da Silva, 2015, p. 133).

Ainda de acordo com Da Silva (2015), o referido método foi introduzido no contexto paraense por meio do departamento de educação física, fundado em 1933 pelo interventor Magalhães Barata⁸, o qual fixou este procedimento e regulamentou o ensino de educação física no estado. Seguindo a lógica nacional, este departamento foi confiado à gestão militar do capitão Orlando Torres, que acompanhava as orientações da Escola de Educação Física do Exército e, assim, fiscalizava e organizava as normas de realização da disciplina, bem como ditava a formação de professores para esta área do conhecimento (Da Silva, 2015).

Junto às informações de carência material, os professores também registravam o quantitativo de alunos e alunas por turma organizados por ciclo e série após os exames, bem

⁸ Joaquim de Magalhães Barata, político e militar, foi interventor no Pará (1930-1935) por ordem do presidente Getúlio Vargas. Seu governo foi semelhante à gestão federal: populista e atuante. Para mais informações sobre o chamado tempo do “Baratismo”, sugerimos a leitura do texto *Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935)*, de Edilza Fontes (2013).

como o andamento possível das sessões por conta das dificuldades estruturais insistentemente relatadas, limitando-se, por exemplo, a prática do atletismo e outras modalidades que não necessitassem de grande aparato. Mesmo com tais percalços, o ano de 1949 ainda compôs em torno de 8 turmas femininas; já o quantitativo de grupos masculinos não foi contabilizado pelo professor responsável (Colégio Paes de Carvalho, 1949).

Além de serem orientadas pelas diretrizes do Exército, as atividades de educação física do Colégio Paes de Carvalho também eram direcionadas por um departamento desportivo, fundado na própria instituição e regido por um regulamento interno, no qual, entre seus artigos, visava estimular a prática física. A criação deste setor, em 1947, foi massivamente parabenizada pela imprensa paraense por ser uma importante iniciativa de estímulo ao esporte, que possibilitava a realização e o sucesso dos estudantes em modalidades pouco praticadas na época, como vôlei, futebol e natação, por isso a notícia jornalística destacou que:

[...] Fazia-se sentir, entretanto, a necessidade de órgãos especializados que dirigissem o movimento nos colégios.

Agora, o Colégio Estadual Pais de Carvalho que se destacou sempre nos meios estudantis pelos altos empreendimentos que realiza, não só no setor educacional propriamente dito, como também no esportivo, vem de tomar mais uma louvável iniciativa, [...] Trata-se da fundação do Departamento Esportivo do Colégio, órgão que visa incentivar e regulamentar a prática dos desportos no velho educandário. O regulamento do novo já foi apreciado tendo sido encaminhada cópia do mesmo à Federação Paraense de Desportos, para conhecimento dessa entidade oficial (*A Província do Pará*, 1947, p. 2).

Tal departamento, para mais desta finalidade, também deliberava no artigo 4º que, naquele setor, seriam decididos “[...]sobre os generos de desportos a serem praticados, fixando-lhe a época, o local e demais condições convenientes” (Departamento Desportivo do Colégio Paes de Carvalho, 1947, p. 1).

Assim como deliberavam sobre quais modalidades esportivas seriam privilegiadas, este departamento, liderado pelo diretor do Colégio e o conselho técnico formado pelos professores de educação física, ainda era responsável por aprovar a participação dos times esportivos da instituição em torneios, campeonatos ou jogos amistosos, fossem aqueles ocorridos interna ou externamente. Esta multiplicidade de atuação revela que este setor tinha como princípio sugerir ou promover ações para garantir o “[...] fomento da vida esportiva no Colégio” (Departamento Desportivo do Colégio Paes de Carvalho, 1947, p. 1).

Vale lembrar que a missão de incentivar a vivência esportiva no estabelecimento não se restringia à mera promoção de competições ou partidas. O conjunto de competências do setor esportivo também compreendia tratar de questões técnicas e disciplinares, em razão de que o

esporte, no período em questão, figurava como mais uma via moderadora. Nessa direção, o referido departamento seguiu esta lógica e aplicava penalidades quando julgadas pertinentes e que seriam determinadas pelo diretor esportivo como autoridade maior (Departamento Desportivo do Colégio Paes de Carvalho, 1947).

A observância das punições disciplinares, assim como a organização das atividades gerais esportivas, era sistematizada nas chamadas seções, que se ocupavam em uma única modalidade e buscavam, entre suas finalidades, gerir o andamento das tarefas pertinentes à categoria e, da mesma forma, trabalhar pelo “[...] maior aperfeiçoamento possível de seus jogadores, mantendo-os dentro da ordem e disciplina, aplicando-lhes as penas de sua alçada e propondo ao Diretor Esportivo as que dela excederem” (Departamento Desportivo do Colégio Paes de Carvalho, 1947, p. 2).

A função disciplinadora deste departamento pode igualmente ser relacionada à natureza militar das atividades de educação física no período varguista, uma vez que, durante seu governo, o exército, com suas orientações no referido campo, consolidou-se como uma “instituição educadora do povo”, que, sob as bases da disciplina e segurança nacional, concentrou sua atuação na educação física e instrução pré-militar, de modo que, na condução destas duas áreas, as ações visaram:

[...] atingir os objetivos prescritos como essenciais na formação do futuro soldado, ou seja, preparar as crianças e adolescentes física e moralmente[...]na perspectiva do adestramento físico bem como da difusão doutrinária dos princípios militares, com disciplina, hierarquia e obediência (Corrêa, 2009, p. 60).

Conforme Corrêa (2009), a educação física figurou como um dos problemas a serem fortemente trabalhados no Plano Nacional de Educação, no governo de Vargas, que, sendo organizada e ministrada pelas forças do Exército, seria uma via de produção do disciplinamento, no sentido de garantir o respeito aos regulamentos e às autoridades governamentais, especialmente, no período ditatorial. Esta característica, por um certo tempo, assemelhou o campo da educação física à atividade militar, de modo que a presença dos preceitos militares também se estendeu à formação de professores civis em entidades como a escola nacional de educação física e desportos (ENEFD) (Corrêa, 2009).

Esta instituição formativa se destacou, especialmente, nos anos de 1940, quando agregou novas abordagens à prática da educação física em suas atividades de formação: além de utilizar o método francês, também passou a introduzir a realização de categorias esportivas específicas, as quais seriam aplicadas posteriormente nas instituições secundárias (Castro, 1997). Tal circunstância se fez presente no estabelecimento paraense, conforme sugerem os

trechos dos relatórios e do regimento do dito departamento desportivo, apontando a combinação de atividades de ginástica e esportes.

Em vista disso, podemos inferir ainda que, além de extrapolar os objetivos estéticos, a combinação destas práticas físicas na rotina desta instituição seguia a recomendação de que, em suas atividades desportivas, deveriam trabalhar habilidades físicas e psicológicas correspondentes à “[...] resistência física indispensável para desenvolver um espírito corajoso, capacitado e dedicado para cumprir os deveres morais e cívicos de um cidadão da República” (Da Silva, 2015, p. 92).

A prática de esportes destacava-se no contexto local, pois as modalidades esportivas eram uma das frentes de promoção da vida esportiva do Colégio, a ser realizada pelo departamento competente, correspondendo ao cenário de utilização de novos métodos de ensino, conforme assinalado no parágrafo anterior. Vale reiterar que a execução destas categorias transcendia as aulas de educação física, formando times aptos a competir em campeonatos ou partidas a serem disputadas na própria instituição ou contra times de outros colégios.

Estas competições eram amplamente divulgadas pela imprensa local, que noticiava a participação dos times do Colégio Paes de Carvalho em torneios internos ou externos, geralmente, nas modalidades coletivas, como futebol e vôlei. Identificamos o registro de um torneio de futebol organizado pelo grêmio estudantil deste Colégio em 1944, que foi divulgado na *Folha Vespertina*, na coluna de esportes, como “Grande torneio esportivo estudantil de futebol”, o qual contou com a participação de outros estabelecimentos secundários:

Organizado pelo Centro Cívico Honorato Filgueiras, associação do Colégio Estadual ‘Paes de Carvalho’, terá início, as 14 h de amanhã, na praça de esportes do Paisandú, o Torneio Esportivo de Futebol entre os ‘teans’ dos colégios secundários de nossa capital.

Os jogos de amanhã, que serão de caráter eliminatórios, serão disputados pelos times do Colégio Paes de Carvalho, Ginásios Progresso Paraense, Moderno e Carmo. [...] Amanhã daremos o restante do programa organizado pelo C.E.P.C. (*A Folha Vespertina*, 1944, p. 3).

O programa foi divulgado dois dias depois, ilustrando os demais confrontos a serem realizados pelo Colégio contra outros times escolares, dos quais o referido estabelecimento paraense, mais uma vez, alcançou vitória, mesmo com a formação comprometida. A notícia ainda destaca que esta instituição não participava das fases eliminatórias do torneio, porque sua presença era tida como honrosa para o evento intitulado “Tarde esportiva dos estudantes”, em que o Colégio saiu vitorioso do confronto com a faculdade de direito.

[...] Concorreram ao certame os times dos ginásios Moderno, Progresso Paraense e Carmo em partidas eliminatórias, e os do C.E.P.C e da Faculdade de Direito em prova de honra. [...]

C.E.P.C X FACULDADE DE DIREITO

Depois de uma partida renhida, o C.E.P.C, apesar de desfalcado de alguns de seus elementos, conseguiu levar a melhor, pela contagem de uma bola a zero, ponto esse conquistado quando faltava um minuto para terminar a luta (*A Folha Vespertina*, 1944, p. 4).

Além da realização de competições de forma isolada, as disputas esportivas frequentadas pelos times do Colégio Paes de Carvalho também eram parte de solenidades cívicas ou específicas, como o aniversário da instituição. Uma destas ocasiões, por exemplo, foi registrada em 1941, ano do centenário do Colégio, em que um dos eventos em alusão à data foi a realização do torneio de futebol entre o time deste estabelecimento – que, naquele período, ainda era conhecido com Ginásio – e o ginásio moderno, como noticiou a coluna “No Mundo dos Esportes”:

[...] Como parte do final do programa ingressaram no gramado as turmas do Ginásio e do Moderno para disputarem uma partida de ‘hand ball’. Esta luta revestiu-se de inusitado entusiasmo, terminando com um empate de 5x5.

A partida foi ardorosamente pelejada; e nela, os ginasianos levavam vantagem física sobre seus adversários. Estes, porém, resistiram galhardamente não se deixando abater como julgava a maioria dos presentes, que diziam que a representação do Ginásio havia ganho por 5x4 (*A Folha Vespertina*, 1941, p. 3).

Esta mesma notícia ainda trouxe imagens dos dois times, procurando evidenciar as qualidades físicas destes como atributos para o sucesso de suas atuações, destacando, especialmente, os jovens ginasianos em sua superioridade técnica:

Figura 20 – Time de Handebol do Ginásio Paes de Carvalho – 1941



O Ginásio comprovou a classe de seus jogadores, apresentando se, ótimamente, frente à representação do Colégio Moderno

Fonte: *A Folha Vespertina* (1941).

Outro ponto que chama atenção nestas fontes diz respeito à organização de programas para a realização dos torneios, fato que reforça a relevância da prática da educação física e, conseqüentemente, da atividade esportiva e sua rigorosa sistematização na conjuntura analisada. Além do estabelecimento das programações, também eram divulgadas as regras definidas para um determinado torneio, contemplando as normas técnicas e disciplinares quando necessário. Identificamos a veiculação destes aspectos em uma edição da *Folha do Norte*, de 1955, que noticiou mais um torneio de futebol organizado pelo grêmio estudantil do Colégio Paes de Carvalho, detalhando as disputas e normas a serem seguidas:

REGULAMENTO

- a) Todos os clubes inscritos deverão estar em campo às 13 horas, podendo no entanto os que tiverem de participar do 5º jogo em diante, comparecer meia hora antes da marcada para os seus compromissos.
- b) Os árbitros e seus auxiliares, serão todos escolhidos em campo.
- c) Só poderão permanecer em campo após a formatura olímpica, os quadros disputantes, arbitro da partida, seus auxiliares, e o representante do CCHF.
- d) Cada partida terá a duração de vinte (20) minutos, com dez para cada lado, sem intervalo.
- e) Prevalecerá o número de escanteios desde o início da partida e no caso de terminar empatada nas condições acima, será determinada a cobrança de penalidades máximas, alternadamente, para os dois quadros, até que seja decretado o vencedor.
- [...] h) O atleta expulso de campo será eliminado do torneio (*A Folha do Norte*, 1955, p. 7).

Da mesma forma como as competições integravam as atividades de ocasiões solenes, as práticas de educação física também integravam tais momentos, com o intuito de divulgar à sociedade os feitos deste Colégio na formação física de seus alunos. As comemorações da Semana da Pátria eram um exemplo de promoção destas práticas, em que eram exibidos os chamados programas de exercícios, que privilegiavam o uso majoritário do método francês, reforçando o seguimento das orientações legais para esta área e as demonstrações das aptidões físicas como meio de louvor patriótico, tal como registrado na lista de eventos ocorridos nos festejos da Semana da Pátria de 1945:

No dia 6, pela manhã, teve lugar no campo do clube do Remo a demonstração de educação Física. [...] As turmas executaram belíssimos e corretos movimentos de ginástica, quer do método francês, quer do sueco. As alunas, no final, formaram no gramado a saudação- SALVE PAZ- dentro de um grande V. Os alunos com várias pirâmides armadas, abriram a faixa - TUDO PELO BRASIL (Revista do Centro Cívico Honorato Filgueiras – CEPC, 1945, p. 7).

Além da descrição das atividades, esta revista ainda trouxe um registro fotográfico do grupo de alunas do Colégio saudando as autoridades presentes no evento após a exibição das

práticas físicas, trajando o uniforme específico e exibindo postura, disciplina e respeito ao momento e aos dirigentes convidados, como revela a imagem abaixo:

Figura 21 – Alunas do Colégio após exibição pública de educação física – 1945



Fonte: Revista do Centro Cívico Honorato Filgueiras – CEPC.

De acordo com Da Silva (2015), a presença destas demonstrações de educação física e das partidas esportivas nos programas das celebrações públicas da instituição educativa, seja nas solenidades cívicas ou escolares, estão inscritas na cultura escolar, em virtude de constituírem momentos importantes da vida escolar a serem manifestados diante da sociedade, que, nestas ocasiões, conheceria os trabalhos e os resultados ao longo do ano letivo e, ao mesmo tempo, poderia receber a mensagem de que os esforços imprimidos pelos jovens naqueles exercícios eram aplicados em fins relevantes, e não em “[...] atividades físicas inúteis ao mundo do trabalho” (Da Silva, 2015, p. 149).

Ainda sob essa perspectiva, Da Silva (2015) endossa que as exibições de educação física, nestas ocasiões especiais, realçavam o papel fundamental desta área do conhecimento no específico contexto republicano e paraense dos anos de 1930 a 1950. Isso porque tais apresentações simbolizavam os avanços da República, que seriam materializados nos “novos cidadãos”, os quais eram representados pelos alunos praticantes dos números corporais, que manifestavam boa força, postura e disciplina, por meio das práticas de ginástica e desportivas (Da Silva, 2015).

Outra razão que nos permite classificar estas atividades de educação física como componentes da cultura escolar remete ao fato de que estas práticas eram orientadas por finalidades as quais, segundo Julia (2001), estão condicionadas às épocas em que são

executadas. No contexto analisado, estes fins estavam voltados a atender questões sociopolíticas em virtude do incentivo de valores como o nacionalismo, a ordem e disciplina, os quais deveriam gerar formas específicas de pensamento e atitude difundidas pela sociedade e que só seriam alcançáveis “[...] por intermédio dos processos formais de escolarização” (Julia, 2001, p. 11).

Sendo constituintes da vida escolar deste estabelecimento, estes modos de agir e pensar difundidos nas citadas práticas podem ser analisados pelo conceito de cultura escolar proposto por Viñao Frago (1995), quando aponta que estes formam o conjunto de pontos institucionalizados formadores da organização escolar, que compreende práticas, condutas e modos de se expressar.

Nessa direção, a caracterização desses aspectos da escola representados nas práticas de educação física e desportivas, sejam públicas ou não, sugere que o atendimento dos objetivos formativos daquela época era resultado da relação escola-sociedade, de modo que a “[...] sociedade produz a escola e por ela também é produzida, da mesma forma que a escola ao produzir a sociedade também está sendo produzida por ela” (Gonçalves; Faria Filho, 2005, p. 38).

Outra acepção pertinente à análise das ditas práticas, sob a ótica da cultura escolar, reside no campo da história das disciplinas escolares, pois a organização dessas atividades pode ser relacionada ao debate das finalidades educativas que, segundo Chervel (1990), ultrapassam o plano dos conteúdos de ensino e englobam os fins sociopolíticos que compõem esse processo, representando os interesses de uma determinada sociedade, que, de acordo com o período, “[...] podem ser [...] a formação deliberada de uma classe média pelo ensino secundário, o desenvolvimento do ensino patriótico” (Chervel, 1990, p. 187).

Assim, a conduta adotada pelas discentes (figura 21), bem como as práticas executadas naqueles festejos, é a materialização de como o uso do método francês, na referida disciplina, além de inspirar, em certa medida, a formação nacionalista, encaminhava o ensino da educação física pela via do disciplinamento dos corpos dos estudantes, de forma a mimetizar a disciplina militar presente nos espaços militares. A execução dessa lógica basicamente queria gerar, em cada um dos indivíduos, a ideia assinalada anteriormente: ser o “corpo da nação” (Castro, 1997).

Esta ideia, segundo Castro (1997), resumiu o contributo central do exército brasileiro à coordenação desta área de conhecimento: instituir uma escola da nacionalidade organizada conforme os pressupostos militares, entendidos, naquele período, como os mais adequados à ordenação social, sendo experimentados, inicialmente, na educação física e, posteriormente,

propagados para outros setores, os quais, aliados às atividades físicas, buscavam formar, sob suas bases, o ideal de homem brasileiro (Castro, 1997).

Tal concepção de indivíduo, por via das atividades físicas, ainda se assemelha ao debate proposto por Soares (2004), que sinaliza a educação física como ferramenta que possibilitava a construção do homem novo, o qual atuaria em diversos campos. Com esta premissa, a referida área de conhecimento representava a expressão física da sociedade, que deveria ser disciplinada e portadora de um corpo saudável. Por isso, as práticas, nesta área, eram tão importantes, sobretudo no período em tela, e sua utilidade ainda era reforçada por ser “[...] receita e remédio para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico...familiar” (Soares, 2004, p. 6).

O discurso higienista também estava presente entre os demais citados e, em suas compreensões, apontava os exercícios de educação física, no Brasil, como sinônimo de promoção de saúde física e mental, de regeneração da raça e incentivo à prática das virtudes e da moral. Oriundos do pensamento difundido na Europa, estes elementos foram fortemente defendidos pelos médicos higienistas, por serem essenciais à constituição do novo homem, o qual era imprescindível para a formação da nova sociedade, que paulatinamente vinha se materializando na República brasileira (Soares, 2004).

Ainda sob a ótica higienista, outro ponto importante a ser tratado nas práticas de educação física diz respeito ao entendimento desta área como um espaço disciplinar, composto por cuidados higiênicos e exercícios físicos, fatores importantes para a lógica de transformação social trabalhada desde os primeiros anos da República e reforçada no período de 1930 a 1950, quando estas ideias, em certa medida, colaboravam para as aspirações de melhoramento integral do jovem brasileiro e, conseqüentemente, do paraense (Soares, 2004).

No mais, a constituição deste indivíduo nacional se dava em uma perspectiva integral, em que a boa condição física e de saúde, prezadas nas atividades de educação física realizadas no dito Colégio, era acompanhada pelo contato com outros conhecimentos e práticas tão necessárias quanto os desportos. Como exemplo, podemos destacar as ações de fundo artístico e patriótico, que serão conhecidas e analisadas no tópico adiante.

4.3 Formando sob bases patrióticas e culturais: desfiles escolares e práticas artísticas

Sendo a formação erudita um dos pilares do ensino secundário, esta também esteve presente na rotina da instituição paraense, a qual foi representada pelo desenvolvimento de habilidades refinadas, como o desenho e o canto orfeônico, práticas de relevante valor educativo

para a época e que atenderam às aspirações sociais. Em relação ao ensino de desenho no Colégio Paes de Carvalho, as lições se concentravam em estimular o conhecimento gráfico a partir de exercícios com a utilização de instrumentos de precisão, de modo que também deveria ser objetivo do professor promover a compreensão de pontos básicos: ponto, linha e reta, ângulos, escalas, triângulos, entre outros que, em síntese, pudessem subsidiar o trabalho docente.

Esses e outros pontos propostos por essa área no programa de ensino da instituição objetivavam construir no aluno a habilidade do desenho linear geométrico, projetando nele o:

Conhecimento desenvolvido da morphologia geometrica. Resolução dos principaes problemas graphics, com especialidade daquelles que têm intima ligação com os estudos da mathematica e da physica.[...] Exercicios graphics executados com instrumentos de precisão.[...] O professor deverá exigir, de accordo com a habilidade de cada alumno, o tratamento progressivamente rigoroso e artistico dos respectivos trabalhos graphics (Programa de Ensino do Gymnasio Paes de Carvalho, 1930, p. 12).

Os objetivos destacados acima ilustram que o ensino de desenho no secundário era constituído por uma lógica diferenciada quando comparado aos intentos aplicados no nível anterior. As lições de desenho, no contexto dos ginásianos, remetiam à essência artística, procurando relacionar isso a uma habilidade mais sofisticada e, assim, mais um atributo da cultura geral, portanto, a instrução desta disciplina:

[...] manteve-se tão-somente os vínculos com a linguagem artística (o desenho à mão-livre, a aprendizagem de noções elementares sobre projeção, luz, sombra, ornamentação) e com a Matemática por meio do desenho geométrico (estudos das linhas, retas, curvas, ângulos, figuras planas, sólidos geométricos com o uso de aparelhos de precisão). Dessa maneira, o desenho articulava-se com a cultura literária predominante e isso explica, em parte, a permanência e estabilidade dessa disciplina nos programas do ensino secundário (Souza, 2008, p. 103-104).

Tal perspectiva de ensino, segundo Souza (2008), eliminou o caráter utilitarista que o ensino de desenho igualmente poderia assumir no secundário, beneficiando majoritariamente a instrução desta habilidade como algo exclusivo e refinado. Esta ideia também esteve presente no contexto local, quando a Revista do Professorado do Pará veiculou um artigo de José Bandeira o qual endossa que as lições desta disciplina devem trilhar o caminho da preparação artística, que, para ele, seria o melhor caminho para o desenvolvimento do ensino, ao invés de tratá-la como uma aptidão de poucos. Por isso, recomendava-se ao docente que, ao organizar suas práticas pedagógicas, não deixasse de evidenciar o “[...] conhecimento amplo da matéria a ensinar” (Revista do Professorado do Pará, 1934, p. 65).

O argumento do refinamento permaneceu na matéria quando o ensino de desenho foi concebido como uma matéria de luxo, que deveria constar em todos os programas de ensino,

pois, além de proporcionar o aprendizado de habilidades gráficas e artísticas, ainda figurava como representação de uma sociedade civilizada e “elegante”.

O desenho, modernamente, é considerado como o mais valioso educador da visão, desenvolve a habilidade manual, auxilia a educação estética, pode servir como verificador da capacidade de observação, e é indiscutivelmente a mais expressiva e acessível linguagem imediata.

Compreendendo a finalidade do desenho, que é, sobretudo, criar um recurso de representação e expressão, as nações cultas, que compreendem a importância da educação nos destinos dos povos [...] o desenho é utilizado por todos como um meio de expressão tão usual como a linguagem e a escripta (Revista do Professorado do Pará, 1934, p. 66).

O canto orfeônico figurou como mais uma prática de formação artística em vigor no Colégio Paes de Carvalho, em que suas atividades eram orientadas pelo departamento artístico da instituição, que, entre suas funções, tinha a responsabilidade de estimular nos jovens alunos o apreço e interesse pelas artes, entre as quais o canto esteve presente, como um dos elementos encarregados pelo desenvolvimento cultural dos estudantes. Nesse sentido, o departamento artístico, no artigo 4º de seu regulamento interno, resolvia que uma tarefa deste seria organizar um grupo artístico “[...] com elementos dos diversos cursos (ginasial e colegial) para formar o Orfeão que tomará parte nas festas especialmente organizadas por este departamento” (Colégio Estadual Paes de Carvalho, 1947, p. 1).

A constituição do orfeão era apenas das finalidades deste setor, que, para incentivar o gosto pelas artes e atividades artísticas, organizou as tarefas deste departamento em seções específicas, em que as práticas de canto eram regidas pela seção orfeônica, a qual admitia alunos a partir de testes que definiam suas habilidades a serem exploradas naquele campo artístico (Departamento Artístico do Colégio Paes de Carvalho, 1947).

Mesmo sendo regido por este departamento, não se pode perder de vista que o canto também tinha status de disciplina escolar e, portanto, o trabalho das supracitadas habilidades era organizado dentro dos trâmites de ensino, dispondo de planejamento, aulas e provas. Assim como as demais disciplinas do estabelecimento, o canto orfeônico era sistematizado de acordo com as orientações legais previstas pelo Ministério da Educação, reforçando a seriedade e o valor formativo desta atividade na rotina do Colégio.

A lisura e a plena organização das práticas de canto foram confirmadas diante da imprensa local em resposta dada pela professora Maria de Araújo Figueiredo, uma das docentes da cadeira de canto orfeônico do estabelecimento paraense, quando as atividades desta área foram denominadas por um comentarista anônimo de “simples ensaios de canções decoradas, meses a fio”, em um texto intitulado “No canto, O Ensino Secundário”. Publicada na edição de

1947 do Jornal *O Liberal*, a referida professora aponta que o autor daquela matéria deveria se informar sobre as diretrizes da área de conhecimento, pois suas colocações revelavam sua ignorância quanto a esta arte ser restrita apenas a exercícios, sem finalidades previstas, esclarecendo que:

[...] No Colégio Estadual Pais de Carvalho, o ensino de Canto Orfeônico é ministrado com conciente conhecimento do programa, aprovado pelo sr. Ministro da Educação e Saúde. [...] As professoras de Canto do Colégio Orfeônico do Colégio Pais de Carvalho, jamais colocaram em qualquer tom de disciplina ou indisciplina o ensino naquele estabelecimento. Elas se regem, sim por um regulamento e um programa emanados de poder superior (*O Liberal*, 1947, p. 2).

Para Monteiro e Souza (2003), o canto orfeônico tornou-se obrigatório a partir da reforma Francisco Campos e seu programa era produzido no intuito de fazer da música um meio de desenvolvimento moral, intelectual e cívico. Por esse motivo, as lições desta disciplina deveriam propor “[...] um ensino constituído por estudos práticos (teoria do solfejo), além de composições de autores com obras pertencentes ao patrimônio artístico nacional” (Monteiro; Souza, 2003, p. 118).

A valorização dos elementos nacionais nas atividades desta área era resultado do projeto político nacionalista de Getúlio Vargas, que conferiu à música um papel importante no movimento de construção da nacionalidade, assim como a viu como uma ferramenta da política cultural daquele período. Nessa direção, o canto orfeônico, especialmente, no contexto dos anos de 1930, “[...] associou a música e a arte aos projetos governamentais de cunho nacionalista” (Monteiro; Souza, 2003, p. 119).

Destarte, esta associação configurou o canto como um dos meios de manifestação de civismo na rotina escolar, de modo que as músicas trabalhadas sempre traziam em suas letras a exaltação do país. Esta característica identicamente fez parte das práticas musicais do Colégio Paes de Carvalho, o qual privilegiava componentes da história nacional no seu programa de ensino do canto orfeônico.

Além da ordenação das atividades, o canto orfeônico, no referido Colégio, também era promovido por meio de exibições públicas, que demonstravam tanto o desenvolvimento artístico dos alunos quanto sua colaboração na educação cívica para as datas comemorativas. As apresentações de canto orfeônico ocorriam em determinadas solenidades realizadas ao longo do período letivo, com destaque para os festejos patrióticos, uma vez que o estímulo ao civismo era uma vertente a ser trabalhada pela dita disciplina, a qual corroborava as atividades musicais

como um meio reforçador do sentimento nacionalista, do valor ao trabalho, entre outros conhecidos bons sentimentos importantes de serem cultivados nos jovens estudantes.

Estas demonstrações geralmente eram organizadas em programas apresentados nas celebrações escolares, a exemplo das comemorações da Semana da Pátria de 1945 da instituição em tela, em que foram proferidos cantos exaltadores à data comemorativa em questão, conforme indica o trecho referente divulgado na Revista CEPC do Centro Cívico do estabelecimento, o qual informa que os temas executados pelo Orfeão do Colégio Paes de Carvalho aconteceram:

No dia 2 de setembro, parte de seu orfeão, [...] integrou o conjunto orfeônico que, no campo do Clube do Remo, executou o seguinte programa:

- a) Hino da Independência
- b) Côro falado (2 vozes)
- c) Trabalhar, Progredir e Vencer
- d) [...]
- h) Hino Nacional (Revista CEPC, Centro Cívico, 1945, p. 6).

Os temas abordados no excerto do programa, além de ratificar o propósito ufanista do canto orfeônico, ainda estimulam o desenvolvimento de habilidades de crescimento pessoal, as quais, incentivadas pelo sentimento de pertencimento nacional da ocasião, buscavam atingir o melhoramento físico, moral e intelectual do indivíduo: princípios almejados para o ensino secundário (Horta, 2012).

O beneficiamento das intenções nacionalistas ainda pode ser explicado a partir das contribuições do maestro Heitor Vila Lobos, que atuou de maneira importante no campo político durante o governo Vargas e colaborou para a caracterização nacional tão exaltada pelo presidente nas práticas de canto orfeônico (Machado, 2021). Com o objetivo de reforçar a socialização e a educação musical na citada perspectiva, o canto foi incorporado ao currículo secundarista, com vistas a produzir a unidade social em relação aos valores vigorantes daquele período. Esse pensamento era materializado a partir de “[...]textos das canções que assumiram um caráter cívico-patriótico em conformidade com as diretrizes ideológicas nacionalistas francesas, que coincidem com as ideias de Vargas no Brasil” (Machado, 2021, p. 48).

As significativas modificações proporcionadas pelo trabalho de Vila Lobos nas lições de canto foram seguidas por grande parte dos estabelecimentos de ensino entre as décadas de 1930 e 1940, acompanhando a concepção do maestro de que o ensino desta disciplina produziria a valorização da cultura e música brasileira, por meio do controle e da determinação das temáticas a serem trabalhadas (Machado, 2021).

As apresentações de canto dos alunos ginasianos também marcaram as páginas da imprensa, que noticiaram a execução dessas práticas como componentes de programas de distintas ocasiões, contando com a presença das instituições educativas públicas. Sendo os eventos inerentes à Semana da Pátria mais festejados pela comunidade escolar, o orfeão do Colégio Paes de Carvalho exibiu seu trabalho junto a outros estabelecimentos, a exemplo da “Grande Concentração Orfeônica”, realizada durante as festividades nacionalistas de 1946, a qual contou com um programa formado por hinos brasileiros e discursos oficiais, encerrado pelas demonstrações do orfeão das instituições primárias e secundárias.

[...] as comemorações da Semana da Pátria, este ano, em nossa capital, estão se revestindo de invulgar brilhantismo. [...] Amanhã, em prosseguimento aos festejos, será efetuada uma concentração orfeônica.

OS PARTICIPANTES

[...] Todos os grupos escolares, Suíço Brasileiro, Escola Normal, C. E. Pais de Carvalho, Moderno, Progresso Paraense, Ciências e Letras, Sta. Rosa [...].

O PROGRAMA

Foi organizado o seguinte programa:

Hino da Independência

Exortação aos escolares pelo sr. Diretor de Educação e Cultura

Orfeão a 3 vozes – Primário

Efeitos orfeônicos – o coqueiral

Orfeão a 4 vozes – Secundário

Côro Falado

Orfeão a 3 vozes – Primário

Hino da Proclamação da República

Hino Nacional Brasileiro

Regência: Prof. Mercedes Cardoso (*A Folha Vespertina*, 1946, p. 4).

A constante presença do orfeão do Colégio nas ocasiões solenes também nos permite inferir que o canto orfeônico possuiu especial relação com o ensino secundário, porque mais do que estimular o civismo e o zelo pela cultura brasileira, segundo Vila Lobos, a música poderia ser “[...] elemento imprescindível à educação do caráter da juventude” (Machado, 2021, p. 53). A autora ainda sinaliza que, junto à proposta do canto como via de educação cívica, essa formação, na visão do maestro, ainda poderia ser um meio de disciplinamento quando observa o poder que as músicas trabalhadas poderiam influir na conduta dos alunos e, conseqüentemente (ou subseqüentemente), na sociedade.

Nesse sentido, as práticas de canto figuraram como elementos fundamentais na chamada “construção da nação”, como assertiva fortemente difundida durante o período varguista, com a finalidade de formar cidadãos conscientes e comprometidos com o crescimento do país, por meio dos programas ou projetos musicais como recursos contribuintes à ampliação da

compreensão da juventude em relação à “[...] prática de cidadania, sociabilidade, consciência de direitos, críticas e protagonismo” (Machado, 2021, p. 74).

As atividades de canto orfeônico do Colégio também compuseram outros momentos que particularmente compuseram a rotina da instituição e também foram amplamente noticiados à população Paraense. Desses, podemos destacar as chamadas festas artísticas, as quais eram organizadas pelo departamento artístico, que, além de promover a apresentação do orfeão, também trazia nos programas especiais a exibição de peças teatrais e números musicais, como revela a matéria do jornal *A Província do Pará*, de 1947, sobre a festividade artística deste estabelecimento realizada no Teatro da Paz:

Revestiu-se de pleno êxito a festa artística levada a efeito ontem, no Teatro da Paz, pelo “Colégio Estadual Pais de Carvalho”, em comemoração a “semana da Pátria” [...].

O PROGRAMA

Foi executado o seguinte programa:

- 1- Hino do Colégio
- 2- “Vou vender meu barco” – Arranjo a 4 vozes, por Maria de Araújo Figueiredo
- 3- “Bailado Cor de Rosa” – Por um grupo de alunas [...]
- 5- “Lírio solitário” – Dança Rítmica por uma aluna [...]
- 7- Conjunto de gaitas
- 8- Violino- pelo aluno Ernani Machado [...]
- 14- “Oração ao Brasil”, canção cívico-patriótica – Palavras e harmonização para 2 vozes mistas, de Maria Luiza Vela Alves [...]
- 17- “ O noivado da Lua com o Mar” – Bailado por alunas – (Auto criação) (*A Província do Pará*, 1947, p. 8).

A notícia ainda destacou a presença de autoridades públicas neste evento, como o prefeito da capital, Sr. Rodolfo Chermont, um representante do governo estadual, o diretor do departamento de Educação e outros representantes de instituições educativas que prestigiaram as exposições artísticas dos jovens ginásianos. Além disso, outro fator interessante na descrição do evento acima refere-se às características dos números apresentados: buscando reforçar bons valores e, ao mesmo tempo, elevar o país.

As festas artísticas realizadas pelo Colégio, além de promoverem as habilidades artísticas dos alunos, também tinham fins filantrópicos, conforme identificamos em uma matéria veiculada na *Folha Vespertina*, de 1947, em que o estabelecimento exibiu um programa rico de atrações artísticas para atrair um numeroso público à festa realizada em prol da creche Santa Terezinha. Organizado pelos professores do estabelecimento secundário, o conjunto de atividades contou com demonstrações de teatrais e musicais, que foram saudadas pelo público, segundo o trecho da notícia a seguir:

[...] A execução desse programa, que mereceu os mais calorosos aplausos da escolhida plateia pela sua leveza e originalidade [...] pela perfeição alcançada, ‘Maringá’, ‘Sob o luar do Hawai’, ‘Momento musical de Schuebert’, ‘Espanhola’, ‘Ontem e Hoje’, ‘Macumba’, ‘Quando a saudade chegar’, ‘Fantasia oriental’, ‘Tango coreográfico’ e ‘Boneca de pano’ [...] E foi assim, num ambiente de arte e bom gosto, que se realizou essa matinal do Paes de Carvalho, cujo produto reverteu em benefício de uma finalidade tão altruística (*A Folha Vespertina*, 1947, p. 1).

Outra ocasião de realização das práticas eruditas do Colégio Paes de Carvalho foram as festas escolares promovidas pelo governo estadual, ao fim do ano letivo, com objetivo de celebrar os feitos realizados na educação paraense, especialmente em termos de melhoria de ensino, os quais eram glorificados por discursos de autoridades e apresentações de números artísticos. Noticiada pela imprensa em 1944, tal cerimônia foi denominada de grande festa escolar, em razão do robusto programa de atividades a serem executadas na culminância do ano, que, segundo a matéria, foi muito promissor e revelou:

[...] os magníficos resultados obtidos no setor educacional, na gestão do atual interventor, em pouco mais de um ano de governo.

Alunos e professores, sentindo-se estimulados pela assistência moral e material que lhes proporciona o governo, procuram, na sua esfera, corresponder a essa dedicação, devotando-se aos seus deveres. [...] A essa festa que pela primeira vez se realiza em nossa terra, comparecerão o exmo. Sr. Coronel interventor federal e as mais altas autoridades civis e militares.

Será obedecido o seguinte programa:

1º - Guarani – executado pela banda da Brigada Estadual;

2º - Desfile dos alfabetizados sob o som da marcha ‘Avante Brasil’ cantada pelos alunos do Colégio Estadual ‘Paes de Carvalho’ e da Escola normal;

3º - Entrega dos prêmios aos alunos e professores que mais se distinguiram;

[...] 5º - Canto pelo Orfeão do Colégio Estadual Paes de Carvalho;

[...] 8º - Hino nacional cantado pelos alunos alfabetizados e pelos alunos do Colégio Estadual Paes de Carvalho (*A Folha Vespertina*, 1944, p. 2).

A ocorrência das apresentações de canto e as festas artísticas podem ser categorizadas como festas escolares as quais constituíram parte importante da cultura escolar daquele período, por evidenciarem aspectos pertinentes à proposta de ensino em vigor. Segundo Oliveira e Dos Anjos (2022), estas festividades eram dirigidas por normas e procedimentos definidos pelas autoridades governamentais, que deveriam ser obedecidos pelas instituições de ensino dos estados; o mesmo foi observado na realidade dos eventos escolares realizados no Colégio Paes de Carvalho, quando promovia tais ocasiões em conformidade com os preceitos formativos defendidos pelo poder governamental.

Ainda nesta perspectiva, as festas escolares eram organizadas de modo a atender a determinadas finalidades educativas traçadas pela escola naquele período, as quais zelavam pelo benefício do projeto governamental de valorização nacional, especialmente quando realizava essas solenidades em datas comemorativas consideradas obrigatórias, como o Dia da

Bandeira ou da Independência, que, ao serem amplamente publicizadas, se tornariam momentos oportunos para “[...] ensinar a população o ideário republicano, suas normas, valores e comportamentos adequados ao cidadão civilizado” (Oliveira; Dos Anjos, 2022, p. 183).

Outro tipo de festividade muito emblemática para a cultura escolar foram as grandes festas de encerramento do ano letivo, que igualmente estiveram presentes nas práticas festivas da referida instituição paraense. Além de endossar os fins citados anteriormente, eram ocasiões para apresentar as eventuais melhorias realizadas em alguns aspectos do sistema de ensino, tal como apontado previamente na notícia da grande festa de conclusão de 1944, noticiada pela imprensa, a qual informou os avanços ocorridos no sistema estadual de ensino em quesitos materiais e funcionais.

O início do ano escolar constituiu-se como mais uma cerimônia desta natureza, apresentando um conjunto de atividades semelhantes à festividade de encerramento, porém, uma característica particular das celebrações de abertura na instituição local era a maior incidência dos momentos de patriotismo, de modo que, em uma dessas ocasiões, os alunos foram designados a apresentar uma fala sobre o papel do estudante ginásiano na edificação do país, como revela a notícia do *Jornal A Folha do Norte* abaixo:

O dr. Renato Franco, operoso director do Gymnasio Paraense, vae proporcionar á mocidade gymnasiana, no dia 6 do mês corrente, as 8 horas da manhã, data da reabertura das aulas, um movimento de civismo [...] Nesse sentido estão designados os seguintes estudantes: Ivahya Ribeiro, Corina A. Figueiredo Freitas, Maria Helena Gama e Silva[...]para dissertarem sobre o thema: “O papel do gymnasiano na formação do Brasil” (*A Folha do Norte*, 1931, p. 1).

Embora fossem vistos como momentos de celebrações dos feitos institucionais e engrandecimento nacional, estes acontecimentos eram permeados, mesmo de forma indireta, por questões instrutivas. Por isso, Oliveira e Dos Anjos (2022, p. 183) destacam estes eventos como algo importante, pois, além de oferecerem “[...] descontração, as festas eram repletas de ensinamentos, questões, valores e atitudes socialmente aceitas”.

Desse modo, o ambiente desses acontecimentos deveria transmitir uma espécie de imaginário positivo e favorável para o regime governamental, que, a partir do programa de práticas reforçadoras de bons valores, culminava no estímulo ao sentimento de patriotismo, instituindo uma cultura mais particular contida no âmbito escolar: a cultura cívica, a qual, em certa medida, foi estruturada e privilegiada nestas festas, com o objetivo primeiro de exaltação nacional, materializada pelas programações pensadas “[...] de acordo com uma orientação

oficial, visto que tinham uma função política buscando perpetuar os valores republicanos e desenvolver o amor à pátria e ao civismo” (Oliveira; Dos Anjos, 2022, p. 183).

Estas intenções também se fizeram presentes nos programas executados pelos alunos do Colégio Paraense, em que constantemente havia a entonação de hinos patrióticos, que, segundo Oliveira e Dos Anjos (2022), eram elementos obrigatórios nestes eventos, como representação das práticas cívicas. A frequência desses itens ainda revela o controle estatal sobre a educação secundária, em que as festividades eram apenas uma frente das ações políticas do governo, que, especialmente durante o Estado Novo, salienta suas influências na área, determinando, primeiramente, nestes eventos, “[...] programas básicos e fiscalizava o cumprimento das determinações. Eram elementos obrigatórios nas celebrações: execução do Hino Nacional e do hino referente à comemoração; palestra acerca da data; e apresentação de recitativos pelos estudantes” (Oliveira; Dos Anjos, 2022, p. 188).

Outro exemplo de festividade e expressão da cultura cívica presente nas práticas do supracitado estabelecimento paraense refere-se aos desfiles escolares, considerados talvez como a maior demonstração de valor patriótico, e a juventude do Colégio sempre era convocada a prestar suas homenagens na Semana da Pátria. Marcado por manifestações de elevação nacional, esse período apresentava as expressões de várias instituições educativas pelas ruas da capital paraense, formando momentos de máxima solenidade para a educação local, os quais eram detalhadamente cobertos pela imprensa.

Considerados eventos de beleza e civismo, os desfiles eram acompanhados por números de expressão artística e corporal, como o canto e a educação física, que traziam características nacionalistas reforçadoras do caráter patriótico da ocasião. Os alunos do Colégio Paes de Carvalho marcaram presença em ambos os momentos, de modo que a participação dos seus estudantes se iniciava pelas apresentações artísticas como parte dos festejos patrióticos, as quais despertavam o espírito cívico, segundo a matéria de setembro de 1945, a qual noticiou o início das festividades na capital, que evidenciaram estar “ainda vivos o esplendor e o entusiasmo cívico da parada da juventude e da festa artística levada a efeito ontem à noite no Teatro da Paz pelos alunos do Colégio Estadual ‘Paes de Carvalho’, prosseguiram esta manhã os festejos comemorativos da ‘Semana Pátria’” (*A Folha Vespertina*, 1945, p. 1).

No que concerne aos desfiles, também conhecidos como paradas escolares, sendo a maior manifestação cívica educacional, estes contavam com a presença de grande parte da população da capital do estado, que se aglomerava para ver a passagem dos estabelecimentos de ensino primário e secundário, dos soldados das forças armadas e clubes esportivos.

As autoridades também se reuniam ao público para prestigiar as demonstrações escolares e eram respeitosamente saudadas pelos alunos de cada instituição apresentada diante do palanque oficial. A ordenação dos desfiles obedecia ao nível de ensino, em que os grupos escolares iniciavam a realização da parada e os colégios ou institutos secundários, como o Colégio Paes de Carvalho, fechavam a participação da educação paraense nas celebrações da Semana da Pátria, como indica a disposição de apresentação divulgada no Jornal *A Folha Vespertina* sobre o desfile escolar de 1944:

O DESFILE

Às 8,45, pontualmente, iniciou-se o desfile que obedeceu a seguinte ordem: - Grupos escolares 'José Veríssimo', 'Barão do Rio Branco', 'Floriano Peixoto', 'Dr. Freitas', 'Vilhena Alves', 'Ruy Barbosa' [...] 'Camilo Salgado', 'Pinto Marques', 'Placídia Cardoso', 'Justo Chermont'. Todos estes grupos foram seguidos do seu corpo docente, que formavam a guarda à Bandeira.

Em seguida aos grupos escolares desfilaram [...] o 'Instituto Nazaré' Ginásio Moderno, N.S. do Carmo, 'Instituto 'Carlos Gomes', Colégio Progresso Paraense, Escolas Práticas de Comércio, [...] seguindo-se-lhes a Escola Normal, Colégio Estadual Pais de Carvalho[...]. (*A Folha Vespertina*, 1944, p. 4).

Assim como os docentes dos grupos escolares acompanhavam seus alunos na dita celebração cívica, o Colégio Paes de Carvalho também contava com a participação de seus professores, que formavam um pelotão específico durante a passagem da instituição pela avenida e diante do palanque oficial, abrindo ou fechando o seu desfile, como no ano de 1938, em que o então Ginásio Paes de Carvalho teve sua apresentação na parada escolar introduzida pelo desfile de alguns professores, segundo revela a imagem abaixo:

Figura 22 – Grupo de professores abrindo o pelotão do Colégio Paes de Carvalho – 1938



Fonte: Rego (2002).

Os demais pelotões componentes da apresentação do Colégio eram compostos por alunos que deveriam apresentar-se devidamente uniformizados para sua aparição diante das autoridades, de modo a transmitir o respeito e apreço pela data. Com o uniforme, os estudantes desfilavam portando bandeiras ou objetos que, em alguma medida, incentivassem a atividade física ou o trabalho, reforçando os princípios de formação integral do cidadão brasileiro na Era Vargas sinalizados anteriormente. Observamos esta especificidade em um desfile escolar do estabelecimento na década de 1950, em que uma aluna se apresenta completamente trajada, de luvas brancas e portando uma bicicleta, registrada a seguir.

Figura 23 – Aluna do Colégio Paes de Carvalho em desfile escolar – 1950



Fonte: Rego (2002).

Essas manifestações cívicas, sejam os desfiles ou as manifestações artísticas, ainda podem ser consideradas como rituais escolares, pois, segundo Lopes e França (2023), estes eventos não objetivavam unicamente o desempenho das instituições do ponto de vista educativo, mas também evidenciar o progresso destas para no governo de Vargas, bem como o tipo de cidadão a ser constituído nesta mesma perspectiva. Como um dos rituais escolares mais

emblemáticos, especialmente no período investigado, os desfiles eram a materialização do compromisso patriótico e o respeito daqueles alunos ao país e àqueles que trabalharam pela implantação da República (Lopes; França, 2023).

Os autores ainda contribuem ao sinalizar que os eventos cívicos, permeados por suas solenidades, figuravam também como um meio de representatividade da escola na cidade para endossar a atmosfera republicana. Por isso, as programações dos desfiles em que o Colégio se fazia presente refletiam justamente essa ideia, de modo que o conjunto de características apresentadas nesses desfiles “[...] tinha muito a dizer sobre as escolas. Era um momento de mostrar organização, disciplina e amor à pátria, para os quais as escolas orientavam seus alunos e alunas” (Lopes; França, 2023, p. 73).

Nesse sentido, os desfiles escolares, por serem rituais criteriosamente organizados, também se constituíram por momentos de aprendizagem quando ilustram saberes importantes ao sentimento nacionalista, por exemplo, o conhecimento da história do país e, neste caso, do Pará, os quais deveriam ser conhecidos tanto pelos estudantes quanto pela população espectadora daquele evento (figura 23). Outro detalhe que configura o caráter instrutivo dessas manifestações corresponde à questão do comportamento, visto que, sendo um ritual caracterizado por momentos específicos, igualmente poderia modelar “[...] comportamentos e posturas dos alunos, [...] a preservar-se sempre elegante e a manter bons modos” (Lopes; França, 2023, p. 87).

Estas lições geravam a chamada Pedagogia do civismo, a qual evidenciava o valor da nacionalidade para o ambiente escolar, assim como para a população em geral, nos mais diversos quesitos: organização dos pelotões, postura e seriedade transmitida por toda comunidade escolar ginásiana. Estes, além de ilustrarem uma boa aparência institucional, ainda poderiam ser interpretados em suas características como representações da República (Lopes; França, 2023).

O traço de aprendizagem presente no desfile escolar do Colégio Paes de Carvalho pode igualmente ser analisado na perspectiva da prática educativa, pois se constitui como uma prática complementar perante o ensino proposto naquele período, já sinalizado em páginas anteriores, que, em suas particularidades, objetivava cumprir os processos educacionais baseados nas intencionalidades sociais vigentes em uma dada época (Franco, 2016).

Além de performarem como práticas educativas, as atividades de essência artística e patriótica realizadas pela comunidade estudantil do citado Colégio ainda colaboram para a formação da cultura escolar deste estabelecimento, em razão de justamente produzirem práticas tão particulares e inerentes ao contexto sociopolítico do período, atendendo à questão da

finalidade conjuntural apontada por Julia (2001). Em vista disso, reiterando a ideia de Viñao Frago sobre a existência de várias culturas escolares, as atividades realizadas pela instituição paraense definiram mais uma categoria contida na cultura escolar do Colégio Paes de Carvalho: a cultura do patriotismo.

Esta espécie de cultura gerou práticas responsáveis por produzir valores inerentes à civilidade, o apreço ao Brasil e, conseqüentemente, ao Pará, assim como ao governo republicano, uma vez que a figura do presidente Vargas também estava inclusa nas ações de estímulo ao espírito nacionalista e patriótico. Em vista disso, os eventos cívicos protagonizados pelos estabelecimentos paraenses, como os do citado Colégio, foram ocasiões fortemente incentivadas, sobretudo, pelas autoridades governamentais, em razão de sua promoção ter a finalidade de conservar e difundir esta cultura tão específica (Lopes; França, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, propusemo-nos a investigar a cultura material escolar em uso no Colégio Paes de Carvalho e suas contribuições para a realização das práticas pedagógicas e educativas relativas ao ensino secundário no Pará, entre as décadas de 1930 e 1950. Para tanto, analisamos as representações desta instituição para o contexto educacional local, uma vez que este Colégio se destacou por ser o primeiro estabelecimento de ensino público do estado a oferecer o referido nível escolar.

Em virtude disso, conta com toda uma tradição histórica na formação da juventude paraense e, especialmente no período observado, era vista como um celeiro de futuros políticos, escritores, professores e demais figuras das ciências, artes e letras, que iriam colaborar para o crescimento da sociedade local e nacional nos anos posteriores. Nessa perspectiva, o conjunto de representações identificadas para o Colégio se concentrava no tratamento de suas práticas, ideias e normas presentes nos regulamentos, portarias e outros documentos que registravam o prescrito (e quase sempre o seguido).

Tais representações constituíram, portanto, os valores, o espírito cívico e o pensamento educacional constantes no cotidiano da escola, os quais, em suas devidas proporções alicerçavam o fazer educativo do estabelecimento, objetivando, assim, ilustrar ou defender um tipo de aluno, ensino e escola correspondentes ao valor da instituição. Esses elementos permitiram a caracterização do citado Colégio como uma instituição modelar pública do Pará, revelada nos discursos oficiais e no cumprimento de orientações nacionais expressas na ordenação do modo das atividades escolares, as quais davam forma à instituição secundária (Souza, 2013).

Estes aspectos ainda conduzem a associação dos referidos elementos do Colégio ao debate da forma escolar e seus atores atinentes, que perfazem o conjunto de regras, tempos escolares e saberes presentes naquele contexto educativo mais modernizador em termos de organização da escola. Além disso, o conjunto de representações do estabelecimento para a sociedade recebeu contribuições dos professores, os quais, para integrar o corpo funcional da emblemática instituição paraense, deveriam seguir tratativas, adotar posturas e práticas docentes (ou pedagógicas), compor comissões e estabelecer relações pedagógicas, promovendo, assim, um novo tipo de relação, a qual atribuiu uma posição de superioridade e poder pelo cargo que ocupavam.

Reiterando que o conjunto de representações trabalhadas neste estudo convergiu para as questões de práticas, expectativas e habilidades, as análises puderam ser ampliadas a partir dos

elementos materiais sistematizadores dos atos escolares inscritos nos horários de aulas, boletins, pontos de prova e tudo mais de relevante que registrou a posição da instituição ante a população local.

Além de atestarem as representações do Colégio, os citados registros escolares são compreendidos como elementos reais, isto é, são os primeiros indícios materiais que fornecem informações essenciais para conhecer os detalhes da rotina escola, como o lugar da escola no seguimento das questões relativas ao ensino, seus modos, programas e demais pontos do funcionamento interno da instituição, os quais auxiliam no conhecimento da conjuntura educacional em termos organizacionais.

Em relação às práticas pedagógicas, a análise desta categoria de prática assistida pelo emprego dos objetos possibilitou a compreensão de que as atividades pedagógicas realizadas nos laboratórios de química e história natural (biologia) proporcionaram por meio das peças de órgãos e partes humanas, vidraria e outros exemplares, experiências mais concretas de ensino e aprendizagem, quando ampliando a percepção dos sentidos e da ocorrência dos fenômenos científicos.

Essa característica permite estabelecer uma estreita relação entre as práticas pedagógicas e a cultura material escolar, uma vez que com o objetivo de garantir maior participação dos alunos nas atividades práticas e os objetos científicos presentes naqueles espaços conferiram sentido ao citado tipo de prática, pois viabilizaram as premissas do ensino prático e científico, considerado importante ao projeto formativo executado para o ensino secundário.

A perspectiva de atribuição de sentido pela via material igualmente se relaciona ao uniforme escolar, o qual é representante da histórica tradição do Colégio Paes de Carvalho e, conseqüentemente, revelou-se como um item ímpar de sua materialidade escolar, simbolizando também uma forma de ensino justamente por conta de seu valor para a instituição. Nesse contexto, a indumentária ginásiana foi mais um elemento do conjunto de objetos com potencial educativo deste estabelecimento que se destacou por transcender os limites dos conteúdos e espaços formais de educação.

A referida vestimenta, naquela conjuntura, possuía uma função muito bem demarcada: a identificação institucional, a qual exigia um determinado tipo de comportamento por parte da comunidade estudantil quando investida do uniforme escolar: de pertencimento, respeito e valorização nacional. Assim, a utilização da indumentária escolar efetivou as práticas educativas do ensino secundário no dito Colégio, visto que se trata de um artefato que educa

tanto no sentido de complementar os objetivos de ensino traçados pelos conteúdos, quanto pela disseminação de valores e princípios circulantes na sociedade brasileira.

A análise do uniforme como ferramenta de prática educativa permite pontuar ainda que sua adoção é um processo constituído por finalidades, intenções voltadas ao corpo e ao atendimento de projetos governamentais. À vista disso, também vale ressaltar a questão do disciplinamento dos corpos e posicionamento social no debate do traje escolar como contributos para reforçar a visibilidade da instituição no cenário da história da educação paraense, pois a obrigatoriedade do uso e a necessidade de um comportamento digno e disciplinado geraram o regime de aparências, que produziu um grupo distinto perante a sociedade, visto que a utilização desta vestimenta expressava valores, postura de obediência e mansidão, além de boa capacidade física e mental.

Os prêmios concedidos aos alunos ginásianos foram mais uma vertente da prática educativa identificada na rotina do Colégio, em que estes, além de se materializarem fisicamente, também são configurados como ações, classificadas como menções honrosas, as quais, mesmo não obtendo gratificações materiais, ainda sim eram outorgas relevantes conferidas àquela comunidade estudantil. A prática dessas recompensas como via formativa estimulava o compromisso e o bom desempenho do alunado durante sua passagem pelo estabelecimento. Outrossim, o emprego da indumentária escolar tinha o papel de complementar os processos educativos e, assim, constituir a frente responsável, naquele período, por inculcar, nos jovens estudantes, saberes fundamentais e sociais para o desenvolvimento humano, pretendidos na proposta deste nível de ensino.

Embora sejam práticas educativas análogas à lógica do uniforme debatida nesta tese, os prêmios destacam-se como categoria didática, em razão de terem sido atividades geradoras de impacto na vida acadêmica e social dos laureados. Isso porque a gratificação primeiramente seria o ápice dos processos de ensino ocorridos em sala, relativos às práticas ou à postura estudantil em tal espaço, e, em segunda análise, o aluno condecorado seria fortemente instigado por esta prática, uma vez que, ao receber a premiação, sua vida era marcada pelo reconhecimento social, em virtude de sua exitosa carreira no Colégio, a qual muitas vezes era noticiada pela imprensa em ocasiões solenes do calendário escolar.

Desta feita, por tamanha importância, seja para os estudantes, seja para a própria conjuntura do ensino secundário, as bonificações eram assemelhadas a honrarias e objetos de distinção concedidos aos alunos mais destacados por representarem a excelência escolar, um princípio imprescindível à formação da juventude republicana.

Todos os elementos componentes da cultura material escolar deste Colégio e suas respectivas práticas pedagógicas e educativas, bem como suas representações, articulam a cultura empírica do estabelecimento, sendo elementos marcantes para o conhecimento do cotidiano formativo. Diante disso, outras atividades não diretamente relacionadas à questão da materialidade igualmente marcaram a história institucional e contribuíram para o debate e a confirmação da tese.

As práticas de disciplinamento inauguraram as análises sobre o dia a dia do Colégio, pois, tratava-se de um regime caro e fundamental para a época e o ensino secundário, sendo consequentemente presente na instituição. Logo, as ações desta natureza contemplavam desde a obediência de horários até o respeito aos colegas e autoridades constituídas no ambiente escolar (professores, direção, inspetoria etc.).

As eventuais transgressões eram rigorosamente punidas, de acordo com as diretrizes regimentais da instituição, as quais figuravam como dispositivo de controle e ordem, coibindo qualquer ação de indisciplina estudantil, seja pela suspensão, expulsão ou advertência; práticas que, para o período, garantiriam a formação de jovens ordeiros e respeitosos. A valorização do disciplinamento como prática educativa ainda se justifica em razão de sua funcionalidade, de modo parcial, para a educação do corpo e mente a partir da educação física, a qual no contexto estudado, acompanhava as prerrogativas de formação integral pensada para o secundário, especialmente na ideia de produzir um aluno forte e sadio no aspecto físico. O alcance disso exigia compromisso e disciplina, tônicas indispensáveis no período getulista.

A perpetuação destas atitudes foi realizada pelo Exército, pois seus valores seguiam a citada lógica, logo, isso justifica a designação desta força como orientadora e organizadora das práticas de educação física no ensino secundário e no equiparado Colégio Paes de Carvalho. Nesse sentido, as aulas ginásicas eram fundamentadas em uma essência militarista defendida pelo Ministério da Guerra e registrada nos regulamentos internos da instituição, os quais dividiam as ditas atividades em lições de instrução pré-militar e educação física, em que a primeira era direcionada aos alunos do sexo masculino, como reforço dos princípios ordenadores.

Outra questão presente no debate sobre a referida área de conhecimento concerne ao método francês como meio de ensino majoritariamente adotado, com o intuito de garantir boas capacidades físicas aos jovens estudantes por meio de exercícios ginásticos e periódicas avaliações médicas, que basicamente objetivavam construir um cidadão-soldado moral e fisicamente desenvolvido em prol da nação brasileira. Outra via substancialmente colaboradora

destes valores foram as competições esportivas de modalidades coletivas, que sempre eram disputadas pelos estudantes ginásianos.

Junto à disciplina e à ordem, o patriotismo e a instrução erudita também figuravam como princípios do ensino secundário e eram materializados em distintas atividades que estimulavam habilidades culturais e patrióticas, grandemente relevantes durante as décadas investigadas. Assim, os jovens estudantes tinham contato com lições de desenho, canto orfeônico, festas artísticas, festas de abertura e encerramento do ano letivo, as quais eram compostas por programas de apresentações teatrais e de dança executadas pelos alunos.

Como as demais práticas analisadas ao longo do texto, as atividades eruditas eram igualmente educativas por atender finalidades quase sempre direcionadas aos bons valores e ao nacionalismo, os quais eram evidentes nos temas desenvolvidos nestes eventos. A culminância desses aspectos era observada nos desfiles escolares, que foram de grande representatividade para esta instituição, a qual marchava com toda sua comunidade, devidamente identificada, especialmente os alunos, os quais deveriam estar adequadamente uniformizados para reforçar o prestígio do Colégio.

No mais, todos os objetos e práticas supracitados permitiram a compreensão da cultura escolar do ensino secundário como um conjunto de ações estritamente voltadas ao seguimento de pensamentos e comportamentos importantes à consolidação do projeto de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, o qual tinha a educação da juventude como pilar central, manifestado em diversas instituições secundárias, como no Colégio Paes de Carvalho, que, por ser um estabelecimento equiparado e de referência, foi forte reprodutor dessas ideias.

Assim, podemos certificar que o objetivo geral e o problema propostos neste estudo foram alcançados em virtude de que os materiais presentes na rotina do citado Colégio foram importantes colaboradores para o cumprimento das práticas empregadas naquele período, visando executar o pensamento educativo em curso. Tal conclusão ainda nos conduziu à confirmação da tese de que a cultura material escolar em uso na citada instituição colaborou para a implementação das práticas pedagógicas e educativas do ensino secundário no estado, em razão de imprimirem sentido às atividades propostas aos alunos, pois tanto os uniformes, troféus e peças laboratoriais quanto as condecorações influenciaram a forma de organização da escola em quesitos de conteúdos, períodos de ensino, difusão de modos de agir e princípios elevados e praticados pela instituição.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, Renato; MELONI, Reginaldo. A disciplina de História Natural no século XIX: um estudo dos objetos de ensino. **Pedagog. Foco**, Iturama (MG), v. 13, n. 10, p. 35-45, 2018.
- BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BOCCHI, Luna Abrano. **A configuração de novos locais e práticas pedagógicas na escola: o museu escolar, os laboratórios e gabinetes de ensino do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo (1908-1940)**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BOCCHI, Luna Abrano. Espaço escolar e Ciências: Relações entre as prescrições governamentais e o ensino. **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 6, p. 1-28, 2020.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Orgs.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- BRAGHINI, Katya M. Z. O que os objetos científicos nos contam sobre a Educação dos sentidos, na passagem do século XIX para o século XX. In: BRAGHINI, Katya M. Z.; MUNAKATA, Kazumi; OLIVEIRA, Marcus Aurélio T. de (Orgs.). **Diálogos sobre a História da Educação dos Sentidos e das sensibilidades**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.
- BRASIL. **Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890.htm. Acesso em: 14 set. 2019.
- BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm. Acesso em: 14 set. 2019.
- CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro; ZAIDAN, Samira . Prática pedagógica. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana C.; VIEIRA, Lívia Maria F. (Orgs.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: Gestrado/UFMG, 2010. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionarioverbetes&id=328>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- CARVALHO, Andréia M. C. **Vestir-se pela e para a escola: representações da obrigatoriedade do uso do uniforme escolar no Liceu Maranhense (1894-1909)**. 2022. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.
- CASTANHA, André Paulo. A prática dos castigos e prêmios na escola primária do século XIX: do legal ao real. **Educere et Educare**, v. 4, n. 8, p. 245-259, 2009.

CASTELLANOS, Samuel Velazquez. A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e71156, 2020.

CASTELLANOS, Samuel Velazquez. **A circulação dos livros escolares franceses no Maranhão Império (1822-1889)**. Edufma: São Luís, 2022.

CASTRO, Celso. In Corpore Sano: Os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 2, p. 61-78, 1997.

CASTRO, César Augusto. A presença dos materiais escolares no Maranhão oitocentista. In: CASTRO, César Augusto; CURY, Cláudia Engler; LOPES, Antônio de P. C.; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (Orgs.). **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA: UFPB: Café & Lápis, 2011.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Os artefatos culturais na Escola Modelo Benedito Leite. In: CASTRO, Cesar Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS)**. 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013. p. 179-200.

CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS)**. 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, 2, p. 177-229, 1990.

CORAZZA, Sandra M. O paradoxo do uniforme. **Pátio: revista Pedagógica**, Porto Alegre, p. 54-56, 2003.

CORRÊA, Denise Aparecida. **Os governos de Getúlio Vargas (1930-1954) e a Educação Física escolar no estado de São Paulo: Lembranças de velhos professores**. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

CUNHA SILVA, Tayana H.; CASTRO, Cesar Augusto. O Ensino Secundário no estado do Pará na segunda República (1930-1945). **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Revista Educação**, Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DALLABRIDA, Norberto; TREVIZOLI, Dayane Mezuram; VIEIRA, Letícia. As mudanças experimentadas pela cultura escolar do ensino secundário devido a implementação da reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. **Colóquio “Ensino médio, história e cidadania”**, v. 3, n. 3, 2013.

DAMASCENO, Alberto. **A 2ª República e a Educação no Pará**. Belém: Ed. Açai, 2012.

DAMASCENO, Alberto. Notas sobre a Educação Paraense na Segunda República. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 62, 2015.

DA SILVA, Katiene N. **Criança calçada, criança sadia**: sobre os uniformes escolares na escola pública paulista entre os anos de 1950 a 1970. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DA SILVA, Elis Priscila A. **Educação Física no ensino público primário no Pará (1890-1930)**: Prescrições e práticas. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

DUSSEL, Inés. Cuando las apariencias no engañan: una historia comparada de los uniformes escolares em Argentina y Estados Unidos (Siglos XIX-XX). **Revista Pró-Posições**, v. 16, n. 1 (46), p. 65-86, 2005.

DUSSEL, Inés. Los uniformes como políticas del cuerpo: Um acercamiento Foucaultiano a la historia y el presente de los códigos de vestimenta em la escuela. *In*: GÓMEZ, Zandra P. (Org.). **Políticas y estéticas del cuerpo en América Latina**. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Ediciones Uniandes, 2007.

DUSSEL, Inés. A montagem da escolarização: discutindo conceitos e modelos para entender a produção histórica da escola moderna. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 250-278, jan./jun. 2014.

ECO, Humberto *et al.* **Psicologia do vestir**. 2. ed. Trad. José Colaço. Lisboa: Ed. Assírio e Alvim, 1982.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Las culturas escolares del siglo XX: encuentros y desencuentros. **Revista de Educación**. Espanha, n. Extraordinário, p. 201-218, 2000.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio Material de La Escuela e Historia Cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, 2010.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Arqueología y rituales de la escuela. *In*: MOGARRO, Alda (Org.). **Educação e património cultural**: escolas, objetos e práticas. Lisboa: Edições Colibri, 2015. p. 45-60.

ESCOLANO BENITO, Augustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia.** Tradução e revisão técnica Heloisa Helena Pimenta Rocha, Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, Augustín. Etnohistória e a cultura material da escola: a educação nas Exposições Universais. *In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.).* **Cultura material em perspectiva histórica: escritas e possibilidades.** Vitória: EDUFES, 2018. p. 93-118.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução Elementar no Século XIX. *In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive.* **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 135-150

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. *In: DUARTE, Regina et al.* **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a História da Educação oitocentista.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1998.

FISCARELLI, Rosilene B. de O.; SOUZA, Rosa F. de. Símbolos da excelência escolar: história e memória da escola pública inscrita em troféus. **Revista brasileira de história da educação,** n. 14, p. 97-115, 2007.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935). **Revista Estudos Políticos,** Niterói, v. 4, n. 8, p. 131-151, 2013.

FRANCO, Maria Amélia R. Santoro. **Pedagogia e prática docente.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRANCO, Maria Amélia R. Santoro. Prática Pedagógica e Docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. Estudos Pedagógicos (online),** Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016.

FRANÇA, Maria. do P. S. de S. A. **Raízes históricas do ensino secundário público na Província do Grão – Pará: O Liceu Paraense 1840-1889.** 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 1997.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Ensino secundário no casarão da praça da bandeira: Ginásio Paraense (1930-1937). **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade,** v. 29, n. 59, p. 162-179, 2020.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; FRANÇA, Samara A. de S. Expansão do Ensino Secundário no Estado do Pará (1942-1961). *In: PESSANHA, Eurize C.; SILVA, Fabiany de C. T. (Orgs.).* **Implantação e expansão regional do ensino secundário brasileiro: volume 1.** Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2021. p. 73-90.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.). **Cultura material em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; RUGONI, Gustavo de S.; KINCHESCKI, Ana Paula de S. Objetos de distinção: cultura material escolar e práticas meritocráticas. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 7, n. 1, p. 83-94, 2018.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES, Irlen A.; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História das culturas e das práticas escolares: Perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa F. de.; VALDEMARIN, Vera Teresa. (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 31-58.

GUTIERRES, Damiana V. G. **A Escola Normal do Pará na perspectiva da cultura escolar (1890-1926)**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

HORTA, José Silvério B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-43, 2001.

KINCHESCKI, Ana Paula de S.; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; VALLE, Ione Ribeiro. Materialidades educam? Representações de professoras aposentadas de escolas públicas primárias (Santa Catarina, 1940-1970). **Rev. Educ. Pública**. v. 26, n. 63, Cuiabá, p. 857-875, 2017.

LAWN, Martin. A materialidade dinâmica da Educação escolar: professores, tecnologias, rotinas e trabalho. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.). **Cultura material em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. São Paulo: Cortez editora, 1994.

LOPES, Mário Allan da S.; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro G. M. S. A. de. **Vitrine da República: Educação, rituais e cultura material no 5º grupo escolar “Barão do Rio Branco” em Belém- Pa (1900-1912)**. Curitiba: Ed. CRV, 2023.

MACIEL, Rogerio Andrade. **Cultura material escolar e as representações de educação no Sistema Radiofônico para os Caboclos “Ingênuos” na Prelazia do Guamá (1957-1980)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MACIEL, Rogerio Andrade; CASTRO, Cesar Augusto. As mobílias escolares nas escolas radiofônicas: uma análise sobre a produção, circulação e os métodos de ensino para os jovens e adultos na Amazônia bragantina (1961-1968). **Revista Educação e Emancipação**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 208-232, 2020a.

MACIEL, Rogerio Andrade; CASTRO, Cesar Augusto. Objetos de comunicação e escolares no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança - Pará (1957-1977). **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 27, n. 3, p. 399-419, 2020b.

MACHADO, Geruzza Lima R. O. **O Canto Orfeônico no Ensino Secundário: no compasso do civismo e do patriotismo na Era Vargas (1930-1945)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, 2021.

MARCON, Mônica D. **Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: Reflexões no campo da Educação e da moda**. 2010. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MINHOTO, Maria Angélica P. Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do estado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 449-463, set./dez. 2008.

MOGARRO, Maria J.; NAMORA, Alda. Educação e patrimônio cultural: Escolas, objetos e práticas, perspectivas multidisciplinares sobre a cultura material. *In*: MOGARRO, Alda (Org.). **Educação e patrimônio cultural: escolas, objetos e práticas**. Lisboa: Edições Colibri, 2015. p. 9-44.

MONTEIRO, Ana Nicolaça; SOUZA, Rosa Fátima de. Educação Musical e Nacionalismo: A História do Canto Orfeônico no Ensino Secundário brasileiro (1930-1960). **História da Educação**. ASPHE/Fae/UFPel, Pelotas, v. 13, p. 115-137, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

NUNES, Clarisse R. M. A modernização do ginásio e a manutenção da ordem. 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

NUNES, Clarisse; CARVALHO, Marta Maria C. De. Historiografia da Educação e Fontes. **Cadernos Anped**, Porto Alegre, n. 5, 1993.

NUNES, Maria Thetis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. 2. ed. rev. e ampliada. São Cristóvão, Sergipe: Editora da UFES, 1999.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, 2000.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio T. de; CHAVES JÚNIOR, Sérgio R. Os espaços para a Educação física no Ensino Secundário Paranaense: Um estudo comparativo entre os anos finais da ditadura varguista e os anos da ditadura militar brasileira pós 1964. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 39-56, 2009.

OLIVEIRA, Camilla Vanessa C. Peixoto de. **Instituto Santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVEIRA, Aline Ribeiro de; DOS ANJOS, Juarez José T. Um balanço da historiografia sobre festas escolares (2000-2021). **Teoria e Prática da Educação**, v. 25, n. 3, p. 180-197, 2022.

PERES, Eliane; SOUZA, Gizele de. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultural material escolar: (Im)possibilidades de investigação. *In*: CASTRO, Cesar Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos** (MA, SP, PR, SC e RS). 2 ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília B. História da cultura escolar através dos exames: o caso dos exames de admissão ao ginásio (1939-1971). **Intermeio: revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande, MS, v. 8, n. 16, p. 4-15, 2002.

PESSANHA, Eurize Caldas; BRITO, Silvia Helena Andrade. Ensino secundário ou educação secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua História. **Revista Série-Estudos**, Mato Grosso do Sul: Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB; Campo Grande, n. 38, p. 237-250, jul./dez. 2014.

PESSANHA, Eurize Caldas. História das disciplinas e do currículo como base para a escrita da História do Ensino Secundário no Brasil. **Rev. Pedagogia y Saberes**, n. 42. Universidad Pedagógica Nacional, Facultad de Educación, p. 99-107, 2015.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany T. de C. Cultura material na escrita da História curricular de uma instituição de ensino secundário do sul de Mato Grosso (1939-1970): Espaços, objetos e práticas. *In*: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.). **Cultura material em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

RÊGO, Clóvis S. de M. **Subsídios para a história do Colégio Estadual “Paes de Carvalho”**. Belém: EDUFPA, L&A Editora, 2002.

RIBEIRO, Ivanir; GASPAR DA SILVA, Vera Lúcia. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 3, jul./set. 2012.

RIBEIRO, Ivanir. **Sem uniforme não entra: o uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1962-1983)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ROCHA, Mariani V. da. **Corpos disciplinados e decentes: a vestimenta escolar a serviço do controle e da vigilância dos corpos femininos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

ROCHE, Daniel. As palavras e as coisas na história do vestuário. *In*: ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**. Trad. Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Ed. Roco, 2000.

ROCHE, Daniel. A disciplina das aparências: o prestígio do uniforme. *In*: ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII- XVIII)**. Trad. Assef Kfoury. São Paulo, SP: Ed. Senac, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SEDUC. Governo do estado do Ceará. Escola Estadual de Educação Profissional. **Curso técnico em secretaria escolar**, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. **A Prática educativa na Companhia de Aprendizes marinheiros do Piauí (1874-1915)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: Raízes Europeias e Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUSA, Marlucy do Socorro A. de. **O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira República: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, 2019.

SOUSA, Marlucy do Socorro A. de; LIMA, Maria do Socorro P. Reflexões sobre a materialidade escolar do Instituto Gentil Bittencourt em Belém do Pará: história, artefatos e arquitetura escolar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920–1960). **Currículo sem Fronteiras**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 72-90, jan./jun. 2009a.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria: História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009b.

SOUZA, Rosa Fátima de. A Escola modelar da República e a escolarização da Infância no Brasil: reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional. *In*: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Orgs.). **Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil: Investigações comparadas sobre a Escola Graduada (1870-1930)**. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

SOUZA, Mateus de Araújo. **A cultura material escolar no Lyceu Maranhense (1838-1889)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

TEIXEIRA, Lislely C. T.; SOUZA, Luani de L. **A honra escolar: memória material da escola**. **Rev. História da Educação (online)**, Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 219-238, 2017.

VEIGA, Ilma Passos A. **A Prática Pedagógica do professor de Didática**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1989.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-48, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 251-272, jan./abr. 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves; GASPARD DA SILVA, Vera Lucia. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. *In*: CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. 2. ed. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2013. p. 19-41.

VIÑAO FRAGO, Antônio. Historia de la Educación e Historia Cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, set./out./nov./dez. 1995.

VIÑAO FRAGO, Antônio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e Educação** (Temas de História da Educação), Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura Escolar, ano 5, n. 7, 2000.

VIÑAO FRAGO, Antônio. La escuela y la escolaridad como objetos históricos. Facetas y problemas de la historia de la educación. **Revista da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 9-54, 2008.

ZABALA, Antoni. **A prática Educativa: como ensinar**. 2. ed. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2014.

ZOTTI, Solange. As reformas do Ensino Secundário e o currículo. *In*: **Sociedade, Educação e currículo no Brasil: dos jesuitas aos anos de 1980**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.